Relatório de Gestão do Exercício 2013

Vinculada ao Ministério da Previdência Social

Rio de Janeiro, 2013

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

Dataprev

Vinculada ao Ministério da Previdência Social

Relatório de Gestão do Exercício 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU n° 650/14.

Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO
Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental - COID

Rio de Janeiro - 2013

S U M Á R I O

SEÇÃO I 10

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO10

1.1 Identificação da UJ 10

1.1.1 Relatório de gestão individual 10

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade 21

1.3 Organograma funcional 22

1.4 Macroprocessos finalísticos 24

1.5 Macroprocessos de apoio 27

1.6 Principais parceiros 27

SEÇÃO II 29

INTRODUÇÃO 29

SEÇÃO III 32

DESENVOLVIMENTO 32

2 PLANEJAMENTO DAUNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS 32

2.1 Planejamento da unidade 32

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados 45

Ações - Orçamento de investimento – OI (adaptado) *46*

Análise situacional *50*

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão 50

2.3.1 Indicadores relativos ao desempenho da gestão 50

2.3.1.1 Rentabilidade sobre o patrimônio líquido *50*

2.3.1.2 Margem operacional *52*

2.3.1.3 Cumprimento dos acordos de nível de serviço *54*

2.3.1.4 Índice de cumprimento de prazo dos projetos da Dataprev *57*

2.3.1.5 Índice consolidado de resultados *60*

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 67

3.1 Estrutura de governança 67

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos 69

3.3 Remuneração paga a administradores 71

3.3.1 Política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal 71

3.3.2 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos 73

3.3.3 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos 75

3.3.4 Demonstrativo da remuneração variável dos administradores 78

3.4 Sistema de correição 78

3.5 Cumprimento pela istância de correição da portaria n° 1.043/2007 da CGU 79

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos 79

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 80

4.1 Execução das despesas 80

4.1.1 Programação 81

4.1.1.1 Análise crítica (programação orçamentária) ... *81*
4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa ... 82
4.1.3 Realização da despesa ... 82
4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total ... *83*
4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ ... *83*
4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total ... *84*
4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ ... *85*
4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação ... *85*
4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação ... *85*
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa ... *85*
Perspectiva orçamentária ... 85
Perspectiva financeira ... 87
4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos ... 94
4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores ... 94
4.4 Transferências de recursos ... 94
4.5 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal ... 94
4.6 Renúncias sob a gestão da UJ ... 94
4.7 Gestão de precatórios ... 94
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS ... 95
5.1 Estrutura de pessoal da unidade ... 97
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ ... 98
5.1.1.1 Lotação ... *98*
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ... *98*
5.1.2 Qualificação da força de trabalho ... 99
5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções ... *99*
5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade ... *100*
5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade ... *101*
5.1.3 Custos de pessoal da UJ ... 102
5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas ... 103
5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria ... *103*
5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ ... *103*
5.1.5 Cadastramento no SISAC ... 103
5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao TCU por intermédio do sistema de apreciação e registro dos atos de admissão e concessões – SISAC ... *103*
5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU ... *104*
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC ... *104*
5.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico ... *104*
5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos ... 105
5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos ... 105
5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos ... 105
5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários ... 111
5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão ... 111
5.2.2 Autorização expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados ... 111
5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ ... 112

5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargo do órgão 116
5.2.5 Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 117
5.2.6 Composição do quadro de estagiários 117

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 118

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros 118
6.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da Dataprev 118
6.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da dataprev, mas contratada de terceiros 118
a) Estudo técnico realizado para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte. 118
b) Nome e CNPJ das empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte. 118
c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do relatório de gestão 119
d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos 120
e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Dataprev 120
f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, bem como sua totalização por grupo e geral120
g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos 122
h) Idade média anual, por grupo de veículos 122
i) Custos associados a manutenção da frota, caso tais não estejam incluídos no contrato firmado 122
j) Estrutura de controle existente na Dataprev para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente 122

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário 123
6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial 123
6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da Dataprev, exceto imóvel funcional 124
6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ 125

6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros 126

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 127

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI) 127
7.1.1 Análise crítica 135

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 136

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis 136

8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água 138

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 139

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU 139
9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício 139
9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício 139

9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno - OCI 139
9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício 139
9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício 139

9.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna 140

9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na lei n° 8.730/93 144
9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93 144
9.4.2 Situação do cumprimento das obrigações 144

9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno 145

9.6 Alimentação dos sistemas integrado de administração de serviços gerais – SIASG e sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termos de parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores 145

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 145

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas 145

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade 145

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade 146

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 149

Relatório de Administração 149

11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público 151

11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis 151

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 151

11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela lei nº 6.404/1976 151

11.5 Composição acionária das empresas estatais 151

11.5.1 Composição acionária do capital social como investida 151

11.5.2 Composição acionária da UJ como investidora 151

11.6 Relatório de auditoria independente 152

Relatorio dos auditores independentes 152

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 154

12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício 154

12.1.1 Indicadores de carga de trabalho 154

12.1.1.1 Créditos emitidos para pagamento de benefícios 154

12.1.1.2 Guias de arrecadação 156

12.1.1.3 Índice de crescimento de vínculos empregatícios 157

12.1.1.4 Quantidade de requerimentos cadastrados no seguro-desemprego 159

12.1.2 Indicadores de gestão empresarial 160

12.1.2.1 Fortalecimento do controle interno 160

12.1.2.2 Evolução dos custos com locação de hardware de grande porte 161

12.1.2.3 Evolução dos custos com locação e manutenção de software de grande porte 162

12.1.2.4 Proporção dos custos de manutenção de software de plataforma alta em relação aos demais software 163

12.1.2.5 Proporção dos custos de locação e manutenção de software de plataforma alta em relação aos demais software 164

12.1.2.6 Evolução do grau de realização do contas a receber 165

12.1.2.7 Variação da despesa total 166

12.1.2.8 Evolução do faturamento global 167

12.1.2.9 Liquidez corrente 169

12.1.2.10 Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização – LAJIDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA) 170

1 ITEM 33 – RELATIVO ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR 172

1.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem 172

1.2 Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da lei complementar no 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providencias adotadas para sanear as irregularidades verificadas. 182

SEÇÃO IV 185

RESULTADOS E CONCLUSÕES 185

Lista de Quadros

QUADRO 1: A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 12
QUADRO 2: A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 48
QUADRO 3: A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ 71
QUADRO 4: A.3.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL 75
QUADRO 5: A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 77
QUADRO 6: A.3.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES 80
QUADRO 7: A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS 83
QUADRO 8: A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL 85
QUADRO 9: A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL 86
QUADRO 10: A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013 100
QUADRO 11: A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO 100
QUADRO 12: A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS (SITUAÇÃO EM 31/12/2013) 101
QUADRO 13: A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA(SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013) 102
QUADRO 14: A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (SITUAÇÃO EM 31/12/2013) 103
QUADRO 15: A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES 104
QUADRO 16: A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) 105
QUADRO 17: A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) 106
QUADRO 18: A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC 106
QUADRO 19: A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA 114
QUADRO 20: A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 118
QUADRO 21: A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 119
QUADRO 22: A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO 125
QUADRO 23: A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL 126
QUADRO 24: A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO 128
QUADRO 25: A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 129
QUADRO 26: A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA UJ 138
QUADRO 27: A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 141
QUADRO 28: A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR 146
QUADRO 29: A.11.5.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL 153

Lista de Tabelas

Tabela 1: Itens do Anexo II, da DN TCU 127/2013, que não constam do RG2013 32
Tabela 2: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Fornecimento de Soluções Tecnológicas aos Clientes 42
Tabela 3: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Excelência Operacional: 43
Tabela 4: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Fortalecimento da Gestão 45
Tabela 5: Lista de Quadros da Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados 47
Tabela 6: Resultados do Plano de Ação 2013 por Ações do Orçamento de Investimento - OI 50
Tabela 7: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor: Área Fim (AF) 65
Tabela 8: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor: Área Meio (AM) 66
Tabela 9: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor : Atendimento (AT) 67
Tabela 10: Cálculo dos Resultados Trimestrais 68
Tabela 11: Cálculo do ICR 68
Tabela 12: Lista de Quadros da Execução Orçamentária e Financeira 82
Tabela 13: Recebimentos Líquidos (em R$ mil) 90
Tabela 14: A Receber (em R$ mil) 91
Tabela 15: Recebimentos Mensais (em R$ mil) 91
Tabela 16: Comparativo de situação econômica e financeira (em R$ mil) 92
Tabela 17: Pagamentos Realizados (em R$ mil) 92
Tabela 18: Mensal de Pagamentos (em R$ mil) 93
Tabela 19: Saldos Finais de Caixa (em R$ mil) 93
Tabela 20: Faturamento INSS (em R$ mil) 95
Tabela 21: Lista de Quadros da Estrutura de Pessoal 99
Tabela 22: Investimentos em atividades de T&D por categoria 109
Tabela 23: Demonstrativo do QLP 109
Tabela 24: Demonstrativo dos Investimentos em Saúde e Qualidade de Vida 112
Tabela 25: Lista de Quadros sobre Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários 113
Tabela 26: Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Unidade Jurídica 120
Tabela 27: Informações Referentes à Licitação das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por UJ 121
Tabela 28: nformações Referentes aos Tipos Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transportes por Filial 122
Tabela 29: Informações Referentes às Quantidades de Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Filial 123
Tabela 30: Quilometragem dos Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Filial 124
Tabela 31: Idade Média Anual por grupo de Veículos 124
Tabela 32: Ranking de Notas 148
Tabela 33: Evolução da Quantidade de Créditos Emitidos 157
Tabela 34: Programa de Investimentos do Plano de Benefícios Definido 175
Tabela 35: Programa de Investimentos do Plano de Contribuição Variável 175
Tabela 36: Programa de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa 175
Tabela 37: Situação Financeira Atuarial do Plano de Contribuição Variável – CV Prevdata II. 180
Tabela 38: Situação Financeira Atuarial do Plano de Renda Vinculada (PRV) 181

LISTA DE SIGLAS

AGUIA – Sistema de Ajuste de Guias

AF – Atividade Fim

AM – Atividade Meio

ANO – Acordo de Níveis Operacionais

AT – Atendimento

CESMAR – Centro Social Marista

CNAE – Código Nacional da Atividade Econômica

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

CPSP – Centro de Processamento São Paulo

CS – Comunicação de Serviço

CTIR – Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Publica Federal

DAP – Disponibilidade Apurada

DCSx – Divisão Central de Serviços

DCT – Disponibilidade Contratada

DEFI – Departamento Financeiro

DELG – Departamento de Logística

DRB – Declarações de Bens e Renda

EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar

GCR Gratificação Complementar por Resultados

GESRIO – é uma rede de dirigentes e gestores de entidades e órgãos públicos federais que têm sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é promover um espaço de diálogo entre os profissionais que atuam na área de gestão.

GFIP – Guia do Fundo de Garantia de Informações Previdenciárias

GVR – Gratificação Variável por Resultados

ICR – Índice Consolidado de Resultados

MPS – Ministério da Previdência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OGPS – Ouvidoria-Geral da Previdência Social

PCS – Plano de Cargos e Salários

PDG – Programa dos Dispêndios Globais

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PROTHEUS – Sistema de Gestão Integrada (ERP) Protheus

RFB – Receita Federal do Brasil

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAL – Sistema para cálculo de Acréscimos Legais de Empresas e Equiparados e de Acréscimos Legais de Contribuintes Individuais.

SGPe Sistema de Gestão de Pessoas

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIBE – Sistema Integrado de Benefícios

SICADI – Sistema de Captação de Dados de Investimentos

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias

SINTESE – Sistema Estatístico de Série Etratégica da Previdencia

SIRC – Sistema de Informações de Registro Civil

SUAT – Superintendência de Atendimento

UR – Unidade Regional

SEÇÃO I

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da UJ

1.1.1 Relatório de gestão individual

QUADRO 1: A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: MPS	**Código SIORG**: 1930	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social		
Denominação abreviada: Dataprev		
Código SIORG: 303	**Código LOA**: 33202	**Código SIAFI**: 239001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa pública com natureza jurídica de direito privado		
Principal Atividade: Tecnologia da Informação	**Código CNAE**: 6204-0/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3207-3000	(061) 3321-4780
Endereço eletrônico: webmaster.dtp@previdencia.gov.br		
Página da Internet: http://portal.Dataprev.gov.br/		
Endereço Postal: Centro Empresarial Parque Cidade Corporate Setor Comercial Sul Quadra 9 Bloco A, Torre B, 1º e 2º andares – Brasília – DF – CEP 70308-200		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criação: Lei nº 6.125 de 04/11/1974. Competências: Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº. 7.151 de 09 de abril de 2010		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Vide item: Resoluções que Estabelecem a Estrutura Organizacional – 2013 (abaixo)		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Organização e Manual de Atribuições.		

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
335001	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE ALAGOAS
335002	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO AMAZONAS
335003	ESCRITÓRIO ESTADUAL DA BAHIA
335004	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO CEARA
335005	ESCRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL
335006	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO ESPÍRITO.SANTO
335007	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE GOIAS
335008	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO MARANHAO
335009	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO MATO GROSSO
335010	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO MATO GROSSO.DO SUL
335011	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE MINAS GERAIS
335012	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO PARA
335013	ESCRITÓRIO ESTADUAL DA PARAIBA
335014	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO
335015	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO PIAUI
335016	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO PARANA
335017	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
335018	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO RIO GRANDE.DO NORTE
335019	ESCRITÓRIO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
335020	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA
335021	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE SAO PAULO
335022	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE SERGIPE
335023	ESCRITÓRIO ESTADUAL DE TOCANTINS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

Resoluções que estabeleceram a estrutura organizacional em 2013

RS 3297 de 30/12/13 - extingue o Serviço Técnico Padrões de Plataforma e Armazenamento – STPP; extingue o Serviço Técnico Padrões de Ambiente de Aplicação – STPA; extingue o Serviço Técnico Padrões de Bancos de Dados – STPB; extingue o Serviço Técnico Projetos de Rede – STPR; extingue o Serviço Técnico Projeto de Plataforma e Armazenamento – STEP; extingue o Serviço Técnico Projeto de Ambiente de Banco de Dados – STBD; extingue o Serviço Técnico Projeto de Ambiente de Aplicação – STAA; extingue o Serviço Técnico Arquitetura de Solução – STA1; extingue o Serviço Técnico Arquitetura de Solução – STA2; extingue o Serviço Técnico Arquitetura de Solução – STA3; extingue o Serviço Técnico Arquitetura de Solução – STA4; extingue o Serviço Técnico Qualidade dos Processos de TIC – STQP; extingue o Serviço Técnico Suporte a Softwares Estratégicos – STSE; extingue o Serviço Técnico de Conformidade da Infraestrutura de TIC – STCI; extingue o Serviço Técnico de Melhoria Contínua de TIC – STMC; extingue o Serviço Técnico de Engenharia de Desempenho de TIC – STED.

RS 3296 de 30/12/13 - cria o Departamento de Gestão Administrativa – DEGD; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DBAA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SBAP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SBAL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SBAF; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SESP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SESG; cria o Serviço de Gestão Administrativa – SSEA; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DCEA; criaa o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SCEP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SCEL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SCEF; cria Divisão de Gestão Administrativa – DDFA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SDFP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SDFL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Compras – SDFM; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SDFF; cria o Serviço de Gestão Administrativa – SGOA; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DMGA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SMGP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SMGL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SMGF; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SMTP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SMTG; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SMSP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SMSG; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DPAA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SPAP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SPAL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SPAF; cria o Serviço de Gestão Administrativa – SAMA; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DPBA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SPBP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SPBL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SPBF; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DPEA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SPEP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SPEL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SPEF; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SMAP; Cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SMAG; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SPIP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SPIG; cria o Serviço de Gestão Administrativa – SALA; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DRNA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SRNP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SRNL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SRNF; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DRSA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SRSP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SRSL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SRSF; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SPRP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística e Finanças – SPRG; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DSCA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SSCP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SSCL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SSCF; cria a Divisão de Gestão Administrativa – DSPA; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Pessoas – SSPP; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Logística – SSPL; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Compras – SSPM; cria o Serviço de Gestão Administrativa - Finanças – SSPF; cria o Serviço de Gestão Administrativa – SRJA; cria o Serviço de Infraestrutura de TIC para Uso Interno – SRJI.

RS 3295 de 30/12/13 - subordina a Coordenação de Monitoramento e Acompanhamento da Qualidade no Atendimento – COQT à Superintendência de Atendimento – SUAT; subordina a Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA à Superintendência de Atendimento – SUAT; subordina a Coordenação de Ações Regionais de Suporte ao Ambiente Tecnológico – COSA à Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA; subordina a Divisão de Sustentação ao Serviço de Comunicação Corporativa – DICC à Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA; subordina a Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU à Superintendência de Atendimento – SUAT; subordina a Coordenação de Atendimento – COTA à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTB à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a

Coordenação de Atendimento – COTC à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTD à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTE à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTF à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTG à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTH à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina a Coordenação de Atendimento – COTI à Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU; subordina o Departamento Central de Serviços – DECS à Superintendência de Atendimento – SUAT; subordina a Divisão Central de Serviços – DCSB ao Departamento Central de Serviços – DECS; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEBA à Divisão Central de Serviços – DCSB; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEBB à Divisão Central de Serviços – DCSB; subordina a Divisão Central de Serviços – DCSA ao Departamento Central de Serviços – DECS; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAA à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAC à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAD à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAF à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAG à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAH à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAI à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Atendimento Operacional – SEAJ à Divisão Central de Serviços – DCSA; subordina o Serviço de Produtividade no Atendimento – SEQP à Divisão Central de Serviços – DCSA; cria a Unidade de Atendimento Bahia – UABA; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SBAS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SBAC; cria a Unidade de Atendimento Alagoas – UAAL; cria a Unidade de Atendimento Sergipe – UASE; cria a Unidade de Atendimento Ceará – UACE; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SCES; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SCEC; cria a Unidade de Atendimento Piauí – UAPI; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SPIS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPIC; cria a Unidade de Atendimento Maranhão – UAMA; cria o Serviço Sustentação a Produto – SMAS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMAC; cria a Unidade de Atendimento Distrito Federal – UADF; cria a Divisão de Atendimento Distrito Federal – DDFT; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SDFS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SDFC; cria a Unidade de Atendimento Rio de Janeiro – UARJ; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SRJS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SRJC; cria a Unidade de Atendimento Minas Gerais – UAMG; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SMGS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMGC; cria a Unidade de Atendimento Espírito Santo – UAES; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SESS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SESC; cria a Unidade de Atendimento Goiás – UAGO; cria a Unidade de Atendimento Pará – UAPA; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SPAS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPAC; cria a Unidade de Atendimento Amazonas – UAAM; cria o Serviço de Atendimento Acre – SACT; cria o Serviço de Atendimento Amapá – SAPT; cria o Serviço de Atendimento Rondônia – SROT; cria o Serviço de Atendimento Roraima – SRRT; cria o Serviço de Atendimento Tocantins – STOT; cria a Unidade de Atendimento Pernambuco – UAPE; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SPES; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPEC; cria a Unidade de Atendimento Paraíba – UAPB; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SPBS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPBC; cria a Unidade de Atendimento Rio Grande do Norte – UARN; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SRNS, cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SRNC; cria a Unidade de Atendimento Rio Grande do Sul – UARS; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SRSS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SRSC; cria a

Unidade de Atendimento Paraná – UAPR; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SPRS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPRC; cria a Unidade de Atendimento Santa Catarina – UASC; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SSCS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SSCC; cria a Unidade de Atendimento São Paulo – UASP; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SSPS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SSPC; cria a Unidade de Atendimento Mato Grosso – UAMT; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SMTS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMTC; cria a Unidade de Atendimento Mato Grosso do Sul – UAMS; cria o Serviço Sustentação a Produtos – SMSS; cria o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMSC.

RS 3294 de 30/12/13 - transfere a subordinação da Superintendência de Atendimento – SUAT para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; extingui a Coordenação de Ações Regionais Administrativas, Financeiras e de Pessoas – CORA; transfere a subordinação da Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Ações Regionais de Suporte ao Ambiente Tecnológico – COSA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Divisão de Sustentação ao Serviço de Comunicação Corporativa – DICC para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; tansfere a subordinação da Coordenação Geral de Suporte a Produtos e Serviços a Usuários – CGSU para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTB para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTC para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTD para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTE para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTF para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTG para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTH para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Atendimento – COTI para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Departamento Central de Serviços – DECS para
Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Coordenação de Monitoramento e Acompanhamento da Qualidade no Atendimento – COQT para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Divisão Central de Serviços – DCSB para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEBA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEBB para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação da Divisão Central de Serviços – DCSA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAA para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAC para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAD para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAF para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transferir a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAG

para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAH para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAI para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD;
transfere a subordinação do Serviço de Atendimento Operacional – SEAJ para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; transfere a subordinação do Serviço de Produtividade no Atendimento – SEQP para Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; extingue a Unidade Regional Amazonas – URAM; extingue o Serviço Administrativo e de Pessoas – SAMA; extingue o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SAMS; extingue a Unidade Regional Pará – URPA; extingue a Unidade de Atendimento Acre – UAAC; extingue a Unidade de Atendimento Amapá – UAAP; extingue a Unidade de Atendimento Rondônia – UARO; extingue a Unidade de Atendimento Roraima – UARR; extingue a Unidade de Atendimento Tocantins – UATO; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SPAS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPAT; extingue a Divisão Administrativa – DPAA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SPAF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SPAL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SPAP; extingue a Unidade Regional Goiás – URGO; extingue o Serviço Administrativo e de Pessoas – SGOA; extingue o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SGOS; extingue a Unidade Regional Mato Grosso – URMT; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SMTP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SMTA; extinguieo Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMTT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SMTS; 54. extingue a Unidade Regional Mato Grosso do Sul – URMS; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SMSP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SMSA; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMST; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SMSS; extingue a Unidade Regional Ceará – URCE; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SCES; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SCET; extingue a Divisão Administrativa – DCEA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SCEF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SCEL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SCEP; extingue a Unidade Regional Piauí – URPI; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SPIP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SPIA; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPIT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SPIS; extingue a Unidade Regional Maranhão – URMA; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SMAP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SMAA; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SMAT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SMAS; extingue a Unidade Regional Pernambuco – URPE; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SPES; extingue o Serviço Ambiente Computacional e Tecnológico – SPET; extingue a Divisão Administrativa – DPEA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SPEF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SPEL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SPEP; extingue a Unidade Regional Paraíba – URPB; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SPBS; extingue o Serviço Ambiente Computacional e Tecnológico – SPBT; extingue a Divisão Administrativa – DPBA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SPBF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SPBL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SPBP; extingue a Unidade Regional Rio Grande do Norte – URRN; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SRNT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SRNS; extinguir a Divisão Administrativa – DRNA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SRNF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SRNL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SRNP; extingue a Unidade Regional Bahia – URBA; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SBAS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SBAT; extingue a Divisão Administrativa – DBAA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SBAF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SBAL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SBAP; extingue a Unidade Regional Alagoas – URAL; extingue o Serviço Administrativo e de Pessoas – SALA ; extingue o Serviço Sustentação a

Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SALS; extingue a Unidade Regional Sergipe – URSE; extingue o Serviço Administrativo e de Pessoas – SSEA; extingue o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SSES; extingue a Unidade Regional Distrito Federal – URDF; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SDFS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SDFT; extingue a Divisão Administrativa – DDFA ; extingue o Serviço Administrativo Financeiro e Comercial – SDFA;
extinguir o Serviço Suprimentos – SDFU; extingue o Serviço Logística – SDFL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SDFP; extingue a Unidade Regional Minas Gerais – URMG; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SMGS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional Tecnológico – SMGT; extingue a Divisão Administrativa – DMGA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SMGF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SMGL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SMGP; extingue a Unidade Regional Espírito Santo – URES; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SESP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SESA; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SEST; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SESS; extingue a Unidade Regional Rio de Janeiro – URRJ; extingue o Serviço Administrativo e de Pessoas – SRJA; extingue a Divisão de Atendimento e Relacionamento – DRJT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SRJS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico Externo – SRJT; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico Interno – SRJI; extingue a Unidade Regional São Paulo – URSP; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SSPS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SSPT; extingue a Divisão Administrativa – DSPA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SSPF; extingue o Serviço Suprimentos – SSPU; extingue o Serviço Logística – SSPL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SSPP; extingue a Unidade Regional Paraná – URPR; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SPRP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SPRA; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SPRT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SPRS; extingue a Unidade Regional Santa Catarina – URSC; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SSCS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SSCT; extingue a Divisão Administrativa – DSCA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SSCF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SSCL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SSCP; extingue a Unidade Regional Rio Grande do Sul – URRS; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SRSS; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SRST; extingue a Divisão Administrativa – DRSA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SRSF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SRSL; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SRSP.

RS 3287 de 01/11/13 - extingue o Serviço de Gestão de Provisionamento de Acesso – SVPA.

RS 3280 de 01/10/13 - extingue o Serviço de Administração de Pessoal Célula Cosme Velho – SVPE.

RS 3277 de 01/10/13 - extingue o Serviço de Atendimento a Demandas Célula D – SATD.

RS 3276 de 01/10/13 – extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SRJP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro e Comercial – SRJA; cria o Serviço Administrativo e de Pessoas – SRJA; cria o Serviço Suprimentos – SDFU.

RS 3270 de 30/08/13 - extingue o Serviço de Biblioteca Central – SVBL.

RS 3269 de 30/08/2013 - extingue o Serviço Técnico Gestão de Processos de Qualificação – STQT; extingue o Serviço Técnico Planejamento do Ambiente Produtivo – S1PP; extingue o Serviço Técnico Infraestrutura Operacional – S1IO; extingue o Serviço Técnico Planejamento do Ambiente Produtivo – S2PP; extingue o Serviço Técnico Infraestrutura Operacional – S2IO; extingue o

Serviço Técnico Planejamento de Ambiente Produtivo – S3PP; extingue o Serviço Técnico Sustentação a Plataforma – S3PL; extingue o Serviço Técnico Sustentação a Aplicações – S3AP; extingue o Serviço Técnico Sustentação a Rede – S3RE; extingue o Serviço Técnico de Sustentação de Banco de Dados – S3BD; cria o Serviço Técnico Sustentação à Plataforma e Rede – S3PR; cria o Serviço Técnico Sustentação à Aplicação e Banco – S3AB; extingue a Divisão de Gestão de Capacidade e Disponibilidade dos Serviços – DGCD; subordina o Serviço Técnico Gestão da Disponibilidade de Serviços - STDS à Divisão de Gestão de Operação de Serviços – DGOS; subordina o Serviço Técnico Gestão de Capacidade da Infraestrutura dos Serviços - STCS à Divisão de Gestão de Operação de Serviços - DGOS.

RS 3268 de 30/08/2013 - cria a Coordenação Geral de Escritório de Projetos – CGEP; cria o Serviço de Escritório de Projeto – SEP1; cria o Serviço de Escritório de Projeto – SEP2; cria o Serviço de Escritório de Projeto – SEP3; cria o Serviço de Escritório de Projeto – SEP4; subordina a Coordenação de Aferição e Métricas - COAM à Coordenação Geral de Escritório de Projetos – CGEP; subordina a Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS à Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD; mantem a subordinação do Serviços de Qualidade de Software - SQS1 à Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS; mantem a subordinação do Serviços de Qualidade de Software - SQS2 à Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS; mantem a subordinação do Serviços de Qualidade de Software - SQS3 à Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS; mantem a subordinação do Serviços de Qualidade de Software - SQS4 à Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS; mantem a subordinação do Serviços de Qualidade de Software - SQS5 à Coordenação Geral de Qualidade de Software – CGQS; extingue a Coordenação Geral de Projetos e Demandas de Software – CGPD; extingue o Serviço de Projetos de Software – SPS1; extingue o Serviço de Projetos de Software – SPS2; extingue o Serviço de Projetos de Software – SPS3; extingue o Serviço de Projetos de Software – SPS4; cria a Coordenação de Controle de Demandas de Software – CODS; cria o Serviço de TIC de Fundos de Pensão e MP – SRFP; extingue a Coordenação de Integração de Serviços de Benefícios – COBC; subordina o Serviço de Inteligência de Negócios do INSS - SVII à Divisão de Serviços de Administração e de Finanças – DIAF; extingue o Serviço de Finanças – SRFN; extingue a Divisão de Serviços de Interface do Reconhecimento de Direitos – DIID; extingue a Divisão de Serviços de Concessão e Revisão de Benefícios – DICR; cria a Divisão de Reconhecimento de Direito – DIRD; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1E - SS1E à Divisão de Reconhecimento de Direito – DIRD; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1F - SS1F à Divisão de Reconhecimento de Direito – DIRD; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1G - SS1G à Divisão de Reconhecimento de Direito – DIRD; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1K - SS1K à Divisão de Reconhecimento de Direito – DIRD; extingue a Divisão de Serviços de Cadastro de Pessoas – DICD; cria a Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordina o Serviço de Pessoas Física - SRPF à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordina o Serviço de Empregadores e SIRC - SRER à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordina o Serviço de Segurado Especial – SRES à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; extingue a Divisão de Serviços de Vínculos, Remunerações e Contribuinte Individual – DIVI; subordina o Serviço de Informações Previdenciárias Oriundas de Empregadores - SRIP à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordinaa o Serviço de Contribuintes Individuais - SRCI à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordina o Serviço de Vínculos e Requerimentos CNIS - SRVR à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; subordina o Serviço de Extrato Previdenciário - SREX à Divisão de Serviços de Cadastro – DICD; extingue a Divisão de Serviços Integradores – DIPI; cria a Divisão de Serviços de Atendimento – DIST; subordina o Serviço de Soluções Integradoras - SRIN à Divisão de Serviços de Atendimento – DIST; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1I - SS1I à Divisão de Serviços de Atendimento – DIST; extingue a Coordenação de Soluções em Gestão de Conteúdo e Dados Abertos – COCB; extingue o Serviço de Informação e Acompanhamento – SVIA; extingue o Serviço de Controle da Medição dos Contratos – SVMC.

RS 3267 de 30/08/2013 - extingue a Divisão de Aquisições – DIAQ; extingue o Serviço de Análise de Requisição e Estruturação de Processos – SVEB; extingue o Serviço de Aquisições de Bens e Serviços – SVAB; cria o Serviço de Atendimento a Demandas Célula D – SATD; extingue a Divisão Financeira – DIFA; extingue o Serviço de Contas a Pagar e Tesouraria – SVCT; extingue o Serviço de Faturamento e Contas a Receber Célula B – SVRB; extingue o Serviço de Administração e Controle do Fundo Rotativo de Caixa Pequeno – SVAF; cria o Serviço de Contas a Pagar e Cobrança – SVCC; subordina o Serviço de Tesouraria - SVTE à Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário – DIPN; extingue o Serviço de Gestão de Viagens – SVGV; extinguie o Serviço de Infraestrutura e Instalações Prediais – SVIP; extinguie o Serviço de Registro Orçamentário – SVRO; extingue o Serviço de Apropriação e Controle de Custos – SVCO.

RS 3266 de 30/08/2013 - extingue o Serviço de Apoio às Atividades Administrativas – SVAA; extingue o Serviço de Controle e Certificação de Providências – SVCP; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SAMA; cria o Serviço Administrativo e de Pessoas – SAMA; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SGOA; cria o Serviço Administrativo e de Pessoas – SGOA; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SALA; cria o Serviço Administrativo e de Pessoas – SALA; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SSEA; cria o Serviço Administrativo e de Pessoas – SSEA.

RS 3260 de 05/08/2013 - extingue o Serviço de Atendimento Operacional – SEAB; extingue o Serviço de Atendimento Operacional – SEAE; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SAMP; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SAMT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SAMS; cria o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SAMS; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SGOP; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SGOT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SGOS; cria o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SGOS; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SALP; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SALT; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SALS; cria o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SALS; extingue o Serviço Gestão de Pessoas – SSEP; extingue o Serviço Suporte Ambiente Computacional e Tecnológico – SSET; extingue o Serviço Sustentação a Produtos – SSES; cria o Serviço Sustentação a Produtos e Suporte ao Ambiente de TIC – SSES; altera a classe da Unidade Regional Paraná - URPR de classe A para classe B; extingue a Divisão Administrativa – DPRA; extingue o Serviço Financeiro e Comercial – SPRF; extingue o Serviço Logística e Suprimentos – SPRL; subordina o Serviço Gestão de Pessoas - SPRP à Unidade Regional Paraná – URPR; cria o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SPRA.

RS 3257 de 30/07/2013 - extingue a Coordenação de Gestão de TIC – COGT; extingue o Serviço Técnico Internalização de Soluções de TIC – STIS; extingue o Serviço Técnico Contabilização e Gestão dos Recursos de TIC – STGR; subordina o Serviço Técnico Qualidade dos Processo de TIC - STQP ao Departamento de Suporte de TIC – DEST; cria o Serviço Técnico Contabilização e Gestão dos Recursos de Rede – STGR; cria o Serviço Técnico Projetos de Rede – STPR.

RS 3246 de 28/06/2013 - cria a Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA; subordina a Divisão de Sustentação ao Serviço de Comunicação Corporativa – DICC à Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA; subordina a Coordenação de Ações Regionais de Suporte ao Ambiente Tecnológico – COSA, à Coordenação Geral de Suporte ao Ambiente Tecnológico de Usuários – CGSA.

RS 3243 de 28/06/2013 - transfere a localização da Coordenação de Gestão de Dados - COGD, do Rio de Janeiro para Santa Catarina; mantem inalterada a localização do órgão subordinado à Coordenação de Gestão de Dados – COGD.

RS 3243 de 10/06/2013 - extingue o Serviço de Dados Corporativos – SVDD.

RS 3236 de 08/05/2013 - cria o Serviço de Gestão de Provisionamento de Acesso – SVPA.

RS 3235 de 08/05/2013 - extingue o Departamento de Redes de Telecomunicações – DERE; extingue a Divisão de Infraestrutura e Gerência de Redes – DIIG; extingue a Divisão de Administração e Segurança de Redes – DISR; extingue a Divisão de Tecnologia e Gestão de Redes – DITG; extingue o Serviço Técnico Projetos de Rede – STPR; extingue o Serviço Técnico Contabilização e Gestão dos Recursos de Rede – STGR; extingue o Serviço Técnico Qualidade dos Processos de Rede – STQR; extingue o Departamento de Suporte e Automação de TI – DESA; extingue a Coordenação de Resolução de Incidentes e Problemas – COIP; extingue a Divisão de Automação – DIAT; extingue a Divisão de Suporte à Plataforma – DSUP; extingue o Serviço Técnico Suporte a Storages – STSS; extingue o Serviço Técnico Suporte a Virtualização – STSV; extingue a Divisão de Suporte a Dados de Produção – DSDP; extingue o Serviço o Serviço Técnico Análise de Desempenho – STAD; extingue o Serviço Técnico Projeto de Monitoração – STMO; cria o Departamento de Suporte de TIC – DEST; criaa a Coordenação de Gestão de TIC – COGT; cria o Serviço Técnico Internalização de Soluções de TIC – STIS; cria o Serviço Técnico Qualidade dos Processos de TIC – STQP; cria o Serviço Técnico Contabilização e Gestão dos Recursos de TIC – STGR; cria a Divisão de Suporte à Infraestrutura e Gerência de Redes – DSIG; cria a Divisão de Suporte à Banco de Dados – DSBD; cria a Divisão de Suporte à Plataforma de Datacenter – DSPD; subordina a Divisão de Suporte aos Ambientes de Aplicação – DSAA ao Departamento de Suporte de TIC – DEST; mantem a subordinação do Serviço Técnico Suporte a Softwares Estratégicos – STSE à Divisão de Suporte aos Ambientes de Aplicação – DSAA; cria o Departamento de Qualidade da Infraestrutura de TIC – DEQI; cria a Divisão de Conformidade da Infraestrutura de TIC – DICI; cria o Serviço Técnico de Conformidade da Infraestrutura de TIC – STCI; cria a Divisão de Melhoria Contínua de TIC – DIMC; cria o Serviço Técnico de Melhoria Contínua de TIC – STMC; extingue a Divisão de Engenharia de Desempenho – DIED; cria a Divisão de Engenharia de Desempenho de TIC – DIED; cria o Serviço Técnico de Engenharia de Desempenho de TIC – STED.

RS 3226 de 08/04/2013 - extingue o Serviço de Formação de Processos Administrativos Célula A – SVFA.

RS 3216 de 01/02/2013 - extingue o Departamento de Gestão de Informações – DEIE; extingue a Divisão de Desenvolvimento de Soluções em Inteligência de Negócio – DISN; extingue a Divisão de Gestão Estratégica de Informações – DIIE; extingue a Divisão de Sustentação de Soluções em Inteligência de Negócio – DISP; extingue o Serviço de Integração de Dados – SVID; extingue o Serviço de Desenvolvimento de Aplicações Analíticas – SVDA; extingue o Serviço de Mineração de Dados – SVMD; extingue a Unidade de Prospeção e Desenvolvimento de Software Livre – UDSL; extingue o Serviço de Manutenção de Produtos de Software – SMP5; cria a Divisão de Serviços de TIC de Fundos de Pensão – DIFP; cria a Coordenação Geral de Inteligência da Informação – CGII; cria a Coordenação de Governança de Informações – COGN; cria a Coordenação de Inteligência e Integração – COII; subordina o Serviço de Administração e Análise de Informações – SVAI à Coordenação de Inteligência e Integração – COII; cria a Coordenação Geral de Novos Negócios – CGNN; cria a Coordenação de Gestão de Portfólio e Novos Negócios – COPN; cria a Coordenação do Consórcio Serpro e Dataprev – COCS; cria a Coordenação de Gestão de Soluções Compartilhadas – COGC; subordina a Coordenação de Soluções em Gestão de Conteúdo e Dados Abertos – COCB à Coordenação Geral de Novos Negócios – CGNN; cria a Divisão de Manutenção de Produtos de Software – DMW4; subordina a Coordenação de Aferição e Métricas – COAM à Coordenação Geral de Projetos e Demandas de Software – CGPD; subordina o Serviço de Inteligência de Negócios do INSS – SVII à Coordenação de Integração de Serviços de Benefícios – COBC; subordina o Serviço de Inteligência de Negócios do MPS / PREVIC – SVIM à

Divisão de Serviços de TIC do MPS – DITI; subordina o Serviço de Inteligência de Negócio do Trabalho – SVIT à Divisão de Serviços de Trabalho e Emprego – DITE; subordina o Serviço de Inteligência de Negócio da Fazenda – SVNF à Divisão de Serviços de Receita e Fiscalização – DIRF; subordina o Serviço de Sustentação de Produtos Célula 1I -SS1I à Divisão de Serviços Integradores – DIPI.

RS 3215 de 31/01/2013 - alterar a classe da Unidade Regional Rio Grande do Norte – URRN de classe B para classe A; extingue o Serviço Administrativo, Financeiro, Logística e Comercial – SRNA; cria a Divisão Administrativa – DRNA; cria o Serviço Financeiro e Comercial – SRNF; cria o Serviço Logística e Suprimentos – SRNL; subordina o Serviço Gestão de Pessoas – SRNP à Divisão Administrativa – DRNA.

RS 3211 de 22/01/2013 – cria o Comitê Gestor de Pessoas – CTPE; extingue o Departamento de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – DEQV; extingue a Divisão de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – DIQV; cria a Coordenação Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – CGQV; cria a Coordenação de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – COQV; subordina o Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SVSM a Coordenação de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – COQV; cria a Coordenação de Demandas de Gestão de Pessoas – CODP; extingue o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas – DEDP; extingui a Divisão de Desenvolvimento de Pessoas – DIDE; extingue o Serviço de Desempenho e Competências – SVDC; extingue o Serviço de Aprendizagem Corporativa Presencial – SVPR; subordina a Divisão de Valorização de Pessoas – DIVP ao Departamento de Administração de Pessoas – DEPE; mantem a subordinação do Serviço de Remuneração e Carreira – SVRM a Divisão de Valorização de Pessoas – DIVP; cria o Serviço de Desempenho – SVDE; cria o Departamento de Educação Corporativa – DEEC; cria a Divisão de Planejamento de Soluções Educacionais – DISE; cria a Divisão de Ações Educacionais – DIAE; subordina o Serviço de Biblioteca Central – SVBL a Divisão de Ações Educacionais – DIAE.

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

Legislação e Regulamento

Instituída pela Lei N° 6.125, de 4 de Novembro de 1974 a Dataprev, tem por objetivo estudar e viabilizar tecnologias de informática, na área da previdência e assistência social, compreendendo prestação de serviços de desenvolvimento, processamento e tratamento de informações, atividades de teleprocessamento e comunicação de dados, voz e imagem, assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como o desempenho de outras atividades correlatas.

Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev (Decreto nº 7.151 de 9 de Abril de 2010). Sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental, a Dataprev poderá prestar serviços a terceiros.

1.3 Organograma funcional

ORGANOGRAMA GERAL

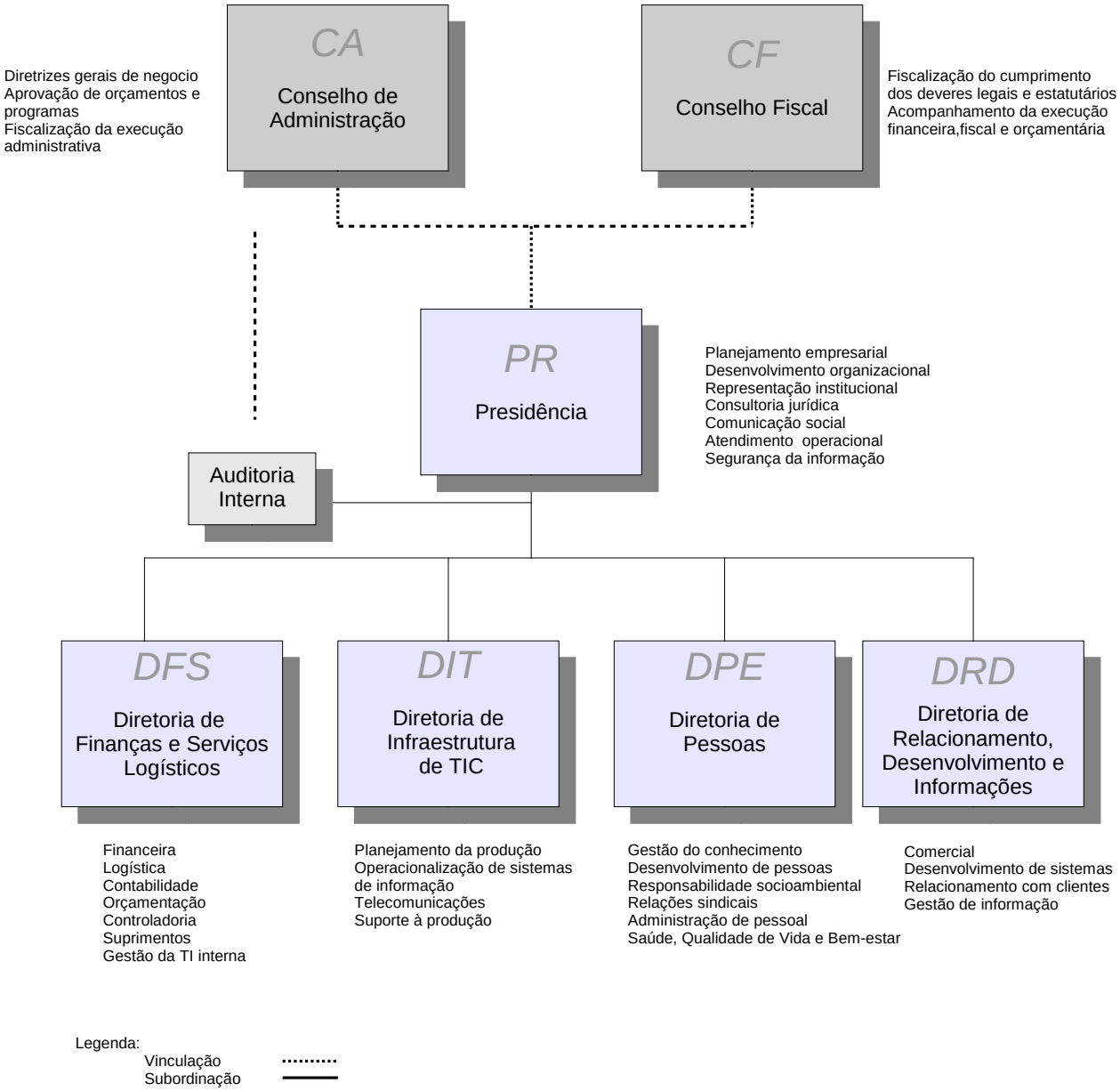


Figura 1: Arquitetura Organizacional

A Dataprev está estruturada com duas diretorias para os macroprocessos finalísticos, de acordo com sua área de atuação: Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações (DRD) e Diretoria de Infraestrutura de TIC (DIT); e duas diretorias para os macroprocessos de apoio, de acordo com sua área de atuação: Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos (DFS) e Diretoria de Pessoas (DPE).

As demais áreas que compõem o nível tático, ver **ANEXO I – Organograma Funcional.**

Identificação dos macroporcessos e os principais produtos deles decorrentes.

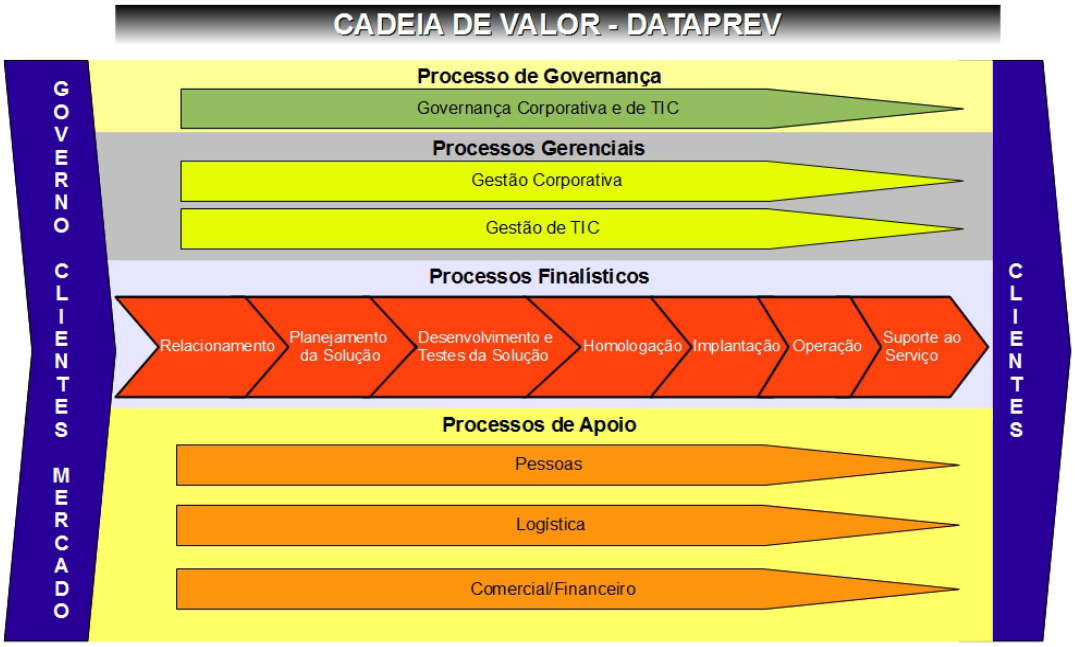


Figura 2: Cadeia de Valor da Datarev

A arquitetura de processos da Dataprev está apresentada na Cadeia de Valor. Nos processos de governança e gerenciais estão representados os processos decisórios em nível estratégico, os processos finalísticos estão direcionados para o fornecimento de soluções de TIC para os clientes e os processos de apoio na oferta das condições necessárias para realização de todos os processos da empresa.

<u>Processo de Governança:</u>

Governança Corporativa e de TIC

- Definir as diretrizes empresariais (Plano Estratégico).
- Definir as diretrizes tecnológicas (PDTI).
- Definir regras para o processo decisório (responsabilidades e alçadas).
- Promover o sistema de controle e a prestação de contas.
- Avaliar o desempenho organizacional e os riscos de negócio.
- Definir Acordos de Níveis Operacionais (ANO).

<u>Processos Gerenciais:</u>

Gestão Corporativa

- Planejar os investimentos gerais (não tecnológico).

- Gerir a segurança da informação.
- Estabelecer as políticas de gestão de pessoas.
- Gerir custo e preço.
- Promover a comunicação corporativa.
- Definir e acompanhar indicadores e metas corporativas.
- Gerir o portfólio de programas e projetos (internos).

Gestão de TIC

- Internalizar os planos das demandas de longo prazo dos clientes.
- Planejar e gerir a capacidade de operação computacional (incluindo infraestrutura física).
- Planejar a aquisição dos recursos de TIC.
- Realizar a gestão de risco operacional dos processos finalísticos.
- Realizar a gestão da inovação.
- Definir e acompanhar indicadores e metas corporativas de TIC.
- Gerir o portfólio de programas e projetos (externos).
- Gerir o ciclo da solução.
- Gerir o portfólio de produtos.
- Realizar o gerenciamento de níveis de serviço.

Os processos finalísticos detém 7 (sete) macroprocessos: Relacionamento, Planejamento da Solução, Desenvolvimento e Testes da Solução, Homologação, Implantação, Operação e Suporte ao Serviço.

Os processos de apoio, com 3 (três) macroprocessos: Pessoas, Logística e Comercial/Financeiro.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Dimensionados para execução das atividades finalísticas da Empresa, as quais estão vinculadas diretamente às suas competências institucionais. Os macroprocessos já estão citados no item **1.3**: **Relacionamento, Planejamento da Solução, Desenvolvimento e Testes da Solução, Homologação, Implantação, Operação e Suporte ao Serviço.** A estratégia de execução e atividades ligados a cada macroprocesso, no exercício de 2013, estão consubstanciados nos tópicos a seguir:

Relacionamento:

- Negociar intenção de demandas.
    - Analisar os aspectos : políticos, técnicos, comerciais e gestão do relacionamento.
    - Definir e caracterizar os serviços da solução.
        - Negociar níveis de serviço solicitados.
        - Caracterizar o suporte ao usuário.
    - Elaborar o documento Descrição do Cenário da Solução (versão simplificada).
        - Identificar todos os ambientes necessários para entrega da solução.
        - Avaliar as condições para o atendimento da continuidade do negócio.
        - Definir a arquitetura da infraestrutura e da aplicação.
- Identificar condicionantes (entre demandas e outros).
- Elaborar a Qualificação do Serviço.
    - Identificar os fatores de risco do serviço (itens com influência direta nos acordos de níveis de serviço).

    - Identificar os fatores de complexidade do serviço (itens que dão noção do tamanho, características e dificuldade de realização do serviço).
    - Identificar os fatores de gestão do serviço (itens que definem o grau de gerenciamento e monitoramento do serviço).
    - Identificar os fatores de atendimento e infraestrutura descentralizada (Itens utilizados para distribuição dos custos de infraestrutura e atendimento remoto nas Unidades Regionais).
- Realizar análise econômica / financeira.
    - Identificar contrato.
    - Estimar prazo (primeira versão do cronograma).
    - Estimar preço.
- Formalizar negociação.
    - Registrar a negociação (documentação).
    - Elaborar proposta de atendimento.
- Gerenciar níveis de competência das decisões

- Negociar contrato.
    - Elaborar Proposta Comercial.
    - Elaborar contrato (novo ou aditivo).
    - Formalizar contrato.

- Prospecção de Negócios.
    - Perceber novas oportunidades de negócios.
    - Realizar as análises necessárias.

- Monitorar satisfação dos clientes (pós-venda).
    - Pesquisar satisfação pelos serviços prestados:
        - Visão do cliente.
        - Visão do usuário.
    - Analisar as melhorias necessárias.

Planejamento da Solução

- Planejar o desenvolvimento da solução.
- Detalhar cronograma (equipes, recursos e prazos).
- Elaborar Plano de Gestão de Mudança (processos e pessoas).
    - Planejar os recursos logísticos necessários.
    - Identificar as necessidades de mudanças nos processos.
    - Planejar o treinamento (interno e externo).
    - Planejar a comunicação da mudança.

- Detalhar a arquitetura da solução.
    - Planejar o plano de continuidade de negócio.
    - Planejar monitoramento da solução.
    - Detalhar todos os ambientes necessários para entrega da solução.
    - Planejar as ações operacionais nos ambientes computacionais.
    - Planejar a desativação de sistemas.
- Projetar o fluxo financeiro (entrada e saída de recursos).
- Detalhar os riscos envolvidos.
- Complementar o documento DCS (Descrição do Cenário da Solução).

- Definir modo de atendimento (programa, projeto e demanda).
- Gerir a solução.

Desenvolvimento e Testes da Solução

- Organizar a execução do desenvolvimento e testes da solução.
- Desenvolver Sistemas.
    - Iniciação.
    - Elaboração.
    - Implementação (codificação e testes unitários).
    - Testes (executar carga dos dados, testes funcionais e de desempenho).
- Disponibilizar a infraestrutura tecnológica e suporte técnico.
    - Alocar infraestrutura tecnológica de todos os ambientes.
    - Adquirir infraestrutura tecnológica e/ou suporte de todos os ambientes (definir vida útil dos equipamentos).
    - Configurar e disponibilizar infraestrutura - desenvolvimento e testes (avaliar conformidade).
    - Atualizar base de configuração.
- Desenvolver serviços de consultoria.
- Disponibilizar recursos e pessoas (infraestrutura física/elétrica, espaço físico, mobiliário, logística, financeiro e outros recursos).
- Validar Plano de Continuidade do Negócio.
- Monitorar e controlar a qualidade (conformidade com as normas internas).
- Gerir a solução.

Homologação

- Disponibilizar infraestrutura.
- Realizar certificação de qualidade da solução (padrões internos).
- Homologar solução.

Implantação

- Planejar implantação.
- Realizar gestão de mudança – tecnologia.
    - Disponibilizar infraestrutura.
    - Realizar a liberação da solução.
    - Atualizar base de configuração.
- Realizar gestão de mudança – pessoas e processos.
    - Qualificar o suporte ao usuário.
- Testar implantação (validar a implantação pela área de desenvolvimento e operação).

Operação

- Planejar Operação.
- Executar as ações operacionais nos ambientes computacionais.
- Realizar a gestão de eventos.
- Atualizar base de configuração.
- Aferir crescimento vegetativo (subsídio para a governança de TIC planejar a capacidade de operação computacional).
- Desativar solução.

Suporte ao Serviço

- Realizar atendimento.
- Executar atendimento local.
- Realizar comunicação.
- Realizar a gestão de incidentes.
- Realizar a gestão de problemas.
- Encerrar registro do problema.
- Encerrar registro de incidente.

1.5 Macroprocessos de apoio

Conforme apresentado no item 1.3 – Organograma Funcional, a Dataprev conta, em sua estrutura com duas diretorias de apoio, essenciais ao funcionamento da empresa, quais sejam a Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos (DFS) e a Diretoria de Pessoas (DPE).

Pessoas

- Captar pessoas.
- Reter os conhecimentos de interesse estratégico.
- Treinar e desenvolver pessoas.
- Realizar a administração de pessoal.
- Gerir a capacidade produtiva das pessoas.

Logística

- Adquirir bens e serviços.
- Gerir a estrutura física e patrimonial (predial e equipamentos de automação de escritório).
- Gerir os recursos materiais e serviços gerais.
- Gerir os contratos com fornecedores.

Comercial/Financeiro

- Planejar o faturamento como parte do projeto (aspectos fiscais e legais).
- Orientar o gestor do contrato.
- Gerir as glosas e feedback para promover a melhoria contínua e, se necessário, para análise jurídica.
- Diligenciar recebimentos.

1.6 Principais parceiros

Os nossos principiais parceiros, são nossos clientes, a saber:

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Serviços de Tecnologia e Informações, entre os quais, o desenvolvimento, manutenção, produção e suporte de sistemas de informações, serviços de gestão de TIC, comunicação corporativa,consultoria em TIC, entre outros.

Secretaria de Receita Federal do Brasil – SRFB
Serviços especializados de Tecnologia da Informação, compreendendo processamento de dados, manutenção e desenvolvimento de sistemas de dados, e outros serviços de informática.

Ministério da Previdência Social – MPS
Serviços especializados em Tecnologia da Informação, compreendendo, entre outros serviços, hospedagem de servidores, suporte e manutenção de sistemas em produção, elaboração, desenvolvimento, implantação, sustentação de sistemas e prestação de serviços de suporte técnico.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Modernização tecnológica dos sistemas de informações do MTE, compreendendo as etapas de desenvolvimento, implantação, manutenção, operação e sustentação destes novos sistemas. Serviços especializados de Tecnologia da Informação relativos aos sistemas responsáveis pela operacionalização das políticas sociais do MTE sob responsabilidade da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.
Disponibilização e acesso ao CNIS para utilização pelo Ministério no Programa do Seguro Desemprego e na Fiscalização do Trabalho.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
Prestação de serviços especializados em TIC, compreendendo, entre outros serviços, hospedagem de servidores, suporte e manutenção de sistemas em produção, elaboração, desenvolvimento, implantação, sustentação de sistemas e prestação de serviços de suporte técnico às unidades descentralizadas no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG
Concessão de uso pela Dataprev da infraestrutura computacional para tratamento de qualidade de dados. Prestação de serviços de informática para o batimento de dados dos cadastros de servidores públicos estaduais e do Executivo Federal constante da base do SIAPE com o CNIS.

Instituições Privadas e Públicas
Prestação de serviços de informática para a identificação de óbitos em arquivos eletrônicos fornecidos por cinquenta instituições privadas e públicas.

Instituições Financeiras
Atualmente, existem setenta convênios firmados entre as Instituições Financeiras e o INSS, nos quais a Dataprev é parte interveniente, para fornecimento de informações e controle de empréstimos consignados.

Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro
Consórcio Serpro/Dataprev para execução dos serviços de desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE.gov.

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Prestação dos serviços de produção de sistemas, desenvolvimento e manutenção - Serviço de Gestão da Dívida Ativa Previdenciária.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev elaborou o seu Relatório de Gestão do exercício 2013 – RG2013 – de acordo com as exigências legais estabelecidas pelos órgãos de controle interno e externo.

Foi utilizada a *Decisão Normativa TCU 127 de 15/05/2013* na estruturação do texto, onde foram seguidas as orientações do *Anexo III*. No desenvolvimento e organização do documento, procurou-se observar os conteúdos e ordenamentos estabelecidos no *Anexo II;*

No desenvolvimento dos assuntos exigidos foram respeitados, quando aderente as especificidades da Dataprev – Empresa Pública, regida pela Lei nº 6.404/76, não dependente de transferência de recursos financeiros do Tesouro Nacional de qualquer espécie e não integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 – as determinações constantes da *Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013* e o documento "*Perguntas e Respostas*" da CGU (disponível na página oficial do Órgão na internet).

Quando *não foi possível* seguir em sua literalidade as exigências estabelecidas na legislação vigente, a Dataprev buscou apresentar as informações requeridas de acordo com o formato do sistema do Programa de Dispêndios Globais aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Estas adaptações, geralmente envolvendo **alterações nos quadros** definidos na Portaria TCU nº 175/2013, estão descritas ao longo do texto nos locais pertinentes.

Na Tabela I abaixo, estão indicados os itens do *Anexo II da DN TCU nº 127/2013* que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa.

Tabela 1: Itens do Anexo II, da DN TCU 127/2013, que não constam do RG2013

Parte A – Conteúdo Geral	Justificativa da Exclusão do Item		
	Não se aplica*		Não houve ocorrência no período
	De acordo com o Quadro A1	De acordo com a natureza jurídica e estatutária da Empresa	
Item 4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	X		
Item 4.3 – Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.	X		
Item 4.4 –Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres			X
Item 4.5 – Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo "**B**" e cartões de pagamento do governo federal.	X		
Item 4.6 – Renúncias de receitas			X
Item 4.7 – Gestão de precatórios.		X	
Item 9.6 – Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.	X		
Item 11.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelasNormas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.		X	
Item 11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.	X		
Item 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pelaNBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.		X	
Subitem 11.5.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora		X	

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

***Não se aplica** - de acordo com a natureza jurídica e estatutária da empresa ou com o Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão (DN TCU 127/2013).

(continuação) Tabela 1: Itens do Anexo II, da DN TCU 127/2013, que não constam do RG2013

Parte B – Conteúdo Específico por UJ ou Grupo de Unidades Afins	Justificativa da Exclusão dos Itens
Itens 01 a 32	**A Dataprev não está indicada para apresentação das informações**
Itens 34 a 48	**A Dataprev não está indicada para apresentação das informações**

Fonte: Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID

Parte C – Unidades Jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados	Justificativa da Exclusão dos Itens
Em todos os itens	**A Dataprev não está indicada para apresentação das informações**

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

Em função do volume ou do formato de apresentação, as seguintes informações do Parte A, Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN TCU 127/2013, estão apresentadas em Anexos conforme a seguir:

- Informações complementares do *Item 1.3 Organograma funcional*: **ANEXO I.**
- Informações complementares do *Item 2.3.1 Indicadores relativos ao desempenho da gestão (Subitem 2.3.1.5 Índice Consolidado de Resultados)* – **ANEXO II.**
- Informações apresentadas no *Item 9.1 Tratamento de de liberações e xaradas e m acórdãos do TCU e I tem 9.2 Tratamento de r ecomendações do O CI e s eus respectivos subitens* – **ANEXO III.**
- Informações complementares do *Item 10.1 D escrição dos c anais de a cesso do cidadão ao ór gão ou e ntidade par a f ins de s olicitações, r eclamações, denúncias, sugestões e tc., c ontemplando i nformações g erenciais e estatísticas s obre o atandimento às demandas*:
  - Letra "**a**" – **ANEXO IV** e
  - Letra "**b**" – **ANEXO V.**
- Informações apresentadas no *Item 1 1.4 D emonstrações C ontábeis e N otas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976*: **ANEXO VI**
- Informações complementares do *Item 12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO*: – **ANEXO VII.**

A coordenação do processo de elaboração do Relatório de Gestão do exercício 2013 da Dataprev foi de responsabilidade dos seguintes órgãos da estrutura organizacional da Empresa:

- Coordenação Geral de Planejamento e Organização – CGPO

SAS Quadra 01, Blocos E, Edifício Sede
CEP: 70070-931 – Brasília, DF
Tel. (61) 3262-7302

- Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID
  Rua Prof. Álvaro Rodrigues, 460, sala 303
  CEP 22.280-040 – Rio de Janeiro, RJ
  Tel. (21) 2528-7726 E-mail: coid@dataprev.gov.br

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

2 PLANEJAMENTO DAUNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade.

O processo de planejamento da Dataprev está estruturado em três níveis, considerando os aspectos estratégico, tático e operacional. O aspecto estratégico é tratado no Plano Estratégico Institucional - PEI - que define a visão estratégica da Empresa para um período de cinco anos. O Plano Diretor de TIC (PDTI), com horizonte temporal de três anos, se situa no nível tático deste planejamento. O aspecto operacional é tratado nos Planos de Ação, que operacionalizam os aspectos táticos com uma visão de execução anual.

A execução dos Planos se dá no nível operacional, ou seja, o planejamento da execução do Plano Estratégico e do PDTI está expresso no Plano de Ação, que contém ações detalhadas, de tecnologia e de gestão.

O Plano Estratégico e o PDTI são revisados anualmente, no sentido de aprimorar o planejamento e adequá-los aos contextos tecnológico e de negócio que são de rápida transformação.

O PDTI e o Plano de Ação têm ciclos próprios, conectados de forma bidirecional. O PDTI aponta quais deverão ser os Resultados de tecnologia a serem alcançados no período seguinte do Plano de Ação; durante o monitoramento do Plano de Ação, são fornecidos insumos para evolução do PDTI..

O esquema abaixo ilustra estes relacionamentos.

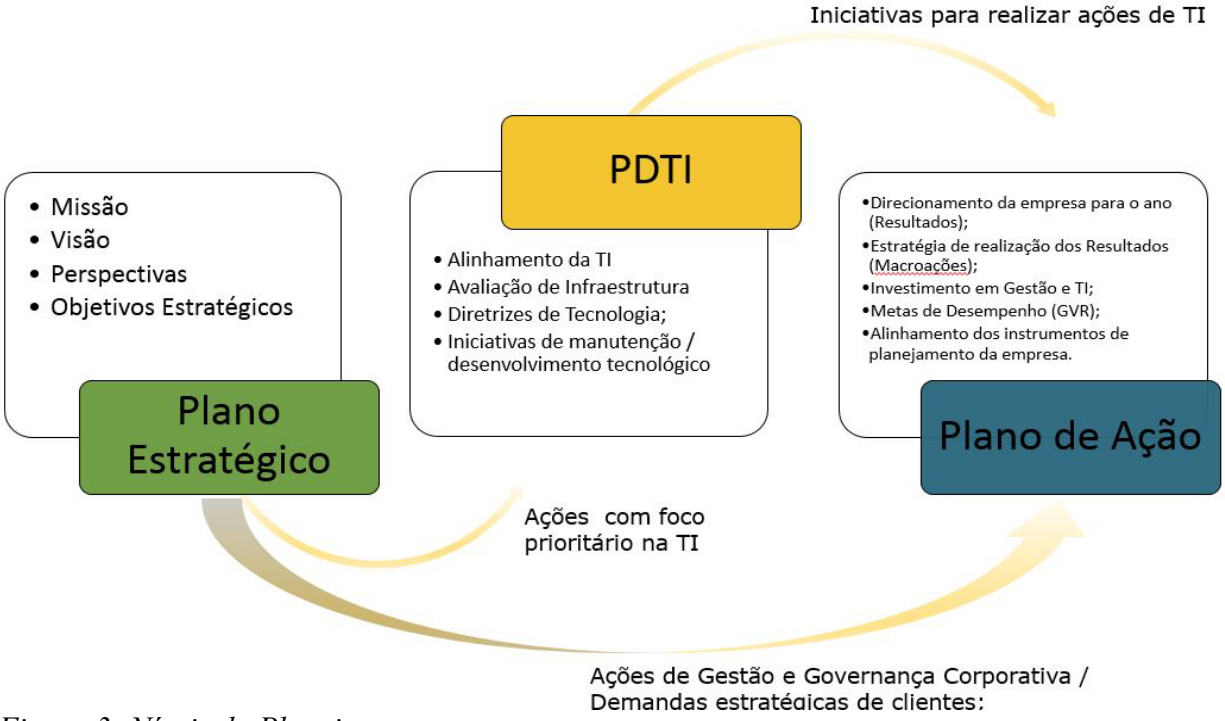


Figura 3: Níveis do Planejamento

O ciclo de planejamento operacional da Dataprev tem quatro etapas. O ciclo se inicia em outubro do exercício anterior, com a Etapa Preparatória, em seguida, começa a Etapa de Planejamento, quando é elaborado o Plano de Ação a partir das informações coletadas na etapa anterior. A primeira versão do Plano fica pronta ainda em dezembro e durante todo o ano, de janeiro a dezembro, de forma simultânea, ocorrem as Etapas de Execução e Monitoramento e Avaliação, fechando o ciclo.

Figura 4: Etapas do Ciclo de Planejamento Operacional

<u>Etapa Preparatória – Exercício 2013:</u>

O processo de elaboração do Plano de Ação 2013 iniciou dia primeiro de outubro de 2012, com o levantamento das expectativas dos empregados. Todos os empregados da Dataprev foram convidados a contribuir com a construção do Plano, que se efetivou por meio do preenchimento de formulário eletrônico, consolidado no terceiro nível hierárquico da empresa (departamento), no qual os empregados sugeriram ações que poderiam vir a constar no Plano.

Os dois principais objetivos da consulta foram: ampliar o envolvimento dos técnicos e gerentes nos processos de formulação do plano e promover a reflexão estratégica sobre os rumos da Dataprev. A consulta foi considerada bem sucedida, com 60 formulários entregues e 404 propostas de ações.

Entre final de outubro e inicio de novembro de 2012, com o objetivo de fazer um amplo levantamento das expectativas de cada diretoria em relação ao Plano de Ação 2013, o presidente da Dataprev, reuniu-se com as áreas da presidência e com cada um dos quatro diretores da empresa, acompanhados de gestores. Na oportunidade, também, membros da diretoria executiva reuniram-se com equipes estratégicas dos clientes e órgãos de controle para conhecer suas expectativas e traduzi-las em insumos para o Plano de Ação 2013.

Figura 5: Etapa Preparatória

<u>Etapa de Planejamento – Exercício 2013:</u>

O Plano de Ação está estruturado em camadas: Eixos, Resultados, Macroações, Marcos Intermediários e Ações. A organização por Eixos ajuda na formulação matricial do Plano (o Resultado pode ser executado por equipes de várias Diretorias), além de apresentar o Plano por temas de relevância estratégica. Os Marcos Intermediários são entregas ou produtos relevantes que são gerados durante a execução do Resultado (os Marcos estão associados ao Resultado e não a Macroação). Os Marcos auxiliam no monitoramento dos Resultados.

Figura 6: Estrutura do Plano de Ação

Com a intenção de definir os resultados a serem alcançados em 2013, entre os dias 9 e 10 de novembro de 2012, a diretoria executiva reuniu-se, afastada da empresa, para definir cada um dos Resultados que compõem o Plano de Ação 2013. Nesta definição, foram levados em consideração: o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), as sugestões dos empregados, o levantamento das expectativas dos clientes e das diretorias, além de informações advindas de eventos do Gartner.

Nos dias 19 e 20 de novembro de 2012, para validar os Resultados, 70 gestores, representantes de todas diretorias da Dataprev, estiveram reunidos revisando, qualificando e validando os Eixos e Resultados que compõem o Plano de Ação 2013.

Nos dias 21 a 29 de novembro de 2012, os gestores desmembraram os Resultados em macroações, definiram os prazos para conclusão e os responsáveis pela execução de cada macroação.

Em dezembro de 2012, ocorreu a reunião de Balanço do Plano de Ação 2012, quando foram apresentados aos gestores os dados estatísticos que demostraram a situação geral de fechamento do Plano e identificados os principais fatores que provocaram o não alcance de alguns resultados. Na sequência, o plano completo de 2013 foi aprovado pelos gestores e apresentado ao Conselho de Administração da Dataprev, para validação e formalização do Plano de Ação 2013.

O Plano de Ação foi amplamente divulgado por toda a a empresa, utilizou-se canais eletrônicos de comunicação e reuniões presenciais, onde o presidente da Dataprev, pessoalmente, apresentou o plano aos empregados, nos locais de maior concentração de funcionários: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza e João Pessoa.

Etapas de Execução / Monitoramento e Avaliação – Exercício 2013

Ao longo do ano de 2013, o monitoramento aconteceu em 10 (dez) ciclos de reuniões, quando os responsáveis pelos resultados detalharam a evolução e a situação de cada ação.

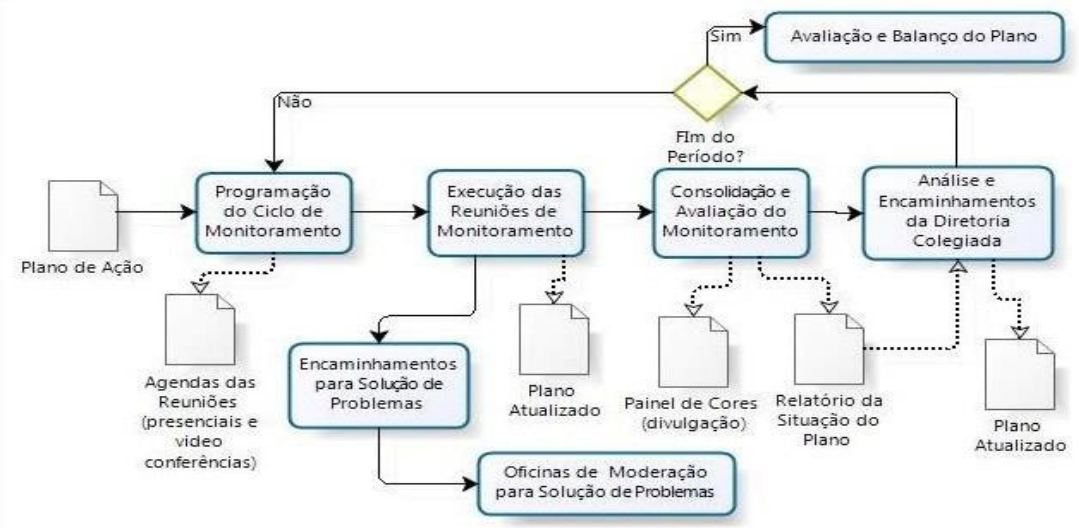


Figura 7: Fluxo do Monitoramento

O fluxo do monitoramento é cíclico e começa com a programação das reuniões, uma para cada Resultado. As reuniões são sistematizadas, coordenadas pelos responsáveis de cada Diretoria envolvidos no processo de planejamento, e conta com a participação da equipe responsável pelo resultado e suas macroações. Nessas reuniões, são levantados os principais problemas e, quando aplicável, encaminhadas as soluções por meio de oficinas de moderação.

O Plano de Ação é um instrumento vivo de gestão, ocorrendo frequentes atualizações, algumas são efetivadas durante as reuniões de monitoramento e outras pela Diretoria. Além de promover a atualização do Plano, nesta etapa é elaborado o Relatório da Situação do Plano e o Painel de Cores, que resume como está o andamento de cada resultado naquele momento.

Essa forma de agir pretende:

- identificar oportunamente os riscos encontrados para o alcance dos objetivos, de acordo com o escopo e prazos planejados. Neste sentido, decisões para resolução tempestiva dos problemas foram tomadas e o plano de ação se manteve dinâmico, sempre atualizado em função das necessidades e capacidades da Empresa e;
- estabelecer as bases para a criação/implementação de processo institucional de monitoramento do plano de ação, que incorpore, sistematize e instrumentalize a gestão focada em resultados.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA.

Vide o item 2.2 Programação Orçamentaria e Financeira e Resultados Alcançados em 2013.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos (a forma de tratamento dos riscos pela empresa está apresentada no item "**a**", anterior, no tópico *"Etapas de E xecução / Monitoramento e Avaliação – Exercício 2013")* .

Em seu Plano Estratégico 2010 – 2015, foram estabelecidos os objetivos estratégicos a serem alcançados no período, agrupados por 03 (três) perspectivas. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Empresa. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Dataprev no período de 2010 a 2015, rumo ao alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional. conforme demonstrado a seguir:

Perspectiva Resultados

Define os resultados que a Dataprev deve gerar para atender às expectativas dos seus clientes e de seus acionistas, exercendo a missão e alcançando a visão institucional.

Perspectiva de Processos Internos

Retrata as melhorias nos processos internos prioritários, ou a criação de novos, nos quais a Empresa deve buscar excelência e concentrar esforços a fim de maximizar os resultados almejados.

Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Define os objetivos necessários para alcançarmos nossa visão e como sustentaremos nossa capacidade de mudar e melhorar para o crescimento e o aprimoramento contínuo da Dataprev, em relação aos indivíduos e as equipes.

Desenvolve objetivos e medidas para orientar o aprendizado e a otimização dos recursos. Identifica os ativos intangíveis que impulsionam fortemente os processos internos prioritários.

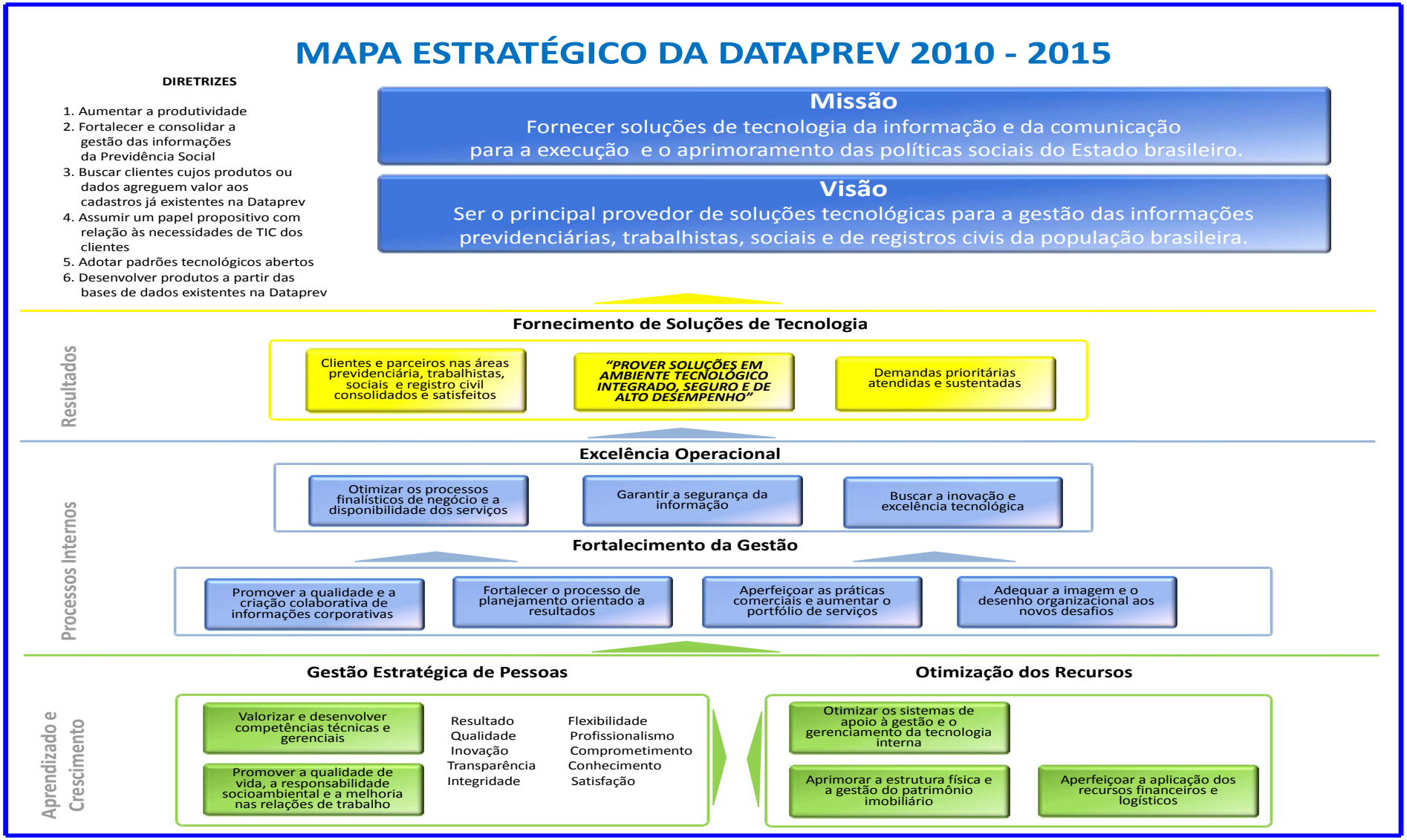


Figura 8: Mapa Estratégico da Dataprev – 2013 / 2015

Os objetivos estratégicos determinam o que deve ser feito para que a Empresa cumpra sua missão e alcance a sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as expectativas dos acionistas e dos clientes, os desafios a serem enfrentados para realizar o seu papel institucional. Para tanto, a Dataprev deve orientar seus esforços na busca dos resultados esperados de acordo com o encadeamento lógico da estratégia de atuação estruturada no Mapa Estratégico.

Clientes e parceiros nas áreas previdenciárias, trabalhistas, sociais e registros civis consolidados e satisfeitos

Consolidar o relacionamento institucional da Dataprev com os seus clientes e parceiros, expressando o compromisso da Empresa com o alcance dos objetivos dos programas e projetos governamentais direcionados para execução e o aprimoramento das políticas sociais nas áreas previdenciárias, trabalhistas, sociais e de registro civil.

Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho

Buscar soluções tecnológicas inovadoras, integradas, protegidas, consistentes, confiáveis e com alta eficiência, que racionalizem procedimentos e atuem como instrumentos ágeis de apoio à tomada de decisão, bem como a ampliação do uso de Tecnologia da Informação nas atividades finalísticas dos clientes.

Este objetivo consta no Mapa Estratégico da Previdência Social – 2012/2015, na perspectiva do Aprendizado e Crescimento, e foi incorporado ao Mapa Estratégico da Dataprev, na perspectiva Resultados, caracterizando o principal elo de integração entres as estratégias da Previdência e da Dataprev. Este objetivo orientou os esforços de planejamento da Dataprev, de acordo com o encadeamento lógico estruturado nos objetivos estratégicos.

Demandas prioritárias atendidas e sustentadas

Fornecer soluções de tecnologia da informação demandadas pelos clientes, conforme as expectativas acordadas e com elevada relevância para realização dos objetivos institucionais dos clientes.

1. **Otimizar os processos finalísticos de negócio e a disponibilidade dos serviços.** Promover a integração e a flexibilidade dos processos, garantir a padronização e a impessoalidade na execução e fortalecer o gerenciamento nas perspectivas de custos, qualidade, produtividade, conformidade e prazos.
2. **Garantir a segurança da informação.** Minimizar os riscos inerentes à informação nas soluções desenvolvidas pela Empresa, com o intuito de preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados e informações.
3. **Buscar a inovação e excelência tecnológica.** Aprimorar as soluções fornecidas pela Empresa, com aplicação de tecnologias inovadoras em áreas estratégicas (qualidade de dados, **gestão** de dados, inteligência do negócio, computação em nuvem, infraestrutura e desenvolvimento de software).
4. **Promover a qualidade e a criação colaborativa de informações corporativas**. Promover a gestão da informação institucional, com o foco na manutenção, geração e aplicação de conhecimentos técnicos e administrativos de interesse organizacional.
5. **Fortalecer o processo de planejamento orientado a resultados.** Consolidar e aperfeiçoar o Planejamento como instrumento de gestão que promove a integração dos três níveis de decisão: estratégico, tático e operacional.
6. **Aperfeiçoar as práticas comerciais e aumentar o portfólio de serviços.** Gerenciar o portfólio e o catálogo de serviços e estruturar ofertas de novos serviços.

7. **Adequar a imagem e o desenho organizacional da empresa aos novos desafios.** Reorganizar o conjunto de responsabilidades, relacionamentos e informações de uso da gestão, de forma a impulsionar as atividades da Empresa para o alcance dos resultados esperados.
8. **Valorizar e desenvolver competências técnicas e gerenciais.** Aperfeiçoar os mecanismos de retenção de pessoas para o quadro técnico e gerencial, com valorização dos resultados alcançados, aquisição de habilidades e competências necessárias ao exercício das atividades técnicas e gerenciais.
9. **Promover a qualidade de vida, a responsabilidade socioambiental e a melhoria nas relações de trabalho.** Fortalecer e executar política de responsabilidade socioambiental consolidando valores e comportamentos, promovendo a cidadania e contribuindo com o combate a desigualdade e exclusão social.
10. **Otimizar os sistemas de apoio à gestão e o gerenciamento da tecnologia interna.** Fornecer sistemas de apoio à gestão adequados as necessidades da Empresa e consolidar as práticas de gerenciamento da tecnologia aplicada à gestão interna.
11. **Aprimorar a estrutura física e a gestão do patrimônio imobiliário.** Melhorar o ambiente de trabalho e a estrutura patrimonial, por meio das adequações necessárias dos imóveis e aprimoramento da gestão de patrimônio.
12. **Aperfeiçoar a aplicação dos recursos financeiros e logísticos.** Fortalecer os mecanismos de gerenciamento financeiro e logísticos, aprimorando o planejamento orçamentário/financeiro e a capacidade de execução dos serviços logísticos.

Estratégias Adotadas com o Direcionamento Fornecimento de Soluções Tecnológicas aos Clientes:

A Dataprev é responsável por um parque tecnológico que interliga a rede de agências da previdência social brasileira e, atualmente, emprega mais de três mil funcionários. Foi criada inicialmente para atender à Previdência Social, porém, nos últimos anos, além do MPS e do INSS, vem consolidando a prestação de serviços, destacadamente nas áreas previdenciária, trabalhista, social e de registros civis, a clientes como: Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os clientes também passam por importante processo de modernização de seus serviços, demandando novas soluções em TI e aumentando as exigências por qualidade e segurança. A área social do governo brasileiro, segmento alvo da empresa, evolui com ações cada vez mais abrangentes, com demandas que exigem a articulação entre vários ministérios e a necessidade de sistemas de informações mais integrados.

Os Resultados destinados ao Fornecimento de Soluções Tecnológicas aos Clientes são orientados para o atendimento das demandas prioritárias dos clientes, consequentemente, estão intimamente relacionados com a missão da empresa de contribuir com a execução e o aprimoramento das políticas sociais do Estado brasileiro.

Tabela 2: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Fornecimento de Soluções Tecnológicas aos Clientes

O Portal CNIS/SIBE foi disponibilizado em produção para uso pelas Agências da Previdência Social (APS), contemplando ainda as funcionalidades relativas a BPC-LOAS (benefícios assistenciais). As funcionalidades relativas às espécies de benefícios por incapacidade foram disponibilizadas para uso, como piloto, em algumas Agências da Previdência Social: APS Brasília-Sobradinho e APS Araraquara. Foram entregues: módulo de controle e concessão de benefícios para segurados especiais, contemplando a possibilidade da auto informação e de verificação de informações em bases sociais do Governo. A Dataprev implementou os módulos de reconhecimento de período de atividade por decisão judicial, para fins de reconhecimento de direitos e benefícios dos trabalhadores, e de reconhecimento de período de atividade por demanda recursal, para garantir os direitos e benefícios dos segurados quando da decisão proveniente de determinação do Conselho de Recursos da Previdência Social. O processo de expansão nacional está previsto para ocorrer durante o ano de 2014, após conclusão do processo de desenvolvimento do SIBE I para as demais modalidades de benefícios.
SIBE II - Processo de Construção na Nova Folha de Pagamento dos beneficiários: a Dataprev implementou o cálculo de RMI (Renda Mensal Inicial) para aposentadorias, realizou a modelagem de nova base de créditos e desenvolveu solução para geração de créditos - versão 1.0, contemplando a execução de 60% das rubricas de orçamento da entidade. A versão disponibilizada contempla ainda o painel de acompanhamento da folha de pagamento e a ferramenta de batimento de informações (conferência automática da geração do crédito).
SIRC - Sistema de Identificação e Registro Civil: conclusão do desenvolvimento do sistema, aguarda a publicação do decreto de regulamentação para implantação nacional. Estima-se que, em 2014, após a homologação definitiva, seja dado início ao processo de implantação nacional do sistema.
Internalização da Sala de Monitoramento do INSS, que tem como objetivo acompanhar, em tempo real, as informações relativas ao atendimento nas mais de 1.500 Agências da Previdência Social em todo o país. Além disso, destaca-se o apoio ao INSS na definição do processo de reformulação dos canais de atendimento para implantação de novos sistemas de gestão, iniciados no ano de 2013.
Foram desenvolvidas, homologadas e implementas nos sistemas da Receita Federal as novas regras para o parcelamento de dívidas previdenciárias de órgãos públicos, previstas nas Leis Federais n. 11.960, de 2009 e 12.058, de 2009. A implantação dessas modificações permitiu, de imediato, a consolidação e a cobrança de aproximadamente 90 mil parcelamentos represados, evitando a prescrição de créditos relativos a dívidas de contribuintes com a União.
A Dataprev implementou novas regras para o cálculo de Guias da Previdência Social (GPS) emitidas / pagas com atraso, atendendo as regras da legislação vigente e a implantação do módulo de cálculo de Multas por Atraso de Entrega de Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações Previdenciárias MAED-GFIP, com previsão de implantação e efetiva utilização no ano de 2014.
A Dataprev atuou na melhoria e unificação dos cadastros da Receita Federal (PUC), atingindo os seguintes objetivos: • PUC 3: Desenvolvimento, homologação e implantação do Sistema de Cálculo e aferição de obras de construção civil que permitirá a emissão da Declaração de Informações sobre Obras – DISO. • PUC 5: Executou-se a Unificação de Cadastros dos Contribuintes com os sistemas de cadastro previdenciários implementado. • PUC 9: A Dataprev desenvolveu o módulo de compensações e restituições de contribuintes com base em dados dos sistemas previdenciários. A implantação nacional do módulo está prevista para o ano de 2014. • PUC 11: Foi desenvolvido e homologado o módulo de certidões de contribuintes, que permitirá a emissão da Certidão Unificada da Receita Federal do Brasil. O processo de implantação nacional está previsto para 2014.
Publicação e divulgação dos dados estatísticos sobre emprego e renda no Brasil, através da publicação do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e do batimento com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Em relação ao CAGED, a Dataprev implementou o módulo de emissão de dados com certificado digital, atendendo a obrigatoriedade deste mecanismo, previsto na Legislação.

Em relação ao Sistema do Seguro-Desemprego, a Dataprev implementou diversos controles sistêmicos, através de cruzamento de informações de concessão com outros sistemas de informações sociais do Governo Federal. Foi implementada também nova rotina de controle de concessão para pescadores artesanais, com o batimento de informações com o sistema do Registro Geral de Pesca (RGP), mantido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Ainda em relação ao módulo Pescador Artesanal, realizou-se batimento de dados de beneficiários com a RAIS dos últimos 5 (cinco) anos. Por último, foram desenvolvidos novos Relatórios de desempenho do seguro-desemprego e dos sistemas de intermediação de mão-de-obra e da base de gestão.
Foram desenvolvidas as 2 (duas) primeiras etapas do novo Sistema de Controle de Autos de Infração (SCAI) e o início do processo de desenvolvimento e migração dos sistemas de inteligência de negócios da Previc, migrando da plataforma Business Objects para a plataforma Webfocus.
Implementou a primeira versão do CNIS–RPPS, sistema cadastral dos servidores abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social. Foi também implementado a primeira versão do Sistema de Informações Gerenciais do RPPS (INFORME-RPPS).
A Dataprev e o Serpro estabeleceram um consórcio (Consórcio Serpro x Dataprev – CSD) com a finalidade de desenvolver o novo Sistema de Gestão de Pessoas – Sigepe e o novo sistema de estruturas organizacionais da Administração Pública Federal – Siorg. A Dataprev atuou no desenvolvimento das funcionalidades de negócios relacionadas a avaliação de desempenho (AD), gestão de anistiados, serviços públicos ao cidadão e gestão de desenvolvimento de pessoas. O cronograma do projeto foi executado de acordo com o cronograma estabelecido pelo Consórcio.
Realizou a publicação das informações do Anuário Estatístico da Previdência Social no modelo de dados abertos. Implementou solução na internet que disponibiliza 102 conjuntos de dados, envolvendo seis grupos temáticos: acidentes de trabalho; benefícios; contribuintes, serviços previdenciários, créditos e receita. São informações estatísticas agregadas, em três formatos (CSV, XML, JSON), que não identificam nem cidadãos nem empresas. O trabalho foi feito com o CKAN, software livre especializado na publicação de dados abertos.

Estratégias Adotadas com o Direcionamento Excelência Operacional:

A Dataprev busca ser reconhecida pela sua excelência no ciclo produtivo, o que significa entregar produtos e serviços estáveis, nos prazos acordados e que atendam às expectativas dos clientes. O desafio está na reestruturação e consolidação dos processos do ciclo produtivo. Desta forma, as melhorias serão plenamente percebidas pelos clientes e a empresa irá adquirir uma maior capacidade operacional, viabilizando novos ciclos de crescimento e mudança.

As ações em segurança da informação possuem estreita relação com a tecnologia para implementação de medidas de prevenção ou de proteção. Estão estruturadas de forma a reduzir as vulnerabilidades dos sistemas de TIC, buscando a evolução da capacidade de inspeção dos registros de eventos, detecção e reação aos incidentes, a eficiência, gestão de riscos para apoiar a escolha de controles de segurança, por meio de soluções de compromisso que levem em conta o equilíbrio da relação custo x benefício de implementação, dentre outros aspectos operacionais.

Tabela 3: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Excelência Operacional:

Em relação as estruturas de bancos de dados, realizou-se a padronização de versões de SGBDR e prova de conceito com outras tecnologias baseado em aplicações complexas (transações/PL/FORMS). Foi definido modelo de integração de aplicações híbridas (Oracle – Postgree), visando a implementação de solução alternativa a SGBD Oracle. Adicionalmente foram identificadas aplicações candidatas a migração e iniciada a implantação de ambiente de alta disponibilidade para Bases de Dados Postgree.
Os projetos relacionados a garantia de alta disponibilidade dos ambientes computacionais dos principais sistemas de informação mantidos pela Dataprev, foram também evoluídos. Destaca-se a implantação de alta disponibilidade local para o SIBE – Sistema de Benefícios e SIRC - Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, proporcionando melhoria na continuidade do negócio.

Realizadas obras de infraestrutura no Centro de Processamento São Paulo (Chilers; subestação elétrica; sala de geradores; sala UPS; Sala do NOC – Centro de Operações) que passou a operar, em 2014, com uma nova sala-cofre e demais áreas reformadas (sala de telecomunicações, fitoteca, etc) totalizando um data center com área total de 350 m². O processo de monitoramento também foi aperfeiçoado inclusive para os equipamentos de rede elétrica e de climatização e acondicionamento de ar.
No que se refere aos resultados de modernização da infraestrutura do Centro de Processamento do Rio de Janeiro (CPRJ), a Dataprev realizou a preparação da área para a nova Sala Cofre e ampliação da capacidade elétrica do CPRJ (com valor provisório para 1200KVA), possibilitando a disponibilidade de energia para instalação de novos equipamentos e melhor salvaguarda dos equipamentos do sistema de climatização e acondicionamento de ar.
Elaborado novo modelo de proteção de dados e realizado estudo identificando as necessidades de aquisições futuras, para a expansão/atualização das atuais soluções de proteção de dados e para as novas soluções de proteção de dados, que permitirão a melhoria dos processos de backup e restore.
Firmado contrato para fornecimento de equipamentos de rede para implantação do novo modelo de Redes LAN (10 Gb) dos Centros de Processamento. A nova arquitetura de Data Center, baseada na tecnologia ethernet, em 10Gbps, oferecerá a infraestrutura de rede adequada aos Centros de Processamento para implantação dos novos servidores, permitindo a racionalização dos recursos da rede e agregando modernização tecnológica. Concluídas as instalações da Rede de Acesso Satélite e Região III e dos novos circuitos de Internet para o Centro de Processamento Rio de Janeiro e Distrito Federal, com ampliação da capacidade de vazão da Internet.
Realizada a adequação da infraestrutura de armazenamento por meio da modernização do subsistema de armazenamento USP-V da HDS, alterando a capacidade de armazenamento destes storages, em cada um dos Centros de Processamento, de 480 TB (terabytes) para 2.000 TB.
Instaladas as fitotecas para os mainframes nos sites CPRJ e CPSP, permitindo a devolução dos silos robóticos tecnologicamente defasados. Com a desmobilização dos Mainframes, as fitotecas poderão ser direcionadas para atendimento a plataforma aberta.
Foi efetivada a aquisição de solução de gerenciamento de impressão para os mainframes, permitindo a modernização dos processos de impressão e, posteriormente, com a desativação do mainframe, a incorporação deste gerenciador a plataforma baixa, garantindo assim a preservação dos investimentos realizados na aquisição.
Foi realizada a atualização da infraestrutura de software do PRISMA, evitando que eventuais paradas por indisponibilidade do ambiente afetassem os serviços de concessão de Benefícios.
Foi implementada a metodologia do “Selo de Qualidade de Software”, que visa a melhoria da qualidade dos produtos de software desenvolvidos pela Dataprev. O trabalho não se restringiu a gerar o selo para os produtos de software entregues pelos projetos, mas visa, principalmente, a corrigir falhas nos processos, identificar redução de custos e melhorar a eficácia dos recursos de desenvolvimento da Dataprev.
Implantado processo de monitoração centralizada de rede WAN nos Centros de Processamento Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal e monitoração dos circuitos que interligam as localidades das Centrais 135 no Centro de Processamento do Rio de Janeiro.
Foi implementado o novo monitoramento em plataforma baixa para os seguintes serviços: CNIS/SIBE, RFB, MTE e ECO possibilitando a melhoria da monitoração destes serviços.
Elaborou plano de contingenciamento dos processos de trabalho da Superintendência de Atendimento (SUAT), das Unidades Regionais da Dataprev e também da Superintendência de Desenvolvimento e Sistemas (SUDS). Em relação as ações de continuidade de negócios, foi dado início ao processo de provisão de infraestrutura para contingenciamento (e continuidade de negócios) dos sistemas do MTE (cerca de 80% concluído em 2013) e também do Sistema de Benefícios (SIBE) do INSS (iniciado).
A Dataprev desenvolveu a nova solução de autenticação e autorização de acesso a sistemas, o GerID. Alguns atrasos em relação ao desenvolvimento deste Sistema ocorreram em virtude da multiplicidade e da complexidade de requisitos dos sistemas finalísticos dos clientes, além da diversidade de arquiteturas de implementação nos sistemas mantidos pela empresa.

Em relação a implementação da arquitetura orientada a serviços (SOA), a Dataprev definiu escopo (requisitos) e implementou solução SOA nos ambientes de desenvolvimento e produção. A implantação de uma arquitetura orientada a serviços (SOA) trouxe vários benefícios à empresa. Destaca-se a interoperabilidade, onde é possível à disponibilização de serviços para apoiar múltiplas plataformas e clientes, facilitando assim a gestão centralizada dos serviços e a comunicação entre sistemas heterogêneos. Outra vantagem importante trazida pela implantação do SOA é o controle de acesso aos serviços, que favorece a estruturação de políticas para evitar sua indevida utilização. A implantação do ambiente SOA iniciou um processo de mudança no modo de trabalhar da empresa, atualmente baseado em aplicações para uma arquitetura totalmente pensada em serviços reutilizáveis.
A Dataprev celebrou convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais visando o intercâmbio de conhecimentos sobre a tecnologia de Big Data, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de serviços de cruzamentos dados estruturados e não estruturados. O Convênio foi firmado em 2013 e o projeto-piloto vem sendo desenvolvido em parceria com a UFMG. A Dataprev preparou a infraestrutura interna e os ambientes de processamento de dados para realização do projeto-piloto.
A empresa estruturou também uma área para tratar de projetos envolvendo a aplicação de inteligência de negócios (*Business Inteligence*).
O processo de transposição das bases de dados dos sistemas da RFB e PGFN para plataforma baixa ocorreu durante os dias 09 a 26 de dezembro, abrangendo as fases previstas no projeto de migração conduzido pela área técnica. No dia 27 de dezembro de 2013, os novos sistemas em plataforma baixa estavam disponíveis para uso nas Delegacias da RFB, Procuradorias da Fazenda Nacional e na Internet. Trata de um projeto que abrangeu em esforço de migração de 8,5 bilhões de registros para banco de dados relacional (Oracle) e envolveu esforço de reescrever mais de 3,4 mil linhas de código para plataforma Java, sendo considerado um dos maiores projetos do gênero no mundo.
O processo de desmobilização total dos ambientes de Mainframe MV2 e CV2 ocorrerá no ano de 2014. Em relação a plataforma CV3, a desmobilização depende ainda da conclusão do processo de redesenho e migração do novo Sistema de Benefícios (SIBE II) que está sendo desenvolvido pela Dataprev, assim como demais aplicações “satélites”, referentes a Benefícios da Previdência Social, hoje residentes no mainframe UNISYS CV3.

Estratégias Adotadas com o Direcionamento Fortalecimento da Gestão:

O crescimento da Empresa e seus novos desafios são traduzidos no incremento na demanda de serviços e, consequentemente, na pluralidade de negócios e clientes. Neste cenário, a Dataprev necessita fortalecer seus processos internos de gestão, como forma de conseguir absorver os serviços dos novos clientes e conseguir alcançar eficiência na prestação de serviços de TIC para a área social do Governo Federal.

É neste contexto, que a Dataprev estabeleceu diretrizes e ações que promovem melhorias nos processos de gestão empresarial da Empresa. Em 2013, as prioridades foram direcionadas para o processo de planejamento, gestão de pessoas, as questões logísticas e de infraestrutura física e patrimonial, além das questões relacionadas a qualidade de vida, do trabalho e da responsabilidade socioambiental.

Tabela 4: Principais Benefícios Alcançados em 2013 - Fortalecimento da Gestão

Construção de uma nova marca para a Empresa. A nova identidade foi possível a partir da contratação de uma empresa especializada em Branding (Gestão de Marca). Diversas ações foram executadas, como entrevistas, pesquisas e levantamento de diagnóstico, somado à avaliação dos valores da empresa e as percepções de negócio dos clientes e do próprio público interno, que resultou, ao final do ano de 2013, em uma proposta de redesenho da marca. A nova marca foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa.
No decorrer de 2013 foram realizadas 592 atividades de capacitação presenciais, compreendendo cursos internos (ministrados por instrutores da Dataprev) e externos (ministrados por fornecedores externos) e 20 turmas na modalidade EaD, que alcançaram 5.975 empregados em cursos presenciais e 3.665 em EaD, totalizando um investimento de R$ 1.656.227,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte e sete reais) que se refere ao total investido em capacitação, com exceção dos valores relacionados à Pós-graduação, que também apresentaram uma elevação quanto ao valor investido, em função da abertura de novo edital ao longo do ano. Além das atividades de capacitação realizadas por fornecedores externos, foram realizadas cerca de 321 treinamentos internos, que alcançaram 3.637 participações ao custo de R$ 47.340,00 pagos aos empregados/instrutores internos, sob forma de incentivo ao compartilhamento de conhecimento. Os treinamentos mais incentivados abordam temas relacionados ao Desenvolvimento de Software. Ainda em relação às atividades de desenvolvimento profissional incentivadas pela empresa, registra-se o investimento financeiro de R$ 479.311,00, realizados no âmbito do Programa de Incentivo à Pós- Graduação, que permitiu o ingresso de 59 empregados no Programa ao longo de 2013. Como continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, em 2013 as áreas da Dataprev realizaram seu levantamento de necessidades de capacitação com uma nova metodologia, onde utilizavam como referência os resultados estratégicos do Plano de Ação 2013, visando intensificar o alinhamento com os resultados da organização. As funcionalidades de avaliação de resultados e certificação do sistema Protheus, módulo de T&D, que ainda não estavam disponíveis e que tinham previsão de conclusão no primeiro semestre de 2013 não foram concluídas da forma prevista e ajustes ainda serão implementados em 2014.
No âmbito da Educação a Distância, destacamos em 2013 a capacitação de 3.665 treinandos, em 20 ofertas de 4 cursos (Fonte : Departamento de Educação Corporativa - DEEC). Neste ano, foi implantado o novo modelo de Formação Corporativa para os novos empregados, na modalidade de Educação à Distância. Seu principal objetivo é facilitar o acesso dos empregados recém-contratados, que se encontram dispersos em diferentes regiões do país, às informações relevantes sobre a organização facilitando a sua adaptação.
Em 2013, o Programa de Acompanhamento de Empregado Afastado e Retorno Laborativo teve como público-alvo os empregados afastados por motivo de doença há mais de 90 dias. O acompanhamento aos empregados afastados há mais de 90 dias iniciou-se em 30/07. Até o final do ano, a equipe atendeu 80% dos empregados afastados há mais de 90 dias, contemplando empregados de 15 estados. Em relação a redução dos índices de absenteísmo, o dado estatístico foi obtido a partir do computo dos itens “licença médica até 15 dias”, “auxílio-doença previdenciário” e “auxílio-doença acidentário”, registra-se uma redução de 5,5% na média anual da relação dias de afastamento por total de empregados.
Reforma dos ambientes internos do Edifício Sede, em andamento, sendo as partes externas – escada de emergência e acabamentos do revestimento na fachada transferidas para execução em 2014, em função de permanecer em tramitação o licenciamento da obra junto aos setores competentes do Governo do Distrito Federal.
O projeto de reforma das instalações da unidade da empresa na Paraíba foi finalizado e realizou-se a entrega de um elevador modernizado.
Conclusão do projeto de reforma do prédio próprio da Dataprev, no Ceará.

Demais obras implementadas:

- Mudança para a nova instalação da Empresa no Paraná.
- Mudança para a nova instalação da Empresa no Mato Grosso do Sul.
- Conclusão da obra de reforma da instalação da Empresa em Alagoas.
- Contratação da modernização dos elevadores na instalação da Empresa no Maranhão.
- Início da contratação do novo sistema de climatização (ar condicionado) da instalação da empresa no Pará.
- Conclusão da obra da climatização de precisão (acondicionamento de ar) para a sala cofre Centro de Processamento Rio de Janeiro.
- Adequação de um pavimento de prédio da Dataprev no Rio Grande do Norte e implantação de uma nova Unidade de Desenvolvimento de Software (UDRN). A obra permitiu a operação de novos serviços, com a alocação de 120 novos empregados.

A implantação do Modelo de Segurança Física e Patrimonial, que teve abrangência em todas as unidades prediais da Empresa. Contou com a atuação de uma empresa de consultoria especializada em Gestão de Riscos. As ações recomendadas pela consultoria foram implantadas em todas as unidades prediais da Empresa, com base no diagnóstico dos riscos inerentes a cada prédio.

Atualmente, a Dataprev possui uma metodologia própria para análise e tratamentos de riscos de segurança física e patrimonial (como determinar os riscos, conceituá-los, classificá-los e tratá-los), bem como detém um retrato sobre a situação de todas as unidades prediais, inclusive com determinação individual do nível de risco para cada prédio.

A implantação do Modelo de Segurança Física e Patrimonial trouxe benefícios, tais como:

- Redução de custo dos contratos de vigilância;
- Definição do Planos de Emergência para todas unidades prediais;
- Capacitação e padronização de procedimentos operacionais;
- Redução do nível de risco nas instalações prediais;
- Aumento da maturidade na prevenção de riscos de segurança.

A implantação do Modelo de Gestão Predial teve abrangência nacional, com foco no estabelecimento de diretrizes e procedimentos para monitoramento e manutenção das condições adequadas dos ambientes das instalações da Dataprev. O novo modelo definiu papéis e responsabilidades das áreas executoras do suporte à infraestrutura operacional, com destaque para a figura do Gestor Predial, praticamente o síndico de cada instalação.
Esse modelo estabeleceu um canal único para as demandas dos usuários e criação de mecanismos de gestão, avaliação e controle. Promove o constante compromisso com a sustentabilidade e a satisfação do cliente, na gestão de processos e no prazer em servir com padrão de qualidade.
Cada unidade predial da empresa possui uma Central de Atendimento, vinculada ao Gestor Predial, sendo responsável pelo suporte operacional, recebendo, distribuindo, acompanhando e monitorando a execução dos serviços compartilhados requisitados pelos usuários na unidade predial, permitindo que as solicitações sejam feitas por meio de um único canal de gestão e executados pelas áreas competentes de maneira rápida e satisfatória.

O novo modelo de gestão de contratos da DIT, que criou a figura do Gestor Executivo, proporcionou controle adequado dos procedimentos de gestão, permitindo aos Gestores Técnicos maior dedicação aos processos finalísticos.
O planejamento adequado dos investimentos em TIC propiciou a definição de uma escala de prioridades, contribuindo com o alcance do elevado índice de realizações de investimentos em 2013.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A forma de apresentação das informações sobre a programação orçamentária e financeira e resultados alcançados pela Dataprev no exercício de 2013, relativas ao Plano Plurianual – PPA, foram ajustadas as especificidades da Empresa, de acordo com os moldes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Seguem o § 1º do Artigo 2º da Portaria TCU 175/2013, segundo o qual *"Os quadros (...) são padrões de referências para elaboração dos conteúdos do relatório de gestão do exercício de 2013, sendo que as unidades jurisdicionadas podem fazer ajustes em razão de suas especificidades e para melhor expressar a gestão".*

Neste sentido, os subitens e seus respectivos quadros que apresentam as informações sobre a Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados pela Empresa foram adaptados para atender as exigências legais de forma mais clara e concisa, ou foram excluídos, por não se aplicarem as peculiaridades da Dataprev. Vide **tabela 5** a seguir.

Tabela 5: Lista de Quadros da Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadros sobre a execução orçamentária e financeira	Ocorrências		
	Adaptado as peculiaridades da Dataprev	**Excluído, por não se aplicar à Dataprev**	**Excluído, pois não houve ocorrência no período**
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático		X	
Quadro A.2.2.2 – Objetivo		X	
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS		X	
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS		X	
Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS		X	
Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento	X		

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

Ações – Orçamento de investimento – OI (adaptado)

QUADRO 2: A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R$ 1,00

Identificação da Ação			
Código	0807 33202 **4117** 0001	**Tipo**: Atividade	
Título	**Ação 4117 – Manutenção e Adequação de Infra-estrutura de TI para a Previdência Social**		
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestutura de Empresas Estatais Federais	**Tipo:** 2 – Gestão e Manutenção	**Código:** 0807
Unidade Orçamentária	33202 - Dataprev		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Meta**				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida*	Previsto	Reprogramado	Realizado
73.500.000	**108.500.000**	**107.411.475**	**–**	**98,99%**	**–**	**–**	**–**

Fonte*: Divisão de Orçamento - DIOR*

(continuação) Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

R$ 1,00

Identificação da Ação			
Código	0807 33202 **4101** 0001	**Tipo**: Atividade	
Título	**Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**		
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestutura de Empresas Estatais Federais	**Tipo:** 2 – Gestão e Manutenção	**Código:** 0807
Unidade Orçamentária	33202 - Dataprev		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida*	Previsto	Reprogramado	Realizado
158.000.000	**118.000.000**	**117.973.536**	**–**	**99,98%**	**–**	**–**	**–**

Fonte*: Divisão de Orçamento - DIOR*

(continuação) Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

R$ 1,00

Identificação da Ação			
Código	0807 33202 **4102** 0001	**Tipo**: Atividade	
Título	**Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**		
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestutura de Empresas Estatais Federais	Tipo: 2 – Gestão e Manutenção	Código: 0807
Unidade Orçamentária	33202 - Dataprev		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Meta**				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida*	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.000.000	**7.000.000**	**3.194.579**	**–**	**45,64%**	**–**	**–**	**–**

Fonte*: Divisão de Orçamento - DIOR*

A execução física e financeira dessas três ações estão relacionadas com os resultados do Plano de Ação – Execício 2013, de acordo com a distribuição apresentada na **Tabela 3 – Resultados do Plano de Ação 2013 por Ações do Orçamento de Investimento – OI**, a seguir apresentada.

Tabela 6: Resultados do Plano de Ação 2013 por Ações do Orçamento de Investimento - OI

Ação 4117 – Manutenção e Adequação de Infra-estrutura de TI para a Previdência Social	Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
03.01 - Alta disponibilidade local dos serviços: CNIS, SIBE, MTE, SIRC e ECO implantadas (inclui MTE como cluster)	—	—
03.02 - Centro de Competência de Inteligência de Negócios implantado	—	—
03.03 - Processo de atualização tecnológica contínua de infraestrutura implantado	—	—
03.05 - 100% softwares desenvolvimento conformidade processo desenv./testes	—	—
03.06 - Um projeto que cruze dados estruturados/não estruturados (Big-Data)	—	—
03.09 - Novo modelo de rede (3 Gb) implantado nos datacenters RJ, DF e SP	—	03.09 - Novo modelo de rede (3 Gb) implantado nos datacenters RJ, DF e SP
03.14 - Ter base testes mascarada em uso clientes < 10% volume CNIS	—	—
04.01 - Portal CNIS/SIBE (LOAS e BI) implantado nacionalmente	04.01 - Portal CNIS/SIBE (LOAS e BI) implantado nacionalmente	04.01 - Portal CNIS/SIBE (LOAS e BI) implantado nacionalmente
04.08 - SIBE II (nova folha de pagamento rodando em paralelo) em homol.	—	—
05.01 - Procedimento de Segurança no ciclo produtivo definido e implantado	—	—
—	06.01 - Solução de infraestrutura do CPSP implantada e em operação	—
06.02 - Nova solução de infraestrutura do CPRJ capacidade prov 900KVA	06.02 - Nova solução de infraestrutura do CPRJ capacidade prov 900KVA	06.02 - Nova solução de infraestrutura do CPRJ capacidade prov 900KVA
—	06.03 - DF - Montagem da estrutrura da escada e reforma de 01 pavimento tipo	—
06.08 - Projeto de reforma da Paraíba concluído, elevadores em funcionamento	06.08 - Projeto de reforma da Paraíba concluído, elevadores em funcionamento	—

(continuação) Tabela 3 – Resultados do Plano de Ação 2013 por Ações do Orçamento de Investimento - OI

Ação 4117 – Manutenção e Adequação de Infra-estrutura de TI para a Previdência Social	**Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis**	**Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**
—	06.11 - Projeto de reforma do Ceará concluído	—
06.13 - Prioridades do plano de demais obras implantadas	06.13 - Prioridades do plano de demais obras implantadas	06.13 - Prioridades do plano de demais obras implantadas
1A.08 - Gestão de infraestrutura de TIC interna estruturada	—	—
1A.20 - Gestão de portfólio de projetos implantada no Portal da Previc	—	—
∑ 107.411.475,00 (Valor Realizado)	∑ **117.973.536,00 (Valor Realizado)**	∑ **3.194.579,00 (Valor Realizado)**

Fonte: *Divisão de Orçamento - DIOR*

Análise situacional

A realização da rubrica Investimentos, *Programa 0807 - Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais*, alcançou o valor de R$ 228,6 milhões, equivalente a 97,9% do total do orçamento reprogramado para o exercício de R$ 233,5 milhões. Os principais investimentos, que juntos somam R$ 191,6 milhões, se referem, basicamente, às aquisições na:

- Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, Data Center (Sala Cofre-CPRJ) e Data Center (Sala Cofre-CPSP); e
- Ação 4117 – Manutenção e Adequação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social, Storage, Licença de Software de Virtualização VMWare, e Equipamentos de TIC.

A Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos ficou aquém da dotação, com realização de R$3,2 milhões, devido a não aquisição de parte do mobiliário previsto, em razão de contingenciamento de recursos no 4° trimestre de 2013.

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

A seguir são apresentados os resultados alcançados pela Dataprev no exercício de 2013, tendo como referência as metas estabelecidas no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos Empregados (PPLR) para o mesmo período.

2.3.1 Indicadores relativos ao desempenho da gestão

2.3.1.1 Rentabilidade sobre o patrimônio líquido

Nome do Indicador	**Sigla do indicador**	**Fonte**	**Aferição**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	RPL	DEGC	Mensal	Anual	Percentagem

Meta para 2013	10,00%		
Critério para meta	A elevação da meta busca atender à Política de Preços da Dataprev; manter o propósito de Empresa que atua no setor público com principal enfoque na área social e manter margem de lucratividade adequada aos investimentos.		
Série Histórica	**2010**	**2011**	**2012**
	11,43%	44,08%	33,82%
Comportamento esperado	maior-melhor		
Utilidade do Indicador			
Medir a eficiência gerencial na utilização dos recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, ou seja, medir a taxa de remuneração do Capital Próprio.			
Tipo de Indicador	Eficiência		
Fórmula de Cálculo			
RPL = LL / PL * 100			
Método de Aferição do Indicador			
LL = Lucro (Prejuízo) Líquido PL = Patrimônio Líquido			
Área Responsável pelo Cálculo	**Departamento de Gestão Contábil - DEGC**		

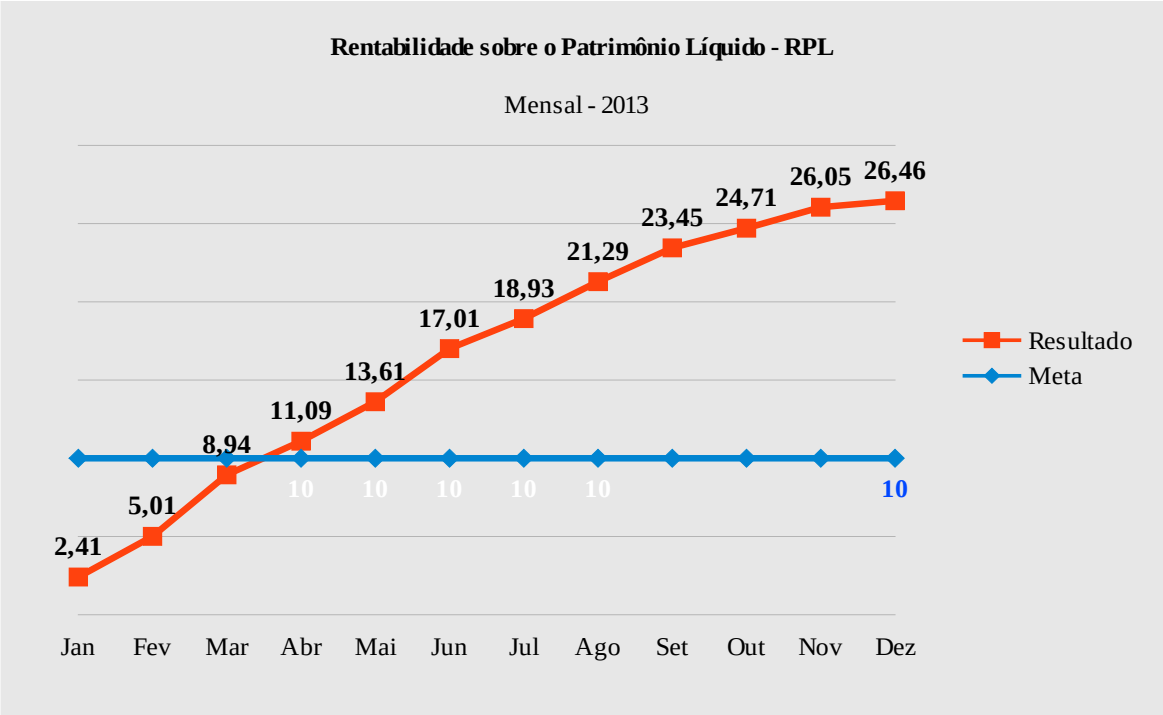


Figura 9: Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

O retorno líquido dos recursos investidos no exercício atingiu a taxa de 26,46%, estando acima da meta de 10,00% estabelecida para o exercício de 2013.

O aumento das receitas em 10,52% e das despesas totais em apenas 9,21%, face medidas de contenção adotadas pela direção da empresa, entre outros fatores, refletiram no aumento do lucro líquido do exercício e consequentemente da RPL.

2.3.1.2 Margem operacional

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Margem Operacional	MO	Demonstração do Resultado do Exercício	Mensal	Anual	Percentagem

Meta para 2013	7,50%		
Critério para meta	A elevação da meta busca atender à Política de Preços da Dataprev; manter o propósito de Empresa que atua no setor público com principal enfoque na área social e manter margem de lucratividade adequada aso investimentos.		
Série Histórica	**2010**	**2011**	**2012**
	4,31%	23,82%	23,56%
Comportamento esperado	maior-melhor		
Utilidade do Indicador			
Medir a relação entre o Lucro/Prejuízo Operacional e a Receita Operacional Líquida. De âmbito interno, visa avaliar qual o percentual do lucro operacional.			
Tipo de Indicador	Eficiência		
Fórmula de Cálculo			
MO = LO / ROL * 100 onde: MO = Margem Operacional LO = Lucro Operacional ROL = Receita Operacional Líquida			
Método de Aferição do Indicador			
Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balanço.			
Área Responsável pelo Cálculo	**Departamento de Gestão Contábil - DEGC**		

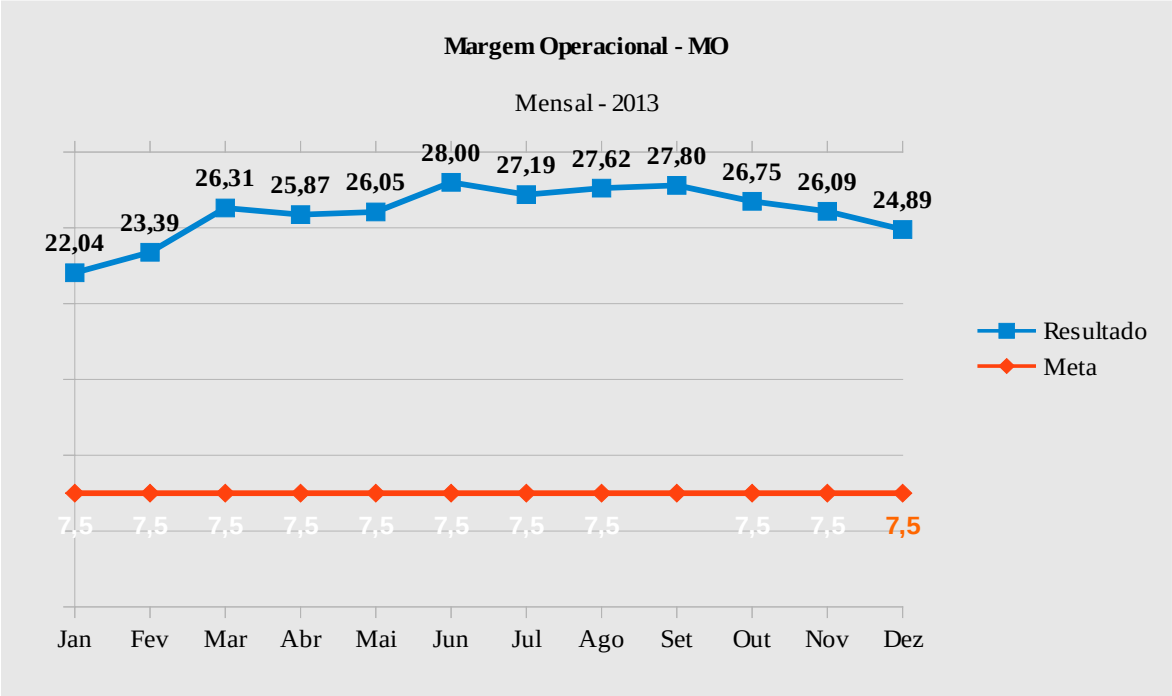


Figura 10: Margem Operacioal

A margem operacional de dezembro foi de 24,89%, ficou acima da meta de 7,50% estabelecida para o exercício de 2013. Da mesma forma que a RPL, o aumento do nível das receitas em 10,52% e das despesas totais em apenas 9,21%, entre outros fatores, estão aliadas as medidas de contenção dos gastos adotadas pela empresa, as quais foram primordiais para o resultado obtido.

2.3.1.3 Cumprimento dos acordos de nível de serviço

Nome do Indicador	**Sigla do indicador**	**Fonte**	**Aferição**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço	C-ANS	Diversos	Mensal	Anual	Índice

Meta para 2013	1,0000
Critério para meta	A meta estabelecida para o exercício não tem a pretensão de superar a do exercício de 2012, levando-se em conta que a manutenção do ponto médio entre 0 e 2 reflete a adequação dos ambientes da Empresa ao que vem sendo exigido contratualmente pelos seus clientes.

Série Histórica	**2010**	**2011**	**2012**
	1,0502	1,0535	1,0540
Comportamento esperado	maior-melhor		

Utilidade do Indicador

Mostra o índice de atendimento aos níveis de serviço estabelecidos em contratos com os clientes. Representa a média aritmética entre os Índices de Cumprimento de cada Acordo de Nível de Serviço (ICn).

Tipo de Indicador	Execução

Fórmula de Cálculo

C-ANS = (IC1 + IC2 + ... + ICn) / n
Onde (n) é a quantidade de Acordo de Nível de Serviço estabelecido.
Os Índices de Cumprimento (ICn) é calculado pela razão entre o valor alcançado (realizado) e o valor acordado em contrato. O Índice de Cumprimento deve assumir valores limitados no intervalo [0,2].

Método de Aferição do Indicador

As áreas técnicas da DRD e da DIT devem monitorar o cumprimento dos ANS, informando periodicamente os resultados alcançados.

Área Responsável pelo Cálculo	**Coordenação Geral de Contratos com Clientes - CGCC**

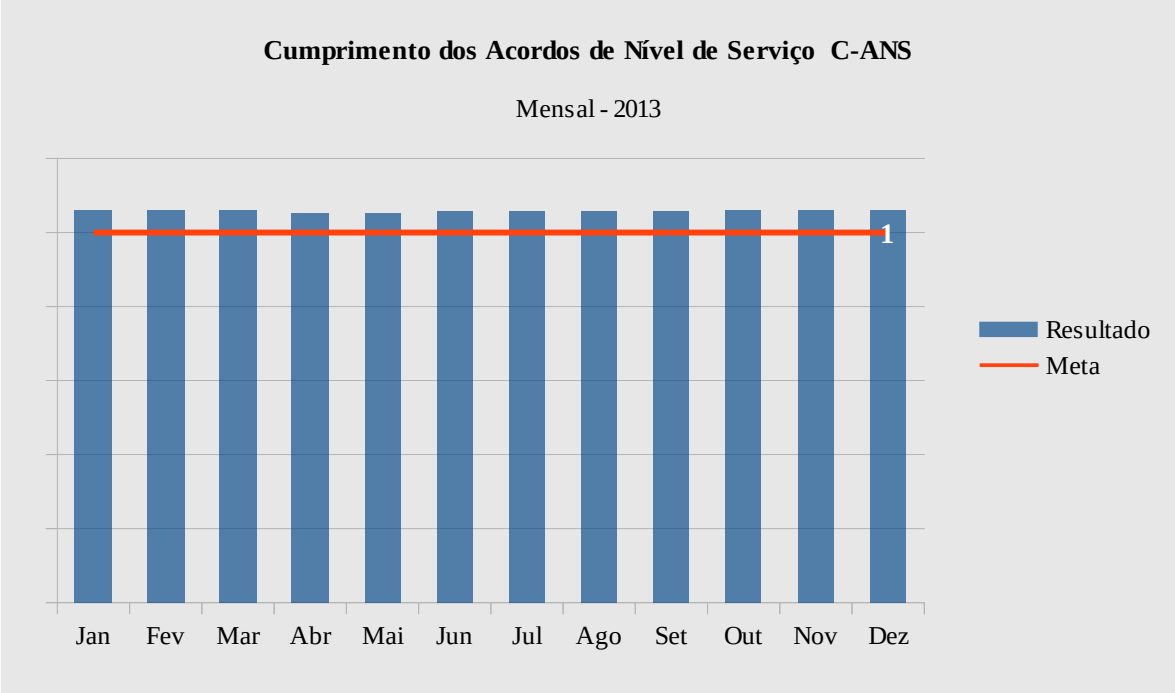


Figura 11: Cumprimento dos Acordos de Nivel de Seviço

O Índice de Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço - C-ANS é calculado baseando-se nos resultados apresentados nos Relatórios de Gerenciamento de Níveis de Serviço dos Contratos INSS, MPS, RFB, PGFN, PREVIC e MTE.

O resultado do C-ANS ao fim do exercício 2013 foi de 1,0577 (média entre os resultados).

O C-ANS de janeiro a setembro, apresentou valores equilibrados, com variação entre 1,0517 e 1,0616 acima da meta em todas as competências - demonstrando que a Dataprev atingiu os níveis de disponibilidade/atendimento estabelecidos junto aos clientes.

Todos os serviços dos contratos dos clientes INSS, MPS, PGFN, e MTE, objetos de apuração do C-ANS, apresentaram Disponibilidade Apurada (Dap) acima da Disponibilidade Contratada (Dct) nos Acordos de Nível de Serviços firmados para todos os meses avaliados.

Registre-se que no mês de maio quatro serviços do cliente RFB, apresentaram Disponibilidade Apurada (Dap) abaixo da Disponibilidade Contratada (Dct) nos serviços: AGUIA – Serviços de integração com o cadastro do CNPJ, CND – Certidão Negativa de Débito – Sistema de Baixa de Empresas, SAL – Cálculo de Acréscimos Legais de Empresas e Equiparados e SAL – Cálculo de Acréscimos Legais de Contribuintes Individuais.

No mês de agosto, para o cliente PREVIC, observou-se que o serviço SICADI apresentou Disponibilidade Apurada (Dap) abaixo da Disponibilidade Contratada (Dct). Em decorrência especificamente da disponibilidade do Módulo Demonstrativo de Investimento deste serviço apurado no mês.

O C-ANS dos meses de outubro, novembro e dezembro apresentaram valores equilibrados, com variação entre 1,0587 e 1,0617 - acima da meta em todas as competências - demonstrando que a Dataprev atingiu os níveis de disponibilidade/atendimento estabelecidos junto aos clientes.

Os serviços dos contratos INSS, MPS, RFB, PREVIC, PGFN e MTE, objetos de apuração do C-ANS, apresentaram Disponibilidade Apurada (Dap) acima da Disponibilidade Contratada (Dct) nos Acordos de Nível de Serviços firmados no decorrer dos três meses.

Abaixo o C-ANS, mês a mês, dos serviços dos contratos MTE, INSS, MPS, RFB, PREVIC e PGFN.

Competência	Contratos						C-ANS	Meta
	MTE	INSS	MPS	RFB	PREVIC	PGFN		
Jan	1,0204	1,0920	1,0438	1,0511	1,0649	1,0526	1,0612	1
Fev	1,0204	1,0911	1,0433	1,0521	1,0601	1,0526	1,0582	1
Mar	1,0204	1,0907	1,0435	1,0526	1,0724	1,0526	1,0616	1
Abr	1,0123	1,0892	1,0434	1,0517	1,0753	1,0517	1,0518	1
Mai	1,0204	1,0920	1,0438	1,0428	1,0727	1,0526	1,0517	1
Jun	1,0161	1,0912	1,0431	1,0488	1,0753	1,0514	1,0548	1
Jul	1,0204	1,0913	1,0438	1,0496	1,0712	1,0526	1,0562	1
Ago	1,0204	1,0902	1,0429	1,0524	1,0534	1,0526	1,0566	1
Set	1,0197	1,0915	1,0438	1,0526	1,0740	1,0517	1,0581	1
Out	1,0202	1,0909	1,0422	1,0526	1,0660	1,0526	1,0617	1
Nov	1,0111	1,0915	1,0424	1,0518	1,0753	1,0526	1,0617	1
Dez	1,0192	1,0903	1,0430	1,0470	1,0704	1,0479	1,0587	1
			Média 2013				1,0577	

Figura 12: Cunprimento dos Acordos de Nível de Serviço – Mensal por Contrato

2.3.1.4 Índice de cumprimento de prazo dos projetos da Dataprev

Nome do Indicador	**Sigla do indicador**	**Fonte**	**Aferição**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Índice de Cumprimento de Prazo dos Projetos da Dataprev	ICPP	RAP – Relatório Mensal de Acompanhamento de Projetos	Mensal	Anual	Percentagem

Meta para 2013	78%
Critério para meta	Aumento de 8 pontos percentuais em relação a meta de 2012.

Série Histórica	**2010**	**2011**	**2012**
	-	69%	76%

Comportamento esperado	maior-melhor

Utilidade do Indicador

O ICPP é uma das medidas para verificação do cumprimento dos compromissos de prazos da Empresa.

Tipo de Indicador	Execução

Fórmula de Cálculo

ICPPt = QPCPt / QTPt * 100
onde:
ICPPt = índice de cumprimento de prazo dos projetos, no mês t
QPCPt = quantidade de projetos com cronograma dentro do prazo previsto, no mês t
QTPt = quantidade total de projetos em análise, no mês t
ICPP = (ICPP1 + ICPP2 + ICPP3 + ` + ICPP10 + ICPP11 + ICPP12) / 12

Método de Aferição do Indicador

Os "projetos com cronograma dentro do prazo previsto" compreendem aqueles projetos cujos cronogramas encontram-se em dia, bem como os projetos que apresentam pequenos atrasos passíveis de recuperação ou com até 30 dias de atraso.
Os projetos em andamento e os encerrados (concluídos, cancelados e suspensos) serão contabilizados com base na situação do projeto no último dia do mês de referência. Os projetos concluídos, suspensos ou cancelados serão contabilizados no indicador apenas no mês do seu encerramento.
O ICPP varia, portanto, entre "zero" (quando todos os projetos estão atrasados) e "um" (quando todos os projetos são considerados sem atraso), sendo que o índice médio do ano será obtido pela média aritmética dos índices mensais.

Área Responsável pelo Cálculo	Coordenação Geral de Escritório de Projetos - CGEP

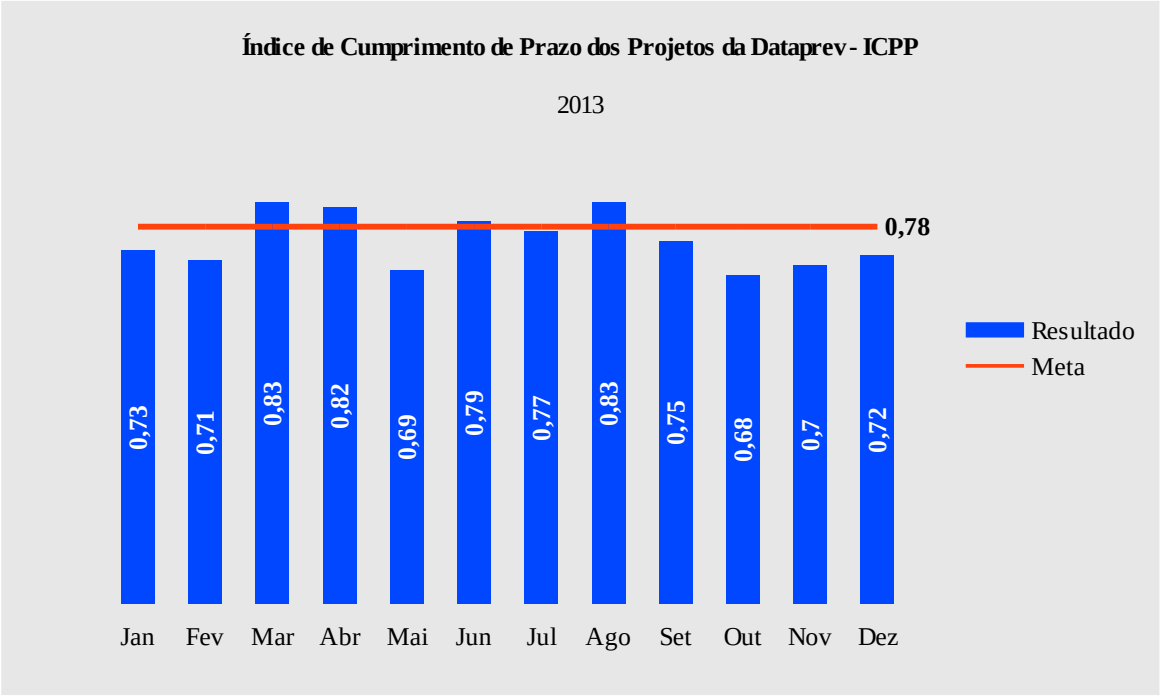


Figura 13: Índice de Cumprimento de Prazo dos Projetos da Dataprev

O valor médio do ICPP no ano (0,75) ficou abaixo da meta estabelecida (0,78).

Dos 52 projetos acompanhados em **janeiro** de 2013, 38 encontravam-se 'em dia', portanto o valor do ICPP foi de 0,73 (38/52). O aumento no valor do indicador se deveu principalmente pela melhora na situação de alguns projetos do MTE. O valor do ICPP ficou abaixo da meta estabelecida para o ano.

Em **fevereiro**, o valor do ICPP foi de 0,71, resultado da divisão 36/51, onde 30 dos 44 projetos em andamento e 6 dos 7 projetos concluídos encontravam-se 'em dia'. Com isso, a média do ano foi de 0,72, abaixo da meta do ano (0,78). A queda no indicador foi devida ao atraso de um projeto do MTE.

No mês de **março**, foram 45 projetos considerados 'em dia', num total de 54 projetos computados, fazendo que o valor do ICPP atingisse 0,83. O aumento no valor do índice em relação ao mês anterior foi devido principalmente à repactuação nos prazos finais dos projetos SIBE II e a quatro projetos que recuperaram seus atrasos (três projetos do MTE e um da PREVIC). O valor do ICPP ficou acima da meta estabelecida para o ano.

Dos 56 projetos acompanhados em **abril**, 46 encontravam-se 'em dia', portanto o valor do ICPP foi de 0,82 (=46/56). A queda do índice em relação ao mês anterior foi devida a mais um projeto do MTE que entrou na condição de atrasado. A média do ICPP para o período janeiro-abril atingiu 0,77.

Em **maio**, o valor do ICPP foi de 0,69. Foram 38 projetos considerados 'em dia' num total de 55 projetos. A queda acentuada no valor do índice foi provocada principalmente pelo aumento da quantidade de projetos em atraso dos clientes MTE (3), INSS (2), SIBE II (1) e CNIS-SIBE (1). Neste mês, ocorreu melhoria apenas em um projeto do MPS. A média do ICPP até o mês de maio caiu para 0,76, valor abaixo da meta determinada para o ano (0,78).

Dos 56 projetos acompanhados em **junho**, 44 encontravam-se ‘em dia’. Com isso, o valor do ICPP no mês foi de 0,79 (=44/56). Em relação ao mês anterior ocorreu melhoria na situação de 2 projetos do CNIS-SIBE, 2 do INSS, 1 do MTE e 1 do RFB e uma piora em 1 projeto do MPS e 1 da Dataprev. O valor médio do ICPP foi de 0,76.

Em **julho**, dos 56 projetos acompanhados 43 foram considerados 'em dia', com isso, o valor do ICPP no mês foi de 0,77 (=43/56). Com relação ao mês anterior, três projetos que estavam atrasados ficaram em dia e quatro projetos que estavam em dia, apresentaram atrasos neste mês. O valor médio do ICPP no ano foi de 0,76, o mesmo valor obtido no mês anterior.

No mês de **agosto**, o valor do ICPP foi de 0,83. Foram 52 projetos considerados 'em dia', num total de 63 processos acompanhados pela CGPD. Em relação ao mês anterior, ocorreu uma piora na situação de dois projetos do SIBEII e uma melhoria na situação dos projetos do MPS, PREVIC, RFB, FUNPRESP e DATAPREV. O valor médio do ICPP até o mês de agosto subiu para 0,77, valor abaixo da meta estabelecida para o ano (0,78).

Dos 59 projetos acompanhados em **setembro**, 44 encontravam-se 'em dia', com isso, o valor do ICPP no mês foi de 0,75 (=44/59). Comparado com o mês anterior, a situação dos projetos dos clientes/portfólio CNIS-SIBE, MTE, INSS e DATAPREV piorou, enquanto a dos demais clientes não se alterou. O valor médio no ano do índice permaneceu em 0,77.

Em **outubro**, dos 60 projetos em andamento, 19 se encontravam com atrasos de mais de 30 dias. Por isso, o valor do ICPP foi de 0,68 (=41/60), o menor valor do ano. Comparado com o mês anterior, mais 5 projetos apresentaram atrasos nos seus cronogramas (3 do INSS, e 1 da RFB e 1 do FUNPRESP). O valor médio do índice até outubro caiu para 0,76 e continua abaixo da meta estabelecida para o ano (0,78).

Dos 63 projetos acompanhados pela CGEP em **novembro**, 44 encontravam-se 'em dia', com isso, o valor do ICPP no mês foi de 0,70 (=44/63). Comparado com o mês de outubro, ocorreu uma melhora na situação dos projetos dos clientes/portfólio CNIS-SIBE, SIBE II e FUNPRESP, e uma piora nos projetos dos clientes PREVIC, RFB e DATAPREV. O valor médio do índice até novembro caiu para 0,75 e permaneceu abaixo da meta estabelecida para o ano (0,78).

No mês de **dezembro** de 2013, o valor do ICPP foi de 0,72. Foram 43 projetos considerados 'em dia' entre os 60 projetos acompanhados pela CGEP. Em relação ao mês anterior, ocorreu uma piora na situação dos projetos do MTE e uma melhora no atraso dos projetos do SIBE II e da DATAPREV. O valor médio do índice no ano de 2013 ficou em 0,75, abaixo da meta determinada para o ano (0,78).

2.3.1.5 Índice consolidado de resultados

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Índice Consolidado de Resultados	ICR	Diretorias	Trimestral	Anual	Percentagem

Meta para 2013	80,00%
Critério para meta	Aumentar em 6 pontos percentuais em relação ao resultado de 2012.

Série Histórica	2010	2011	2012
	74,89%*	76,83%	74,42%
Comportamento esperado	maior-melhor		

Utilidade do Indicador

Mede o grau alcançado das metas estabelecidas para um determinado ano de exercício. As metas são previstas trimestralmente e expressam objetivos claros, com facilidade de perceber se a mesma foi alcançada ou não, possuem conexão direta com a estratégia da Empresa e são definidas previamente pela Diretoria Executiva.

Tipo de Indicador	Execução

Fórmula de Cálculo

ICR = [RT(1,y) + RT(2,y) + RT (3,y) + RT (4,y)] / 4* Qy onde:
RT(x,y) = Resultado do trimestre "x" para o setor "y"
x = identifica o trimestre, assumindo valores 1, 2, 3 ou 4.
y = representa os setores da empresa;
Qy = Quantidade de setores considerados no exercício
RT(x,y) = P1 * PA_ME1 + P2 * PA_ME2 + ...+ Pn * PA_MEn + p1 * PA_MS1 + p2 * PA_MS2 + ...+ pm * PA_MSm
Onde: P1 + P2 + ...+ Pn = 0,4 Pn = peso da n-ésima meta; n = quantidade de metas empresariais;
p1 + p2 + ...+ pm = 0,6 pm = peso da m-ésima meta; m = quantidade de metas setoriais;

PA_ME = Consiste no percentual de alcance da meta empresarial estabelecida, expresso em percentual. As metas empresariais são estabelecidas com abrangência ampla, atingindo indistintamente a todos os empregados, inclusive os contratados com característica de demissibilidade ad nutum e requisitados, independente do setor ou processo a que esteja vinculado.

PA_MS = Consiste no percentual de alcance da meta setorial estabelecida, expresso em percentual. As metas setoriais são estabelecidas com abrangência restrita, atingindo setores ou processos de determinados órgãos da Empresa.

Método de Aferição do Indicador

Para cada trimestre, com antecedência de seis meses, são fixadas formalmente as metas e seus respectivos pesos, que compõem os resultados empresarial e setoriais (AF – Área-fim; AM-Área-meio e AT – Atendimento) As metas são amplamente divulgadas e acompanhadas mensalmente.

Área Responsável pelo Cálculo	CGPO – Coordenação Geral de Planejamento e Organização

*Os setores: SUAT/ DCSX e URs (sem DCSX), foram unificados para ficarem compatíveis com o grupo Atendimento criado a partir de 2011.

A fórmula para o cálculo do Percentual de Alcance de cada uma das metas é:

$$PA = \frac{(AF - AI) \times 100}{ME - AI}$$

Onde:

PA = Percentual de Alcance
ME = Meta Estabelecida
AI = Alcance Inicial (valor limite mínimo, que o AF precisa superar)
AF = Alcance Final (valor alcançado no período)

Valores de PA superiores a cem devem ser considerados iguais a 100 e valores inferiores a zero devem ser igualados a zero.
O alcance inicial (AI) da meta é o valor de origem adotado para a fórmula.
O alcance final (AF), em contraponto ao alcance inicial, se refere ao exato ponto que foi alcançado pelo indicador, que pode ou não ser igual à meta estabelecida (ME).

O Índice Consolidado de Resultados mede o grau alcançado das metas estabelecidas para um determinado ano de exercício, e possuem conexão direta com a estratégia da Empresa. Evidencia em números, o quanto do comprometimento de todos os empregados, para o alcance dos resultados.

Ao final de 2013 o índice alcançou 81,00%, superando a meta definida de 80%.

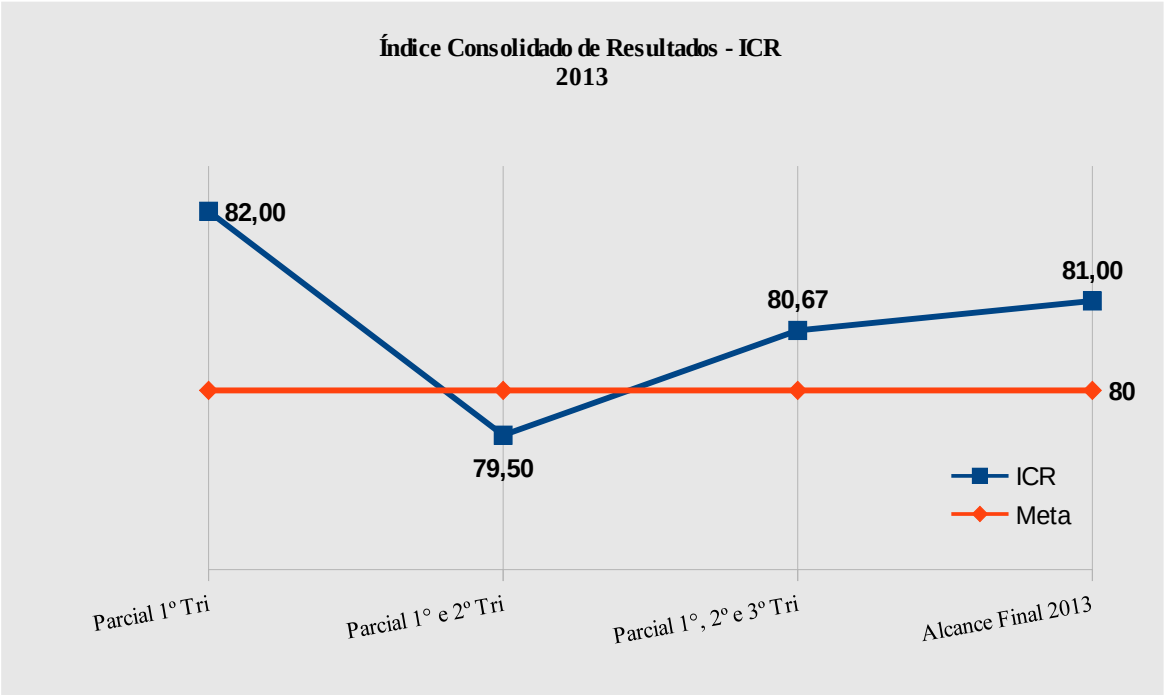


Figura 14: .Índice Consolidado de Resultados

As metas que compõem os resultados empresarial e setorial do Índice Consolidado de Resultados, são definidas previamente pela Diretoria Executiva e distribuídas pelas área-fim (DIT e DRD), área-meio (PR, DPE e DFS sem SUAT) e atendimento (SUAT e Unidades Regionais).

É possível verificar a participação por área da Empresa para o alcance dos resultados.

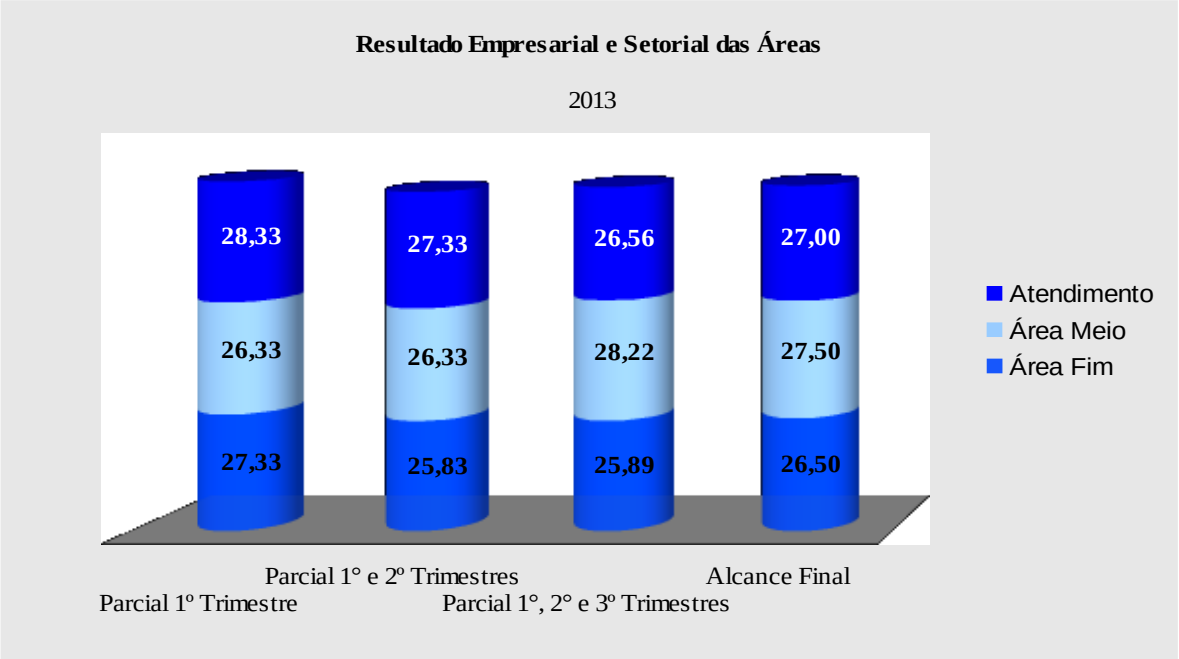


Figura 15: Resultado Empresarial e Setorias da Áreas

No ano de 2013 a área-fim contribuiu com 26,50%, a área-meio com 27,50% e a área atendimento com 27,00%, para o resultado final de 81,00% do ICR. Evidenciando uma participação balanceada entre as áreas.

Abaixo demonstrativo detalhado do cálculo de percentual de alcance de todos os indicadores empresariais e setoriais por setor:

Diretoria de Infraestrutura de TIC e Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações

Tabela 7: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor: Área Fim (AF)

Setor : AF (DIT E DRD)		EMPRESARIAIS			SETORIAIS		
		PMDFT	IRC	IDC	PMDFT - AF	TMA	IDC - AF
Peso		10%	10%	20%	10%	5%	45%
1º Trimestre	Alcance Inicial	88,60	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	95,75	98,00	10	95,75	17,5h	10
	Alcance Final	95,02	100,74	7,5	95,38	12,70h	7,3
	Percentual de Alcance	**89,80%**	**100%**	**75%**	**94,83%**	**100%**	**73,00%**

Setor : AF (DIT E DRD)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AF	TMA	IDC - AF
Peso		10%	20%	10%	5%	55%
2º Trimestre	Alcance Inicial	99,77	0	88,60	38h	0
	Meta	98,50	10	95,75	17,25h	8,0
	Alcance Final	98,59	6,0	94,71	14,88h	5,4
	Percentual de Alcance	**100%**	**60%**	**85,46%**	**100%**	**67,50%**

Setor : AF (DIT E DRD)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AF	TMA	IDC - AF
Peso		10%	20%	10%	5%	55%
3º Trimestre	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	99,00	10	95,75	17h	10
	Alcance Final	96,71	10	95,47	16,11h	6,5
	Percentual de Alcance	**72,18%**	**100,00%**	**96,08%**	**100,00%**	**65,00%**

Setor : AF (DIT E DRD)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AF	TMA	IDC - AF
Peso		10%	20%	10%	5%	55%
4º Trimestre	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	99,50	10	95,75	17h	10
	Alcance Final	97,82	10	95,56	16,35	7,5
	Percentual de Alcance	**80,76%**	**100,00%**	**97,35%**	**100,00%**	**75,00%**

Fonte: *Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO*

Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos, Diretoria de Pessoas e Presidência (excluindo a Superintendência de Atendimento e todos seus órgãos subordinados)

Tabela 8: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor: Área Meio (AM)

Setor: AM (DFS, DPE E PR (sem SUAT))		EMPRESARIAIS			SETORIAIS		
		PMDFT	IRC	IDC	PMDFT- AM	TMA	IDC - AM
1º Trimestre	**Peso**	10%	10%	20%	10%	-	50%
	Alcance Inicial	88,60	90,77	0	88,60	-	0
	Meta	95,75	98,00	10	95,75	-	10
	Alcance Final	95,02	100,74	7,5	95,25	-	7,0
	Percentual de Alcance	**89,80%**	**100%**	**75%**	**93,01%**	**-**	**70%**

Setor: AM (DFS, DPE E PR (sem SUAT))		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AM	TMA	IDC - AM
Peso		10%	20%	10%	-	60%
2º Trimestre	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	-	0
	Meta	98,50	10	95,75	-	8,0
	Alcance Final	98,59	6,0	94,46	-	6,5
	Percentual de Alcance	**100%**	**60%**	**81,96%**	**-**	**81,25%**

Setor: AM (DFS, DPE E PR (sem SUAT))		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AM	TMA	IDC - AM
3º Trimestre	**Peso**	10%	20%	10%	-	60%
	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	-	0
	Meta	99,00	10	95,75	-	8,8
	Alcance Final	96,71	10	94,67	-	8,8
	Percentual de Alcance	**72,18%**	**100%**	**84,90%**	**-**	**100%**

Setor: AM (DFS, DPE E PR (sem SUAT))		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AM	TMA	IDC - AM
Peso		10%	20%	10%	-	60%
4º Trimestre	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	-	0
	Meta	99,50	10	95,75	-	9,0
	Alcance Final	97,82	10	93,57	-	6,0
	Percentual de Alcance	**80,76%**	**100%**	**69,52%**	**-**	**66,67%**

Fonte: *Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO*

Superintendência de Atendimento e todos os seus órgãos subordinados

Tabela 9: Demonstrativo Percentual de Alcance – Setor : Atendimento (AT)

Setor: AT (SUAT)		EMPRESARIAIS			SETORIAIS		
		PMDFT	IRC	IDC	PMDFT - AT	TMA	IDC - AT
1º Trimestre	**Peso**	10%	10%	20%	10%	15%	35%
	Alcance Inicial	88,60	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	95,75	98,00	10	95,75	17,5h	10
	Alcance Final	95,02	100,74	7,5	94,24	12,70h	8,0
	Percentual de Alcance	**89,80%**	**100%**	**75%**	**78,89%**	**100%**	**80%**

Setor: AT (SUAT)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AT	TMA	IDC - AT
2° Trimestre	**Peso**	10%	20%	10%	10%	50%
	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	98,50	10	95,75	17,25h	10
	Alcance Final	98,59	6,0	93,44	14,88	8,0
	Percentual de Alcance	**100%**	**60%**	**67,70%**	**100%**	**80%**

Setor: AT (SUAT)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AT	TMA	IDC - AT
3° Trimestre	**Peso**	10%	20%	10%	10%	50%
	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	99,00	10	95,75	17h	10
	Alcance Final	96,71	10	93,72	16,11h	6,0
	Percentual de Alcance	**72,18%**	**100%**	**71,61%**	**100%**	**60%**

Setor: AT (SUAT)		EMPRESARIAIS		SETORIAIS		
		IRC	IDC	PMDFT - AT	TMA	IDC - AT
4° Trimestre	**Peso**	10%	20%	10%	10%	50%
	Alcance Inicial	90,77	0	88,60	38h	0
	Meta	99,50	10	95,75	17h	10
	Alcance Final	97,82	10	93,22	16,35h	8
	Percentual de Alcance	**80,76%**	**100%**	**64,62%**	**100%**	**80,00%**

Fonte: *Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO*

Em seguida demonstrativo do cálculo do Resultado do Trimestre (RT) para os três setores. De acordo com a fórmula de cálculo do ICR.

Cálculo dos Resultados Trimestrais

RT(1,AF) = (0,1 x 89,80) + (0,1 x 100) + (0,2 x 75) + (0,1 x 94,82) + (0,05 x100) + (0,45 x 73) = 82%

RT(1,AM) = (0,1 x 89,80) + (0,1 x 100) + (0,2 x 75) + (0,1 x 93,01) + (0,5 x 70) = 79%

RT(1,AT) = (0,1 x 89,80) + (0,1 x 100) + (0,2 x 75) + (0,1 x 78,89) + (0,15 x 100) + (0,35 x 80) = 85%

RT(2,AF) = (0,1 x 100) + (0,2 x 60) + (0,1 x 85,46) + (0,05 x100) + (0,55 x 67,50) = 73%

RT(2,AM) = (0,1 x 100) + (0,2 x 60) + (0,1 x 81,96) + (0,6 x 81,25) = 79%

RT(2,AT) = (0,1 x 100) + (0,2 x 60) + (0,1 x 67,70) + (0,1 x 100) + (0,5 x 80) = 79%

RT(3,AF) = (0,1 x 72,18) + (0,2 x 100) + (0,1 x 96,08) + (0,05 x100) + (0,55 x 65) = 78%

RT(3,AM) = (0,1 x 72,18) + (0,2 x 100) + (0,1 x 84,90) + (0,6 x 100) = 96%

RT(3,AT) = (0,1 x 72,18) + (0,2 x 100) + (0,1 x 71,61) + (0,1 x 100) + (0,5 x 60) = 75%

RT(4,AF) = (0,1 x 80,76) + (0,2 x 100) + (0,1 x 97,35) + (0,05 x100) + (0,55 x 75) = 85 %

RT(4,AM) =(0,1 x 80,76) + (0,2 x 100) + (0,1 x 69,52) + (0,6 x 66,67) = 76 %

RT(4,AT) = (0,1 x 80,76) + (0,2 x 100) + (0,1 x 64,62) + (0,1 x 100) + (0,5 x 80) = 85 %

Tabela 10: Cálculo dos Resultados Trimestrais

Resultado Trimestral	AF	AM	AT
1º Trimestre	82%	79%	85%
2° Trimestre	73%	79%	79%
3° Trimestre	78%	96%	75%
4° Trimestre	85%	76%	85%

Fonte: *Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO*

Tabela 11: Cálculo do ICR

PERÍODO	ICR
Parcial 1º Trimestre	82,00%
Parcial 1° e 2° Trimestres	79,50%
Parcial 1°, 2° e 3° Trimestres	80,67%
Alcance Final de 2013	81,00%

Fonte: *Coordenação Geral de Planejamento e Organização - CGPO*

Vide complementos das informações no **ANEXO II.**

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de governança

A Dataprev é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Previdência Social, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Foi criada pela Lei nº 6.125 de 04/11/1974, teve seu estatuto aprovado pelo Decreto nº 75.463 de 10/03/1975, alterado nos anos de 2000, 2001, 2008 e por fim pelo Decreto nº 7.151 de 09/04/2010.

A missão da Empresa estabelecida no Plano Estratégico 2010/2015 é fornecer soluções de tecnologia da informação e da comunicação para a execução e o aprimoramento das políticas sociais do Estado Brasileiro.

A Empresa está estruturada para sua administração e fiscalização de um Conselho de Administração, com seis membros efetivos e respectivos suplentes, de um Conselho Fiscal, com três membros efetivos e respectivos suplentes, e de uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e quatro Diretores, constituindo-se, para fins deliberativos, em Diretoria Colegiada.

Os princípios de organização da DATAPREV, as áreas funcionais das unidades das Diretorias, suas responsabilidades e competências gerais, assim como as competências e atribuições de seus titulares, estão estabelecidos no Estatuto Social da Empresa e especificados no Manual de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração.

A base normativa da Empresa dispõe ainda de Manual de Atribuições, descrevendo os objetivos e as principais atribuições de cada área da estrutura organizacional, além de um amplo conjunto de resoluções, normas, comunicações de serviço e manuais que estabelecem políticas, diretrizes e padronização de processos e atividades que norteiam a governança empresarial.

A Dataprev, também está submetida a supervisão/orientação do Órgão de Coordenação e Controle – DEST, e Adicionalmente aos documentos mencionados anteriormente, que se constituem em instrumentos basilares internos de controle interno, a Empresa é avaliada rotineiramente pelo Tribunal de Contas da União – TCU, pela Controladoria – Geral da União - CGU/SFC e pela própria Auditoria Interna, submetendo-se ao cumprimento da legislação, determinações e recomendações emanadas pelos referidos Órgãos de Controle Interno e Externo, observando também as deliberações dos Conselhos de Administração e orientações do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração se reuniu mensalmente visando o cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da DATAPREV, manifestando-se formalmente por meio de atas que registram a apreciação e a deliberação de temas tratados no âmbito do Colegiado.

O Conselho Fiscal, órgão colegiado não integrante da administração, ao qual cabe, por meio de sua função fiscalizadora, representar os acionistas, acompanhando a ação dos administradores, em consonância com as boas práticas de governança corporativa, se reuniu mensalmente, com o objetivo geral de verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários e defender os interesses da Empresa e dos acionistas, destacando-se os itens contidos na pauta de verificação do Manual do Conselheiro Fiscal - Instrução Normativa STN/MF nº 6, de 16/12/2006.

O registro e acompanhamento das Decisões e Recomendações dos Órgãos Colegiados é atribuição da Coordenação para Assuntos Institucionais – COAI, subordinada à Secretaria Executiva – SECE da DATAPREV.

Anualmente a Dataprev contrata, mediante licitação, por força de dispositivo legal e previsão estatutária empresa de Auditoria Independente para certificar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do exercício, sendo incluído no escopo do trabalho a avaliação dos controles internos e a revisão da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ.

A atividade de Auditoria Interna é exercida por unidade própria, a Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU, vinculada ao Conselho de Administração, e subordinada administrativamente ao Presidente da Dataprev, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Administração - CADM nº 02 de 23 de setembro de 2011.

Com vistas a cumprir os seus objetivos institucionais, a Unidade de Auditoria Interna fechou o exercício de 2013 com um total de vinte e nove empregados (gerentes, técnicos e assistentes administrativos) e está estruturada como uma Coordenação Geral de Auditoria Interna – CGAU, posicionada no 3º nível hierárquico da estrutura organizacional e quatro Coordenações subordinadas para executar as seguintes principais atribuições:

- **Coordenação de Auditoria Contábil – COAC**. Avaliar os controles e a eficácia da gestão dos recursos financeiros e orçamentários, o cumprimento das obrigações legais e fiscais da administração financeira e contábil e examinar o balanço e balancetes contábeis mensais emitindo manifestação sobre a conformidade dos registros e da documentação comprobatória das operações;
- **Coordenação de Auditoria Operacional Administrativa – COAO**. Avaliar os controles e a eficácia da gestão dos processos administrativos, com ênfase em gestão de pessoas, serviços logísticos e soluções tecnológicas internas;
- **Coordenação de Auditoria de TI – COAS**. Avaliar a qualidade, controle, segurança e gestão de processos, projetos e infraestrutura de tecnologia da informação a fim de agregar valor para o aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação; e
- **Coordenação de Auditoria de Gestão Interna – COGI**. Avaliar a eficácia das ações desenvolvidas pela Empresa no atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle e promover a prospecção e internalização de métodos/processos dos trabalhos da Auditoria Interna, de forma a obter maior aproveitamento no uso das ferramentas e técnicas de Auditoria.

Dentro das competências da Auditoria Interna, estão o apoio no alcance dos objetivos, das estratégias corporativas, o zelo pela eficácia do sistema de controle interno, e o assessoramento institucional na gestão de riscos operacionais.

A execução racional e integrada das atividades tem foco nos resultados, mediante o uso planejado dos recursos nos vários tipos e formas de auditoria, em processos e áreas que envolvam risco e nas áreas de natureza reconhecidamente complexa, dando ênfase ao caráter preventivo e orientador, tudo em consonância com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que é elaborado nos termos das normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU.

Os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, bem como as recomendações registradas em Plano de Ação, são encaminhados aos Gestores da Organização, ao Conselho Fiscal e conforme regulamentado, à própria Controladoria Geral da União – CGU.

A Auditoria Interna efetua também o registro e acompanhamento de todas as recomendações da própria Auditoria Interna, e dos Órgãos de Controle Interno e Externo (CGU e TCU), com o apoio do módulo de Follow-Up do Sistema de Auditoria Informatizada – AUDIN.

A Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU tem participação no Comitê de Controle Interno Administrativo – CCIA no âmbito do Ministério da Previdência Social e de entidades vinculadas constituído, mediante Portaria MPS nº 419, de 26/09/13. O referido comitê é presidido pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Previdência Social – AECI/MPS e cumpre o previsto na Portaria CGU nº 1.473/2013, quanto às competências do AECI no acompanhamento das recomendações da CGU, bem como sobre o balanço das recomendações constantes do Plano de Providências Permanente – PPP, subsidiando emissão de relatório quadrimestral.

Decorrente deste acompanhamento permanente de todas as recomendações dos órgãos de controle a Auditoria Interna oferece periodicamente para os gestores da Organização, para o Conselho Fiscal e de Administração, bem como para o Comitê de Controle Interno Administrativo – CCIA, Relatórios Gerenciais com a posição atual e evolução histórica do estágio do acompanhamento efetuado sobre as recomendações e determinações dos Órgãos de Controle.

O objetivo de todo esse processo é avaliar a extensão das providências adotadas, bem como manter uma base de informações históricas, subsidiando de forma oportuna e tempestiva os gestores, para atendimento às diligências, para orientar os esforços da Auditoria Interna e da própria Organização, com vistas a otimizar os resultados, mitigar as fragilidades, e aperfeiçoar os processos e o controle interno.

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

QUADRO 3: A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	

(CONTINUAÇÃO) QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					**X**
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					**X**
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**X**

Fonte: *Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU*

(CONTINUAÇÃO) QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Análise Crítica:

A auto-avaliação efetuada nos diversos quesitos oferecidos pelo *Quadro A.3.2* retratam, com suficiência, o Ambiente de Controle Interno da UJ não indicando a necessidade de manifestação complementar.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: *Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU*

3.3 Remuneração paga a administradores

3.3.1 Política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal

A política de remuneração paga aos administradores não sofreu alterações em relação ao exercício 2012, segue o Estatuto da Dataprev nos artigos:

- Art. 31 – "A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadas necessárias ao desempenho da função, será de dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores" e
- Art. 33 – "A remuneração, os direitos e as vantagens dos membros da Diretoria serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, ouvido o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e observada a legislação pertinente".

A portaria nº 138, de 29 de abril de 2008 do Ministério da Previdência Social (publicada no DOU – Seção 01 – Nº 82, quarta-feira, 30 de abril de 2008) regulamenta o Artigo 33 do Estatuto da Dataprev no que se refere à parte fixa da remuneração do Presidente e dos demais Diretores da Dataprev da seguinte forma:

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência que lhe foi cometida pelo art. 33 do Decreto nº 3.457, de 12 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, a partir de 1º de abril de 2008, a remuneração dos Diretores da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, inclusive a do Presidente, será em valor equivalente:

I - ao da remuneração que recebe no cargo ou emprego na entidade de origem; ou

II - a maior remuneração paga pela DATAPREV a qualquer de seus empregados.

Parágrafo único. Optando o dirigente pela remuneração prevista no inciso I será esta acrescida de gratificação de sessenta por cento ou sendo a opção pela remuneração prevista no inciso II, a gratificação será de vinte por cento, ambas incidentes sobre a maior remuneração paga pela DATAPREV a qualquer de seus empregados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Revoga-se Portaria nº 148, de 18 de maio de 2006, publicada no DOU de 26 de maio de 2006, Seção 1, pág. 59.

LUIZ MARINHO

A portaria nº 417, de 18 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social (publicada no DOU – Seção 01 – Nº 247, sexta-feira, 19 de dezembro de 2008) regulamenta o Artigo 33 do Estatuto da Dataprev no que se refere <u>à parte variável da remuneração</u> do Presidente e dos demais Diretores da Dataprev da seguinte forma:

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei Nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e no art. 33 do anexo ao Decreto Nº 3.457, de 12 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Assegurar, ao Presidente e aos demais Diretores da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, a participação nos lucros e resultados na forma definida pela Empresa para os seus trabalhadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BARROSO PIMENTEL

3.3.2 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos

QUADRO 4: A.3.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Em R$ 1,00

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal															
Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	**Período**		**Remuneração**												
	Início	**Fim**	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Carlos Antônio Sasse (T)	14.06.2012	26.04.2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Carlos Eduardo Gabas (T)	13.01.2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cinara Wagner Fredo (S)	24.06.2011	–	–	–	3.154	3.154	–	–	–	–	3.154	–	–	–	9.463
Fernando José Nogueira Brito (S)	23.08.2012	29.04.2013	3.154	3.154	3.154	3.154	–	–	–	–	–	–	–	–	12.618
Jaime Mariz de Faria Junior (T)	18.01.2011	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.523	38.221
José Aurélio Lima (S)	12.03.2004	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lindolfo Neto de Oliveira Sales (T)	23.10.2012	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.523	38.221
Mauro Luciano Hauschild (T)	13.01.2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Miriam Barbuda Fernandes Chaves (T)	30.06.2011	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.523	38.221
Nilton Fraiberg Machado (T)	19.09.2013	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.154	3.154	3.154	3.523	12.986
Paulo Roberto dos Santos Pinto (T)	30.04.2013	20.09.2013	–	–	–	–	3.154	3.154	3.154	3.154	–	–	–	–	12.618

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

(T) – Titular; (S) – Suplente

(continuação) Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Em R$ 1,00

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal															
Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	**Período**		**Remuneração**												
	Início	**Fim**	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Roberta Simões Nascimento (S)	16.07.2013	–	–	–	–	–	–	–	3.154	3.154	–	–	–	–	6.309
Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção (T)	30.12.2008	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.523	38.221

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*
(T) – Titular; (S) – Suplente

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal															
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	**Período**		**Remuneração**												
	Início	**Fim**	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Alessandro Antônio Stefanutto (T)	24.06.2011	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.553	38.221
Antônio Bacelar Ferreira (S)	13.09.2005	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Joseilton Gonçalves dos Santos (T)	11.10.2012	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.523	38.221
Mauro Iunes Okamoto (T)	10.05.2012	–	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.154	3.553	38.221
Tatiana Mesquita Nuces Sachs (S)	19.03.2013	–	–	–	–	–	3.154	–	–	–	–	–	–	–	3.154

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*
(T) – Titular; (S) – Suplente

3.3.3 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos

QUADRO 5: A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Administradores	**EXERCÍCIO**		
	2013	**2012**	**2011**
Número de membros:	**5**	**5**	**5**
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	**1.502.363**	**1.434.763**	**1.353.292**
a) salário ou pró-labore	1.502.363	1.434.763	1.353.292
b) benefícios diretos e indiretos	–	–	–
c) remuneração por participação em comitês	–	–	–
d) outros	–	–	–
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	**119.262**	–	–
a) bonus	–	–	–
b) participação nos resultados	119.262	–	–
c) remuneração por participação em reuniões	–	–	–
d) comissões	–	–	–
e) outros	–	–	–
III – Total da Remuneração (I + II)	**1.621.625**	**1.434.763**	**1.353.292**
IV – Benefícios pós-emprego	–	–	–
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	–	–	–
VI – Remuneração baseada em ações	–	–	–

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE (Balancete Dez/2013, contas Códigos: 4X11)*

(continuação) QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R$ 1,00

Identificação do Órgão*			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	**EXERCÍCIO**		
	2013	**2012**	**2011**
Número de membros:	**9**	**9**	**9**
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	**206.878**	**176.792**	**115.579**
a) salário ou pró-labore	206.878	176.792	115.579
b) benefícios diretos e indiretos	–	–	–
c) remuneração por participação em comitês	–	–	–
d) outros	–	–	–
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	–	–	–
a) bonus	–	–	–
b) participação nos resultados	–	–	–
c) remuneração por participação em reuniões	–	–	–
d) comissões	–	–	–
e) outros	–	–	–
III – Total da Remuneração (I + II)	**206.878**	**176.792**	**115.579**
IV – Benefícios pós-emprego	–	–	–
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	–	–	–
VI – Remuneração baseada em ações	–	–	–

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE (Balancete Dez/2013, contas Códigos: 4X11)*

***** Não houve ocorrência em 2013, 2012 e 2011 de remuneração variável para os membros dos ***Conselhos de Administração e Fiscal***

(CONTINUAÇÃO) QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R$ 1,00

Identificação do Órgão*			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	**EXERCÍCIO**		
	2013	**2012**	**2011**
Número de membros:	4	4	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	**117.818**	**101.048**	**49.324**
a) salário ou pró-labore	117.818	101.048	49.324
b) benefícios diretos e indiretos	–	–	–
c) remuneração por participação em comitês	–	–	–
d) outros	–	–	–
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	–	–	–
a) bonus	–	–	–
b) participação nos resultados	–	–	–
c) remuneração por participação em reuniões	–	–	–
d) comissões	–	–	–
e) outros	–	–	–
III – Total da Remuneração (I + II)	**117.818**	**101.048**	**49.324**
IV – Benefícios pós-emprego	–	–	–
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	–	–	–
VI – Remuneração baseada em ações	–	–	–

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE (Balancete Dez/2013, contas Códigos: 4X11)*

* Não houve ocorrência em 2013, 2012 e 2011 de remuneração variável para os membros dos ***Conselhos de Administração e Fiscal***

3.3.4 Demonstrativo da remuneração variável dos administradores

QUADRO 6: A.3.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em R$ 1,00

Identificação do Órgão*			
Órgão: Diretor Estatutária			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	**EXERCÍCIO**		
	2013	**2012**	**2011**
I – Bônus (a+b+c+d)	–	–	–
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	–	–	–
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	–	–	–
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	–	–	–
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	**119.262**	–	–
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	–	–	–
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	–	–	–
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	119.262	–	–
III – Total (I + II)	**119.262**	–	–

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE (Balancete Dez/2013, contas Códigos: 4X11)*

- Não houve ocorrência em 2013, 2012 e 2011 de remuneração variável para os membros dos ***Conselhos de Administração e Fiscal***

3.4 Sistema de correição

Continua em funcionamento na estrutura organizacional da DATAPREV, a Coordenação Jurídica de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar – COJF, localizada no Distrito Federal, subordinada à Coordenação Geral de Consultoria Jurídica – CGCJ, a qual tem como objetivo gerir e executar as atividades de orientação jurídica da Empresa no ramo do Direito Financeiro, Tributário e **Disciplinar,** conforme informado no exercício anterior.

As questões de cunho administrativo se processam no âmbito da Secretaria Executiva da Presidência-SECE/PR. A DATAPREV possui uma norma consolidada (Norma-Sindicância-Cod.N/JU/001/05), atualizada recentemente (em agosto/2013), que estabelece as diretrizes e procedimentos para apuração de supostas irregularidades, sendo estas diretrizes e estes procedimentos observados pelas Comissões de Sindicâncias instauradas no âmbito da Empresa.

Principais resultados

Durante o exercício de 2013 observou-se um número de processos instaurados, no âmbito da Dataprev, sensivelmente superior ao informado no exercício anterior, contudo, tal ligeiro aumento tratou de questões pendentes de instauração por motivos justificados e em razão do saneamento e ajustes atinentes a exercícios anteriores.

Ademais, houve aprimoramento nos processos de trabalho e na condução destes, tendo como parte do resultado alcançado o treinamento oferecido pela Controladoria Geral da União-CGU aos empregados da Empresa, visando à formação de membros de comissão, concretizando avanços no processo.

3.5 Cumprimento pela istância de correição da portaria n° 1.043/2007 da CGU

A Dataprev implementará o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD no Exercício 2014.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Vide item 2.3.1 Indicadores Relativos ao Desempenho da Gestão.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As informações que apresentam o desempenho orçamentário e financeiro da Dataprev no exercício de 2013, foram ajustadas as especificidades da Empresa, de acordo com os moldes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Seguem os formatos e conteúdos que foram apresentados no Relatório de Gestão de 2010, 2011 e 2012, de acordo com orientações da Controladoria Geral da União CGU /SECEX-RJ, constantes em ata de reuniões, e o § 1º do Artigo 2º da Portaria TCU 175/2013, segundo o qual *"Os quadros (...) são padrões de referências para elaboração dos conteúdos do relatório de gestão do exercício de 2013, sendo que as unidades jurisdicionadas podem fazer ajustes em razão de suas especificidades e para melhor expressar a gestão".*

Neste sentido, os quadros que apresentam as informações relativas a execução orçamentária e financeira da Empresa foram adaptados para atender as exigências legais de forma mais clara e concisa, ou foram excluídos, por não se aplicarem as peculiaridades da Dataprev. Vide tabela 12 a seguir.

Tabela 12: Lista de Quadros da Execução Orçamentária e Financeira

Quadros sobre a execução orçamentária e financeira	Ocorrências		
	Adaptado as peculiaridades da Dataprev	**Excluído, por não se aplicar à Dataprev**	**Excluído, pois não houve ocorrência no período**
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas	X		
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa		X	
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa		X	
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	X		
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ		X	
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	X		
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ		X	
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação		X	
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação		X	

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

4.1 Execução das despesas

Este grupo de informações é constituído pelos subtópicos *Programação*, *Movimentação* e *Realização das Despesas* realizadas pela Dataprev em 2013.

4.1.1 Programação

QUADRO 7: A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Em R$ 1,00

Unidade Orçamentária : Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev			**Código UO: 33.202**	**UGO: 57.280**	
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Correntes**		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3- Outras Despesas Correntes**
DOTAÇÃO INICIAL			461.545.700	–	627.938.679
CRÉDITOS	**Suplementares**		–	–	–
	Especiais	**Abertos**	–	–	–
		Reabertos	–	–	–
	Extraordinários	**Abertos**	–	–	–
		Reabertos	–	–	–
	Créditos Cancelados		–	–	–
Outras Operações			–	–	–
Dotação final 2013 (A)			461.545.700	–	627.938.679
Dotação final 2012(B)			423.185.310	–	559.853.028
Variação (B/A-1)*100			**9,06 %**	**–**	**12,16%**

Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Capital**			**9 – Reserva de Contingência**
			4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**	
DOTAÇÃO NICIAL			230.000.000	–	–	–
CRÉDITOS	**Suplementares**		–	–	–	–
	Especiais	**Abertos**	3.500.000	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–
	Extraordinários	**Abertos**	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–
	Créditos Cancelados		–	–	–	–
Outras Operações			–	–	–	–
Dotação final 2013 (A)			233.500.000	–	–	–
Dotação final 2012 (B)			130.000.000	–	–	–
Variação (A/B-1)*100			**79,61%**	**–**	**–**	**–**

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR.*

4.1.1.1 Análise crítica (programação orçamentária)

O Programa dos Dispêndios Globais da Dataprev – PDG/2013, foi apresentado e discutido com o DEST – Departamento de Controle das Empresas Estatais em meados de 2012 que, após análise, o encaminhou ao Congresso Nacional para aprovação, o que ocorreu em dezembro do mesmo ano, conforme Decreto nº 7.867 de 19 de dezembro de 2012.

Desse modo, o orçamento inicial para o exercício de 2013 foi composto pelos seguintes valores: receita total R$ 1,257 bilhão, sendo R$ 1,192 bilhão de receita operacional e R$ 63,9 milhões para receitas não-operacionais. A dotação para Operações de Crédito foi de R$200,0 milhões.

Para os gastos com Dispêndios Correntes, foi aprovado, inicialmente, o valor total de R$ 1,022 milhão, e para a rubrica de investimentos o valor de R$230,0 milhões voltados ao Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestutura de Empresas Estatais Federais.

No decorrer do exercício de 2013, a Empresa percebeu a necessidade de efetuar reprogramação orçamentária em função, principalmente, do aumento da receita operacional, ajuste na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais e aumento dos Tributos.

Assim, em junho de 2013, a Dataprev enviou ao DEST solicitação de Reprogramação Orçamentária que foi aprovada pelo Decreto 8.174, em 26 de dezembro de 2013, com os seguintes valores: Receita Operacional R$ 1,247 bilhão, Outras Receitas R$ 69,3 milhões, totalizando R$ 1,316 bilhão; Dispêndios Correntes R$1,089 bilhão e Dispêndios de Capital R$ 269,8 milhões, sendo para investimentos aplicados no ativo imobilizado da Empresa o valor de R$233,5 milhões, e R$36,4 milhões para dividendos a serem distribuídos aos acionistas.

Comparando a execução orçamentária do Total das Receitas de 2013 em relação à execução do mesmo período de 2012, houve um crescimento de 9,94%, variação positiva para as Receitas Operacionais em 10,52%, e para as Receitas Não-Operacionais houve um acréscimo de 0,60%. Dispêndios Correntes, com acréscimo em relação ao ano anterior em 7,67%. A rubrica Dispêndios de Capital apresenta variação positiva de 67,85%. O valor dos Dividendos fechado para o exercício 2013 foi de R$ 39,01 milhões.

Durante 2013, a realização da rubrica Investimentos no valor de R$ 228,6 milhões equivale a 97,9% do total do orçamento reprogramado para o exercício, que é de R$ 233,5 milhões.

4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3 Realização da despesa

Portaria TCU 175/2013: – "As informações sobre a realização da despesa devem ser prestadas de acordo com a ***origem do crédito****, se originários ou recebidos por movimentação interna e externa (...)"*

- *"Realização da Despesa com Créditos Originários" e*
- *"Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação"*

Realização da Despesa com Créditos Originários

4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total

QUADRO 8: A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Em R$ 1,00

Unidade Orçamentária: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev		**Código UO:** 33.202		**UGO:** 57.280
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**194.053.186**	**174.349.837**	**183.255.112**	**167.706.877**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	350.000	2.756.055	255.000	2.765.055
d) Pregão	193.703.186	171.593.782	183.030.112	164.950.822
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	**206.005.910**	**104.607.966**	**160.164.663**	**106.559.670**
h) Dispensa	26.476.814	54.236.997	28.910.676	57.903.529
i) Inexigibilidade	179.529.096	50.370.969	131.253.987	48.656.141
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**439.087.320**	**398.193.099**	**495.697.542**	**446.801.899**
k) Pagamento em Folha	439.087.320	398.193.099	495.697.542	446.801.899
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	**839.146.416**	**677.150.902**	**839.117.318**	**721.068.446**

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3.2 *Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ*

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

QUADRO 9: A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Em R$ 1,00

Unidade Orçamentária: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	**Código UO:** 33.202	**UGO:** 57.280
DESPESAS CORRENTES		
Grupos de Despesa	**Valores Pagos**	
	2013	**2012**
1 – Despesas de Pessoal	**439.087.319**	**398.193.099**
41100 – Salario Base	201.113.577	172.821.395
241600 – Encargos Sociais	99.092.323	90.442.669
241790 – Demais Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	36.367.813	33.670.365
Demais elementos do grupo	102.513.606	101.258.670
2 – Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
1º elemento de despesa	-	-
2º elemento de despesa	-	-
3º elemento de despesa	-	-
Demais elementos do grupo	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	**577.945.035**	**546.417.616**
243110 – Serv de Terc - TI	35.213.620	27.224.739
243190 – Serv Terc. Demais	38.153.578	30.120.882
245100 – Tributos Vinculados a Receita	194.482.843	179.457.048
249210 – Equipamentos de PD	41.519.336	57.966.719
249600 – Variação Monet. De Outras Obrigações	23.999.539	25.957.663
Demais elementos do grupo *Outras Despesas correntes*	244.576.119	225.690.565
DESPESAS DE CAPITAL		
4 – Investimentos	**228.579.591**	**122.977.199**
Manutenção e Adequação da Infraestrutura de TI para a Previdência Social	107.411.476	101.410.704
Manutenção e Adequação de Bens Imoveis	117.973.536	20.098.796
Demais elementos do grupo	3.194.579	1.467.699

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3.4 *Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ*

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ
Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação
Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação
Não se aplica

Fonte: *Divisão de Orçamento – DIOR*

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Perspectiva orçamentária

a) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Comparativamente à realização de 2012 apresenta variação positiva de 10,27%. Este acréscimo reflete, basicamente, a realização a maior dos seguintes grupos de contas: Salário de Empregados com variação de 16,45%, consequência do dissídio coletivo e entrada de novos empregados; Comissões por função com aumento de 8,23%; e Outros Adicionais com aumento de 20,19%, com destaque para a despesa de Gratificação Variável por Resultado com acréscimo de 28,89%. Em relação ao valor realizado do item Programa de Desligamento Incentivado, trata-se de resquício de 2012. O grupo Demais, registrou variação a maior de 8,01%, onerado principalmente pelo crescimento da conta Anuênio em 9,7%.

A execução orçamentária total ficou abaixo do limite aprovado para o exercício em 4,87%.

b) MATERIAIS E PRODUTOS

A execução orçamentária de 2013 comparativamente ao mesmo período de 2012 apresenta variação a menor de 22,03%, por conta da diminuição de baixas do estoque, reflexo da baixa realização da previsão das despesas com fitas magnéticas e com material de consumo para impressoras.

c) SERVIÇOS DE TERCEIROS

Na comparação com o limite previsto para o exercício, a execução orçamentária de 2013 ficou dentro do limite total aprovado com execução de 97,86%.

O grupo apresentou desempenho de 16,37% superior a 2012. Os principais componentes de majoração desta rubrica foram: Serviços de Terceiros TI com variação a maior em 29,34% e Serviços de Terceiros - Demais com variação a maior em 26,67%. Já a realização em relação ao limite aprovado as rubricas Serviços de Terceiros – Demais e Auxílios e Educação, Creche e Outros variaram a maior. O restante das rubricas ficou abaixo do limite estipulado.

Em relação a Serviços de Terceiros TI, os itens que mais contribuíram para o crescimento foram:

- Consultoria Técnica, com um valor nominal de R$ 10,6 milhões no período acumulado, com destaque para pagamentos de serviços de consultoria para migração e para as áreas-meio; e
- Servidores de Plataforma Baixa com valor acumulado de R$ 12,8 milhões em 2013, superando 2012 em 215% face à reclassificação contábil no valor de R$ 7,3 milhões.

Em razão da criação da conta Consultoria em Gestão no grupo Serviços de Terceiros Demais fica justificada a realização a maior, em 14,90%, e a menor realização do grupo Serviços de Terceiros TI, em 10,84%.

O grupo Demais Dispêndios Indiretos com Pessoal Próprio, com incremento de 13,46% em relação ao mesmo período do exercício anterior, foi gradualmente reduzida a partir do quarto trimestre, após as medidas de contenção adotadas, especialmente nas contas de Locomoções Nacionais e Diárias Nacionais, cuja variação em relação ao período do exercício anterior é de 11,1% e 7,0%, respectivamente, e representam juntas pouco mais de 50% da variação nominal do grupo.

Houve uma menor quantidade de trechos percorridos no período de janeiro a dezembro deste ano (18.759, sendo 13.157 aéreos), em comparação com o mesmo período do ano passado (21.794, sendo 13.482 aéreos), implicando em uma redução de 2,41% dos trechos aéreos.

Em relação às diárias, houve uma redução de 9,81% da quantidade para o mesmo período comparativo (23.784 em 2013 e 26.372 em 2012).

d) UTILIDADES E SERVIÇOS

Em relação a este grupo, que representa basicamente as despesas com serviços públicos (luz, telefone, água), a execução orçamentária acumulada do ano, comparativamente ao mesmo período de 2012, teve um decréscimo de 13,36%, com destaque para a redução da despesa com energia elétrica e telefonia. Já em relação ao limite aprovado para o exercício a execução alcançou 83,69%.

e) TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS

A execução orçamentária desta rubrica comparativamente ao exercício anterior, apresenta acréscimo de 11,57%. Variação centrada no item Tributos Vinculados ao Resultado que apresenta acréscimo de 21,34%. E em termos nominais nota-se variação maior no item Tributos Vinculados à Receita.

Em relação ao limite aprovado para esta rubrica, a execução ficou em 97,32%, portanto, dentro do valor estipulado.

f) OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

Em relação ao exercício anterior, apresenta variação a menor de 9,81%. Os itens de despesa que mais contribuíram para esta variação foram:

- Locação de Equipamentos de Processamento de Dados, com variação a menor de 28,37%. A conta destaque deste grupo é Circuito de Transmissão de Dados, com redução em 30,49%, encerrando o exercício com R$ 38,7 milhões;
- Despesa de Provisão com Passivo Atuarial que não teve realização em 2013 em função do resultado da reavaliação atuarial do Plano, enquanto que em 2012 houve realização de aproximadamente R$ 19,0 milhões;
- Variação Monetária de Outras Obrigações, com variação a menor em 7,54%, referente a Variações Monetárias Passivas; e
- A conta Demandas Trabalhistas com variação positiva de 44,47% é composta pela rubrica Provisões para Litígios Trabalhistas que fechou o ano com realização de R$ 18,4 milhões, resultado inferior em 12,27% em relação ao reprogramado para o período.

O grupo Participação no Resultado, teve variação positiva de 105,80% em relação a 2012, em função do melhor resultado apresentado pela Empresa em 2013, bem como retificação de valores pagos em 2012.

Perspectiva financeira

1. O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS

No ano de 2013, o faturamento da Dataprev cresceu 10,52% em relação a 2012, ultrapassando 1,2 bilhões.

Os recebimentos aumentaram 13,16% e os desembolsos se elevaram num percentual menor de 11,12%. Esta movimentação se traduziu numa efetiva geração de caixa em 2013 de 2,6 milhões.

Cabe ressaltar que apesar do saldo positivo da geração de caixa em 2013, ocorreram sete meses de geração negativa de caixa contra cinco meses positivos. Esta instabilidade implica, entre outros fatores, no contingenciamento de despesas e novos investimento . A geração negativa de caixa tem sido ocasionada basicamente pela dificuldade dos clientes em cumprir os prazos contratuais de pagamentos dos serviços prestados.

Geração de Caixa(em R$ mil)

Figura 16: Geração de Caixa(em R$ mil)

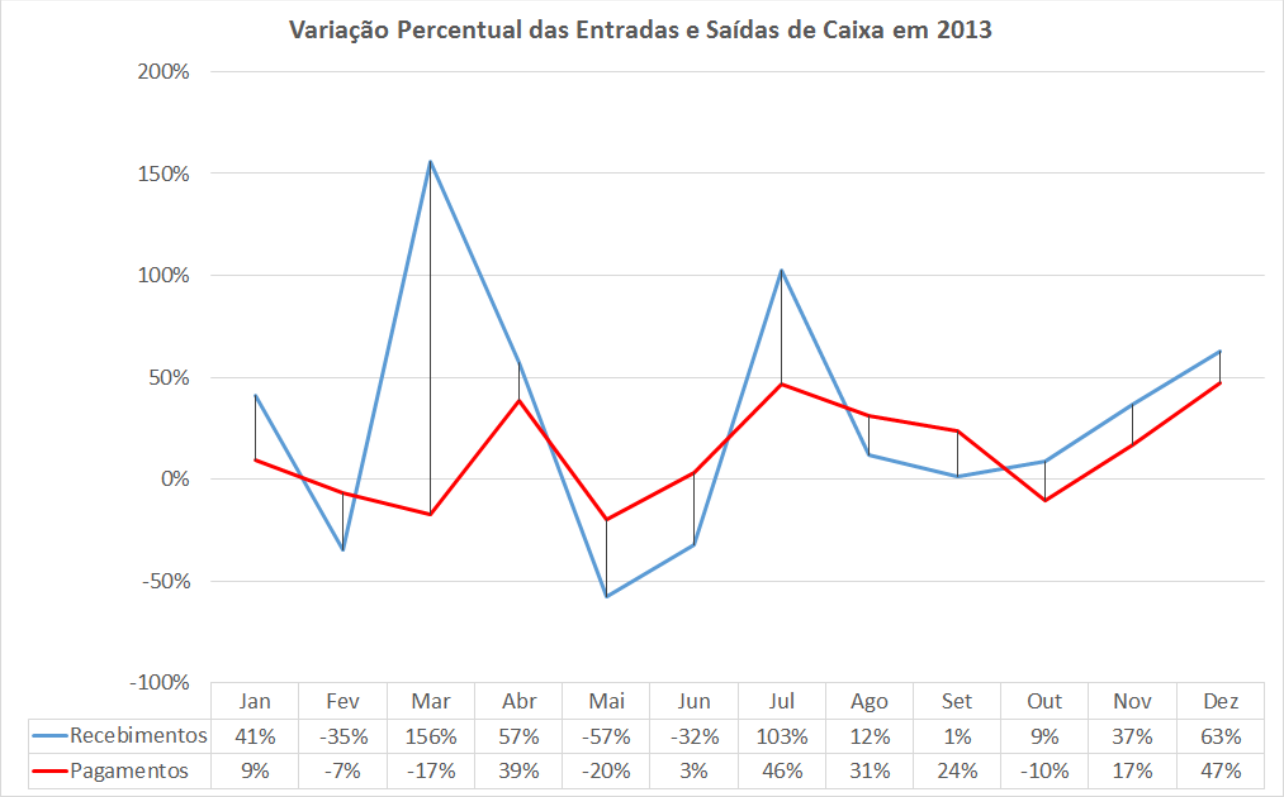


Figura 17: Variação Percentual das Entradas e Saídas de Caixa em 2013

Tabela 13: Recebimentos Líquidos (em R$ mil)

Recebimentos	2012		2013		
Soma	R$	Distribuição	R$	Distribuição	Variação
	896.592		1.014.571		13,16%
I N S S	478.098	53,32%	506.360	49,91%	5,91%
S R F B	107.103	11,95%	158.199	15,59%	47,71%
M T E	62.617	6,98%	68.076	6,71%	8,72%
M P S	9.060	1,01%	8.750	0,86%	-3,42%
Consignado e Óbitos	196.337	21,90%	221.320	21,81%	12,72%
Demais Clientes	14.835	1,65%	27.044	2,67%	82,30%
Rendimento Aplicação	6.110	0,68%	6.343	0,63%	3,81%
Diversos	22.432	2,50%	18.479	1,82%	-17,62%

***Fonte**: Fluxo Caixa Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN*

Tabela 14: A Receber (em R$ mil)

A Receber	2012		2013		
Soma	R$ 404.302	Distribuição	R$ 541.397	Distribuição	Variação %
INSS	167.711	41,48%	232.061	42,86%	38,37%
SRFB	91.592	22,65%	85.597	15,81%	-6,55%
MTE	27.510	6,80%	90.761	16,76%	229,92%
MPS	4.775	1,18%	3.783	0,70%	-20,78%
PREVIC	4.089	1,01%	2.787	0,51%	-31,84%
MPO	394	0,10%	290	0,05%	-26,32%
PGFN	0	0,00%	18.925	3,50%	-
PR	0	0,00%	119	0,02%	-
Consignados	17.139	1,24%	18.655	3,45%	8,85%
Outros	335	0,08%	88	0,02%	-73,68%
Encargos s/Fatura	90.757	22,45%	88.331	16,32%	-2,67%

***Fonte**: Balancete*

Tabela 15: Recebimentos Mensais (em R$ mil)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	82.921	49.416	45.599	161.200	78.804	61.359	75.378	94.033	59.828	61.319	40.665	86.070	896.592
2013	121.175	54.003	126.533	71,713	68.743	53.229	124.400	84.504	95.117	65.182	83.864	66.108	1.014.571

Fonte: *Fluxo Caixa Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN*

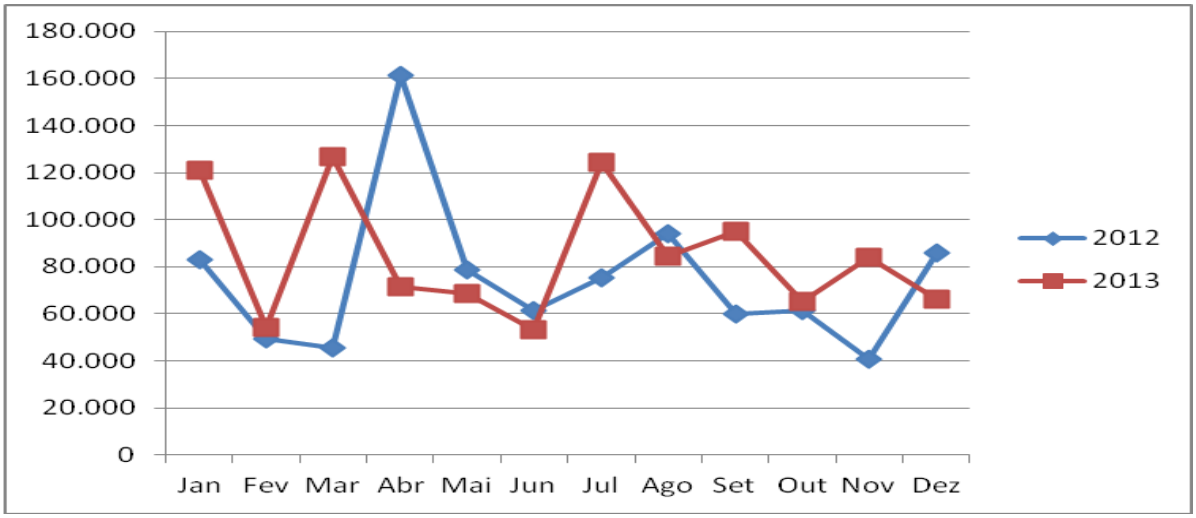


Figura 18: Recebimentos Mensais (em R$ mil)

Tabela 16: Comparativo de situação econômica e financeira (em R$ mil)

	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final	Faturas a Receber	Contas a Pagar	Faturamento
2012	77.985	896.592	910.683	63.893	404.301	99.245	1.091.364
2013	63.893	1.014.571	1.011.949	66.515	541.396	171.889	1.206.143
Variação %	**-18,07%**	**13,16%**	**11,12%**	**4,10%**	**33,91%**	**73,20%**	**10,52%**

Fonte: *Fluxo Caixa Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN /Balancete*

Tabela 17: Pagamentos Realizados (em R$ mil)

Pagamentos	**2013**	**2012**	**Variação**
Total	**1.011.948**	**910.683**	**11,12%**
Migração (Bricon)	1.747	3.596	-51,42%
Port. Necessidades Especiais	1.500	1.067	40,58%
Mainframe	21.035	9.721	116,39%
Encargos Sociais	123.174	131.698	-6,47%
Telecomunicações Diversas	30.812	46.694	-34,01%
Tributos / ISS	168.371	124.531	35,20%
Contingências Judiciais	14.554	14.255	2,10%
Contas Públicas (Água, Luz e Telefone)	14.796	15.129	-2,20%
Folha de Pagamento	250.540	214.932	16,57%
Fornecedores Diversos	54.982	64.236	-14,41%
G. V. R.	15.656	14.182	10,39%
GEAP e Prevdata	108.464	93.950	15,45%
Alimentação	26.133	31.652	-17,44%
Viagens	17.912	8.493	110,90%
Fornecedores M O	12.689	9.344	35,80%
Investimentos	148.279	88.690	67,19%
Diversos	1.304	38.513	-96,61%

***Fonte**: Fluxo Caixa Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN*

Tabela 18: Mensal de Pagamentos (em R$ mil)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	84.152	90.884	60.451	80.560	66.412	68.717	68.307	72.082	97.998	74.912	68.327	77.881	910.683
2013	85.185	78.640	75.411	83.850	64.686	68.669	100.586	89.770	89.321	87.755	87.607	100.468	1.011.948

Fonte: Fluxo Caixa

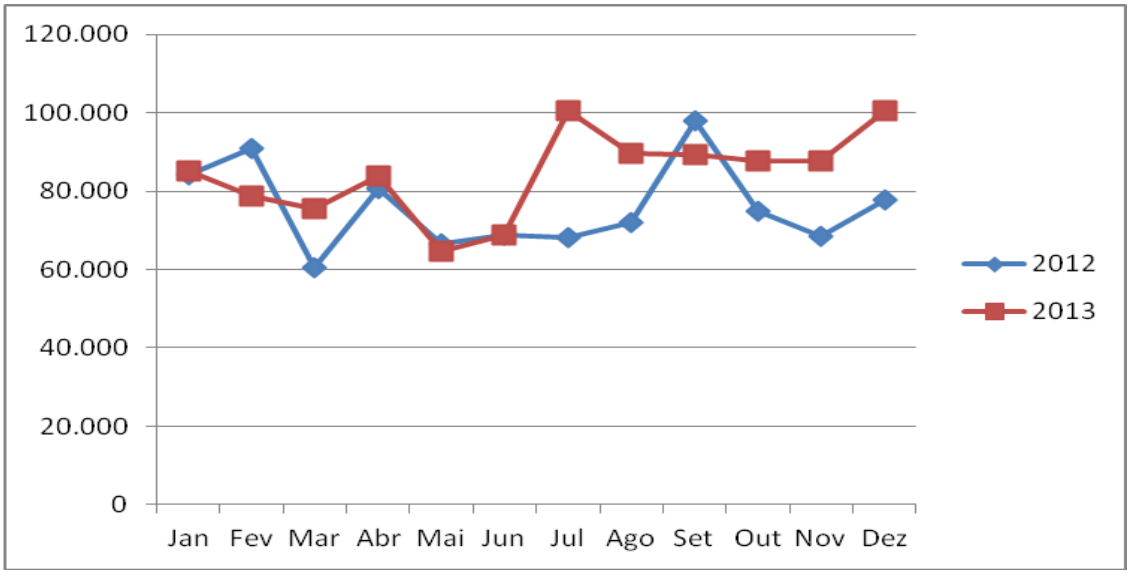


Figura 19: Gráfico Mensal de Pagamentos (em R$ mil)

Devido aos fatores mencionados, associada à negociação de prazos com fornecedores, houve um aumento da média de saldo de caixa de R$ 31,7 milhões (2011) para mais de R$ 83,4 milhões (2012), uma ampliação de 163,5% na média. Novo incremento na ordem de 28,24% foi observado em 2013 ao serem alcançados R$107.010 milhões.

Em relação ao saldo médio do ano de 2012, a evolução a partir do 2° trimestre do ano aponta uma melhora no fluxo de caixa da empresa. Já em 2013, observa-se uma flutuação mais regular dos saldos em comparação a 2012, apresentando, no entanto, uma significativa queda no final do ano, como se pode observar no gráfico abaixo.

Tabela 19: Saldos Finais de Caixa (em R$ mil)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2012	76.753	35.286	20.434	101.074	113.465	106.107	113.178	135.129	96.958	83.366	55.704	63.893	83.446
2013	**99.882**	**75,245**	**126.368**	**114.230**	**118.288**	**102.848**	**126.661**	**121.396**	**127.191**	**104.619**	**100.876**	**66.515**	**107.010**

***Fonte**: Fluxo Caixa Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN*

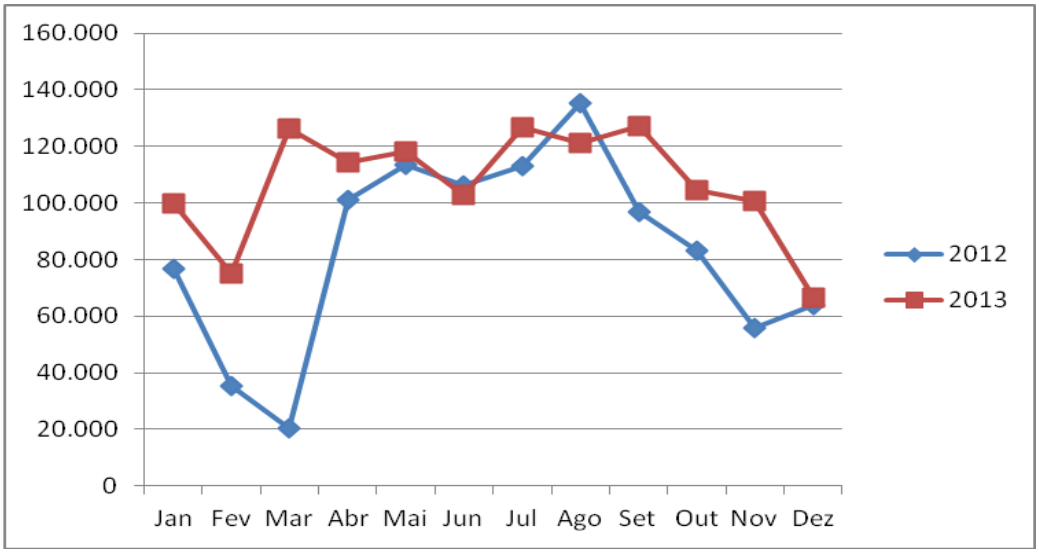


Figura 20: Gráfico Saldos Finais de Caixa (em R$ mil)

2. O FATURAMENTO DE SERVIÇOS NA DATAPREV

O Faturamento do ano de 2013 sofreu o incremento de 10,52% e ultrapassou o patamar de R$ 1,2 bilhão. Esse volume representou o crescimento real de 4,35% em relação ao exercício anterior, se descontada a inflação de 5,91%, registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias.

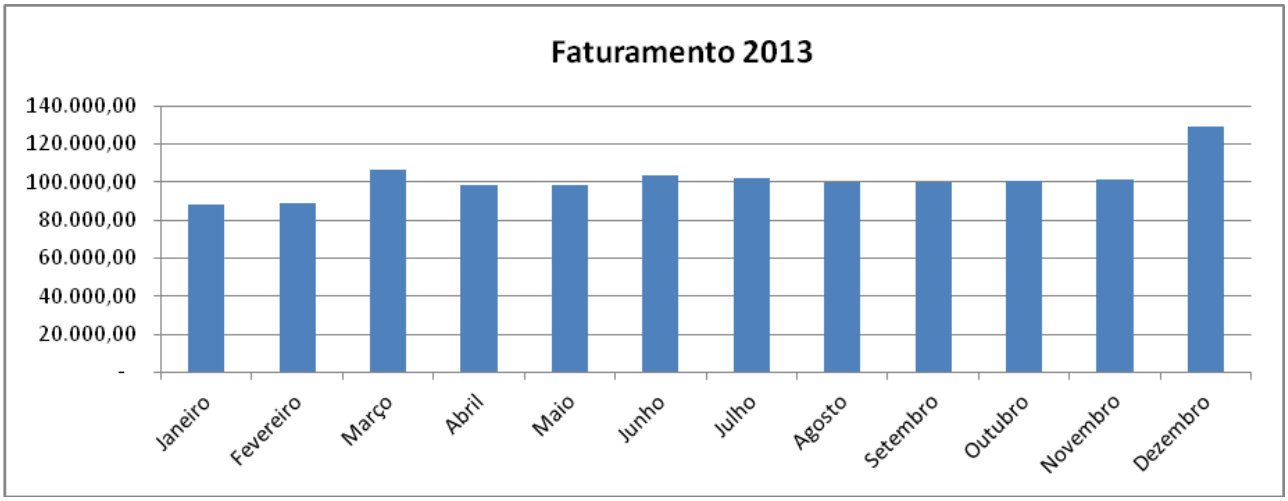


Figura 21: Faturamento mensal da DATAPREV (em R$ mil)

Fonte: *Balancete*

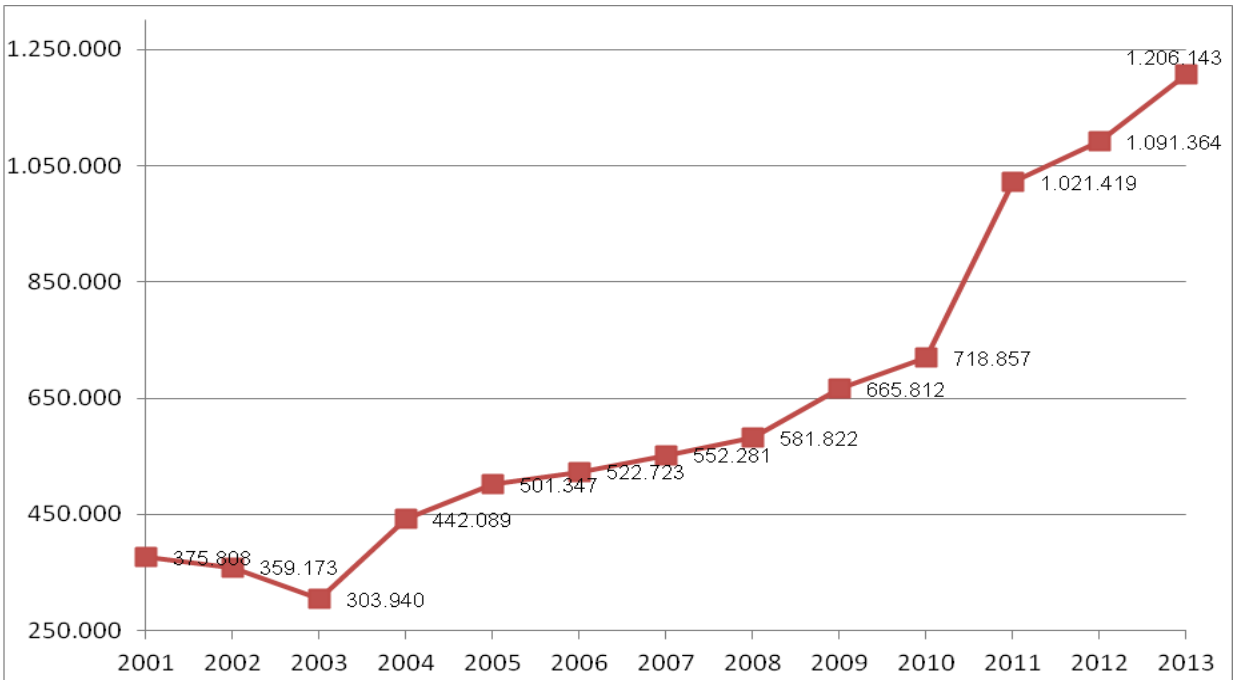


Figura 22: Faturamento Anual da DATAPREV (em R$ mil)
Fonte: *Balancete*

O INSS participou com R$ 616,4 milhões (50,65%) para a realização das receitas operacionais com o seu faturamento aumentando cerca de 5,14%, quando comparado ao exercício de 2012 (R$ 586,290 milhões), em que pese a estabilidade de sua participação global nas Receitas Operacionais da DATAPREV, mantendo-se, como o principal cliente da Empresa.

Tabela 20: Faturamento INSS (em R$ mil)

Períodos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	18.939	26.259	26.872	43.669	46.842	40.013
Fevereiro	30.961	36.592	38.307	46.078	48.267	50.657
Março	31.125	37.060	37.639	46.438	48.008	51.290
Abril	30.955	37.645	38.608	46.563	47.387	51.320
Maio	31.586	37.340	38.191	46.801	47.092	51.416
Junho	31.130	37.482	38.231	47.802	47.571	54.294
Julho	31.560	37.715	37.884	47.143	47.478	54.334
Agosto	31.474	37.797	50.226	47.520	49.883	51.773
Setembro	32.879	39.048	40.982	47.837	47.994	51.488
Outubro	30.042	40.622	41.230	47.670	47.770	52.851
Novembro	32.482	39.533	40.252	47.497	48.315	53.458
Dezembro	49.750	48.433	48.349	48.682	59.681	53.550
Totais	**382.883**	**455.526**	**476.771**	**563.700**	**586.288**	**616.444**

Fonte: *Balancete*

4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.

4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não se aplica.

4.4 Transferências de recursos

Não houve ocorrência no período.

4.5 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

A Dataprev não utiliza o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (destinado aos órgãos e entidades da “Administração Pública Federal Direta – Autárquica e Fundacional”) e não está autorizada a utilizar-se da Conta Tipo "B" para pagamento de suprimento de fundos (Dec. nº 6.467, de 30.05.2008).

O cartão utilizado para ressuprimento de fundos emergenciais - “caixa pequeno” - da Dataprev é um cartão empresarial (produto e serviço do Banco do Brasil), não tem selo federal e nenhuma característica de cartão corporativo, no sentido estrito.

A Empresa não se utiliza de recursos do caixa do Tesouro Nacional, como ocorre com o CPGF, e sim da conta-corrente da Dataprev (Empresa Pública – Administração Pública Federal Indireta).

4.6 Renúncias sob a gestão da UJ

Não houve ocorrência no período

4.7 Gestão de precatórios

Não se aplica

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Principais Ações de Gestão de Pessoas em 2013

No ano de 2013 teve início uma reestruturação organizacional da Diretoria de Pessoas. Com o objetivo de otimizar os processos de gestão de pessoas, valorizar as atividades de educação corporativa, transformar o RH tradicional em RH estratégico e, principalmente, promover a aproximação da área com os clientes internos e das áreas de negócio, houve alterações significativas na estrutura organizacional, a partir de 1/2/2013.

Foi criado o Departamento de Educação Corporativa – DEEC que ficou responsável pelo planejamento, organização e execução de todas as ações educacionais da DATAPREV, inclusive o desenvolvimento de cursos realizados à distância, utilizando-se a plataforma Moodle. Também ficaram sob responsabilidade do DEEC as definições das competências organizacionais, técnicas e gerenciais.

As atividades de gestão do desempenho funcional, cargos e salários e captação de novos empregados foram transferidas para o Departamento de Administração de Pessoas.

Foi criado o Comitê Gestor de Pessoas, órgão de staff diretamente ligado à Diretoria de Pessoas, que tem como principal finalidade o debate e o desenho das políticas de gestão de pessoas com o consequente encaminhamento de propostas para decisão junto à Direção da DATAPREV. Este Comitê esteve formado pelos gestores estratégicos e assessores diretos da DPE.

Finalmente foi criada a Coordenação de Demandas de Pessoas – CODP, também diretamente ligada à DPE. Este órgão, liderado por um coordenador, foi composto por 5 (cinco) consultoras internas que tiveram o objetivo de aproximar a Diretoria de Pessoas de seus clientes internos, que estão distribuídos pelas demais diretorias da empresa. Conhecer de perto as demandas mais prementes desses clientes e levar a eles as respostas a essas demandas, além de mantê-los atualizados e informados sobre as estratégias de pessoas implementadas pela DPE, muitas delas em consonância com as demandas apresentadas, foram os principais desafios dessa Coordenação.

Além dessas mudanças organizacionais, houve também um enfoque à produção de informações estratégicas e gerenciais que hoje formam um painel à disposição dos gestores. Estas informações, hoje disponibilizadas na DTPNET (intranet), podem ser acessadas por diretores, assessores, superintendentes e gerentes de departamento e equivalentes.

Com base no Plano de Ações 2013, os resultados alcançados no Eixo Pessoas ultrapassaram 90% do que foi planejado. Dentre os resultados alcançados, podem-se destacar:

As políticas de Gratificação Variável por Resultados e a Gratificação Complementar por Resultados praticadas em 2013, foram propostas como um incentivo para o alcance de boa parte das metas definidas no Plano de Ação. O índice médio de alcance das metas que compuseram a GVR/CGR foi de 81% e o valor distribuído aos empregados atingiu cerca de R$ 30,5 milhões, incluindo os encargos trabalhistas e sociais.

Com a consolidação da DATAPREV como a empresa pública federal de tecnologia da informação responsável pela área social do governo, houve um acréscimo na quantidade de clientes e na demanda de serviços contratados. Decorrente deste fato, foi autorizado pelo Ministério do Planejamento o aumento do quadro de pessoal da empresa que passou a ter como limite, o quantitativo de 4.100 empregados. Para atender a esta nova demanda e também em razão de uma maior rotatividade de pessoal, típica do atual mundo do trabalho, a área de captação de novos empregados promoveu a chamada de 613 candidatos constantes de nosso cadastro de reserva.

Na sua política de retenção de talentos, iniciada em 2011, a DATAPREV, no ano de 2013, realizou as três modalidades de progressão previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS). No total foram movimentados 732 empregados que tiveram aumentos salariais entre 3% e 18%. Isso significa que 18,9% da totalidade dos empregados da DATAPREV foram movimentados neste ano.

Com relação à promoção de saúde e qualidade de vida, destacou-se a ampliação da Ginástica Laboral. Além disso, houve o incremento do número de ações das campanhas educativas de promoção de saúde desenvolvidas em 2013, com aumento de 113% na quantidade de atividades em relação ao ano anterior. No tocante aos participantes nas atividades presenciais, houve aumento de 186%. Estes números foram resultado de medidas adotadas pela Coordenação Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-Estar no ano de 2013, tais como: coordenação nacional para o planejamento dos eventos mais relevantes, melhoria no monitoramento mensal das realizações e diferenciação de datas com base no perfil de saúde dos empregados.

Outra ação de relevância foi a implantação do Programa de Acompanhamento de Empregado Afastado e Retorno Laborativo – Pró Retorno, em nível nacional, decorrente do projeto piloto iniciado em 2010. Destinado aos empregados afastados por auxílio-doença por período superior a 90 dias, o programa iniciado em agosto de 2013, atendeu 80% do seu público até o final do ano. Foram atendidos empregados de 15 estados diferentes, o que comprova a capilaridade e o alcance do Programa.

No tocante à educação corporativa e como continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior, em 2013 as áreas da DATAPREV realizaram seu levantamento de demandas por capacitação a partir de uma nova metodologia, onde utilizaram como referência os resultados do Plano de Ação 2013, visando intensificar o alinhamento com os resultados da organização.

No ano de 2013, foi implantado o novo modelo de formação corporativa para os novos empregados na modalidade de educação à distância. Seu principal objetivo foi o de facilitar o acesso dos empregados recém contratados, que se encontravam dispersos em diferentes regiões do país, às informações relevantes sobre a organização, políticas, normativos vigentes, facilitando a sua adaptação.

Quanto à responsabilidade socioambiental, o ano de 2013 teve como destaques o Programa de Inclusão Digital, o Programa Jovem Aprendiz e o Programa Meio Ambiente/coleta seletiva.

O Programa de Inclusão Digital efetuou a Doação de Bens ociosos e irrecuperávis conforme N/LG/018/03 de 9.253 itens (monitores, microcomputadores e impressoras) para entidades sem fim lucrativos e outros entes públicos, sempre com o cuidado de se priorizar o uso em projetos sociais.

O Programa Jovem Aprendiz contratou 65 jovens que foram distribuídos por 18 unidades da empresa em vários estados do país. O SENAC, o SENAI, a Secretaria de Estado de Governo do Ceará e o CESMAR foram as entidades formadoras. No Rio de Janeiro, pelo segundo ano consecutivo, foram contratados jovens com deficiência. No caso, eram 8 aprendizes com baixa visão, representando 50% dos jovens lotados na localidade.

O Programa Meio Ambiente/coleta seletiva renovou todos os Termos de Compromisso com as cooperativas de catadores e manteve o programa operando em todos os estados, com exceção das unidades locadas em prédios comerciais e que, por este motivo, ficam subordinadas às normas dos respectivos condomínios.

No que se refere a formação de pessoas, em continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior, em 2013 as áreas da Dataprev realizaram seu levantamento de necessidades de capacitação com uma nova metodologia, onde utilizavam como referência os resultados estratégicos do Plano de Ação 2013, visando intensificar o alinhamento com os resultados da organização.

As funcionalidades de avaliação de resultados e certificação do sistema Protheus, módulo de T&D, que ainda não estavam disponíveis e que tinham previsão de conclusão no primeiro semestre de 2013 não foram concluídas da forma prevista e ajustes ainda serão implementados em 2014.

No ano de 2013 foi implantado o novo modelo de Formação Corporativa para os novos empregados na modalidade de Educação à Distância. Seu principal objetivo é facilitar o acesso dos empregados recém-contratados, que se encontram dispersos em diferentes regiões do país, às informações relevantes sobre a organização facilitando a sua adaptação.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

Seguem os formatos e conteúdos do que foram apresentados nos Relatórios de Gestãos de 2010, 2011 e 2012, de acordo com orientações da CGU – SECEX-RJ constantes em ata de reuniões, e a diretriz contida na Portaria TCU 175/2013, segundo a qual *"Os conceitos e definições utilizados nos quadros da gestão de pessoas são baseados na Lei nº 8.112/90 e suas alterações. Esses conceitos e definições de vem s ervir c omo r eferência, de vendo as uni dades que n ão t êm e ssa L ei c omo norteadora da gestão de seu pessoal fazerem as adaptações pertinentes. ".*

Neste sentido, os quadros que apresentam as informações relativas a estrutura de pessoal da Empresa foram adaptados para atender as exigências legais de forma mais clara e concisa, ou foram excluídos, por não se aplicarem as peculiaridades da Dataprev. Vide tabela 21 a seguir.

Tabela 21: Lista de Quadros da Estrutura de Pessoal

Quadros com informações sobre a estrutura de pessoal	Ocorrências		
	Adaptado as peculiaridades da Dataprev	**Excluído, por não se aplicar à Dataprev**	**Excluído, pois não houve ocorrência no período**
Quadro A.5.1.1.1 – Força de trabalho – Situação apurada em 31/12	X		
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho – Situação em 31/12	X		
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – Situação em 31 de dezembro	X		
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores por faixa etária – Situação apurada em 31/12	X		
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	X		
Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	X		
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro		X	
Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12		X	
Quadro A.5.1.5.1 – Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	X		
Quadro A.5.1.5.2 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	X		
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	X		
Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)		X	

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

5.1.1.1 Lotação

QUADRO 10: A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada***	Efetiva		
Celetistas* (∑)	**4.100**	**3.875**	**364**	**182**
Empregados próprios**	**4.100**	**3.806**	**348**	**175**
Empregados Requisitados, com ônus	**-**	**10**	**1**	**3**
Dirigentes não empregados	**-**	**5**	**-**	**-**
Empregados "Ad Nutum"	**-**	**54**	**15**	**4**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

* **Celetistas**: regime da força de trabalho dos empregados da Empresa.

** **Empregados próprios**: foram considerados como empregados próprios, conforme estabelecidos nos plano de cargos e salários em vigor, os ocupantes dos seguintes cargos:

- Anal. Tecnologia da Informação
- Anal. de Processamento
- Assistente de Tecnologia da Informação
- Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Técnico de Segurança do Trabalho
- Auxiliar de Enfermagem do Trabalho
- Médico do Trabalho

*** **Autorizada**: para as tipologias "**Empregados Requisitados, com ônus e sem ônus"**, e "**Empregados Ad Nutum**" não há limites estabelecidos nos instrumentos normativos internos da Empresa.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

QUADRO 11: A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos	**28**
2. Licença não remunerada / Interesses particulares	**5**
Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2)	**33**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE (Relatórios* Turn Over e Controle de empregados cedidos)

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

QUADRO 12: A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS (SITUAÇÃO EM 31/12/2013)

Tipologias dos cargos em comissão	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Função de Confiança	**-**	**610**	**317**	**551**
1.1. Assessor – Nível Divisão*	-	60	18	34
1.2. Assessor de Diretoria*	-	17	3	8
1.3. Assessor Jurídico*	-	1	-	1
1.4. Assessor Técnico Administrativo*	-	69	42	48
1.5. Coordenador – Nível Divisão**	-	44	26	35
1.6. Coordenador Geral – Nível Departamento**	-	16	6	4
1.7. Gerente de Centro de Processamento**	-	3	1	1
1.8. Gerente de Contas - A**	-	2	-	-
1.9. Gerente de Contas - B**	-	3	-	3
1.1-. Gerente de Contas - C**	-	3	-	3
1.11. Gerente de Departamento**	-	18	6	10
1.12. Gerente de Divisão**	-	84	50	64
g1.13. Gerente de Serviço**	-	246	146	286
1.14. Gerente Unidade de Desenvolvimento - A**	-	5	1	6
1.15. Gerente de Unidade de Atendimento**	-	5	1	6
1.16. Gerente Unidade Regional A**	-	12	4	16
1.17. Gerente Unidade Regional B**	-	10	3	13
1.18. Líder de Contas de Infraestrutura**	-	5	10	5
1.19. Secretária de Diretoria**	-	-	-	7
1.20. Secretário Executivo**	-	1	-	-
1.21. Superintendente**	-	6	-	1
2. Função Gratificada / Supervisor (08 horas)	**-**	**38**	**16**	**70**
3. Dirigente não Empregado / Diretores***	**-**	**5**	**-**	**-**
4. Empregados "Ad Nutum" ****	**-**	**54**	**25**	**13**
5. Requisitados	**-**	**10**	**4**	**4**
Total de Empregados: (1) Em Função de Confiança, (2) Função Gratificada, (3) Dirigente Não Empregado, (4) Ad Nutm e (5) Requisitados	**-**	**717**	**362**	**638**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

* Cargos de livre nomeação, sem limites estabelecidos nos instrumentos normativos da Empresa.
** Provimento dos Cargos de acordo com a Estrutura Organizacional da Empresa.
*** Diretoria, de acordo com o Estatuto da Empresa.
**** Empregados extra quadro, de livre nomeação.

5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

QUADRO 13: A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA(SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (Pessoal Próprio)	**481**	**786**	**1.040**	**1.344**	**155**
1.1. Anal. Tecnologia da Informação	411	731	457	448	60
1.2. Anal. de Processamento	60	49	10	2	1
1.3. Assistente de Tecnologia da Informação	10	5	570	891	94
1.4. Engenheiro de Segurança do Trabalho	–	1	–	1	–
1.5. Técnico de Segurança do Trabalho	–	–	1	1	–
1.6. Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	–	–	1	1	–
1.7. Médico do Trabalho	–	–	1	–	–
2. Provimento de Pessoal Extra-Quadro	**7**	**24**	**19**	**16**	**3**
2.1. Dirigente Não Empregado	–	1	3	1	–
2.2. “Ad Nutum”	6	21	13	11	3
2.3. Requisitados	1	2	3	4	-
3. Totais (1+2)	**488**	**810**	**1.059**	**1.360**	**158**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO 14: A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (SITUAÇÃO EM 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade															
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**∑**
1. Provimento de cargo efetivo (Pessoal Próprio)	**-**	**2**	**6**	**16**	**31**	**30**	**665**	**177**	**1.744**	**38**	**877**	**23**	**186**	**6**	**5**	**3.806**
1.1. Analista de Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-	-	18	14	1.078	25	753	23	185	6	5	**2.107**
1.2. Analista de Processamento	-	-	-	-	-	-	-	-	106	1	15	-	-	-	-	**122**
1.3. Assistente Tecnologia da Informação	-	2	6	16	31	30	644	163	559	12	106	-	1	-	-	**1.570**
1.4. Engenheiro de Seg. do Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	**2**
1.5. Técnico de Segurança do Trabalho	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	**2**
1.6. Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	**2**
1.7. Médico do Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	**1**
2. Provimento de Pessoal Extra Quadro	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4**	**5**	**28**	**-**	**26**	**1**	**5**	**-**	**-**	**69**
2.1. Dirigente Não Empregado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	1	-	-	**5**
2.2. “Ad Nutum”	-	-	-	-	-	-	4	4	22	-	20	1	3	-	-	**54**
2.3. Requisitado	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	3	-	1	-	-	**10**
3. Totais (1+2)	**-**	**2**	**6**	**16**	**31**	**30**	**669**	**182**	**1.772**	**38**	**903**	**24**	**191**	**6**	**5**	**3.875**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

Legenda - Nível de Escolaridade									
1	Analfabeto	4	1ºgrau Incompleto Fase-2	7	2º Grau Completo	10	Pos-Graduacao Incompleto	13	Mestrado Completo
2	1ºgrau Incompleto Fase-1	5	1º Grau Completo Fase-2	8	3º Grau Incompleto	11	Pos-Graduacao Completo	14	Doutorado Incompleto
3	1º Grau Completo Fase-1	6	2º Grau Incompleto	9	3º Grau Completo	12	Mestrado Incompleto	15	Doutorado Completo

5.1.3 Custos de pessoal da UJ

QUADRO 15: A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Quadro Próprio – Rubrica DEST*	2013	2012	2011
241100 - Salário Base	201.113.577	172.821.395	153.637.657
241600 - Encargos Sociais	99.092.323	90.442.669	130.370.083
241790 - Demais Contas do Grupo	36.367.813	33.670.365	31.104.265
241300 - Comissões Por Função	32.582.266	30.103.664	25.744.241
241400 - Outros Adicionais	41.863.271	34.831.507	28.307.853
241710 - Contribuições Patronais (Previdência Privada)	15.074.426	12.780.967	11.469.379
241720 - Contribuições Patronais (Assoc. Func. Assis. Méd.)	9.473.522	8.254.741	8.066.654
241200 - Horas Extras	3.387.868	3.555.652	3.130.007
241900 – Programa de Desligamento Incentivado	132.252	11.732.139	11.471.826
∑ R$	**439.087.318**	**398.193.099**	**403.301.965**
243210 - Auxílio Alimentação	31.420.012	31.073.988	25.552.120
243230 - Auxílios Educação, Creche e Outros	13.555.943	12.419.904	11.778.565
243290 - Demais Dispêndios Indiretos com Pessoal Próprio	25.008.550	23.259.168	17.271.966
243240 – Treinamento	2.135.538	671.605	1.436.464
∑ R$	**72.120.043**	**67.424.665**	**56.039.115**
Quantitativo de Pessoal incluído nas Rubricas raiz 241 e 243 = (a)	**3.865**	**3.640**	**3.503**
243900 - Demais Serviços De Terceiros**	4.502.989	4.302.894	4.238.013
Quantitativo de Pessoal somente na rubrica 243900 = (b)	**10**	**10**	**10**
Total em R$: 241+243+2439000**	**515.710.350**	**469.920.658**	**463.579.093**
Quantitativo de Pessoal: (a) + (b)	**3.875**	**3.650**	**3.513**

Fonte: *Departamento de Controladoria – DECO*

* Na estruturação desse quadro foi utilizada a nomenclatura das ações previstas no Orçamento de Investimentos – OI, conforme registrado no Sistema SIEST – Sistema de Informações das Empresas Estatais.

** Os valores apresentados na rubrica **243900 - Demais Serviços de Terceiros** são restritos aos gastos com *pessoal requisitado de outros órgãos públicos*.

5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.1.4.1 *Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria*

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do quadro de servidores inativos
(Situação apurada em 31 de dezembro)

Não se aplica

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.4.2 *Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ*

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de pensão - situação apurada em 31/12

Não se aplica

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao TCU por intermédio do sistema de apreciação e registro dos atos de admissão e concessões – SISAC

QUADRO 16: A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	356	392	356	392
Total	**356**	**392**	**356**	**392**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO 17: A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	172	229	172	229
Cancelamento do desligamento	4	19	4	19
Total	**176**	**248**	**176**	**248**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

QUADRO 18: A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	85	271	-	-
Total	**85**	**271**		
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	37	135	-	-
Cancelamento de desligamento	2	2	-	-
Total	**39**	**137**		

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.5.4 *Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico*

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
Não se aplica

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quando do processo admissional o futuro empregado firma uma declaração consignando não ter ou exercer cargo, função ou emprego público, de acordo com a disposição contida no Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Os controles existentes evitam a possibilidade desta ocorrência, que se identificada sujeita o infringente às penalidades cabíveis, reguladas no acervo legal existente.

5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

– Remuneração Média do Empregado Dataprev

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Remuneração média do empregado Dataprev	RMED	SGPe	Anual	R$
Utilidade do Indicador				
Demonstrar a evolução, em série histórica, dos valores salariais e remuneração média pagos pela DATAPREV aos empregados do quadro efetivo.				
Tipo de Indicador	Efetividade			
Fórmula de Cálculo				
RMED = (TFSN + TATS + TAA + TFI +THEI) / QTE Onde: TFSN = Total da Folha de Salário Nominal TATS = Total de Adicional por Tempo de Serviço TAA = Total de Adicional de Atividade TFI = Total de Funções Incorporadas THEI = Total de Horas Extras Incorporadas QTE = Quantidade Total de Empregados				
Método de Aferição do Indicador				
Cálculo da fórmula				
Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Administração de Pessoas - DEPE			

Análise:

Esse indicador visa demonstrar o valor da remuneração média paga aos empregados da Dataprev. Em 2013, este valor foi de R$ 6.407,30.

Ressalta-se que no valor médio da remuneração incidiram 5,10% de reajuste salarial e 2% de aumento real, acordado na base de maio de 2013.

– *Investimento Médio no Desenvolvimento de Pessoa*

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Investimento médio no desenvolvimento de pessoas	IMDP	Protheus e SGPe	Anual	R$
Diretriz Estratégica	Aprendizado e crescimento profissional			
Meta para 2013	Valor médio de investimento por empregado = R$ 1.003,00			
Utilidade do Indicador				
Medir o valor médio de investimento realizado no desenvolvimento dos empregados da Dataprev				
Tipo de Indicador	Efetividade			
Fórmula de Cálculo				
IMDP = Σ ITD / QtE Onde, Σ ITD = Somatório dos investimentos em T&D QtE = Quantidade de empregados				
Método de Aferição do Indicador				
Total de investimento em capacitação em 2013 = R$ 2.135.538,00 Quantidade de empregados efetivos = 3.875 Total Gasto em Capacitação (R$ 2.135.538,00) dividido pelo quadro de empregados em 31/12/2013 (3.875) Investimento médio no Desenvolvimento de Pessoas = R$ 551,11				
Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Educação Corporativa - DEEC			

*__SGPe__ - *Sistema de Gestão de Pessoas*

Análise:

A análise do indicador, que é aferido pelo somatório dos valores utilizados nas contas de treinamento, aponta que a Dataprev se manteve em um patamar similar de investimento em capacitação, em comparação aos dois últimos anos e inferior à meta definida para o período. Nesse sentido, o valor aferido foi inferior ao estabelecido na meta, em função do contingenciamento financeiro vivido pela empresa no segundo semestre de 2013.

Os gráficos abaixo demonstram as séries históricas de investimentos em treinamento e desenvolvimento de pessoas, levando-se em conta as verbas específicas destinadas a este fim.

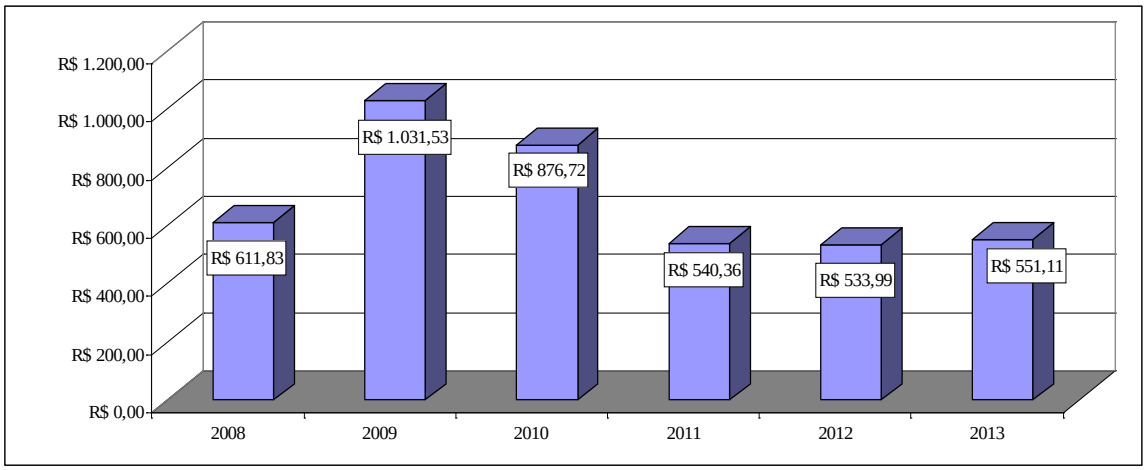


Figura 23: Valor Médio de Investimentos em Desenvolvimento de Pessoa

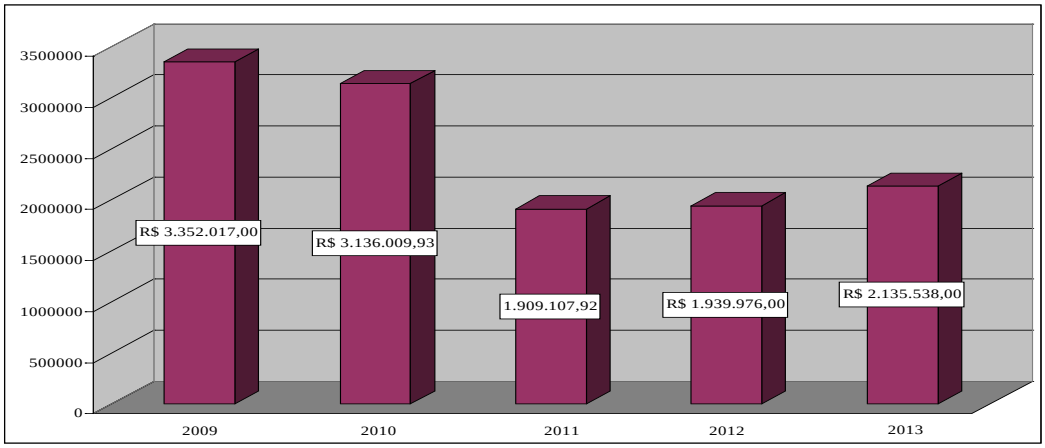


Figura 24: Evolução dos Investimentos em T&D

Tabela 22: Investimentos em atividades de T&D por categoria

Em R$ 1,00

Investimentos em atividades de T&D por categoria

Categorias	Investimento em 2013
Pós-graduação Gastos com a participação de empregados em cursos de especialização, conforme o disposto na N/ GP/ 024	**479.311,00**
Informática Gastos com a participação de empregados em eventos externos relacionados à capacitação e à formação técnica no qual o conteúdo seja diretamente vinculado ao negócio da Dataprev e às demais despesas decorrentes.	**754.834,00**
Atualização Gastos com a participação de empregados em congressos e similares.	**253.309,00**
Gestão Gastos com a participação de empregados em eventos externos dirigidos à capacitação e à formação técnica no qual o conteúdo seja vinculado à área-meio e às demais despesas decorrentes.	**596.059,00**
Gerencial Gastos com a participação de empregados em eventos dirigidos ao desenvolvimento gerencial, realizado por meio de consultoria.	**4.685,00**
Instrutoria Interna Gastos com o pagamento de instrutores por treinamento interno realizado	**47.340,00**
∑ =	**2.135.538,00**

Fonte: *Relatório de Turn Over de dezembro/2013 a partir do SGPE – Sistema de Gestão de Pessoas, em 31/dez/2013, Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

Tabela 23: Demonstrativo do QLP

Área Funcional	**PR**	**DFS**	**DIT**	**DRD**	**DPE**	∑
∑ Empregados por área*	**1.330**	**313**	**983**	**1.055**	**194**	**3.875**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas - DEPE*

*A quantidade de empregados inclui os *"Requisitados, Ad Nutun e Diretores"*.

– Investimento Médio em Saúde e Qualidade de Vida

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte*	Periodicidade	Unidade de Medida
Investimento médio em saúde e qualidade de vida	IMSQV	CGQV, COQV, DIOR e DIBE	Anual	R$

Utilidade do Indicador	
Medir o valor médio de investimento realizado no segmento saúde e qualidade de vida dos empregados da Dataprev	
Tipo de Indicador	Efetividade

Fórmula de Cálculo
IMSQV = Σ ISQV / QtE Onde: Σ ISQV= somatório dos investimentos em saúde e qualidade de vida QtE = quantidade de empregados

Método de Aferição do Indicador	
Os gastos aplicados em com saúde e qualidade de vida são informados pela DIOR, DIBE e COQV. Calcula-se o total no ano de investimento de cada um itens elencados.	
Área Responsável pelo Cálculo	Coordenação Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar – CGQV

* *Coordenação Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar - CGQV*
Coordenação de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar - COQV
Divisão de Orçamento - DIOR
Divisão de Benefício de Pessoal – DIBE

Resultado do Indicador em 2013:

Os investimentos no segmento da saúde e qualidade de vida no ano de 2013 foram de R$ 10.841.368,10 significando um investimento médio de R$ 2.797,77 por empregado (dezembro/2013: 3.875 pessoas - fonte: DTPnet/Informações Estratégicas/Gerenciais).

Em relação aos números de 2012, quando valores pagos pelo plano de saúde entraram no cálculo, o total de investimentos por empregado foi de R$ 2.514,65, tendo sido elevado portanto em 11,23%. O aumento deve-se sobretudo ao gasto maior com o plano de saúde em 2013, devido à alteração na tabela da contribuição patronal.

Além disso, houve aumento dos valores pagos em 2013 à Fundação de Seguridade Social – GEAP devido aos pagamentos pelos dos exames realizados em 2012, e que foram realizados por todos os empregados.

O s valores pagos à GEAP em 2013 foram maiores do que os pagos em 2012, porque em 2012 os exames periódicos e complementares foram destinados a todos empregados, conforme previsto na legislação. Devido à forma de cobrança da GEAP, parte significativa do pagamento se dá no ano seguinte ao da prestação do serviço.

Com relação à vacinação anti-gripal, apesar da redução do quantitativo de empregados que solicitaram o reembolso, observa-se a elevação do investimento, que é explicada pelo aumento do preço da vacina no mercado. O serviço de área protegida foi fornecido nos mesmos moldes, porém com custo superior.

A redução nos gastos com o Programa de Apoio ao empregado foi decorrente do término do contrato em outubro de 2013 e pelo atraso da medição contratual dos meses setembro e outubro, decorrente de pendência na documentação no fornecedor. Mesmo assim, os serviços foram mantidos pela empresa fornecedora que venceu a licitação realizada em 2013 para a prestação do serviço.

Os gastos com as campanhas educativas de prevenção e promoção de saúde decresceram, sem no entanto representar redução na realização de campanhas. Foram realizadas mais ações educativas, porém a maioria delas foi promovida sem custo para empresa, através de parcerias com instituições e profissionais de saúde.

Destaca-se o aumento do investimento em Ginástica Laboral, decorrente da expansão do Programa para mais unidades da Dataprev.

Tabela 24: Demonstrativo dos Investimentos em Saúde e Qualidade de Vida

Em R$ 1,00

Investimentos em Qualidade de Vida	
Categorias	**Investimento**
Campanhas Educativas Gastos com a realização de campanhas educativas e de promoção de saúde e qualidade de vida	**20.384,98**
Programa de Vacinação Antigripal Gastos com reembolso ao empregado por pagamento de vacina para a prevenção da gripe.	**46.017,23**
Programa de Ginástica Laboral Gastos com a contratação de empresas de Ginástica Laboral para realização da atividade nos diferentes estados	**310.986,40**
Tratamento Especializado Gastos com tratamento médico especializado e medicamentos específicos, sob forma de reembolso, concedido ao empregado e extensivo a seus dependentes, quando portador de necessidades especiais (deficiência física, auditiva, visual e/ou mental) e doenças especificadas na norma sobre o benefício	**227.285,09**
Serviço de Área Protegida Gastos com atendimentos de emergência nos prédios de Botafogo e Cosme Velho no Rio de Janeiro	**25.770,72**
Programa de Apoio ao Empregado da Dataprev (PAED) Gastos com contrato para prestação de serviço de aconselhamento breve e suporte psicossocial, prestados por profissionais nas áreas de psicologia, serviço social e direito, entre outros	**185.656,32**
Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional Gastos com a realização do PCMSO, conforme legislação, que abrange exames admissionais, demissionais, periódicos, retorno de beneficio e mudança de função, pagos a empresas contratadas e à GEAP.	**500.410,58**
Plano de Saúde GEAP – Contribuição Patronal Contribuição da empresa para o pagamento do plano de Saúde dos empregados e seus dependentes	**9.524.856,76**
Total	**10.841.368,10**

Fonte: *Coordenação Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar - CGQV*

5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários

Os quadros que apresentam as informações relativas a terceirização de pessoal e contratação de estagiários *também* foram adaptados para atender as exigências legais de forma mais clara e concisa, ou foram excluídos, por não se aplicarem as peculiaridades da Dataprev. Vide tabela 25 a seguir.

Tabela 25: Lista de Quadros sobre Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

Quadros sobre Terceirização de Cargos, Atividades do Plano de Cargos e Contratação de Estagiários	Ocorrências		
	Adaptado as peculiaridades da Dataprev	Excluído, por não se aplicar à Dataprev	Excluído, pois não houve ocorrência no período
Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos		X	
Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados		X	
Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	X		
Quadro A.5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	X		
Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	X		

Fonte: *Coordenação de Normalização e Gestão da Informação Empresarial e Documental – COID*

5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Não se aplica

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.2.2 Autorização expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
Não se aplica

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ

QUADRO 19: A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante	
Nome: Dataprev	
UG/Gestão: Código SIAFI 239001	**CNPJ: 42.422.253/0001-01**
Informações sobre os contratos	

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA										
Ano	**Natureza**	**Número do Contrato**	**Situação**	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Número do Processo**	**Inicio**	**Final**	**Aditivo**	**Seção**
2012	O	01.014336.2012	A	NOBRE SERV. DE LIMP. LTDA	11.305.804/0001-15	44101.000292.2011.89	24/05/2012	23/05/2014	3	RETIF. 2º ADITIVO
2010	O	01.0485.2010	A	CONSERV. RIO-LIMP LTDA - ME	39.420.336/0001-49	44101.000315.2010.74	23/01/2011	22/02/2015	7	PRORR. / REEQUI.
2009	O	02.0001.2009	A	ELIMAR - PRESTADORA DE SERVICOS EM GERAL	01.182.827/0001-26	00000.002007.0015.02	22/01/2010	21/01/2014	7	REPACTUAR / REVISAR
2012	O	03.016867.2012	A	DIEGO DE SOUZA ANDRADE	08.972.386/0001-05	44106.000009.2011.79	28/11/2012	27/11/2014	1	REPACTUAR / REVISAR
2012	O	04.014102.2012	A	STARLIGHT SERVICE LIMPEZA DE BENS IMOVEI	15.039.942/0001-50	44107.000004.2012.17	22/08/2012	21/08/2014	1	REPACTUAR
2011	O	05.005139.2011	E	ARAGUAIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA.	09.261.505/0001-84	44108.000004.2011.26	03/06/2011	02/12/2013	3	PRORROGAR
2013	O	05.015440.2013	A	ATITUDE TERC. DE M.O. LTD	09.019.150/0001-11	44108.000007.2013.21	03/12/2013	02/12/2015	-	-
2010	O	06.0041.2010	E	JOANA DARC ASSEIO E CONSERVACAO LTDA.	08.867.490/0001-30	44114.000016.2010.91	19/11/2010	18/05/2013	5	REPACTUAR
2013	O	06.014185.2013	A	SERVPLAN - SERVICOS AUXILIARES LTDA - E	26.852.970/0001-09	44114.000103.2012.18	20/05/2013	19/05/2015	-	-
2011	O	07.009823.2011	A	NOVA SAFRA AGRON.LTDA - EPP	08.909.391/0001-73	44110.000008.2011.65	01/12/2011	30/11/2014	3	PRORROGAR / REPACTUAR
2010	O	08.0012.2010	A	ULTRA - LIMPEZA E SERV LTDA.	09.231.574/0001-45	44111.000036.2009.58	05/03/2010	04/03/2014	5	REPACTUAR
2011	O	09.010596.2011	A	MEGANORTE SERV ESPELTDA.	07.174.641/0001-01	44112.000014.2011.01	01/12/2011	30/11/2014	1	PRORR/REPAC

Fonte: *Departamento de Compras - DECP (Sistema Protheus)*

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA										
Ano	**Natureza**	**Número do Contrato**	**Situação**	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Número do Processo**	**Inicio**	**Final**	**Aditivo**	**Seção**
2010	O	10.0013.2010	A	RUELA E SOARES LTDA	10.732.146/0001-85	44113.000008.2010.54	17/01/2011	16/01/2014	5	REPACTUAR / REVISAR
2011	O	11.011648.2011	A	CLASSE A ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	14.241.107/0001-36	44115.000021.2011.74	09/01/2012	08/01/2014	2	REPACTUAR / REVISAR
2010	O	12.0043.2010	A	UNIVERSAL SERVICOS LTDA.	02.373.813/0001-52	44116.000040.2009.76	20/10/2010	04/01/2015	7	PRORROGAR
2012	O	13.014169.2012	A	ZELO LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA.	10.339.944/0001-41	44117.000001.2011.83	11/06/2012	10/06/2014	1	REPACTUAR
2010	O	14.0041.2010	E	ATRATIVA SERVICOS GERAIS LTDA - ME	03.116.865/0001-06	44118.000051.2009.36	06/12/2010	04/10/2013	5	REPACTUAÇÃO / SUPRESSÃO
2013	E	14.014377.2013	E	MAXIMA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	04.624.017/0001-70	44118.000006.2013.68	13/05/2013	11/08/2013	-	-
2013	O	14.014447.2013	A	OLIVIO PIETROBELLI LTDA ME	05.912.569/0001-47	44118.000003.2013.24	25/07/2013	24/07/2015	-	-
2010	O	15.0040.2010	A	BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	09.540.692/0001-35	44119.000019.2010.84	01/11/2010	31/10/2014	4	PRORROGAR / SUPRI. / REPACT.
2012	O	16.013939.2012	A	BETANIA SERV GERAIS LTDA	05.695.725/0001-65	44120.000005.2012.93	11/06/2012	10/06/2014	1	REPACTUAR
2010	O	18.0015.2010	E	SISERV SISTEMA INTEG. DE SERVICOS DE LIMPEZA	07.931.724/0001-06	44121.000007.2010.19	13/10/2010	12/10/2013	5	REPACTUAR
2013	O	18.090725.2013	A	CONSTRUTORA PAULINO E BRASILEIRO LTDA	14.944.410/0001-03	44121.000010.2013.77	01/08/2013	31/07/2015	-	-
2012	O	19.014042.2012	A	CONTRATUM SERVICOS ADM LTDA.	11.446.367/0001-50	44122.000015.2011.28	03/09/2012	02/09/2014	2	REPACTUAR
2012	O	20.014304.2012	A	ULTRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	11.292.126/0001-01	44123.000091.2012.12	14/12/2012	13/12/2014	1	REPACTUAR
2012	O	21.202181.2012	A	UNICA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA.	02.758.996/0001-24	44124.000048.2012.39	21/08/2012	20/08/2014	1	REPACTUAR / REVISAR
2010	O	22.0017.2010	A	KAUANNE SERVICOS LTDA	02.945.243/0001-28	00000.002008.0011.22 .	02/08/2010	10/03/2014	7	REPACTUAR
2009	O	23.000183.2009	A	DINAMICA ADMINISTRACAO SERVICOS E OBRAS	00.332.833/0001-50	44100.000045.2009.78	27/01/2011	26/01/2014	7	SUPRIMIR

Fonte: *Departamento de Compras - DECP (Sistema Protheus)*

VIGILÂNCIA										
Ano	**Natureza**	**Número do Contrato**	**Situação**	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Número do Processo**	**Inicio**	**Final**	**Aditivo**	**Seção**
2011	O	01.007692.2011	A	ANGEL'S SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	03.372.304/0001-78	44101.000324.2010.65	28/08/2011	27/08/2014	3	SUPR. / PRORR. / REPAC.
2010	O	02.0037.2010	A	NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES ALAGOAS LTDA	12.498.861/0001-20	44105.000004.2008.51	12/01/2011	11/01/2014	6	PRORROGAR / REPACTUAR
2012	O	03.016869.2012	A	LEGITIMA SERV. DE PROTECAO SEGURANÇA E VIGILANCIA	07.030.464/0001-90	44106.000002.2012.38	01/12/2012	30/11/2014	-	-
2010	O	04.0003.2010	E	RHEMA SEGURANCA UNIVERSAL LTDA	05.913.326/0001-23	44107.000047.2009.05	01/06/2010	30/11/2013	4	PRORROGAR / REPACTUAR
2013	O	04.014415.2013	A	RHEMA SEGURANCA UNIVERSAL LTDA	05.913.326/0001-23	44107.000089.2013.14	20/12/2013	19/12/2015	-	-
2013	O	04.014426.2013	A	BUGAM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME	10.423.421/0001-89	44107.000084.2013.91	01/12/2013	30/11/2015	-	-
2012	O	05.014520.2012	A	MISPA SEGURANCA LTDA	13.167.893/0001-06	44108.000006.2012.04	01/11/2012	31/10/2014	1	REPACTUAR
2009	O	06.0013.2009	E	BLITZEM SEGURANCA LTDA	04.731.108/0001-05	44114.000006.2008.31	30/04/2010	29/04/2013	5	REPACTUAR / REVISAR
2012	O	06.014093.2012	A	REPRESSAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA EP	04.923.655/0001-92	44114.000077.2012.10	23/02/2013	22/02/2015	1	REPACTUAR
2010	O	07.0026.2010	A	CJF DE VIGILANCIA LTDA	19.009.885/0005-41	44110.000088.2010.78	03/02/2011	02/02/2015	7	PRORROGAR
2012	O	08.014170.2012	A	GARRA FORTE EMP SEG LTDA.	05.980.352/0001-74	44111.000002.2010.05	18/06/2012	25/09/2014	3	PROR/REPAC
2011	O	09.006982.2011	A	POTENCIAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.	05.121.169/0001-13	44112.000014.2010.11	25/08/2011	24/08/2014	3	PRORROGAR
2011	O	10.0002.2011	A	H. M. RODRIGUES DE QUEIROZ LUZ SILVA - M	04.667.389/0001-84	44113.000014.2010.10	10/02/2011	09/02/2014	4	REPACTUAR

Fonte: *Departamento de Compras - DECP (Sistema Protheus)*

VIGILÂNCIA										
Ano	**Natureza**	**Número do Contrato**	**Situação**	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Número do Processo**	**Inicio**	**Final**	**Aditivo**	**Seção**
2010	O	12.0049.2010	A	VIDICON SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	07.069.574/0001-65	44116.000048.2009.32	08/03/2011	07/03/2015	7	PRORROGAR
2012	O	12.014010.2012	A	OPEN SERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI - EPP	11.135.051/0001-47	44116.000010.2011.84	07/08/2012	06/08/2014	2	REPACTUAR / REVISAR
2011	O	13.002427.2011	A	ELFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA.	03.943.091/0001-97	44117.000050.2010.35	02/04/2011	01/04/2014	2	PRORROGAR / REPACTUAR
2008	O	14.0078.2008	E	MUNDISEG VIGILANCIA LTDA	02.314.198/0001-03	00000.002008.0016.14	06/02/2010	05/02/2013	5	REPACTUAR
2011	O	15.008980.2011	A	ACESSE SEGURANCA PRIVADA LTDA.	09.537.039/0001-17	44119.000003.2011.52	01/11/2011	31/10/2014	4	PRORROGAR
2010	O	16.0016.2010	A	HAVAI VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.	08.578.865/0001-41	44120.000053.2010.10	01/12/2010	30/11/2014	3	PRORROGAR / REPACTUAR
2009	O	18.0015.2009	E	FLASH VIGILANCIA LTDA.	08.692.312/0001-15	44121.000003.2008.16	22/10/2010	21/10/2013	4	REPACTUAR
2012	O	19.013132.2012	A	MONTECASTELO SERV DE VIGILANCIA LTDA	10.202.371/0001-00	44122.000026.2011.16	23/03/2012	22/03/2014	1	REPACTUAR
2010	O	20.0046.2010	A	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	87.134.086/0002-04	44123.000015.2010.37	10/01/2011	09/01/2015	5	PRORROGAR
2012	O	21.014122.2012	A	SKILL SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	69.117.869/0001-17	44124.000032.2011.45	01/04/2012	31/03/2014	1	REPACTUAR
2012	O	22.014060.2012	A	PROSEGUR BRASIL SA	05.165.468/0001-50	44125.000003.2012.54	18/05/2012	17/05/2014	2	ALTERAR RAZÃO SOCIAL
2011	O	23.007906.2011	E	CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZ	26.414.755/0001-26	44100.000211.2010.70	16/08/2011	15/08/2013	5	SUPRIMIR
2012	O	23.014148.2012	A	CITY SERVICE SEGURANCA LTDA	37.077.716/0001-05	00000.002008.0057.23	14/04/2012	13/03/2014	4	PRORROGAR / REPACTUAR

Fonte: *Departamento de Compras - DECP (Sistema Protheus).* Observação: vide Legenda do Quadro 20: A.5.2.4 abaixo.

5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargo do órgão

QUADRO 20: A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Dataprev														
UG/Gestão: SIAFI – 239001					**CNPJ: 42.422.253 / 001 – 01**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2013	12	O	**01.015842.2013**	**32.360.422/0001-64**	**18/02/2013**	**17/02/2014**			**53**	**53**			P
Observações: CVI/Rio – Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro													

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: *Coordenação Geral de Relações do Trabalho e Responsabilidade Socioambiental – CGTS*

5.2.5 Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A Dataprev busca permanentemente atualizar-se e empenhar-se com relação à gestão e fiscalização plena de contratos. Neste sentido, vigora na Empresa a Norma de Gestão de Contrato (N/SU/009/05), a qual estabelece diretrizes para a gestão dos contratos com fornecedores de materiais de consumo, bens permanentes e serviços na Dataprev. Essas diretrizes servem de subsídios para o Departamento de Serviços Gerais – DESG no que diz respeito à execução e contratação desses serviços nos Estados.

Acerca da avaliação crítica dos contratos listados no quadro 5.2.3 (objeto limpeza e vigilância), destaca-se que a Dataprev não teve problemas com relação à execução dos contratos, razão pela qual o conceito é positivo da prestação desses serviços. Nesse contexto, os fiscais têm uma rotina de acompanhamento diário e mensal, com base nos formulários e relatórios já previstos nos Termos de Referência, proporcionando assim maior eficiência na fiscalização.

Houve um fato pontual no Estado do Paraná – PR, que no caso teve dificuldade na condução do contrato nº 14.0041.2010 (vide quadro 5.2.3) de prestação de serviço de limpeza, que culminou em uma contratação emergencial (no período de 2013), através do contrato nº 14.014377.2013, porém, as atividades essenciais da Dataprev naquela Filial não foram afetadas.

A respeito do pagamento das verbas trabalhistas pelas prestadoras de serviços, no período de 2013, no âmbito dos Estados não ocorreram problemas relacionados à ausência de pagamentos de verbas trabalhistas aos prestadores terceirizados.

No que se refere ao contrato nº 01.015842.2013, apresentado no Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra, executado de 18 de fevereiro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014, verifica-se que não ocorreu nenhuma irregularidade. A prestadora de serviços (CVI/Rio – Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro) atendeu todas as exigência formais apresentando, em conjunto com as faturas mensais, as guias referentes aos respectivos pagamentos de impostos e contribuições pertinentes.

5.2.6 Composição do quadro de estagiários

QUADRO 21: A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Em R$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	**195**	**183**	**183**	**189**	**2.249.688**
1.1 Área Fim	52	51	52	55	629.074
1.2 Área Meio	143	132	131	134	1.620.614
2. Nível Médio	**1**	**1**	**-**	**-**	**4.999**
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	1	1	-	-	4.999
3. Total (1+2)	**196**	**184**	**183**	**189**	**2.254.687**

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

6.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da Dataprev

A empresa **não possui** veículos próprios.

6.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da dataprev, mas contratada de terceiros

a) Estudo técnico realizado para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.

A frota de veículos automotores a serviço da Empresa, em nível nacional, foi terceirizada com base em levantamentos e análises **(Nota Técnica DELG 002/2008 – Padronização para os Serviços de Transportes da Dataprev)**. Este estudo técnico encontra-se disponível para consulta no atual órgão responsável pela gestão dos serviços de transporte da Empresa, Departamento de Serviços Gerais – DESG, localizado na Rua Professor Álvaro Rodrigues, 460, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ.

b) Nome e CNPJ das empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte.

Tabela 26: Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Unidade Jurídica

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NOME DA CONTRATADA	NÚMERO CNPJ
AC	NÃO TEM	NÃO TEM
AL	WELL RENT A CAR LTDA EPP	40.976.334/0001-10
AM	KAELE LTDA	04.819.323/0001-62
AP	NÃO TEM	NÃO TEM
BA	IT ALIMENTOS LTDA EPP	01.711.147/0001-52
CE	IT ALIMENTOS LTDA	01.711.147/0001-52
DF	VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA	02.605.452/0001-22
ES	STOFFEL TOUR LOCADORA DE VEICULOS LTDA	08.864.551/0001-05
GO	CERTA SERVICOS E TURISMO LTDA	09.652.613/0001-88
MA	DANDY LOCACAO DE VEICULOS LTDA.	07.446.868/0001-69
MG	MINAS TURISMO E SERVICOS LTDA.	97.456.065/0001-88
MS	FACIL TENDTUDO LTDA. - ME	10.907.486/0001-08
MT	FACIL TENDTUDO LTDA. - ME	10.907.486/0001-08
PA	POTY RENT A CAR LTDA	09.535.897/0001-22
PB	WELL RENT A CAR LTDA EPP	40.976.334/0001-10
PE	POTY RENT A CAR LTDA	09.535.897/0001-22
PI	SILVA E BARROS LTDA.	04.162.704/0001-11
PR	IT ALIMENTOS LTDA EPP	01.711.147/0001-52

RJ	REI DE OURO MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA	10.781.353/0001-20
RN	WELL RENT A CAR LTDA EPP	40.976.334/0001-10
RO	NÃO TEM	NÃO TEM
RR	NÃO TEM	NÃO TEM
RS	GMC LOCADORA DE VEICULOS LTDA.	07.186.022/0001-37
SC	SANCAIAMA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	05.605.742/0001-64
SE	SERGILOC SERGIPE LOCACAO DE VEICULOS	00.269.341/0001-67
SP	IT ALIMENTOS LTDA EPP	01.711.147/0001-52
TO	POTY RENT A CAR LTDA	09.535.897/0001-22

Fonte*: Informações fornecidas pelo Departamento de Compras - DECP*

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do relatório de gestão

Tabela 27: Informações Referentes à Licitação das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por UJ

UF	TIPO DE CONTRATAÇÃO	NÚMERO DO CONTRATO	VIGÊNCIA	VALOR CONTRATADO	VALORES ACUMULADOS
AC	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	0,00	0,00
AL	PREGÃO	02.007625.2011	06/10/2011 A 05/10/2014	188.970,12	109.272,87
AM	PREGÃO	03.016915.2013	01/04/2013 A 31/03/2015	100.890,00	24.553,33
AP	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	0,00	0,00
BA	PREGÃO	04.002959.2011	31/05/2011 A 30/05/2014	385.732,34	278.003,78
CE	PREGÃO	05.014233.2012	24/08/2012 A 23/08/2015	502.604,76	156.890,95
DF	PREGÃO	23.0119.2009	03/11/2010 A 02/11/2014	1.935.643,96	1.406.634,46
ES	PREGÃO	07.0008.2009	01/09/2010 A 31/08/2014	287.226,45	195.828,80
GO	PREGÃO	08.0024.2010	12/07/2010 A 11/07/2014	653.443,26	488.254,98
MA	PREGÃO	09.0022.2010	27/12/2010 A 26/12/2014	527.145,42	310.225,81
MG	PREGÃO	11.0001.2010	16/04/2010 A 15/04/2014	596.128,35	516.762,33
MS	PREGÃO	06.0029.2010	05/01/2011 A 04/01/2015	309.652,92	178.667,07
MT	PREGÃO	10.0003.2011	02/05/2011 A 01/11/2013	303.136,15	295.337,93
PA	PREGÃO	12.014021.2012	14/08/2012 A 13/08/2014	268.620,00	153.569,97
PB	PREGÃO	13.0001.2010	18/01/2010 A 17/01/2015	721.895,84	448.163,96
PE	PREGÃO	15.0007.2009	16/03/2010 A 15/03/2014	611.356,01	544.524,99
PI	PREGÃO	16.0018.2009	06/10/2010 A 05/10/2014	220.404,17	116.239,71
PR	PREGÃO	14.011821.2012	25/11/2011 A 24/07/2014	397.909,01	193.969,65
RJ	PREGÃO	01.015903.2013	28/04/2013 A 27/04/2016	2.383.968,60	488.516,85
RN	PREGÃO	18.005965.2011	17/08/2011 A 16/08/2014	206.519,99	143.659,89
RO	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	0,00	0,00
RR	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	0,00	0,00
RS	PREGÃO	19.0018.2010	02/08/2010 A 01/08/2014	922.237,53	667.947,78
SC	PREGÃO	20.0021.2010	19/07/2010 A 18/07/2014	594.024,75	462.765,80

SE	PREGÃO	22.0011.2009	23/09/2010 A 22/09/2014	101.970,73	62.620,88
SP	PREGÃO	21.012176.2012	01/04/2012 A 31/03/2014	1.084.711,34	801.783,85
TO	PREGÃO	28.0001.2010	11/05/2010 A 10/05/2014	290.248,31	244.984,87

Fonte: *Informações fornecidas pelo Departamento de Compras – DECP*

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Norma de Utilização da Frota de Veículos da Dataprev – N/LG/011/00

Os veículos são utilizados para transporte de materiais, documentos e pessoas, com vistas à execução de atividades/serviços relacionados exclusivamente à Dataprev.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Dataprev

A utilização de serviço de transporte é imprescindível para atender às demandas de movimentações da Dataprev, pelos motivos abaixo:

- O serviço contínuo de transporte é indispensável para a logística da empresa, de materiais de produção, suprimentos e bens permanentes;
- Há movimentações de documentos entre as filiais da Dataprev, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, que incluem documentos e envolvem questões judiciais, que exigem a entrega imediata ao destinatário;
- É necessário atender às chamadas técnicas diárias de deslocamento de empregados e de transportes de equipamentos da Dataprev a clientes e Agências da Previdência Social, inclusive em municípios no interior dos Estados;
- É preciso prover deslocamentos da diretoria e demais empregados da Dataprev, principalmente entre Ministérios no Distrito Federal, órgãos governamentais, eventos patrocinados pela Empresa.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, bem como sua totalização por grupo e geral

Tabela 28: nformações Referentes aos Tipos Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transportes por Filial

TIPO I	TIPO II	TIPO III	TIPO IV
Furgão	Popular / Sedan / Utilitário	Kombi / Van de Passageiros	Motos

Fonte*: Departamento de Serviços Gerais – DESG*

Tabela 29: Informações Referentes às Quantidades de Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Filial

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TIPO I	TIPO II	TIPO III	TIPO IV	TOTAL GERAL
AC	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM
AL	–	1	–	–	1
AM	–	1	–	–	1
AP	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM
BA	–	2	–	–	2
CE	–	2	–	–	2
DF	–	6	1	1	8
ES	–	1	–	–	1
GO	–	2	–	–	2
MA	–	2	–	–	2
MG	–	2	–	–	2
MS	–	1	–	–	1
MT	–	2	–	–	2
PA	–	2	–	–	2
PB	–	2	–	–	2
PE	–	2	–	–	2
PI	–	1	–	–	1
PR	–	2	–	–	2
RJ	2	6	4	1	13
RN	–	1	–	–	1
RO	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM
RR	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM	NÃO TEM
RS	–	2	–	–	2
SC	–	2	–	–	2
SE	–	1	–	–	1
SP	–	4	1	1	6
TO	–	1	–	–	1
TOTAL	**2**	**48**	**6**	**3**	**59**

Fonte*:* *Informações fornecidas pelas filiais de cada Unidade Federativa.*

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Tabela 30: Quilometragem dos Veículos das Empresas Contratadas para Prestação de Serviços de Transporte por Filial

Grupo de veículo	Quantidade	Média anual de quilômetros rodados
TIPO I – Furgão	2	11.328
TIPO II – Popular / Sedan / Utilitário	48	23.840
TIPO III – Van / Kombi de Passageiros	6	13.083
TIPO IV – Motos	3	12.330

Fonte*: Informações fornecidas pelas filiais de cada Unidade Federativa.*

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Tabela 31: Idade Média Anual por grupo de Veículos

Grupo de veículo	Quantidade de veículo por grupo	Média anual
Furgão	2	1,00
Popular / Sedan / Utilitário	48	1,67
Van / Kombi de Passageiros	6	1,17
Motos	3	1,33
Média etária por veículo		**1,58 anos**

Fonte*: Informações fornecidas pelas filiais de cada Unidade Federativa.*

i) Custos associados a manutenção da frota, caso tais não estejam incluídos no contrato firmado

Nas contratações de empresa especializada para executar serviços de transporte com motorista estão inclusas todas as despesas com combustível, manutenção, taxas, impostos e, quando ocorrer, pagamento de pedágios e horas extras.

j) Estrutura de controle existente na Dataprev para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

São empregadas atualmente duas formas de controle:

- Diariamente, por meio da Guia de Movimentação Diária de Veículos, pela qual são controlados origem, destino, horários de saída e chegada e quilometragem e
- Mensalmente, pelo Relatório Mensal de Veículo, que registra, por veículo, a quilometragem inicial e final de utilização no mês, permitindo o cálculo de quantos quilômetros cada veículo percorreu no período.

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO 22: A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da Dataprev	
		2013	2012
Brasil	ACRE - UAAC (Rio Branco)	1	1
	ALAGOAS - UAAL (Maceió)	2	2
	AMAZONAS - UAAM (Manaus)	1	1
	AMAPÁ - UAAP (Macapá)	1	1
	BAHIA - UABA (Salvador)	1	1
	BRASÍLIA - UADF (Distrito Federal)	2	2
	MINAS GERAIS – UAMG (Belo Horizonte) - Depósito	1	1
	MATO GROSSO - UAMT (Cuiabá)	1	1
	PARANÁ - UAPR (Curitiba)	–	1
	RIO GRANDE DO NORTE - UARN (Natal)	1	1
	RONDÔNIA - UARO (Porto Velho)	1	1
	TOCANTINS - UATO (Palmas)	1	1
Total		13	14

Fonte: *Divisão de Obras e Projetos – DIOP*

6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da Dataprev, exceto imóvel funcional

QUADRO 23: A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

Em R$ 1,00

UG	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção
UAAC (*)	7	4	458.975,97	{1}	–		–
335001 UAAL (*)	7	5	383.100,00	Abr/2012	1.194.554,78		7.875,69
335001 UAAL (*)	6	2	462.272,61	Abr/2012	462.272,61	718.000,00	–
335002 UAAM	7	4	1.174.954,93	Abr/2012	1.850.000,00		33.387,07
UAAP (*)	7	4	10.454,06	{1}	–		–
335003 UABA (*)	7	4	776.550,00	Mai/2012	1.070.000,00		4.460,40
335005 UADF	7	3	18.600.000,00	Abr/2013	31.500.000,00	1.157.250,91	1.292.454,48
UADF	7	(**)	–	{1}	–		–
335011 UAMG (*)	7	4 (***)	–	Fev/2012	335.729,55		28.156,99
335009 UAMT	6	4	597.131,01	Ago/2012	1.478.136,40		3.470,65
335018 UARN (*)	6	4	787.341,92	Jan/2012	1.467.982,90		85.905,04
UARO (*)	7	4	100.569,30	Jul/2012	82.000,00		-
335023 UATO (*)	7	3	205.670,64	Mar/2012	162.000,00		11.794,27
Total						**1.875.250,91**	**1.467.504,59**

Fonte:*Divisão de Obras e Projetos – DIOP (Laudo CEF – 2012)*

Obsevação [1]*: **(*)** - Imóveis ocupados parcialmente; **(**)** - Terreno; **(***)** - Depósito; **{1}** – Não foi realizada avaliação pela CEF*

Legendas:

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

(...) **6** – Cessão Onerosa; **7** – Comodato (...)

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

(...) 2 – Muito Bom 3 – Bom; 4 – Regular; 5 – Reparos Importantes (…)

Análise crítica dos itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3

Análises dos itens 6.2.1 e 6.2.2:

A DATAPREV, Empresa de Processamento e Informações da Previdência Social, é sediada no Distrito Federal e representada em todas as Unidades da Federação, em 36 imóveis, dentre eles imóveis próprios, alugados e cedidos pelo INSS, totalizando a área total de 97,2 mil metros quadrados.

No ano de 2013, em específico, houve o acréscimo do uso de 02 imóveis, em regime de locação, em Mato Grosso do Sul e Brasília. O primeiro tratou da simples mudança de endereço, tendo em vista que as instalações em uso não mais atendiam as condições mínimas de funcionamento, segurança e conforto para a empresa e seus empregados. O segundo, em Brasília, para viabilizar a execução das obras de reforma global do edifício Sede da Empresa.

Após um longo tempo sem recursos, que impediram a realização dos investimentos necessários, a partir de 2007 a DATAPREV retomou as obras de reforma, adequação e modernização de suas instalações físicas e prediais.

O Plano de Ações da Empresa prevê investimentos em todas as Unidades e Centros de Processamento, tanto em sua infraestrutura, quanto nos ambientes de trabalho. Essas ações são voltadas para a modernidade e alta disponibilidade dos ambientes computacionais (datacenters), a segurança física e patrimonial, o conforto dos empregados, a ergonomia, a acessibilidade e a sustentabilidade.

Além das obras de reforma, a DATAPREV promove a implantação do Plano de Gestão e Manutenção Predial, projeto que é focado na melhoria da gestão e informatização do processo, uma vez que a realização da manutenção predial com qualidade, de forma organizada e permanente, prolonga a vida útil dos equipamentos e o funcionamento dos sistemas prediais.

Análise do item 6.3:

Assim como os imóveis próprios, os imóveis alugados são necessários para o estabelecimento físico da Empresa em todos os Estados da Federação.

A definição da aquisição ou da locação desses imóveis varia de caso a caso, de acordo com as condições orçamentárias da Empresa, as decisões estratégicas de investimento, a disponibilidade do mercado local e dos resultados das análises de necessidade, oportunidade e conveniência da contratação, cuja documentação consta de seus respectivos processos.

O dimensionamento dessas áreas é calculado pelas áreas técnicas competentes, na ordem da proporção de 10m^2 por empregado para as áreas de escritório, além das áreas comuns e ambientes especiais, tais como salas de reuniões, videoconferências, laboratórios, salas de aula, salas de equipamentos, dentre outras.

6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de imóveis funcionais da união sob responsabilidade da UJ
Não houve ocorrência no período – A Dataprev não utiliza imóveis funcionais da União

Fonte:*Divisão de Obras e Projetos – DIOP*

6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

QUADRO 24: A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Dataprev	
		2013	2012
Brasil	CEARÁ - URCE (Fortaleza)	1(1)	1(1)
	ESPÍRITO SANTO - URES (Vitória)	1(2)	1(2)
	MINAS GERAIS - URMG (Belo Horizonte)	1(3)	1(3)
	MATO GROSSO DO SUL - URMS (Campo Grande)	2(4)	1(4)
	PERNAMBUCO - URPE (Recife)	1(5)	1(5)
	PARANÁ - URPR (Curitiba)	1(6)	1(6)
	RIO DE JANEIRO - DESG/DADP (Rio de Janeiro - Almoxarifado)	1(7)	1(7)
	RORAIMA - URRR (Boa Vista)	1(8)	1(8)
	SANTA CATARINA - URSC (Florianópolis)	1(9)	1(9)
	BRASÍLIA - UADF (Distrito Federal)	1(10)	–
Total		**11**	**9**

Fonte*: Divisão de Obras e Projetos – DIOP*

(1) - Av. Santos Dumont, 3060 – 1º andar/sala 121; 2º e 3º andares; 4º andar/sala 408 e parte do 8º andar.

(2) - Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – Salas 601 a 616, 621 e 623.

(3) - Av. Prudente de Moraes, 1250 – 4º ao 6º pavimento.

(4) - Av. Afonso Pena, 2833 – 1º ao 2º pavimento.

(5) - Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 467 – 2º, 4º, 5º e 9º pavimentos.

(6) - Rua Mariano Torres, 729 – 12º pavimento.

(7) - Rua Teixeira de Castro, 250.

(8) - Av. Jaime Brasil, 150 / Sobreloja – Centro.

(9) - Rua Padre Roma, 409 / 419.

(10) - SCS, Quadra 9, Torre B, 1º e 2º andares – Parque da Cidade Corporate – Brasília / DF

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

QUADRO 25: A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição *(assinale com um "X" quantas opções desejar):*		**Critérios de Avaliação**
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	O Plano Estratégico – Edição 2013 – foi aprovado pela Diretoria Executiva e publicado em 01/03/2013 por meio da RS 3219/2013.
X	*Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.*	Os indicadores e metas são monitorados mensalmente, medem a conclusão dos resultados/macroações e o cumprimento dos prazos estabelecidos.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	A Dataprev tem como finalidade fornecer soluções de TI e a governança, gestão e uso corporativo da TI faz parte da linha de negócio da Empresa.
X	*Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.*	As diretorias aprovam e publicam o Manual de Atribuições, com descrição detalhada dos papéis e responsabilidades das áreas de TI.
X	*Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.*	O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, para o triênio 2013/2015, da Dataprev, foi aprovado pela Diretoria Executiva em 04/09/2013 e foi publicado em 13/09/2013 por meio da RS PR 3275/2013. A diretoria estabelece diretrizes por meio de instrumentos normativos, que orientam na formulação de planos para gestão e no uso corporativo de TI.
–	*Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.*	Utiliza ferramentas que auxiliam a gestão de riscos, porém ainda não sistematizou, completamente, o processo de gestão de riscos.
X	*Aprovou e publicou as diretrizes para a gestão da segurança da informação corporativa.*	A Política de Segurança da Informação, em vigor em 2013, foi publicada em 14/02/2013, por meio da Resolução da Presidência – RS 3213/2013.

(continuação) **QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

X	*Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.*	O desempenho dos serviços de TI são geridos por meio de Acordos de Nível de Serviço (ANS), aprovados e publicados em contratos com os clientes.
X	*Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos r equisitos l egais, r egulatórios, c ontratuais, e às di retrizes e políticas externas à instituição.*	As definições das diretrizes internas de TI são publicadas em consonância com as políticas e diretrizes externas, sempre que aplicáveis. Estas diretrizes estão presentes nos instrumentos normativos da Empresa e sistematicamente fazem referência aos regulamentos pertinentes externos (e internos) à Instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	O atual Comitê de TI foi formalmente criado em 05/04/2012, por meio da RS 3147/2012, e tem como atribuição assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisões.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o comitê de TI.	O Comitê de TI é composto por representantes da Presidência – PR, Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD, Diretoria de Infraestrutura de TIC – DIT, Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos – DFS e, como convidada, Diretoria de Pessoas – DPE.
X	Monitora regularmente o funcionamento do comitê de TI.	O monitoramento é realizado nas reuniões periódicas da Diretoria Executiva.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição *(assinale com um "X" quantas opções desejar):*		**Critérios de Avaliação**
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	Os objetivos maiores fazem parte do Processo de Planejamento Estratégico da Empresa que são desdobrados em Plano de Ação anual e no PDTI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	Metas anuais são fixadas no Plano de Ação e o PDTI propõe um conjunto de iniciativas e/ou projetos para 3 (três) anos alinhados aos objetivos.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.	Metas anuais são fixadas no Plano de Ação e o PDTI propõe um conjunto de iniciativas e/ou projetos para 3 (três) anos alinhados aos objetivos.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	Foi estabelecido um processo de monitoramento do Plano Anual e do PDTI, por meio de sistemas de informação, que permite acompanhar as metas fixadas.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	Utiliza ferramentas que auxiliam a gestão de riscos, porém ainda não sistematizou, completamente, o processo de gestão de riscos.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT orienta a realização de serviços de auditoria e o seu escopo inclui "avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles", considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade.
–	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	Utiliza ferramentas que auxiliam a gestão de riscos, porém ainda não sistematizou, completamente, o processo de gestão de riscos.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.	Foi estabelecido um processo de monitoramento do Plano Anual e do PDTI, por meio de sistemas de informação, que permite acompanhar as metas fixadas.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.	Em reuniões periódicas do processo de monitoramento do Plano de Ação, os gestores avaliam os resultados alcançados, permitindo a tomada decisões integradas e a gestão dos riscos de não cumprimento das metas planejadas.
–	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	–
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição *(assinale com um "X" quantas opções desejar):*		**Critérios de Avaliação**
X	Auditoria de governança de TI.	Aspectos relacionados à Governança de TI são considerados na fase de planejamento e execução dos trabalhos de auditoria, notadamente quando o escopo compreende avaliações no âmbito da TI. Nos trabalhos são observados: o relacionamento entre o Planejamento Estratégico, o Plano de Ação organizacional e os processos/controles da TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.	Ordens de Serviço: OS 031/13 e 043/13 – Auditorias no processo de Pagamento de Pessoal (Avaliações voltadas à aplicação SGPe como suporte ao processo) e OS 037/13 – Auditoria no CNIS.
X	Auditoria de segurança da informação.	Foi realizado acompanhamento de apontes em *follow up* decorrentes de trabalhos de exercícios anteriores, cujas providências estão em curso na Empresa.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

X	Auditoria de contratos de TI.	Ordens de Serviço – OS 028/13, OS 039/13, 048/13 e OS 049/13: • 028/13 – Aquisição de infraestrutura de datacenter para o site do CPRJ; • 039/13 – Aquisição de solução de gerenciamento para o ambiente de TI; • 048/13 – Repactuação de valores para serviços de manutenção do parque mainframe RJ/SP, com suporte técnico, subscrição de software, licenciamento e manutenção de software; • 049/13 – Subscrição de atualização de versão, novas releases e suporte técnico para as licenças dos produtos ORACLE.
–	Auditoria de dados.	–
X	Outra(s): Auditoria de análise de processo / controles de TI	OS 038/13 – Auditoria no gerenciamento de serviços de TI – Monitoramento da Plataforma Baixa.
–	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.	A OS 037/13 – Auditoria no CNIS, citada no item Auditoria de Sistemas de Informação, atende solicitação da Alta Administração de avaliação sobre migração de bases de dados do CNIS. O trabalho complementa avaliações no CNIS iniciadas em 2012 (OS 056/12). Os achados de auditoria foram encaminhados para apreciação dos gestores no final de 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere *(assinale com um "X" quantas opções desejar):*		**Critérios de Avaliação**
–	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	–
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.	O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Dataprev, para o triênio 2013/2015, foi aprovado pela Diretoria Executiva em 04/09/2013 e foi publicado em 13/09/2013 por meio da RS PR 3275/2013.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.	O processo de elaboração do PDTI da Dataprev incluiu gestores das diversas áreas da empresa, assim como todos gerentes de contas. Desta forma, o PDTI contempla não só a perspectiva de negócio da empresa, como também as ações necessárias à Dataprev para atender a estratégia de negócios de seus clientes.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTI anteriores.	O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Previdência Social, Edição 2012, foi avaliado e tomado como base para o início dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, da Dataprev, Edição 2013.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.	A Resolução 3147/2012 de 05/04/12, criou o Comitê de Tecnologia da Informação, no âmbito da empresa, sendo a definição e elaboração do PDTI da Dataprev uma das atribuições do Comitê.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).	O documento do PDTI é dividido em duas partes, sendo a primeira denominada "Estratégias de Tecnologia da Informação" que parte do Planejamento Estratégico da Dataprev e se desdobra na segunda parte denominada "Plano Estratégico de Tecnologia da Informação" que, por sua vez, se desdobra no Plano de Ação contendo os projetos operacionais para cada ano.
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.	O PDTI foi publicado e instituído pelo presidente da empresa.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.	O acompanhamento do Plano de Ação, com suas respectivas métricas e indicadores de prazo, realização e risco, fornecem os elementos para o acompanhamento da execução do PDTI, a partir do agrupamento dos projetos relacionados às estratégias e prioridades.
–	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.	–
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.	As decisões sobre investimentos em TI, evolução tecnológica, prioridades de desenvolvimento passam a ser subsidiadas e orientadas pelo PDTI.
–	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:	O PDTI não é publicado na internet.
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio *(assinale com um "X" quantas opções desejar)*		**Critérios de Avaliação**
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.	Os processos de negócio que compreendem o desenvolvimento de sistemas e gestão de serviços de TIC estão mapeados e publicados na Intranet.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.	Os principais sistemas que suportam os processos são Clarity (gestão de demandas, projetos e timesheet), Protheus (entre outros: gestão comercial e financeira, manutenção de ativos, gestão de serviços internos) SGPE (Gestão de Pessoas) e ferramentas diversas e integradas que suportam os processos de desenvolvimento e gestão de TIC.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.	As responsabilidades estão descritas no Manual da Organização, sendo o gestor o responsável pela área.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos *(assinale com um "X" quantas opções desejar):*		**Critérios de Avaliação**
X	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).	A Dataprev possui seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI, implantado desde 2009, onde ativos tecnologia, pessoas, processos e ambientes vêm sendo gradativamente inventariados, em conformidade com os escopos definidos para cada ciclo anual de gestão.
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).	A Dataprev, por meio da Resolução de sua Presidência nº 3154/2012, disciplina a classificação quanto ao grau de sigilo para um conjunto de informações, além da observância aos procedimentos da Lei 12.527, de 18/11/2011.
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.	A Dataprev executa análise de riscos em ciclos anuais, por meio do seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI, implantado desde 2009. A análise de riscos abrange ativos tecnologia, pessoas, processos e ambientes, que suportam as informações da Dataprev e de seus clientes, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Os escopos das análises estão sendo adequados gradativamente por meio de um processo de melhoria contínua, alinhados aos objetivos estratégicos.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.	A Comissão de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – CTIR é responsável por manter o relacionamento com o Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Rede – CTIR-Gov, subordinado ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC do GSI/PR, para notificação de incidentes de SIC, e com outros Centros de Tratamento de incidentes que integrem uma rede nacional de SIC.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7. Em relação às contratações de serviços de TI (*utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre)*		**Critérios de Avaliação**
(4)	São feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	Todo Processo de Contratação de bens e serviços, é precedido: • Por um estudo técnico, contextualizando a aquisição planejada e os benefícios esperados. É elaborado pela área técnica competente e assinado por todas as áreas participantes do respectivo processo de compras e • Pela elaboração de um Termo de Referência – TR, com as condições comerciais da contratação e dos níveis de serviços pretendidos.
(4)	Nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	No processo de compras (bens ou serviços de TI) estabelecido na Dataprev, é obrigatório a geração de documento técnico que explicita as necessidades de negócio. Geralmente, está fundamentada na necessidade de suprir uma demanda específica ou adequar uma situação do ambiente tecnológico que se pretende melhorar. Podendo resultar, por exemplo, em redução de tempo de atendimento, redução de custo ou diminuição do número de incidentes.
(4)	São adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	No Sistema Integrado de Gestão de Contratos, há um módulo específico para avaliação do fornecedor e do serviço prestado. Os contratos também são monitorados por ordens de serviços, com níveis de serviços específicos, que possibilitam a avaliação dentro da periodicidade estabelecida contratualmente.
(4)	Os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	Os pagamentos sempre são realizados por meio de Ordens de Serviços, efetivamente atestadas pelos gestores responsáveis e geradas após a conclusão de itens pré estabelecidos nos contratos de prestação de serviços.
(1)	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	Não são contratados serviços de TI de desenvolvimento de sistemas.
(1)	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	Não são contratados serviços de TI de desenvolvimento de sistemas.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009) *(assinale apenas uma das opções abaixo):*		**Critérios de Avaliação-**
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.	A Dataprev não presta serviço diretamente ao cidadão.
–	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.	–
–	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).	–
–	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).	–
–	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).	–
–	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).	–
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov? *(assinale apenas uma das opções abaixo)*		**Critérios de Avaliação**
–	Entre 1 e 40%.	–
–	Entre 41 e 60%.	–
–	Acima de 60%.	–
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).	A Dataprev não oferece serviço diretamente ao cidadão.

Fonte: *Os quesitos foram respondidos em grupo, conforme destacado "em Considerações Gerais**

Comentários
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

(continuação) QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Considerações Gerais
Informe a metodologia usada pela Diretoria para analisar os quesitos (se respondido individualmente ou por grupo de pessoas; que áreas os respondentes representam etc). *Os quesitos foram **respondidos em grupo**, e depois validados pela Diretoria, com a participação das seguintes áreas: • CGPO – Coordenação Geral de Planejamento e Organização • COGI – Coordenação de Auditoria de Gestão Interna • CGSI – Coordenação Geral de Segurança de Informações • CGAD – Coordenação Geral de Análise e Classificação de Demandas • CGIM – Coordenação Geral de Integração e Monitoramento • DETI – Departamento de Soluções de TIC para Uso Interno

7.1.1 Análise crítica

Não há necessidade de manifestação complementar**..**

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 26: A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA UJ

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação					Critérios de Avaliação
Licitações sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X		Sim, a Dataprev, a partir de 2011, vem ampliando o percentual dos contratos de prestação de serviço de limpeza e conservação com produtos que tem na sua fabricação processos de sustentabilidade ambiental. Utilização de papel reciclado e de floresta de manejo.
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X		Com a adoção da política de compras compartilhadas (GESRIO), a empresa vem adquirindo produtos provenientes de processos com sustentabilidade ambiental.
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X		Nos contratos de conservação e limpeza com cláusulas para utilização de produtos biodegradáveis e papel toalha reciclável.
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único *in fi ne*), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X			Nos contratos de impressão na modalidade de "outsourcing" existem cláusula de retorno dos toners substituídos. A empresa fornecedora de toner possui certificado NBR 19000.
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X		Sim. A Dataprev continua reformando suas unidades regionais e assim vem substituindo os produtos antigos por novos que atendam aos princípios de menos impacto ambiental. Atualmente encontra-se em testes a utilização de lampadas LED e torneiras com sensor de aproximação. A Dataprev nos seus centros de processamento, vem substituindo os antigos sistemas de condensação a água por sistemas com condensação a ar, gerando uma economia significativa.

(continuação) Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis da UJ

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação					Critérios de Avaliação
Licitações sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X	Sim. A Dataprev participou da licitação realizada pela FIOCRUZ para aquisição de material sustentável para escritório (papel, envelope, caneta, etc) Além disso, no contrato de impressão *outsourcing*, ficou formalizado que o suprimento será sempre com papel reciclado ou de floresta de manejo.
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X		O uso de tôner reciclável, conforme contrato de *outsourcing* de impressão.
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X					Nos contratos de Outsourcing existe a responsabilidade da contratada pelo recolhimento e reaproveitamento dos cartuchos de toner.
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao Relatório de Gestão o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X			Encontra-se em estudo pela Coordenação de Responsabilidade Socioambiental a viabilidade de construção do Plano de Logística Sustentável. Entretanto a Empresa adota, dentre outras, as seguintes práticas: confecção de mobiliário com divisórias reutilizadas, aquisição de mobiliário com madeira certificada, implantação de coleta seletiva solidária, implantação de ecopontos para descarte de resíduos sólidos gerados pelo corpo funcional, participação em processo de compras públicas sustentáveis e compartilhadas etc.
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X	As aquisições são feitas a partir de pregão eletrônico e Termo de Referência com especificações que garantem a qualidade do produto.
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X		Os projetos elaborados para as obras de modernização dos prédios da Dataprev, sempre que possível, utilizam os conceitos de sustentabilidade e eficientização de energia.

(continuação) Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis da UJ

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação					Critérios de Avaliação
Licitações sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X	A partir do compromisso de promover o descarte adequado, é feita, periodicamente, a manutenção dos termos de compromisso entre as unidades regionais e as cooperativas de catadores locais. Para atender o processo de seleção, são utilizados coletores específico para papel, resíduo seco e resíduo molhado (orgânico).

Fonte: *Departamento de Compras - DECP e Coordenação Geral de Relações do Trabalho e Responsabilidade Socioambiental - CGTS*

Considerações Gerais:

A metodologia utilizada foi a busca de consenso entre as áreas responsáveis pela normatização, planejamento e execução dos assuntos-alvo deste Quadro:

- CGTS/ CORS: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental;
- DESG/DADP: Divisão de Administração de Materiais e Patrimônio;
- DESG/DIGP: Divisão de Gestão Predial;
- DECP: Departamento de Compras;
- DEEN: Departamento de Engenharia;
- UAXX: Unidades de Atendimento localizadas nas Unidades da Federação.

8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

Política adotada para estimular o uso racional desses recursos

A Dataprev até o momento não possui um programa estruturado de redução de consumo de papel, água e energia. Assim vem adotando ações setorizadas de conscientização do corpo funcional no sentido de reduzir o consumo dos insumos em geral. Essas ações obedecem as orientações contidas na A3P.

No quadro A.8.2 apresentamos a evolução do consumo dos recursos, alertamos que o aumento do consumo de água e energia se deram em função de obras e mudanças na captação das informações.

Adesão a programas de gestão da sustentabilidade e evolução histórica do consumo

QUADRO 27: A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
Oficialmente a Dataprev não aderiu a nenhum programa do governo federal.		

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios			Exercícios		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resma)	60.256	72.319	73.612	R$ 600.958,89	R$ 30.449,29	R$ 42.170,87
Água (m³)	52.564	80.861	22.024	R$ 1.195.494,19	R$ 1.458.598,83	R$ 388.951,75
Energia Elétrica (kw/h)	17.479.743	22.884.961	8.004.690	R$ 6.032.090,25	R$ 10.710.224,88	R$ 3.329.273,76
			Total	R$ 7.828.543,33	R$ 12.199.273,00	R$ 3.760.396,38

Observação:

- *Devido a maior parte das Unidades de Atendimento estarem localizadas em salas ou prédios alugados ou cedidos por meio de comodato com INSS, não é possível ser apresentada a totalidade de consumo de água e energia da empresa.*
- *No consumo de papel, para o ano de 2013, estão somados as aquisições de papel A4 Branco e Reciclado e A3 Branco. Nos anos anteriores só foi informado o consumo de papel A4 Branco.*

Fonte: *Coordenação Geral de Relações do Trabalho e Responsabilidade Socioambiental – CGTS*

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Conforme **ANEXO III.**

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Conforme **ANEXO III.**

9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno - OCI

9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

Conforme **ANEXO III.**

9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Conforme **ANEXO III.**

9.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna

a) *Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da empresa*

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração e subordinada administrativamente à Presidência da Dataprev, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho de Administração CADM Nº 002/2011. Com vistas a cumprir os seus objetivos institucionais, a área fechou o exercício de 2013 com um total de vinte e nove empregados (gerentes, técnicos e assistentes administrativos) e está estruturada como uma Coordenação Geral de Auditoria Interna – CGAU, posicionada no 3º nível hierárquico da estrutura organizacional e quatro Coordenações subordinadas para executar as seguintes principais atribuições:

- Coordenação de Auditoria Contábil – COAC. Avaliar os controles e a eficácia da gestão dos recursos financeiros e orçamentários, o cumprimento das obrigações legais e fiscais da administração financeira e contábil e examinar o balanço e balancetes contábeis mensais emitindo manifestação sobre a conformidade dos registros e da documentação comprobatória das operações;
- Coordenação de Auditoria Operacional Administrativa – COAO. Avaliar os controles e a eficácia da gestão dos processos administrativos, com ênfase em gestão de pessoas, serviços logísticos e soluções tecnológicas internas;
- Coordenação de Auditoria de TI – COAS. Avaliar a qualidade, controle, segurança e gestão de processos, projetos e infraestrutura de tecnologia da informação a fim de agregar valor para o aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação; e
- Coordenação de Auditoria de Gestão Interna – COGI. Avaliar a eficácia das ações desenvolvidas pela Empresa no atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle e promover a prospecção e internalização de métodos/processos dos trabalhos da Auditoria Interna, de forma a obter maior aproveitamento no uso das ferramentas e técnicas de Auditoria.

b) *Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações*

Os principais resultados dos trabalhos executados pela Auditoria Interna se encontram registrados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria – RAINT/2013, produzido em conformidade com os Normativos da Controladoria - Geral da União - CGU, oferecendo informações adicionais sobre as oportunidades de melhoria e os aperfeiçoamentos implementados pela Organização para mitigar os riscos e fortalecer o controle interno da Empresa.

Do conjunto de informações reunidas no referido Relatório, entendemos oportuno citar:

- Avaliação mensal dos balancetes contábeis - indicados aprimoramentos dos controles operacionais e de implementação e/ou melhoria das informações de relatórios gerenciais e de registros contábeis que subsidiam os saldos dos balancetes;
- Auditoria no projeto SIRC (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil) – (OS 054/12) – registros de não conformidades quanto a evidências documentais de fases do PD-DATAPREV e MGP;
- Auditorias no processo de pagamento de pessoal – Avaliações voltadas à TI (OS 031/13 e 043/13) - As avaliações procedidas na aplicação SGPe (Sistema de Gestão de Pessoas) geraram importantes insumos para análise da adequação da ferramenta no atendimento das necessidades de negócio, bem como quanto ao fluxo de atendimento de demandas corretivas e evolutivas;

- Auditoria no gerenciamento de serviços de TI - Monitoramento da Plataforma Baixa (OS 038/13) - não evidenciada a parametrização de limites e alertas de capacidade, desempenho e falhas para vários equipamentos consultados nas ferramentas de monitoração, demonstrando o caráter reativo da atividade de monitoramento. O sistema de gerenciamento de configuração não contém toda a informação necessária sobre os componentes, seus inter-relacionamentos e eventos, comprometendo a rastreabilidade completa de serviços;
- Auditoria em Processos de Contratação de Materiais e Serviços e Gestão dos Contratos foi efetuada mediante aplicação de matriz de risco, onde foi considerado como item prioritário o alinhamento das contratações com as ações previstas no Planejamento Estratégico e Plano de Ação da Empresa, tendo como principal constatação a realização de subcontratações sem o devido respaldo contratual.

Cabe destacar que os gestores da Organização acataram às recomendações da Auditoria Interna, deram tratamento adequado as recomendações e implementaram as ações necessárias para corrigir as falhas apontas.

c) *Relação entre a quantidade de recomendações efetuadas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;*

A seguir são apresentadas as informações quantitativas sobre a totalidade de apontamentos acompanhados. Por razões metodológicas as recomendações acompanhadas pela Auditoria Interna são classificadas em regularizadas, pendentes e canceladas, não havendo classificação de atendimento parcial quando evidenciado que as ações requeridas se encontram em curso na Organização.

Período de: 01/01/2013 a 31/12/2013

Quadro geral de recomendações				
Periodo analisado: de 01/01/2013 a 31/12/2013				
ÓRGÃO	PENDENTES	REGULARIZADOS	CANCELADOS	GERADAS
AUDITORIA INTERNA	71	146	10	97
TCU	6	4	0	2
CGU	10	12	4	23
AUDITORIA INDEPENDENTE	0	0	0	0
TOTAL	**87**	**162**	**14**	**122**

Figura 25: Quadro Geral de Recomendações

d) *Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais para implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;*

O acompanhamento das recomendações/determinações oriundas dos órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU) e da própria Auditoria Interna é realizado sistematicamente, com o apoio das ferramentas de automação utilizada pela Auditoria Interna - Sistema de Auditoria Informatizada – AUDIN e pela solução CGAUweb ambas desenvolvida pela Auditoria Interna com o objetivo de oferecer uma posição consolidada e gerencial do processo de acompanhamento.

Sinteticamente, o ciclo de acompanhamento consiste no registro/monitoramento/avaliação efetuado pela Auditoria Interna, com objetivo de promover a execução das ações requeridas e verificar o andamento das providências adotadas para atender as recomendações/decisões endereçadas à Empresa. Operacionalmente, as funções básicas do processo constituem-se no cadastramento, cobrança, registro da resposta, avaliação, reprogramação (prazo/responsável/diligenciador), e interação com os gestores até o pleno atendimento da decisão/recomendação.

A fim de aperfeiçoar o workflow do processo, a Coordenação Geral de Auditoria Interna – CGAU disponibilizou aos representantes das Diretorias o módulo de consulta ao follow-up, que apresenta uma visão atualizada de cada uma das recomendações efetuadas e direcionadas às áreas executivas integrantes das respectivas Diretorias, com o propósito de facilitar a gestão das medidas requeridas e as ações de atualização dos apontamentos, reunindo informações importantes para apoiar a gestão da Auditoria Interna e as necessidades indicadas pelos representantes das Diretorias da Empresa.

Para assegurar a eficácia deste processo, o corpo gerencial da Auditoria Interna, realiza periodicamente reuniões com os representantes das cinco Diretorias da Empresa na busca de soluções ágeis e objetivas no tratamento das questões identificadas, de modo a permitir a atualização e a depuração das pendências dos Órgãos de Controle, bem como subsidiar o aperfeiçoamento do processo de trabalho da Auditoria Interna.

e) *Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna*

O monitoramento dos trabalhos e os resultados obtidos utilizam sistemática que se encontra estruturada com base nas ferramentas de automação AUDIN e CGAUweb já mencionadas anteriormente.

Ao término dos trabalhos de Auditoria são agendadas com o gestor do processo/área/atividade/programa auditado uma reunião de encerramento, para validação das recomendações contidas no Plano de Ação, estabelecimento de prazos e responsáveis pelas ações demandadas. Nesse encontro são repassadas aos gestores as instruções sobre a sistemática de monitoramento efetuada, que a princípio é efetuada pela mesma equipe de auditoria que realizou o trabalho, em face da experiência adquirida durante sua execução.

Os produtos resultantes do monitoramento efetuado ela Auditoria Interna são objeto de trabalhos específicos (Ações de Acompanhamento, Ações de Certificação, e Notas de Auditoria), com o objetivo de reportar aos gestores o estágio de implementação de cada uma das ações recomendadas, e periodicamente oferecidos, ao CONFIS e CONSAD a evolução observada, identificando quando possível, as principais dificuldades detectadas no processo de implementação dessas recomendações.

Os principais resultados dos trabalhos executados pela Auditoria Interna encontram-se registrados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria – RAINT/2013, produzido em conformidade com os Normativos da Controladoria - Geral da União - CGU, oferecendo informações adicionais sobre as oportunidades de melhoria e os aperfeiçoamentos implementados pela Organização para mitigar os riscos e fortalecer o controle interno da Empresa.

f) *Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;*

No decorrer do exercício todos os produtos elaborados pela Auditoria Interna são encaminhados aos representantes das Diretorias da Empresa, aos gestores das áreas executivas, ao Conselho Fiscal, a CGU, bem como relatórios de acompanhamento registrando o estágio das providências adotadas no atendimento às recomendações, a evolução observada, identificando, o valor agregado para a Organização e, quando possível, o resultado a ser obtido com o atendimento às recomendações e principais dificuldades detectadas no processo de implementação dessas recomendações.

Destacamos que todos os trabalhos de auditoria produzidos pela Auditoria Interna, são encaminhados formalmente pela Direção da Dataprev para a Controladoria Geral da União - CGU, no prazo estabelecido no normativo que regulamenta a questão.

Em conformidade com a solicitação dos Órgãos Colegiados da DATAPREV, a Auditoria Interna desenvolveu metodologia para classificar e indicar o risco dos apontes dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) utilizando um modelo de Matriz de Riscos, sendo os níveis de influência (mensurados de 1 a 3) sobre as dimensões estratégicas, constantes nos principais referenciais (COSO, CobIT, PCAOB) relativos à gestão de Risco Organizacional, tais como: Imagem no Mercado; Conformidade Legal; Relacionamento com o Cliente; Diferencial Competitivo; Planejamento Estratégico; e Disponibilidade de Equipe.

Sobreleva registrar, que os gestores da Organização acataram plenamente às recomendações da Auditoria Interna, CGU, ou do TCU, sendo que todas as recomendações/determinações recebidas pela Alta Administração são consideradas e tratadas para o adequado atendimento.

Ademais, é importante destacar a constante evolução do processo de planejamento corporativo nos três últimos anos, cujo Plano de Ação contempla diversas atividades para fortalecimento da governança de TI, se constituindo desta forma numa valiosa ferramenta de planejamento e gestão para mitigar os riscos de suas atividades críticas.

g) *Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados e levados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.*

Não há na Empresa histórico de aceitação de riscos. Todos os riscos reportados e objeto de relatórios dos Órgãos de Controle Externo, Interno, e da própria Auditoria Interna têm sido tratados pela Organização.

9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na lei n° 8.730/93

9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93

QUADRO 28: A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	362	638	717
	Entregaram a DBR	362	638	717
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–

Fonte: *Departamento de Administração de Pessoas – DEPE*

9.4.2 Situação do cumprimento das obrigações

Divisão de Registro e Cadastro de Pessoal – DIRC, é a encarregada de gerenciar a recepção das Declarações de Bens e Renda – DBR e/ou oferecer aos novos empregados, na data da admissão, a opção da Autorização Eletrônica para disponibilizar o acesso às suas informações na base de dados da Receita Federal.

Em outubro/2009, foi implementado, e institucionalizado pela Comunicação de Serviço da Dataprev – CS/DPE/019/2009, um aplicativo onde cada empregado exerceu (e vem exercendo) a opção entre a entrega da DBR e a autorização para acesso aos seus dados na base de dados da Receita Federal.

As DBR entregues à Divisão de Registro e Cadastro de Pessoal – DIRC são arquivadas, lacradas, no dossiê do empregado, em razão do sigilo fiscal das informações, sem sofrerem qualquer tipo de análise ou conferência.

Àqueles empregados que, eventualmente, deixam de entregar a DBR, a Divisão de Registro envia e-mails de forma reiterada até que a irregularidade seja sanada.

9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno

Não houve nenhuma tomada de contas especial aberta em 2013 para reparação de dano ao Erário. Com efeito, não há dados a serem lançados no *"Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013"*.

9.6 Alimentação dos sistemas integrado de administração de serviços gerais – SIASG e sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termos de parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores

Não se aplica.

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

a) O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), é uma unidade física existente, em local identificado e de fácil acesso para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública.

A Lei de Acesso à Informação nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas . Ao regulamentar esse direito, a Lei torna essencial o princípio de que o acesso é a regra, e o sigilo é a exceção e estabelece procedimentos para que a Administração responda a pedidos de informação do cidadão.

Assim, apresentamos o relatório anual de 2013 do SIC, **ANEXO IV**, com as informações consolidadas dos pedidos registrados para a Dataprev.

b) A Dataprev não dispõe de serviço de ouvidoria, contando somente com uma unidade solucionadora de demandas que se encontra sob gestão da Secretaria Executiva da Empresa - SECE, atuando em conjunto com a Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS, com atribuições relativas ao tratamento e solução das demandas recebidas por meio do sistema Souweb do MPS (críticas, reclamações, sugestões, elogios e denúncias.

Vide **ANEXO V** para complementar as informações.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

No período de 17/07 a 17/08 de 2013 foi realizada uma pesquisa de satisfação com todos os clientes da Dataprev da administração direta com contrato de prestação de serviços: INSS, MPS, MTE, PREVIC, PGFN e SRFB e visou avaliar o grau de satisfação e importância que os clientes atribuíam a determinados temas **nos eixos de Relacionamento, Qualidade dos Serviços, Compromissos, Performance e Resultados** no período dos últimos 6 (seis) meses.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

A amostra foi de 63 (sessenta e três) respostas, abrangeu apenas as respostas devolvidas até o dia 10/08/2013. A pesquisa foi aplicada via disponibilização dos questionários, sendo representativa devido ao porte dos Clientes e a quantidade e perfil dos respondentes.

Às avaliações atribuídas entre; indiferente – muito insatisfeito – insatisfeito – satisfeito – muito satisfeito para os itens relacionados a "Satisfação" com os serviços prestados e entre; sem importância – muito baixa – baixa – média – alta, para os itens relacionados a "Importância" foram associadas a um ranking de notas compreende de 1 a 5, para permitir a representação gráfica.

Tabela 32: Ranking de Notas

Satisfação	Importância	Nota atribuída
Indiferente	Sem Importância	1
Muito Insatisfeito	Muito baixa	2
Insatisfeito	Baixa	3
Satisfeito	Média	4
Muito Satisfeito	Alta	5

Fonte: P*esquisa de Satisfação – Superintendência de Relacionamento com Cliente - SURL*

As médias encontradas, exemplo; 3,5 (entre insatisfeito e satisfeito), foram avaliados como "transitórios"; no caso do exemplo "razoável".

Foram entrevistados os clientes que tinham os perfis de: Demandantes de Serviços, que solicitam, homologam e aceitam os serviços; Gestores de Contrato, que gerem os contratos e aprovam em ultima instância os serviços; e Usuários, que fazem uso dos produtos disponibilizados pela Dataprev; também responderam as perguntas os Gestores de TIC dos órgãos pesquisados.

Também fez parte da identificação do perfil do entrevistado questão sobre os produtos/serviços utilizados, os quais se embasam suas respostas quanto as avaliações.

Análise Geral - Resultados da Pesquisa

No eixo **Relacionamento** existiam duas questões, que avaliaram a Qualidade do Atendimento e a qualificação dos profissionais que se relacionam com cliente nos itens:

- Relacionamento Institucional (Q1)– Nesta questão é avaliada a relação institucional da empresa através de seu gerente de conta/serviço ou representantes e podemos observar que as avaliações referentes a satisfação e a importância estão distantes, médias 3,60 e 4,69, entre o próximo do muito satisfeito do satisfeito respectivamente, tendo a empresa que dar atenção para melhorar um item ao qual o cliente da muita importância em sua avaliação.

- Conhecimento do Negócio (Q2)– Quando analisada no item satisfação as respostas estão próximas do “satisfatório” - média 3,67, entretanto quando avaliada em conjunto com a “importância” nota-se a necessidade do profissional conhecer melhor o Negócio do cliente –média 4,67.

No eixo **Qualidade de Produtos e Serviços** as perguntas referiam-se particularmente aos usabilidade do software entregue/

- Facilidade de Entendimento e Interatividade da aplicação (Q3)– Esta questão explicita nossa dificuldade em entregar aplicações amigáveis aos clientes, as avaliações quanto a satisfação e importância tiveram médias 3,13, próxima do insatisfatória, e 4,56, alta, respectivamente.

- Facilidade de uso e navegação (Q4)– Este item apresenta média baixa em relação a satisfação 3,13 e alta quanto a importância 4,30 muito em decorrência da qualidade dos produtos entregues, provavelmente pela falta de uma especificação de requisitos clara e uma homologação sem atropelos.

No eixo **Compromisso** procurou-se avaliar a empresa quanto aos compromissos de entrega e conformidade dos produtos:

- Compromissos Assumidos (Q5)– Entre os itens avaliados o prazo para entrega dos serviços ou o prazo de atendimento foi um dos que apresentaram maior discrepância entre a importância, média 4,69, e a satisfação, média 3,18 próximo do “insatisfeito”. Este item diante dos relatos e comentários adicionais, recomenda ação imediata.

- Conformidade das Especificações(funcionalidade e a exatidão) (Q6)– Este item que associado aos “compromissos assumidos” e a “qualidade dos serviços prestados” consolida a observação de que a insatisfação quanto a estes itens são resultados de uma especificação não muito detalhada, decorrente por falha de nossos analistas em saber extrair do cliente todas as informações ou pelo cliente não saber solicitar. Assim é necessária atuação da empresa pois a avaliação para a “satisfação” está na médias de 3,24,enquanto a“importância” e 4,50.

No eixo **Desempenho**, mesmo considerando que este tema é subjetivo, a comparação entre a avaliação atribuída, “Insatisfeito”, ao tema satisfação e ao tema importância como “alta” estão muito distante indicando a necessidade de uma atuação:

- Disponibilidade (Q7)– A subjetividade deste item, onde os entrevistados avaliaram com suas impressões não baseada em dados mas em sentimentos, leva a uma nota próxima do insatisfatório, 3,04, este item requer várias ações que tratem de melhor divulgação dos resultados da empresa no item disponibilidade até confrontação dos dados junto aos gestores e demandantes de serviços.

- Tempo de Resposta (Q8)– Mesmo considerando a subjetividade deste tipo de avaliação é importante considerar a avaliação “insatisfatória”, média 3,15, atribuída pelo cliente em vista de alguns serem formadores de opinião.

Finalmente no eixo Resultados observa-se que o cliente está no geral satisfeito com os serviços prestados pela Empresa, entretanto esta observação não se traduz no item Melhorias:

- Satisfação em Relação as Melhorias (Q9)– Comparativamente ao ano anterior o cliente avaliou que não ocorreram melhorias e informou que estava "insatisfeito", média 2,98.

- Satisfação Geral (Q10)– No geral a avaliação foi a melhor média 4,46, próximo do "muito satisfeito", para um item que tem como importância para o cliente "muito alta".

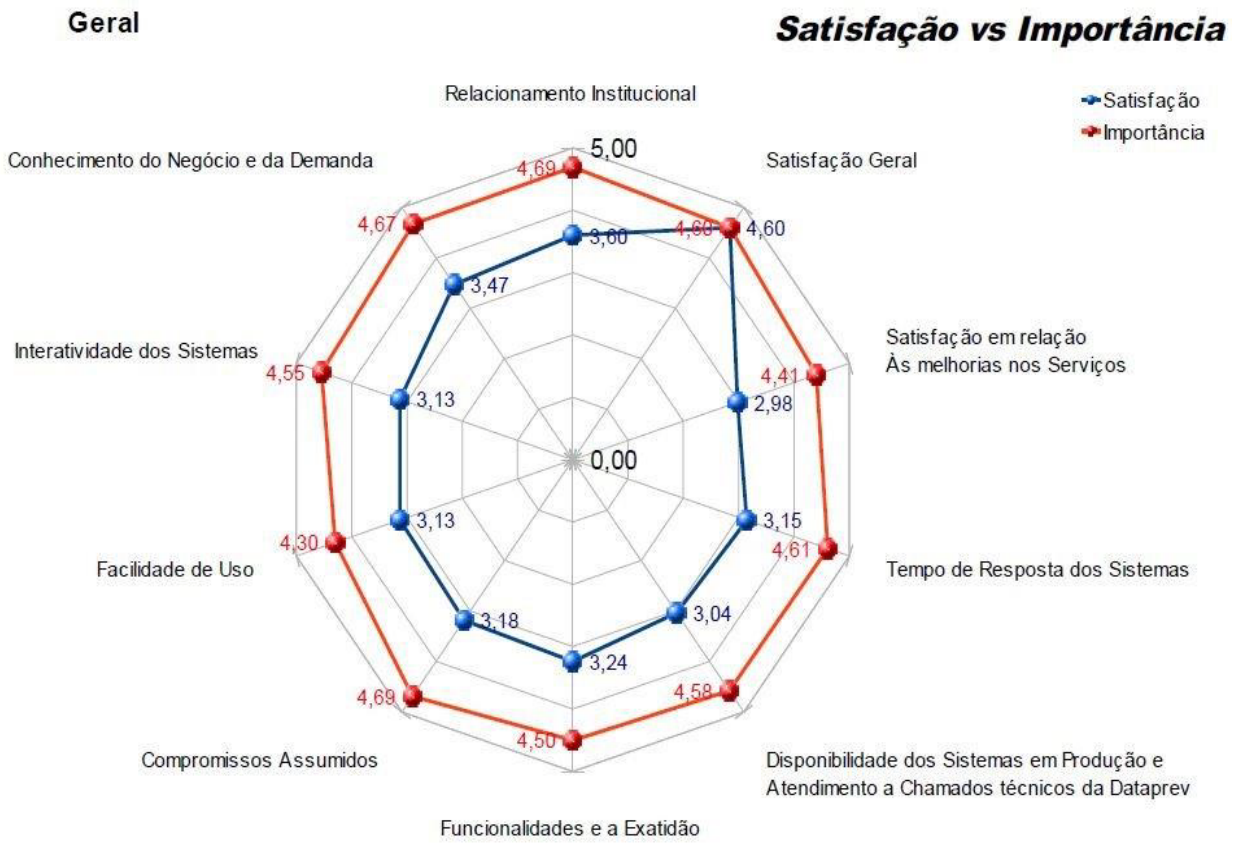


Figura 26: Satisfação versus Importância

Análise Geral – Conclusão

No gráfico relação – Satisfação versus Importância observamos que a curva da satisfação está completamente inserida na curva da importância de onde concluímos que a empresa necessita envidar esforços em praticamente todos os eixo analisados para atender as expectativas dos clientes. A aparência ideal seria a proximidade das curvas, o que não ocorre em nossa pesquisa.

Estes hiatos, diferenças entre os desejos do cliente e o que a Dataprev oferece, são resultados do projeto e a consequente execução do serviço, bem como parte da qualidade do marketing. A identificação destes hiatos são fatores determinantes para ação de correção.

Finalizando, são necessárias ações focais no eixo Compromissos Assumidos, particularmente na gestão dos recursos internos da empresa para cumprimento dos prazos de entrega dos serviços e no eixo Qualidade quanto a usabilidade dos produtos entregues ao cliente. Os demais eixos são consequências da qualidade dos produtos entregues, mais especificamente o eixo Resultados.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório de Administração

Senhores Acionistas,

Em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, a Administração da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev tem a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias e à sociedade o Relatório da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, com um breve relato dos fatos mais relevantes ocorridos no período.

O exercício de 2013, quando a Dataprev completou 39 anos, foi marcado por diversas realizações significativas, entre elas a migração com sucesso, para plataforma baixa, dos sistemas que estavam no mainframe MV2, com as bases da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Receita Federal. A migração atende a um compromisso firmado pela empresa com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com a Controladoria-Geral da União (CGU), e foi objeto de Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, em 2008.

A Dataprev investiu em 2013 um total de R$ 228.5 milhões, valor que equivale a 97,9% do orçamento previsto para o ano (R$ 233.5 milhões). O índice de realização é o maior da história da Empresa, superando o recorde alcançado em 2012, quando o nível de execução de investimentos alcançou 94,6%. Os números reforçam o patamar de investimentos alcançados pela Empresa nos últimos anos, com foco na área-fim.

maior parcela investida no exercício foi destinada ao programa de atualização e expansão dos data centers. No ano, foram desembolsados R$ 114.4 milhões na reforma de modernização do Centro de Processamento São Paulo (CPSP), concluída no segundo semestre de 2013, e do Centro Processamento Rio de Janeiro, em curso. O CPSP ganhou uma segunda sala-cofre, com 209 m2, e uma nova infraestrutura de energia elétrica. Os investimentos feitos em 2013 também incluíram expansão da capacidade total de armazenamento de dados dos três data centers (de 1,5 Petabyte para 6 Petabytes), atualização tecnológica de servidores e a implantação de ferramentas para monitoramento e acompanhamento das aplicações e da estrutura computacional.

Todos esses incrementos têm como objetivo atender às demandas dos clientes com disponibilidade e confiabilidade, desenvolvendo novas ofertas de serviços, que incluem ambientes com alta virtualização, hosting, computação em nuvem, e soluções para tratamento de dados, possibilitando aumentar o desempenho dos sistemas e tornar mais rápida a entrega dos recursos de TI.

No ano, o lucro líquido da Dataprev chegou a R$ 177.6 milhões, o que representa um aumento de 15,59% em comparação aos R$ 153.6 milhões obtidos em 2012. Este cenário demonstra que a empresa continua crescendo e investindo na melhoria da qualidade dos seus serviços.

A Receita Operacional Bruta da Dataprev em 2013 totalizou R$ 1.206.1 milhões, incremento de 10,52% na comparação com os R$ 1.091.3 milhões obtidos no exercício anterior e a Receita Operacional Líquida foi de R$ 1.011.6 milhões, contra R$ 912 milhões apurados em 2012, representando um aumento de 10,92%, enquanto os Custos dos Serviços Prestados atingiram a cifra de R$ 617.5 milhões, aumento de 9,12% em comparação ao registrado no período anterior, no montante de R$ 565.9 milhões.

Em 2013, a Dataprev alcançou uma Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (RPL) de 26,46%, contra 33,82% obtidos em 2012 e Margem Operacional de 24,89%, em comparação a 23,56% apurados em 2012.

A DATAPREV apurou EBITDA (lucro antes dos juros, impostos depreciações e amortizações) de R$ 331.8 milhões, e apresentou variação positiva de 20,18%, ante ao apurado em 2012 (R$ 276.1 milhões). A margem do EBTIDA sobre a receita líquida alcançou 32,80%, contra 30,28% do ano anterior.

O montante dos impostos e contribuições, inclusive os previdenciários, pagos e/ou provisionados, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Dataprev em 2013 foi de R$ 329.7 milhões, contra R$ 298.1 milhões registrados no exercício anterior.

Apesar dos excelentes resultados econômicos, o exercício de 2013 caracterizou-se pela irregularidade no recebimento temporal de faturas de alguns clientes, gerando significativos desafios na gestão do fluxo de caixa. Com a piora dos indicadores de recebimento do Contas a Receber, a empresa adotou medidas no sentido de minimizar os problemas de fluxo de caixa, como, por exemplo, a contenção de viagens e de capacitações; redução de cerca de 10% de cargos gerenciais; contenção de novas contratações de pessoal além do que já havia sido autorizado; aceleração de processos de alienação de imóveis; renegociações contratuais com fornecedores; alongamento do prazo de pagamento de investimentos de maior vulto; aceleração dos processos de prospecção e contratação de linhas de financiamento para investimento de longo prazo; e postergação de alguns investimentos. Apenas foram mantidos os investimentos considerados inadiáveis, por risco de comprometimento dos negócios. Devido à conjuntura financeira, não foi possível efetuar o pagamento dos dividendos aos acionistas.O Conselho de Administração aprovou proposta de redistribuição do resultado do exercício de 2012, tendo como consequência a transferência dos dividendos, registrados inicialmente em conta do Passivo Circulante, para conta de Reserva Especial de Dividendos, integrantes do Patrimônio Líquido, para pagamento assim que a situação financeira da Dataprev o permitir.

À vista do que dispõe o seu Estatuto Social, a Dataprev registrou como remuneração aos acionistas, relativo ao exercício de 2013, o montante de R$ 42.2 milhões. Aos dividendos mínimos obrigatórios foram imputados juros sobre o capital próprio, no valor de R$22.7 milhões, gerando um benefício fiscal líquido de aproximadamente R$ 7.7 milhões. Os saldos dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio estão sujeitos à incidência de encargos financeiros pela taxa Selic a partir da data do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento. Também está sendo proposto o seu registro na conta de Reserva Especial de Dividendos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) aprovou o Programa de Participações nos Lucros ou Resultados (PPLR) dos empregados e da Diretoria da DATAPREV para o exercício de 2013. Considerando os parâmetros e as metas estabelecidas para o PPLR, a DATAPREV efetuou provisão para participação nos lucros no montante de R$ 11 milhões, sujeitando sua distribuição ao cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 2013, bem como a aprovação da distribuição do resultado pelo Conselho de Administração.

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, representados pela União Federal, pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aos Conselhos de Administração e Fiscal da Empresa, aos fornecedores, aos clientes, todos nossos parceiros, e em particular ao corpo de empregados, destacando a dedicação, esforço e empreendimento, que muito contribuíram para a obtenção dos resultados alcançados.

Brasília (DF), 26 de março de 2014.

RODRIGO ORTIZ ASSUMPÇÃO
Presidente

ÁLVARO LUIS PEREIRA BOTELHO
Diretor de Finanças e Serviços Logísticos

11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

Não se aplica

11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Não se aplica.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela lei nº 6.404/1976

Conforme **ANEXO VI.**

11.5 Composição acionária das empresas estatais

11.5.1 Composição acionária do capital social como investida

QUADRO 29: A.11.5.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL (*)

ACIONISTAS	PARTICIPAÇÃO	R$
UNIÃO	51 % (cinquenta e um por cento)	158.100.000,00
INSS	49 % (quarenta e nove por cento)	151.900.000,00
TOTAL	100 % (cem por cento)	310.000.000,00

Fonte: *Departamento de Gestão Contábil – DEGC*

(*) Com relação às informações relativas a composição acionária do capital social, conforme previsto na parte B, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010 e de acordo com artigo 6º, do Decreto nº 7.151, de 09 de abril de 2010, que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, o capital social da empresa é de R$ 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais), não é subdividido em ações e está totalmente integralizado e distribuído entre a União e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Desse modo, não é aplicável à especificidade da Dataprev o formato do **Quadro A.11.5.1 – Composição Acionária do Capital Social** da Portaria TCU 175/2013.

11.5.2 Composição acionária da UJ como investidora

Não se aplica. A Dataprev não possui participações em outras empresas.

11.6 Relatório de auditoria independente

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeira com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2014.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-O – “S” – RJ
Responsável Técnico

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC RS – 71.505/O-3 – “S” – RJ
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora CRC RS – 65.932/O-7 – “S” – RJ
Responsável Técnica

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

12.1.1 Indicadores de carga de trabalho

12.1.1.1 Créditos emitidos para pagamento de benefícios

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Créditos Emitidos para Pagamento de Benefícios	CEPB	SINTESE	Anual	Anual	Créditos Emitidos (em milhares)

Série Histórica	2013	2012	2011
	366.135.317	354.536.982	343.300.763
Comportamento esperado	Crescimento das emissões.		

Utilidade do Indicador

Aferir a variação percentual do número de créditos emitidos em cada exercício, projetando a demanda de trabalho da Empresa.

Tipo de Indicador	Não se aplica

Fórmula de Cálculo

$$\% \text{ CEPB} = \left(\frac{\Sigma \text{ CE } (A + 1) \times 100}{\Sigma \text{ CE } (A)} \right) - 100$$

Onde: CE = Créditos Emitidos
A = Ano

Método de Aferição do Indicador

Comparação do índice quantitativo de variação de Créditos Emitidos em cada exercício.

Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Serviços do INSS - DEIN

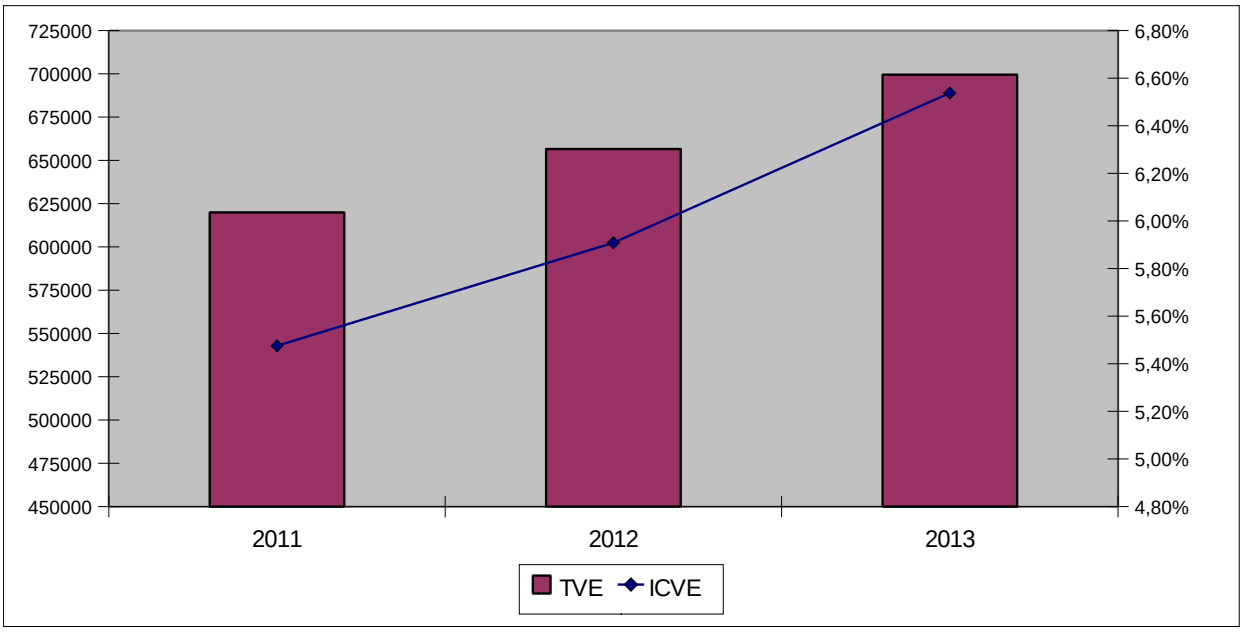


Figura 27: Indicador CEPB

<u>Análise</u>:

Foi apurado o quantitativo de 366.135.317 créditos emitidos em 2013, contra 354.536.982 emitidos em 2012 e 343.300.763 emitidos em 2011. Verifica-se pelo crescimento da geração de créditos deste último exercício, conforme registrado acima, na figura do Indicador CEPB, o crescimento percentual gerado de percentual para 2013, em função dos índices já registrados de 3,27% para 2012 e 3,90% para 2011.

Este quantitativo de 2013, representado na barra de quantidades do Indicador CEPB, registra conforme Tabela 30, a seguir, a emissão de mais 11.598.335 créditos do que no exercício anterior, e representa um crescimento maior em relação ao ano de 2012, que registrou o aumento quantitativo de 11.236.219 créditos em referência a 2011. A diferença entre os acréscimos de créditos, destes últimos dois anos, representou a geração de menos 362.116 créditos neste último exercício, conforme apresentado no quadro abaixo. Este quantitativo de crescimento gerou uma redução na curva percentual em relação aos exercícios anteriores, porém mantendo-se dentro da plataforma dos 3% percentuais.

Tabela 33: Evolução da Quantidade de Créditos Emitidos

Qt. 2013	Qt. Acrésc.créditos	Qt. 2012	Qt.Acrésc.créditos	Qt.2011	Comparação dos acréscimos de créditos emitidos 2013/2012
366.135.317	11.598.335	354.536.982	11.236.219	343.300.763	362.116

Fonte: *Departamento de Serviços do INSS – DEIN*

Pelos números quantitativos de emissões, registrados nas Tabelas apresentadas neste trabalho, é de se prever que em 2014 o índice percentual médio de crescimento deverá se posicionar entre os percentuais de 3,5% a 4%, com quantitativos de créditos emitidos próximo dos 367 milhões.

12.1.1.2 Guias de arrecadação

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Guias de Arrecadação	GA	Banco de Arrecadação	Anual	Anual	Milhares de Guias de Arrecadação

Série Histórica	2013	2012	2011
	956.230	891.167	836.730
Comportamento esperado	Crescimento da quantidade de GPS de empresas arrecadadas na rede bancária		
Utilidade do Indicador			
Aferir a quantidade de guias dos contribuintes pessoa jurídica recolhidas pelas instituições financeiras para projetar a demanda futura da Empresa sobre os sistemas de arrecadação.			
Tipo de Indicador	Não se aplica		
Fórmula de Cálculo			
Σ de guias processadas por ano			
Método de Aferição do Indicador			
Sumarização automatizada da quantidade de guias armazenadas no banco de arrecadação por ano (2011, 2012 e 2013, respectivamente)			
Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Serviços da Fazenda e do Trabalho – DEFT		

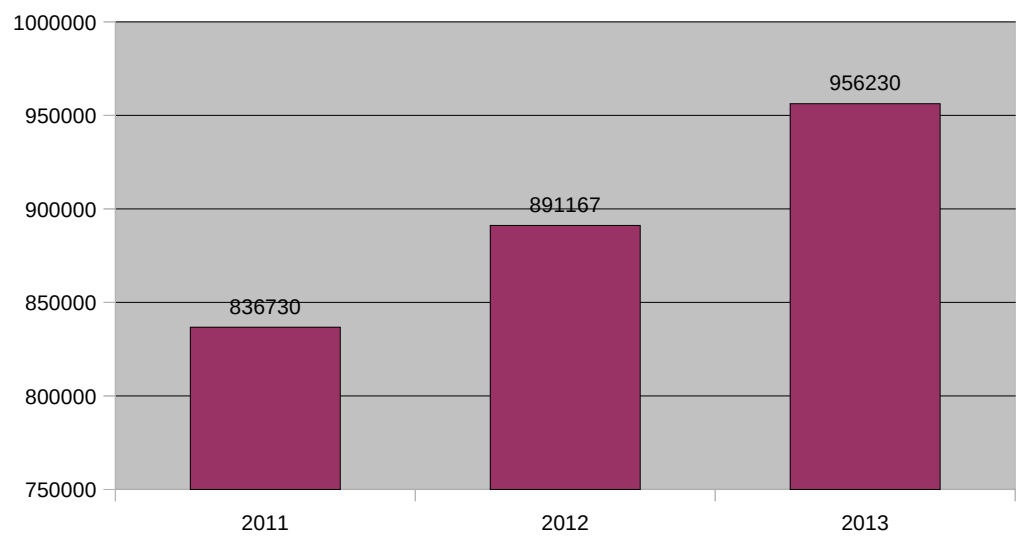


Figura 28: Indicador GA

<u>Análise</u>:

Ao final de 2013 a base de dados de guias de contribuintes pessoa jurídica contava com mais de 956 milhões de registros.

Durante o ano de 2013, foram arrecadadas pouco mais de 65 milhões de guias, o que representou um acréscimo de 20% sobre as 54 milhões de guias arrecadadas no exercício anterior.

A diferença entre os acréscimos de guia de pagamento nestes últimos dois anos representou a carga nas bases de dados de 4,2 milhões de guias além do esperado para o exercício. Este quantitativo maior de guias arrecadadas em 2013 gerou um aumento do índice que relaciona as guias arrecadadas e as guias armazenadas nas bases de dados, que subiu para 7,3% no período.

Para 2014, é esperado que estes resultados sejam mantidos em função da estabilidade na economia.

12.1.1.3 Índice de crescimento de vínculos empregatícios

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios	ICVE	CNIS	Anual	Anual	Percentual

Meta para 2014	6,00%
Critério para meta	Média dos útlimos anos

Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	699.505	656.581	619.953
Comportamento esperado	Manutenção da taxa de crescimento		

Utilidade do Indicador

Aferir quantitativamente a variação da massa de empregados com vínculo empregatícios, projetados a demanda de trabalho da Empresa.

Tipo de Indicador	Não se aplica

Fórmula de Cálculo

ICVE = (TVE (ano) / TVE (ano anterior)) - 1) x100
Legenda:
ICVE: Índice de Crescimento de Vínculos Empregatícios, expresso em forma percentual
TVE: Total de Vínculos Empregatícios

Método de Aferição do Indicador

O TVE é a contagem direta da quantidade total de vínculos empregatícios armazenados no CNIS, realizada no final de cada ano. A comparação dos TVE apurados em dois anos consecutivos origina o ICVE, que aponta a variação dos crescimento anual dos vínculos empregatícios armazenados no CNIS.

Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Serviços do INSS - DEIN

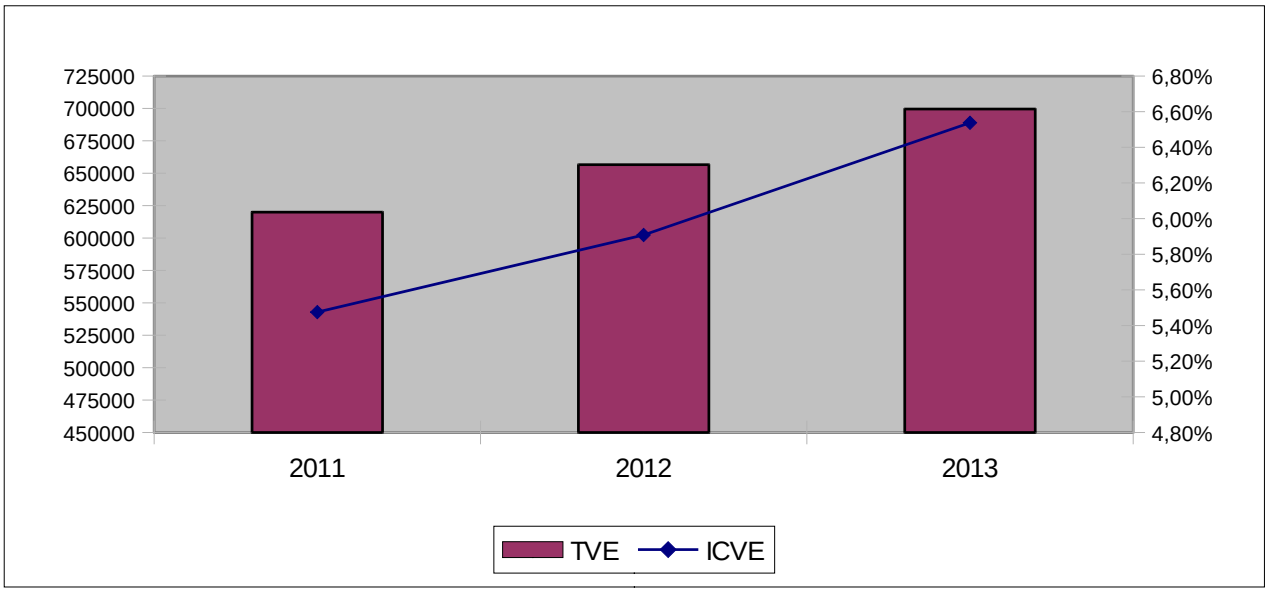


Figura 29: Indicador ICVE

<u>Análise</u>:

O TVE é incrementado pelos novos vínculos empregatícios iniciados no ano ou incluídos no Cadastro e informados pelos documentos GFIP e RAIS, bem como diretamente pelo INSS. Um vínculo pode ser cadastrado tanto pela GFIP, quanto pela RAIS. Essa quantidade total de vínculos sofre influência das retificações de dados declarados em GFIP, podendo apresentar diferenças em apurações posteriores com referência a esse mesmo ano. Já as informações provenientes da RAIS só são processadas no ano seguinte ao ano base.

Em dezembro de 2013, foram apurados 699,5 milhões de vínculos empregatícios, o que significa um crescimento de 6,54% em relação a dezembro de 2012. Assim, o ICVE de 2013 é 6,54%, que corresponde à variação entre os 656,5 milhões de vínculos apurados no fim de 2012 e os 699,5 milhões de vínculos mantidos no CNIS no final de 2013. O desempenho do indicador excedeu a meta estabelecida na previsão contida no Relatório de Gestão 2012, que apontava um crescimento de 5,5 a 6,0%. Este resultado ratifica a tendência de crescimento constante observada nos últimos anos. Importante também salientar que este índice é determinado por fatores ambientais, inclusive de natureza econômica e da dinâmica do mercado de trabalho, o que demanda análise específica situada fora do escopo da área responsável pelo cálculo.

Considerando a perspectiva de inclusão de vínculos provenientes da RAIS para 2014, e mantido o atual nível de geração de empregos formais na economia brasileira, prevê-se para 2013 um ICVE entre 5 e 6%, o que totalizaria cerca de 742 milhões de vínculos empregatícios no CNIS ao final de 2014.

A expectativa de que o ICVE fosse impactado com a expansão do Portal CNIS, módulos VR e CI, substituindo o atual sistema CNISVR, não ocorreu, porque não houve expansão do aplicativo.

12.1.1.4 Quantidade de requerimentos cadastrados no seguro-desemprego

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Quantidade de requerimentos cadastrados no seguro-desemprego	QRSD	Base de Gestão do Seguro-Desemprego	Anual	Anual	Requerimentos Cadastrados

Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	8.568.713	8.062.054	8.006.844
Comportamento esperado	A quantidade de requerimentos do Seguro-Desemprego aumenta à medida que há aumento da formalização de admissões e demissões, ou seja do nível de empregado no Brasil.		

Utilidade do Indicador

Aferir a variação do número de requerimentos (benefícios) do Seguro-Desemprego

Tipo de Indicador	**Não se aplica**

Fórmula de Cálculo

$$\% \text{ QRSD} = \left(\frac{\Sigma \text{ RSD } (A + 1) \times 100}{\Sigma \text{ RSD } (A)} \right) - 100$$

Onde: QRSD = Quantidade de Requerimentos Cadastrados
RSD = Requerimento de Seguro-Desemprego
A = Ano

Método de Aferição do Indicador

Comparação da quantidade de requerimentos em cada ano-exercício.

Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Serviços da Fazenda e do Trabalho - DEFT

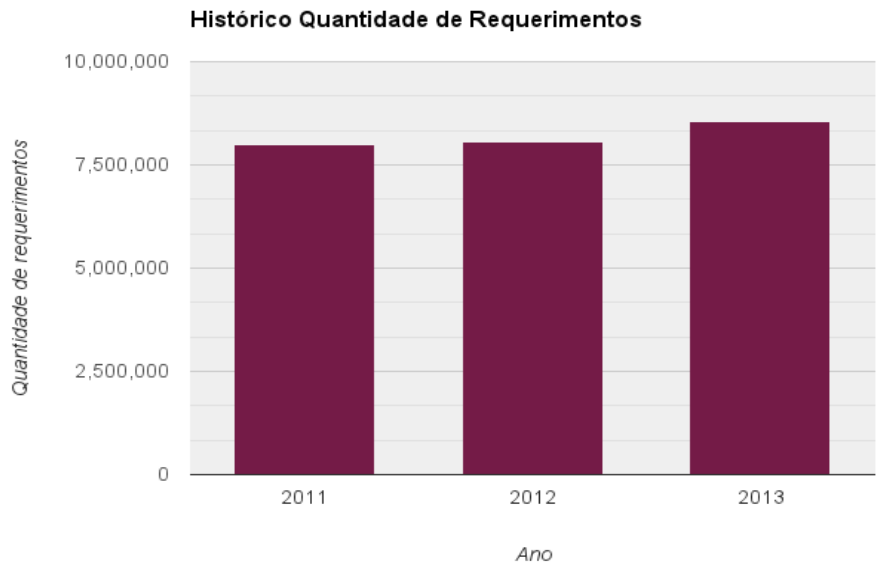


Figura 30: Indicador ICVE

Análise:

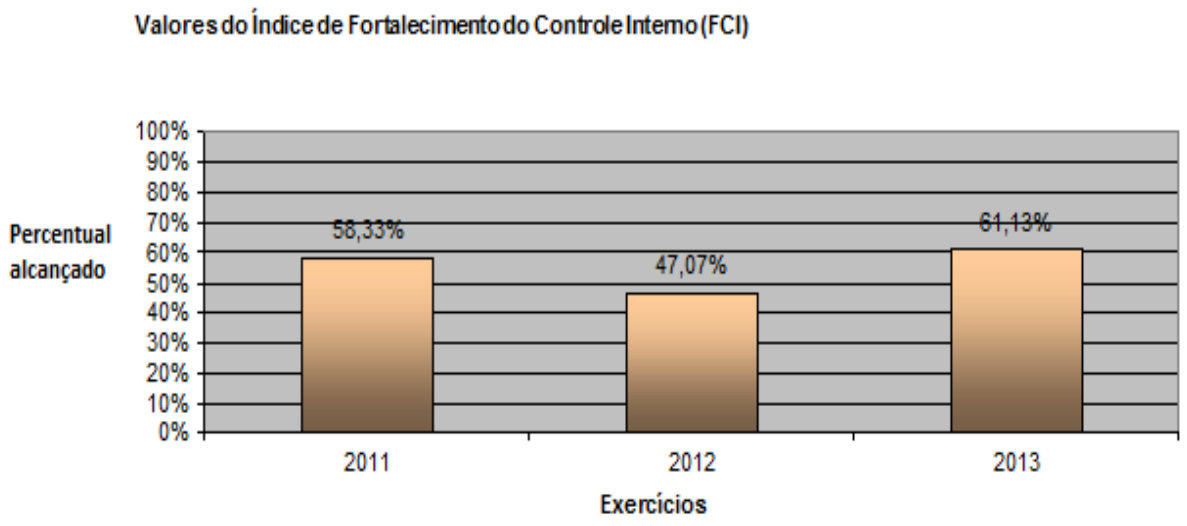
Foi apurado o quantitativo de 8.568.713 de requerimentos cadastrados em 2013, contra 8.062.054 requerimentos cadastrados em 2012 e 8.006.844 emitidos em 2011. Calcula-se crescimento de 0,69% entre 2011 e 2012, e de 6,3% entre 2012 e 2013.

Neste último ano, houve o aumento de 506.659 requerimentos cadastrados, evidenciando que o aumento na formalização do emprego traz um aumento na solicitação de benefícios do Seguro-Desemprego. A expectativa é que, em 2014, aconteça uma estabilização em relação a este indicador, com variação (positiva ou negativa) de até 5%.

12.1.2 Indicadores de gestão empresarial

12.1.2.1 Fortalecimento do controle interno

Nome do Indicador	Sigla	Periodicidade	Unidade de Medida
Fortalecimento do Controle Interno	FCI	Anual	Percentagem
Utilidade do Indicador			
Mede o fortalecimento do controle interno como resultado da implementação das ações recomendadas pelos órgãos de controle (Auditoria Interna, CGU/SFC, TCU), no período de referência.			
Tipo de Indicador	EFICÁCIA		
Dados elementares			
Sigla	**Descrição**	**Fonte**	**Unidade de Medida**
TRREG	Total de recomendações regularizadas no exercício	CGAU	Quantidade
TRPEND	Total de recomendações pendentes no último dia do exercício anterior	CGAU	Quantidade
TRGER	Total de recomendações geradas no decorrer do exercício	CGAU	Quantidade
Fórmula de cálculo			
FCI = (TRREG / (TRPEND + TRGER)) * 100			
Área Responsável pelo Cálculo	Coordenação Geral de Auditoria Interna - CGAU		



Análise:

O Índice de Fortalecimento do Controle Interno do exercício revela um significativo aumento superando os índices alcançados nos dois últimos exercícios, que decorrente do declínio de recomendações efetuadas pelos órgãos de controle (151 recomendações em 2012 e 122 em 2013), indicando o bom nível de controle existente no âmbito organizacional, bem como a efetividade das ações adotadas, face ao acentuado nível de atendimento do legado de recomendações, sendo atendidas 137 recomendações em 2012 e 162 no exercício de 2013.

12.1.2.2 *Evolução dos custos com locação de hardware de grande porte*

Nome do Indicador	**Sigla**	**Fonte**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Evolução dos Custos com Locação de Hardware de Grande Porte	ECHGP	Base de Dados da Contabilidade	Anual	Percentagem
Utilidade do Indicador				
Mede a evolução dos custos com Locação de Hardware de Grande Porte do exercício atual em relação ao exercício anterior.				
Tipo de Indicador	Eficiência			
Fórmula de Cálculo				
ECHGP = { [CHGP a / $CHGP_{a-1}$] - 1 } * 100 $CHGP_a$ = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício atual $CHGP_{a-1}$ = Custos com a locação de Hardware de Grande Porte do exercício anterior				
Método de Aferição do Indicador				
Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos à conta de locação de imobilizado técnico (Unidade Central) – natureza "Serviços".				
Área Responsável pelo Cálculo	Divisão de Custos – DICT			

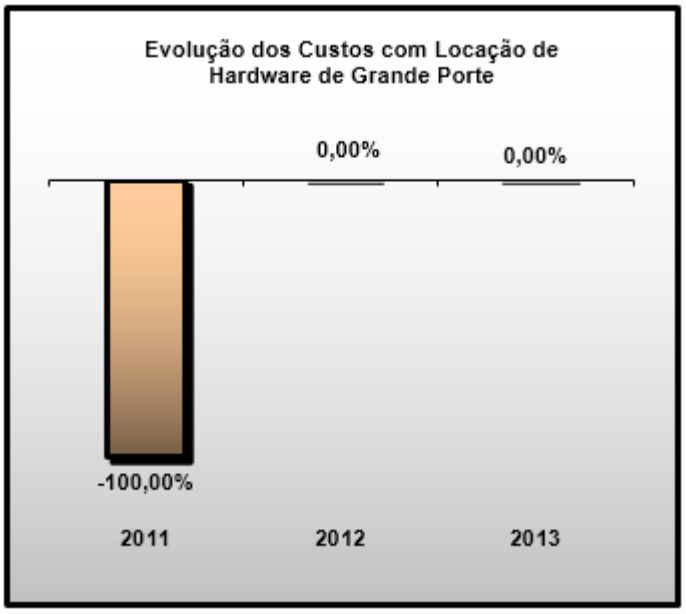


Figura 32: Indicador ECHGP

Análise

A redução total nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 reflete a descontinuidade de locação de Hardware de Plataforma Alta, a partir de abril/2010.

12.1.2.3 *Evolução dos custos com locação e manutenção de software de grande porte*

Nome do Indicador	**Sigla**	**Fonte**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Evolução dos Custos com Locação e Manutenção de Software de Grande Porte	ECSGP	Base de Dados da Contabilidade	Anual	Percentagem
Utilidade do Indicador				
Mede a evolução dos custos com Locação e Manutenção de Software de Grande Porte do exercício atual em relação ao exercício anterior.				
Tipo de Indicador	Eficiência			
Fórmula de Cálculo				
ECSGP = {[(CLSGPa +CMSGPa) / (CLSGPa-1 +CMSGPa-1) –1]} * 100 ECSGP = Evolução dos custos de locação e manutenção de software de Grande Porte CLSGPa = Custos de locação de Software de Grande Porte do ano atual CLSGPa-1 = Custos de locação de Software de Grande Porte do ano anterior CMSGPa = Custos de manutenção de Software de Grande Porte do ano atual CMSGPa-1 = Custos de manutenção de Software de Grande Porte do ano anterior				
Método de Aferição do Indicador				
Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos às contas de locação e de manutenção de imobilizado técnico (Software de Plataforma Alta).				
Área Responsável pelo Cálculo	DICT – Divisão de Custos			

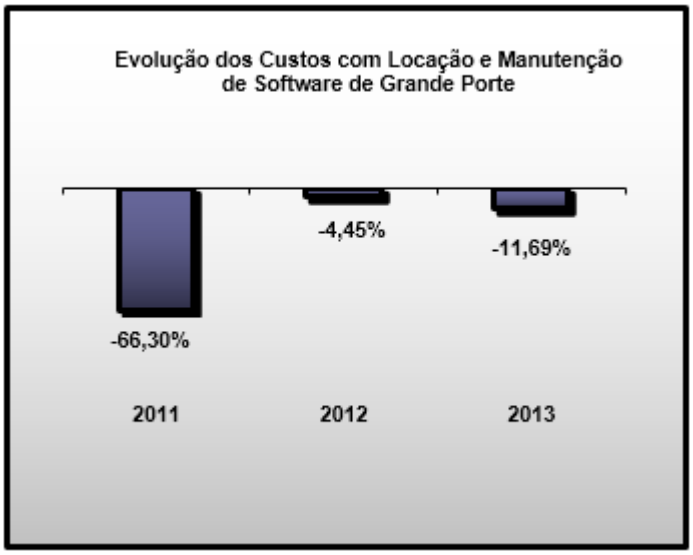


Figura 33: Indicador ECSGP

Análise

A variação no exercício reflete uma pequena queda nos valores contratuais de locação e manutenção de Software de Plataforma Alta.

12.1.2.4 Proporção dos custos de manutenção de software de plataforma alta em relação aos demais software

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Proporção dos Custos de Manutenção de Software de Plataforma Alta em Relação aos Demais Software	PMS	Base de Dados da Contabilidade	Anual	Percentagem
Utilidade do Indicador				
Mede a proporção dos custos com a manutenção de Software de Plataforma Alta em relação aos demais Software.				
Tipo de Indicador	Eficiência			
Fórmula de Cálculo				
PMS = (CMSPA / CMDS) * 100 PMS = Proporção dos custos de manutenção de demais software em relação ao software de Plataforma Alta CMDS = Custos manutenção de demais Software CMSPA = Custos manutenção de Software de Plataforma Alta				
Método de Aferição do Indicador				
Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos à conta de manutenção, conservação e reparos de imobilizado técnico (Software).				
Área Responsável pelo Cálculo	DICT – Divisão de Custos			

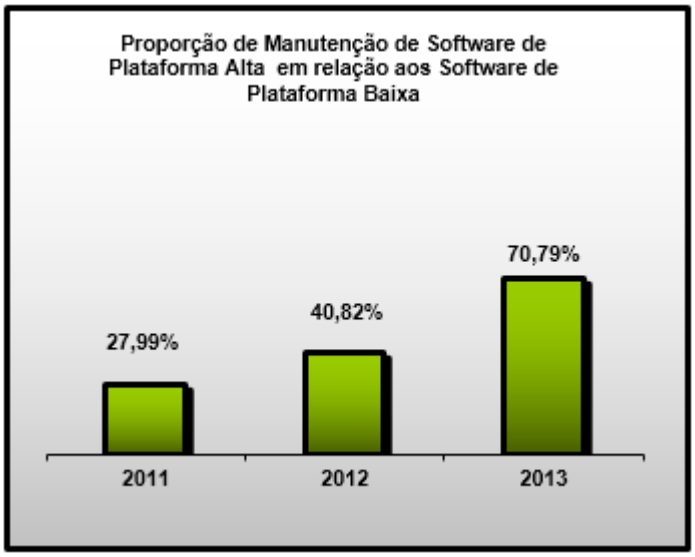


Figura 34: Indicador PMS

12.1.2.5 *Proporção dos custos de locação e manutenção de software de plataforma alta em relação aos demais software*

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Proporção dos Custos de Locação e Manutenção de Software de Plataforma Alta em Relação aos Demais Software	PLS	Base de Dados da Contabilidade	Anual	Percentagem
Utilidade do Indicador				
Mede a proporção dos custos com a locação e a manutenção de Software de Plataforma Alta em relação aos demais Software.				
Tipo de Indicador	Eficiência			
Fórmula de Cálculo				
PMS = (CMSPA / CMDS) * 100 PMS = Proporção dos custos de locação e manutenção de demais software em relação ao software de Plataforma Alta CMDS = Custos de locação e manutenção de demais Software CMSPA = Custos de locação e manutenção de Software de Plataforma Alta				
Método de Aferição do Indicador				
Os dados para elaboração do indicador são extraídos da base de dados da contabilidade e migrados para uma base na área de custos. Após análise, consideram-se somente os lançamentos às contas de locação e de manutenção de imobilizado técnico (Software).				
Área Responsável pelo Cálculo	DICT – Divisão de Custos			

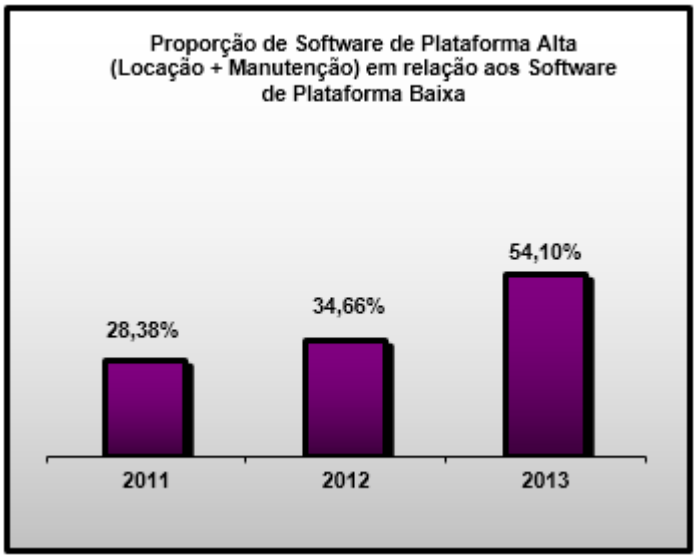


Figura 35: Indicador PLS

<u>Análise</u>

Este indicador está influenciado pela mesma justificativa do indicador PMS: "O aumento no exercício se deu face à estabilidade na despesa relativa a Plataforma Alta e à redução na despesa relativa a Plataforma Baixa, justificada pela atualização dos equipamentos, cujas garantias foram renovadas".

12.1.2.6 Evolução do grau de realização do contas a receber

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Evolução do Grau de Realização do Contas a Receber	ERCR	Balancete	Anual	Anual	Percentual

Meta para 2013	Não se aplica		
Critério para meta	Não se aplica		
Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	88,63	85,79	97,87
Comportamento esperado			

Utilidade do Indicador
Demonstrar o percentual de recebimentos em relação ao faturamento.
Tipo de Indicador Eficácia
Fórmula de Cálculo
ERCR = [(CRa-1 + ROB – CRa) / ROB] * 100 Onde: ERCR = Evolução do grau de Realização do Contas a Receber CRa-1 = Contas a Receber do Ano Anterior CRa = Contas a Receber do Ano Atual ROB = Receita Operacional Bruta
Método de Aferição do Indicador
Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balancete.
Área Responsável pelo Cálculo Departamento de Gestão Contábil – DEGC

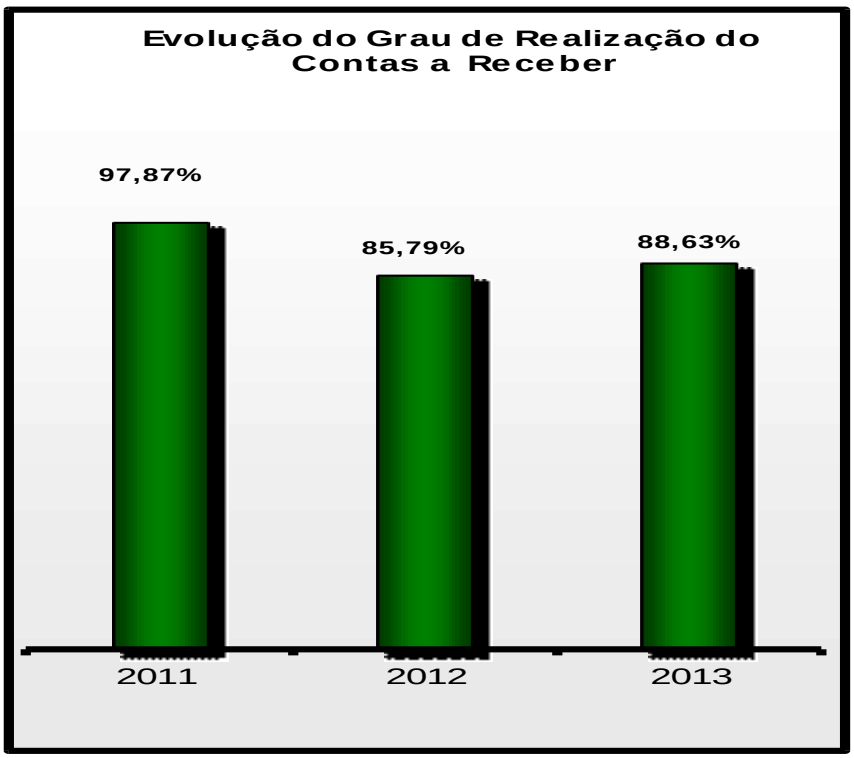


Figura 36: Evolução do Grau de Realização do Contas a Receber

Análise:

O pequeno aumento na evolução do grau de realização do contas a receber em 2,84%, justifica-se pelo recebimento no início de 2013 de faturas atrasadas de 2012. O indicador de 88,63% obtido em 2013, evidencia que a empresa está conseguindo converter em caixa somente parte dos valores faturados no exercício, porém com a nova composição de clientes (carteira) o atraso do cliente inss ganhou corpo juntamente com a srfb e o m.t.e, estes últimos clientes acentuaram o saldo em contas a receber da empresa.

Em janeiro de 2014 foram recebidos r$ 120,9 milhões do seu contas a receber, correspondendo a 26,70% do saldo. Assim, o saldo final passaria a r$ 420.4 milhões e o percentual de realização seria de 98,46%, bem próximo da realização ocorrida no exercício anterior.

12.1.2.7 Variação da despesa total

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Variação da Despesa Total	VDT	Balancete	Anual	Anual	Percentual

Meta para 2013	Não se aplica		
Critério para meta	Não se aplica		
Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	9,21	5,28	16,88
Comportamento esperado			

Utilidade do Indicador
Avaliar o comportamento da despesa total de um período de referência em relação a igual período anterior.
Tipo de Indicador Eficiência
Fórmula de Cálculo
VDT = { [DTa / DTa-1] – 1 }*100 Onde: VDT = Variação da Despesa Total Dta = Despesas Totais no Ano Atual Dta-1 = Despesas Totais no Ano Anterior
Método de Aferição do Indicador
Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do balancete.
Área Responsável pelo Cálculo Departamento de Gestão Contábil – DEGC

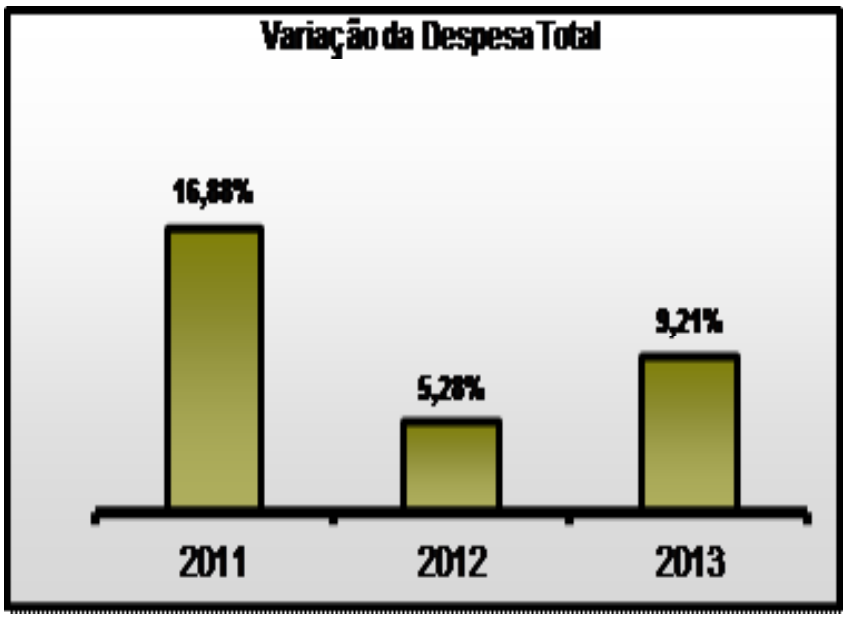


Figura 37: Variação da Despesa Total

<u>Análise</u>:

Analisando a variação das despesas totais em relação ao exercício anterior, verificou-se que houve aumento de 9,21%.

No exercício de 2013 a empresa adotou medidas de contenção de despesas de viagens, capacitações, redução de cerca de 10% de cargos gerenciais, renegociações contratuais com fornecedores, entre outras. Essas medidas foram primordiais para que o aumento médio dos gastos ficassem na casa dos 9%, estando abaixo dos 10,92% do aumento verificado na receita operaciona líquida.

12.1.2.8 Evolução do faturamento global

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Evolução do Faturamento Global	EFG	DEFI	Anual	Porcentagem

Diretriz Estratégica	Estabilidade Econômica
Meta para 2013	R$ 1.354.190.602,00
Utilidade do Indicador	
Medir o crescimento do faturamento do Ano em relação ao Ano anterior.	
Tipo de Indicador	EFICIÊNCIA
Fórmula de Cálculo	
EFG = ((FTA/FTAA)-1)*100 Onde: FTA = Faturamento Total do Ano FTAA = Faturamento Total Ano Anterior	
Método de Aferição do Indicador	
Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos do Grupo de Contas 31XX-XX do Balancete da Contabilidade.	
Área Responsável pelo Cálculo	Divisão de Planejamento Financeiro e Tributário - DIPN

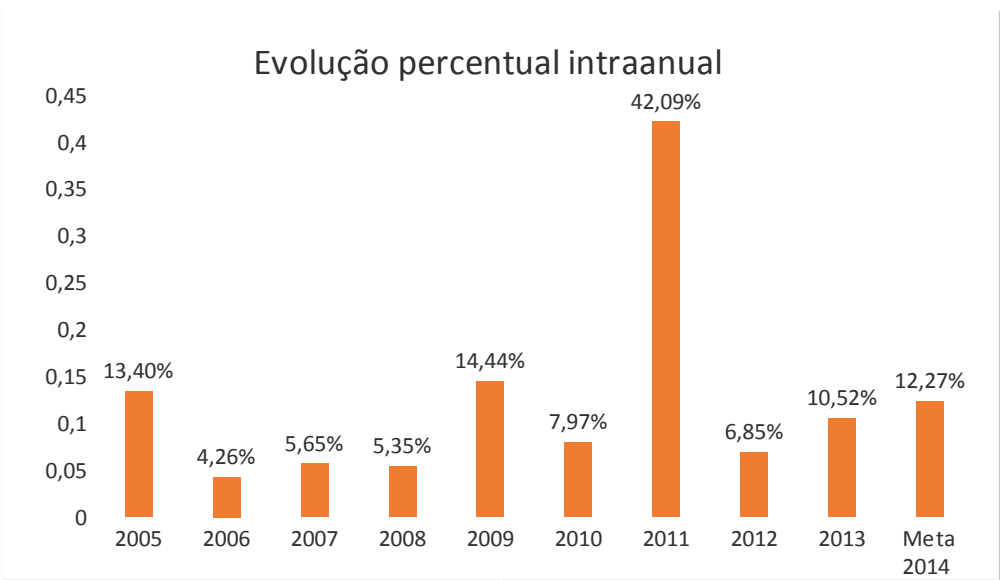


Figura 38: Evolução Faturamento Global (percentual intraanual)

<u>Análise</u>:

- O Faturamento do ano de 2013 totalizou o montante de R$ 1.206 milhões, o que representou um incremento aproximado da ordem 10,52% em relação ao ano de 2012; o INSS, com aproximadamente R$ 616 Milhões (50,65%), permaneceu como o grande responsável pelas receitas de prestação de serviços da DATAPREV. Mas seu crescimento foi de 5,12% entre 2013 e 2012, o que fez com que sua participação total diminuísse.
- Outro ponto de destaque foi a entrada de novos clientes como Presidência da República(PR), Ministério do Planejamento(MPOG) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional(PGFN) que representaram uma receita adicional de aproximadamente R$ 34 milhões.

12.1.2.9 Liquidez corrente

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Liquidez Corrente	LC	Balanço	Anual	Anual	R$

Meta para 2013	**Não se aplica**
Critério para meta	**Não se aplica**

Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	1,97	1,81	1,71

Comportamento esperado	

Utilidade do Indicador

Medir a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações de curto prazo. Quando o resultado for maior que 1, significa que há mais recursos disponíveis no prazo de até um ano do que obrigações de pagamentos de igual prazo. Quando o resultado for menor que 1, significa exatamente o contrário.

Tipo de Indicador	Eficácia

Fórmula de Cálculo

LC = AC/PC

Onde:

LC = Liquidez Corrente
AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

Método de Aferição do Indicador

Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos no Balanço.

Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Gestão Contábil – DEGC

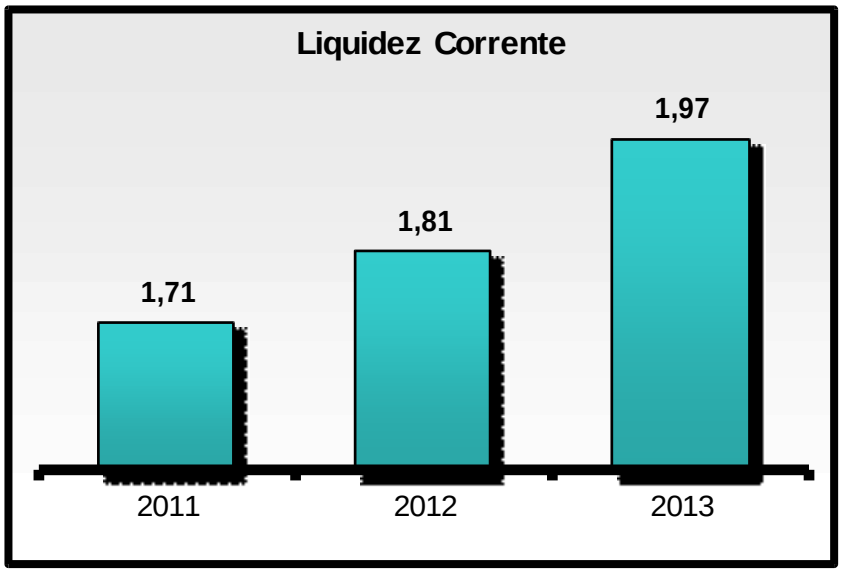


Figura 39: Liquidez Corrente

Análise:

O aumento da liquidez corrente de R$ 1,81 em 2012 para R$ 1,97 em 2013 ocorreu em função do aumento do ativo circulante em 19,99%, mais precisamente na linha do contas a receber em R$ 137.095 mil, devido as explicações dadas no tópico de Evolução do Grau de Realização do Contas a Receber .

Quanto ao passivo circulante a variação foi de apenas R$ 48.840 mil, ou seja, 16,12%. Embora esse índice seja destinado a avaliar a capacidade da Dataprev para pagar suas obrigações de curto prazo, ele se baseia em pressuposto de que a empresa poderá utilizar o ativo circulante para liquidar o passivo circulante.

Na prática, nem o ativo circulante pode ser utilizado integralmente para este fim e nem o passivo circulante precisa ser liquidado, pois parte dele se renova com a atividade operacional. Sem contar que o mesmo não mede a sincronização entre os recebimentos e pagamentos a cada período.

12.1.2.10 Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização – LAJIDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA)

Nome do Indicador	Sigla do indicador	Fonte	Aferição	Periodicidade	Unidade de Medida
Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização	EBTIDA ou (LAJIDA)	DRE e Balancetes	Anual	Anual	R$

Meta para 2013	Não se aplica		
Critério para meta	Não se aplica		
Série Histórica	**2013**	**2012**	**2011**
	331.845	276.132	271.198
Comportamento esperado			

Utilidade do Indicador	
Medir a capacidade da empresa na geração de recursos próprios, obtidos por meio das atividades operacionais. É calculado excluindo-se do lucro ou prejuízo operacional, os juros, impostos, depreciações e amortizações, no período em referência. O uso da sigla em inglês é comum no mercado.	
Tipo de Indicador	Eficácia
Fórmula de Cálculo	
EBTIDA = Lucro ou prejuízo operacional excluindo-se os juros, impostos, depreciações e amortizações, provisões para litígios trabalhistas, cíveis e fiscais no período em referência.	
Método de Aferição do Indicador	
Aplicação da fórmula com base nos dados extraídos da demonstração do resultado e do balancete.	
Área Responsável pelo Cálculo	Departamento de Gestão Contábil – DEGC

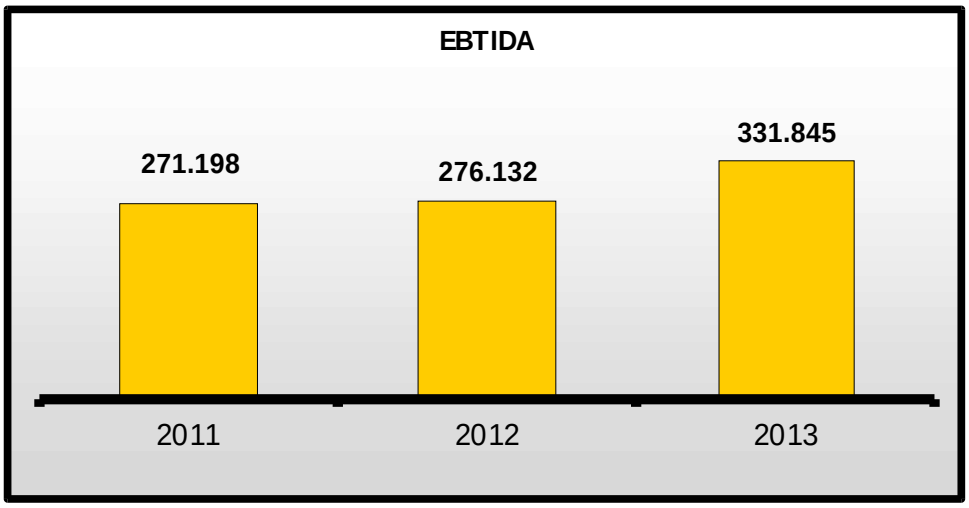


Figura 40: LAJIDA (EBITDA)

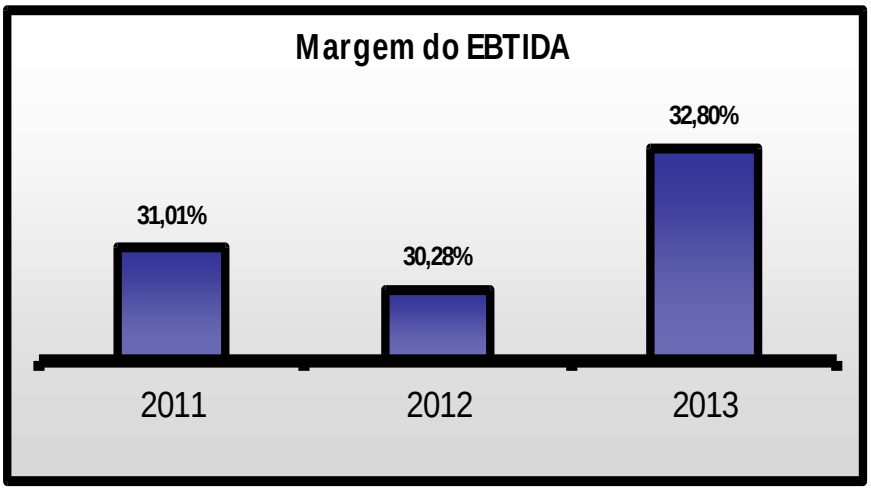


Figura 41: Margem de LAJIDA (EBITDA)

<u>Análise</u>:

Em comparação ao exercício de 2012, os números indicam que houve um aumento na capacidade de geração de caixa operacional de 20,18%. O aumento na margem em apenas 2,52%, justifica-se pelo aumento do lucro operacional em 15,59% (numerador) ter sido superior ao aumento da receita operacional líquida, que foi de 10,92% (denominador).

Conforme explicado anteriormente, as medidas de contenção de despesas de viagens, capacitações, redução de cerca de 10% de cargos gerenciais, renegociações contratuais com fornecedores, entre outras, contribuiram para que as despesas gerais, em média, tivessem um aumento abaixo do verificado na receita operacional líquida, refletindo positivamente nos resultados operacionais da empresa.

Outro fato que merece destaque e influencia na apuração desse indicador foi o aumento das depreciações e amortizações em 31,04%, quando comparado com o exercício anterior, em função do nível de investimento que a empresa vem efetuando nos últimos exercícios fazendo com que no conjunto demonstre mais eficiência.

PARTE B – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

1 ITEM 33 – RELATIVO ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem

1. **Nome:** PREVDATA
2. **Razão Social:** Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdata
3. **CNPJ:** 30.258.057/0001-56
4. **Demonstrativo Anual:**

a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

- Plano de Renda Vinculada (PRV) e Plano CV (Prevdata II) **R$ 254.701.492,83**

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

- Plano de Renda Vinculada (PRV) **R$ 4.650.102,76**
- Plano CV (Prevdata II) **R$ 16.374.995,58**

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

- Plano de Renda Vinculada (PRV) **R$ 4.650.102,76**
- Plano CV (Prevdata II) **R$ 16.374.995,58**

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

- Plano de Renda Vinculada (PRV) **R$ 31.730.057,47**
- Plano CV (Prevdata II) **R$ 361.383.79 (Contribuições Extraordinárias)**
- Plano (CV) Prevdata II **R$ 41.018,31 (Contribuição de Autopatrocinados)**

e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

- Plano de Renda Vinculada (PRV) – Termo de Compromisso para fins de equacionamento do deficit do plano e parcela de empréstimos, pagas pelos participantes através de desconto em folha de pagamento.
- Plano CV (Prevdata II) - Contribuições Extraordinárias e parcelas de empréstimos, pagas pelos participantes através de desconto em folha de pagamento.

f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Tabela 34: Programa de Investimentos do Plano de Benefícios Definido

Programa de Investimentos do Plano de Benefício Definido		
Modalidade de Aplicação	**2013 – Valor R$**	**(%) do PL do Plano**
Renda Fixa	318.059.493,87	58,33
Renda Variável	131.439.259,70	24,11
Investimentos Estruturados	52.745.379,22	9,67
Mercado Imobiliário	4.975.776,61	0,91
Operações com Participantes	38.015.336,77	6,97
Total	**545.235.246,17**	**100,00**

Fonte: *Ativo Realizável – Valor do Programa de Investimentos*

Tabela 35: Programa de Investimentos do Plano de Contribuição Variável

Programa de Investimentos do Plano de Contribuição Variável		
Modalidade de Aplicação	**2013 Valor R$**	**(%) do PL do Plano**
Renda Fixa	86.913.875,70	66,84
Renda Variável	26.958.015,70	20,73
Investimentos Estruturados	8.799.656,63	6,77
Operações com Participantes	7.353.865,36	5,66
Total	**130.025.413,39**	**100,00**

Fonte: *Ativo Realizável – Valor do Programa de Investimentos*

Tabela 36: Programa de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Programa de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa		
Modalidade de Aplicação	**2013 Valor R$**	**(%) do PL do Plano**
Renda Fixa	10.535.396,24	100,00
Total	**10.535.396,24**	**100,00**

Fonte: *Ativo Realizável – Valor do Programa de Investimentos*

g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

Neste tópico, se houve ocorrência em 2013, devem ser incluídas as informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício (pela PREVIC) com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Ofício n° 112/ERRJ/PREVIC *Rio de Janeiro, 01 de julho de 2013.*

Ao Senhor
Paulo Sérgio Santos do Carmo
Presidente Executivo da PREVDATA
Av. Rio Branco, 108 -13° andar -Centro
Rio de Janeiro -RJ
CEP: 20.040-001

Assunto: Encerramento de Ação Fiscal Relatório de Fiscalização nº 12/2013/ERRJ /PREVIC

Senhor Diretor-Presidente,

1. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar -PREVIC, no exercício de suas atribuições legais, executou nessa Entidade Ação Fiscal, comandada pelo Ofício nº 044/ERRJ/PREVIC, de 05 de março de 2013, no Plano PRV Saldado, CNPB nº 1979.0001-74 Em decorrência deste procedimento, foi elaborado o Relatório de Fiscalização nº 12/2013/ERRJ/PREVIC, de 17/05/2013, que originou recomendações e determinações de procedimentos a serem cumpridas pela EFPC.

2. Tendo em vista que, após apreciação das respostas apresentadas pela Entidade, todos os itens do Relatório de Fiscalização foram considerados atendidos pela Entidade, conforme Nota nº 47/2013/ERRJ/PREVIC, de 28/06/2013, conclui-se pelo encerramento dos seus itens, bem como da Ação Fiscal e propõe-se seu arquivamento.

3. O Escritório Regional se coloca à disposição para esclarecer qualquer dúvida que venha a surgir, devendo, para tanto, ser mencionado o comando nº 367569172, o sob' o qual o presente ofício foi protocolado.

Atenciosamente,

Eduardo Menezes Meireles
Coordenador do Escritório Regional II - Rio de Janeiro
Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Oficio nº 113/ERRJ/PREVIC Rio de Janeiro, 01 de julho de 2013.

Ao Senhor
Paulo Sérgio Santos do Carmo
Presidente Executivo da PREVDATA
Av. Rio Branco, 108 - 13° andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20.040-001

Assunto: Encerramento de Ação Fiscal - Relatório de Fiscalização nº 13/2013/ERRJ/PREVIC

1. Senhor Diretor-Presidente, A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no exercício de suas atribuições legais, executou nessa Entidade Ação Fiscal, comandada pelo Oficio nº 045/ERRJ/PREVIC, de 05 de março de 2013, no Plano Prevdata II, CNPB n° 2008.0046-19 Em decorrência deste procedimento, foi elaborado o Relatório de Fiscalização n° 13/2013 IERRJ/PREVIC, de 17/05/2013, que originou recomendações e determinações de procedimentos a serem cumpridas pela EFPC.

2. Tendo em vista que, após apreciação das respostas apresentadas pela Entidade, todos os itens do Relatório de Fiscalização foram considerados atendidos pela Entidade, conforme Nota n° 46/20 13/ERRJ/PREVIC, de 28/06/2013, conclui-se pelo encerramento dos seus itens, bem como da Ação Fiscal.

3. O Escritório Regional se coloca à disposição para esclarecer qualquer dúvida que venha a surgir, devendo, para tanto, ser mencionado o comando n° 367569529, o sob o qual o presente ofício foi protocolado.

Atenciosamente,

Eduardo Menezes Meireles
Coordenador do Escritório Regional II - Rio de Janeiro
Superintendência Nacional de Previdência Complementar

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

O ano de 2013 foi marcado por um cenário econômico que não favoreceu o desempenho do mercado financeiro, o que impacta diretamente nas atividades das Entidades de Previdência Complementar. A Prevdata, embora não tenha atingido a meta atuarial em seus planos de benefícios, obteve rentabilidade superior à média dos outros fundos de pensão, mantendo sua rentabilidade histórica acima dos indicadores de mercado.

A Prevdata encerrou o exercício de 2013 apresentando rentabilidade nos planos PRV Saldado, CV Prevdata II e Plano de Gestão administrativa PGA de, respectivamente, 6,67%, 6,44% e 9,03% contra uma variação da meta atuarial de 11,63% (equivalente a variação do índice INPC + 5,75% de juros ao ano).

Em relação ao Plano PRV Saldado, em 2013 a Prevdata manteve a estratégia de aumentar os investimentos feitos em títulos públicos federais, que ao final do ano representavam 29,09% do patrimônio total do plano. Para isto, adquiriu Notas do Tesouro Nacional da série B – NTN-B, investimento que possui boa correlação com a meta atuarial da Entidade e é considerado como livre de risco de inadimplência. A Prevdata encerrou as alocações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, cujo objetivo foi reduzir a exposição ao risco de crédito. Neste sentido, alocou recursos em fundos de renda fixa. Em que pese os fundos de renda fixa também incorrerem em risco de crédito, a diversificação dos ativos que compõem a carteira desses fundos permite a diluição dos riscos da Prevdata.

Além disso, a Prevdata reduziu a fatia do patrimônio que estava sob gestão própria alocada em renda variável, procurando diversificar a gestão deste segmento a partir da compra de cotas de fundos de investimentos em ações, e inseriu estratégias variadas em busca de reduzir o risco. Com isso, a Entidade objetivou manter um percentual do patrimônio alocado em renda variável, que neste plano corresponde a 20% do patrimônio total, com vista ao potencial de valorização, no médio/longo prazos, que este segmento possui. Para que isso fosse possível, a Prevdata realizou estudos com objetivo de identificar a parcela de recursos que poderiam ser investidos em renda variável, a partir do pressuposto de que não seriam necessários nos próximos cinco anos. Sendo assim, todo capital investido em ações está voltado aos ganhos de médio/longo prazos que a Prevdata almeja.

Por fim, a Prevdata vinculou a taxa cobrada nos empréstimos à variação de sua meta atuarial, reduzindo a exposição futura desta carteira. Em 2013, houve um decréscimo no total de recursos alocados neste segmento, fruto de novas regras que a Prevdata adotou com o objetivo de reduzir o risco de inadimplência, trazendo mais segurança para a gestão dos recursos que estão emprestados a participantes e assistidos.

Em relação ao Plano CV Prevdata II, em 2013 a concentração de ativos de emissão do governo federal no Plano CV Prevdata II passou de 6% para 10% do patrimônio total. Foram adquiridas Notas do Tesouro Nacional da série B – NTN-B, investimento que possui boa correlação com a meta atuarial da Entidade e é considerado como livre de risco de crédito. Além disso, a Prevdata encerrou as alocações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, cujo objetivo foi reduzir a exposição ao risco de crédito. Neste sentido, alocou recursos em fundos de renda fixa. A que pese os fundos de renda fixa também incorrerem em risco de crédito, a diversificação dos ativos que compõem a carteira desses fundos permite a diluição dos riscos da Prevdata.

Além disso, a Prevdata diversificou a gestão do segmento de renda variável a partir da compra de cotas de fundos de investimentos em ações, inserindo estratégias variadas em busca de reduzir o risco da gestão. Com isso, a Entidade objetiva manter um percentual do patrimônio alocado em renda variável, que neste plano corresponde a 20% do patrimônio total, com vista ao potencial de valorização no médio/longo prazos que este segmento possui. Para que isso seja possível, a Prevdata realiza estudos com objetivo de identificar a parcela de recursos que podem ser investidos em renda variável, pois não serão necessários nos próximos cinco anos. Sendo assim, todo capital investido em ações está voltado aos ganhos de médio/longo prazos que a Prevdata almeja.

Por fim, o total de recursos emprestados a participantes e assistidos praticamente dobrou no período 2012,/2013 passando de R$ 3.831.871,30 para R$ 7.571.001,17. Além disso, a Prevdata vinculou a taxa cobrada nos empréstimos à variação de sua meta atuarial, reduzindo a exposição futura desta carteira.

Em relação ao Plano de Gestão Administrativa, que tem por objetivo custear os gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos de benefícios. Este Plano não possui alocações nos segmentos de renda variável, imóveis e empréstimos. Objetivando minimizar o risco de crédito privado, a Prevdata reduziu seus investimentos em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de 26% para 13% do total dos recursos do PGA. A que pese os fundos de renda fixa também incorrerem em risco de crédito, a diversificação dos ativos que compõem a carteira desses fundos permite a diluição dos riscos da Prevdata.

5. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente

Relatório dos auditores independentes

Aos:
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da
Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – PREVDATA
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – PREVDATA (Entidade), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – PREVDATA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014.

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

6. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários

Tabela 37: Situação Financeira Atuarial do Plano de Contribuição Variável – CV Prevdata II.

Demontração Atuarial	Dezembro/2013	Dezembro/2012	Dezembro/2011
Patrimônio de Cobertura (A)	134.773.058,32	96.998.701,32	62.754.178,71
Exigível Atuarial (B)	134.773.058,32	96.998.701,32	62.120.726,02
Provisões Matemáticas	134.773.058,32	96.998.701,32	62.120.726,02
Benefícios Concedidos	2.784.737,10	1.814.558,81	678.074,70
Benefícios a Conceder	131.439.259,70	95.184.142,51	61.442.651,32
(-) A Constituir	0,00	0,00	0,00
Superávit Acumulado (A) - (B)	0,00	0,00	633.452,69
Reserva de Contingência (Até 25% de B)	0,00	0,00	633.452,69

Fonte: Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdata

A situação atuarial do Plano CV, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais, apresentou resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Variável, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual (forma financeira), conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Em decorrência do desempenho dos ativos de investimentos e a normal evolução do passivo previdencial, verificou-se em 2011 um superávit técnico acumulado de R$ 633.452,69, constituindo Reserva de Contingência equivalente a R$ 633.452,69. Nos demais exercícios não houve formação de Reserva de Contingência, mantendo-se o plano em equilíbrio técnico atuarial.

Tabela 38: Situação Financeira Atuarial do Plano de Renda Vinculada (PRV)

Demonstração Atuarial	**Dezembro/2013**	**Dezembro/2012**	**Dezembro/2011**
Patrimônio de Cobertura (A)	542.623.082,59	510.298.767,28	449.640.152,54
Exigível Atuarial (B)	553.673.136,57	500.264.333,81	446.210.069,54
Provisões Matemáticas	553.673.136,57	500.264.333,81	446.210.069,54
Benefícios Concedidos	373.203.195,12	338.365.825,88	314.307.989,38
Benefícios a Conceder	376.781.845,77	376.828.911,93	360.434.692,45
(-) A Constituir	196.311.904,32	214.930.404,00	228.532.612,29
Superávit Acumulado (A)-(B)	(11.050.053,98)	10.034.433,40	3.430.083,00
Reserva de Contingência (Até 25% de B)	0	10.034.433,40	3.430.083,00

Fonte: *Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdata*

Em decorrência do desempenho dos ativos de investimentos e a normal evolução do passivo previdencial, verificou-se um superávit técnico acumulado nos exercícios de 2011 e 2012, constituindo-se, desta forma, Reserva de Contingência.

Em 2013, a insuficiência verificada no exercício, de R$ 11.050.053,98, correspondendo a 2,0% das Provisões Matemáticas, está abaixo do limite de 10% estabelecido pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 04/11/2013.

Identificamos o déficit técnico como conjuntural, decorrente de uma rentabilidade insuficiente em um exercício isolado atípico. Se fosse atingida a meta atuarial de 11,63%, haveria superávit de 2,6%.

Para o exercício de 2014, esperamos a reversão desse déficit parcial, nesse exercício, pela expectativa de rentabilidade a ser obtida acima da meta atuarial.

Outro fator relevante para o custeio desse eventual déficit técnico é a economia obtida em razão da permanência em atividade de parcela significativa de participantes já em condições de solicitar o benefício de aposentadoria.

7. Conclusões do último estudo atuarial

PARECER: Plano de Renda Vinculado – PRV

A presente avaliação foi desenvolvida especificamente para dimensionar a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, em consonância com Regulamento do Plano de Renda Vinculado – PRV com Saldamento, que está fechado a novas adesões.

Interpretamos os dispositivos legais e identificamos as particularidades de cada participante, extraídas da base de dados cadastrais, posicionada em 31/12/2013, e de informações fornecidas pela Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – Prevdata à S TINOCO – Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda. que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses, parâmetros de cálculo e critérios internacionalmente aceitos, e identificam os Custos e as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios, atendendo a Resolução n° 09, de 29.11.2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Para o exercício de 2014, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), a hipótese de taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do Plano será de 5,50%, já em janeiro de 2014. E, a partir desse mesmo exercício, será adotada a taxa de juros de 5,25% para 2015, 5,00% para 2016, 4,75% para 2017, e 4,50% para 2018. Esse cronograma de transição será viabilizado em razão da alocação otimizada dos investimentos de renda fixa, empréstimos a participantes, imóveis e renda variável, realizados a taxas reais de juros iguais ou superiores à taxa atuarial.

A insuficiência verificada no exercício de 2013, de R$ 11.050.053,98, correspondendo a 2,0% das Provisões Matemáticas, e está abaixo do limite de 10% estabelecido pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 04/11/2013.

Identificamos o déficit técnico como conjuntural, decorrente de uma rentabilidade insuficiente em um exercício isolado atípico. Se fosse atingida a meta atuarial de 11,63%, haveria superávit de 2,6%.

Para o exercício de 2014, esperamos a reversão desse déficit parcial pela expectativa de rentabilidade a ser obtida acima da meta atuarial.

Outro fator relevante para o custeio desse déficit técnico é a economia obtida em razão da permanência em atividade de parcela significativa de participantes já em condições de solicitar o benefício de aposentadoria.

Entretanto, seguindo o cronograma de redução da taxa real de juros considerada na avaliação atuarial, para 5,50% ao ano em 2014, deveremos estar avaliando a possibilidade de implantação de uma taxa extraordinária de custeio.

Diante do exposto, se necessário o acréscimo do custeio extraordinário, a Prevdata deverá promover ampla divulgação e comunicação, em linguagem acessível, aos participantes, assistidos e patrocinadora, sobre o impacto da redução gradual na taxa de juros em seu plano de benefícios e, que para o equacionamento de déficit, decorrente de redução de taxa de juros, deverá ser adotada nova contribuição extraordinária, para alteração dessas bases técnicas, a partir do exercício de 2015.

Salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

Concluímos que a situação atuarial do Plano encontra-se em reduzido desequilíbrio técnico de R$11.050.053,98, com expectativas de reversão no próximo exercício.

Agradecemos a oportunidade que nos é oferecida e colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,

Sérgio Mendes de Azevedo Tinoco
Atuário Responsável pelos Planos - Miba 305

PARECER: Plano CV – PREVDATA II

A presente avaliação foi desenvolvida especificamente para dimensionar a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, em consonância com Regulamento do Plano CV – PREVDATA II.

Interpretamos os dispositivos legais e identificamos as particularidades de cada participante, extraídas da base de dados cadastrais, posicionada em 31/12/2013, e de informações fornecidas pela Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – PREVDATA à S TINOCO – Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda. que, após a realização de testes apropriados, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no regime financeiro de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira.

A situação atuarial do Plano, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais, apresentou em 31/12/2013, resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Variável, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual (forma financeira), conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Para o exercício de 2014, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 9 de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, a hipótese de taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do Plano será de 5,5%, já em janeiro de 2014. E, a partir desse exercício de 2014, será adotada a taxa de juros de 5,25% para 2015, 5,00% para 2016, 4,75% para 2017, e 4,50% para 2018. Esse cronograma de transição está viabilizado em razão da otimização da alocação dos investimentos de renda fixa realizados a taxas reais de juros, empréstimos a participantes e em renda variável, iguais ou superiores a taxa atuarial.

A redução da taxa de juros atuariais não altera o saldo da conta dos participantes. Por outro lado, ela impacta o cálculo do valor inicial do benefício programado, que ocorre na data da concessão. Sendo assim, com a redução da taxa atuarial a renda projetada no simulador sofrerá redução e a renda paga aos assistidos dependerá da rentabilidade dos investimentos.

Desta forma, para minimizar uma possível redução nas rendas, com a alteração da taxa de juros atuariais, será necessário que o participante verta contribuições adicionais ou postergue o recebimento da renda.

Ás rendas programadas, já concedidas, serão recalculadas, em janeiro de 2014, considerando-se a taxa atuarial de 5,5%, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial.

O simulador de benefícios, disponível no site da Prevdata, também terá a taxa máxima real de juros atuarial de acordo com a Resolução nº 09.

Desta forma, a partir do exercício de 2014, a Prevdata deverá promover ampla divulgação e comunicação, em linguagem acessível, aos participantes, assistidos e patrocinadora, sobre o impacto da redução gradual na taxa de juros em seu plano de benefícios.

Concluímos que a situação atuarial do Plano encontra-se em equilíbrio técnico.

Agradecemos a oportunidade que nos é oferecida e colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,

S TINOCO – Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda.

Sérgio Mendes de Azevedo Tinoco
Atuário Responsável pelo Plano Miba 305

1.2 Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da lei complementar no 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providencias adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

A PREVDATA, sociedade civil sem fins lucrativos e personalidade jurídica de direito privado, tem como finalidade instituir e administrar plano de benefícios de caráter previdenciário a seus participantes, ativos, assistidos e beneficiários, tendo como suas atividades de maior importância a captação da contribuição dos participantes e da sua patrocinadora, a gestão dos recursos arrecadados, propiciando, no mínimo, o retorno atuarial para a concessão de suplementação dos benefícios previdenciários. Tem como patrocinadoras a DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e PREVDATA, no caso de seus próprios empregados.

Os recursos obtidos através das contribuições dos participantes e da patrocinadora para custeio do plano de benefícios são investidos de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC (subordinada ao Ministério da Previdência Social/Conselho Nacional de Previdência Complementar) e pelos órgãos regulamentadores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil). Estes investimentos visam a manutenção do valor real dos capitais aplicados, sua segurança, liquidez e a garantia dos direitos dos participantes ativos e assistidos. No trabalho de avaliação dos investimentos da Entidade, a Auditoria Interna da DATAPREV, certificou que a PREVDATA realizou os seus investimentos de acordo com as regras e limites estabelecidos pela normatização vigente, considerando o exame das demonstrações contábeis e financeiras do mês de julho de 2013.

A fiscalização e o controle externo exercido sobre a PREVDATA são de competência normativa da PREVIC. No plano interno são designados representantes pela Administração da DATAPREV para compor o Conselho Deliberativo e Fiscal da Entidade, e para a sua Diretoria Executiva.

Considerando, ainda, o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - "A fiscalização a cargo do Estado não exime os patrocinadores e os instituidores da responsabilidade pela supervisão sistemática das atividades das suas respectivas entidades fechada" – a DATAPREV inclui a PREVDATA anualmente no plano de atividades anuais de sua Auditoria Interna.

O resultado do trabalho executado pela Auditoria Interna é encaminhado à Entidade para adoção das ações requeridas e para conhecimento da Direção da Patrocinadora e da Controladoria Geral da União – CGU. Destacamos também, que a Entidade tem obrigação legal de contratar Auditores Independentes para certificar as suas Demonstrações Financeiras e Atuariais.

Resultados da fiscalização e do controle da PREVDATA efetuados pela Dataprev (conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar no 108/2001)

Em consonância com o estabelecido na legislação e a fim de atender as orientações normativas do TCU e da CGU, foi efetuada auditoria na PREVDATA, no período de 06 de agosto de 2013 a 30 de setembro de 2013, mediante Ordem de Serviço nº 036/13.

O trabalho realizado e previsto no PAINT/2013, faz parte da ação fiscalizadora exercida pela Patrocinadora, e teve como escopo a obtenção de elementos de convicção necessários à manifestação da Coordenação Geral de Auditoria Interna – CGAU, no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT 2013, quanto ao cumprimento pela DATAPREV das suas obrigações legais em relação à PREVDATA, em especial quanto ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e o § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Adicionalmente, foi avaliado o controle interno da entidade, conforme disposto na Resolução CGPC Nº 13 de 1/10/2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC. Destacamos que foram certificadas também as providências adotadas na implementação das recomendações dos Órgãos de controle, Auditoria Interna, PREVIC, CGU e TCU, contidas no módulo de Follow-up do aplicativo AUDIN.

Relacionamos nos tópicos a seguir as obrigações da DATAPREV relativas ao cumprimento da Lei Complementar Nº 108 e 109.

Limites para Repasses

Considerando que a Dataprev é patrocinadora e garantidora das operações da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - PREVDATA, Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira próprios, certificamos que, os repasses de contribuições da Patrocinadora, estão de acordo com o estabelecido na Emenda Constitucional Nº 20 - na paridade de 1/1 - em relação aos valores pagos pelos participantes.

Os demonstrativos financeiros do mês de Dezembro/2013 e o relatório de contribuições da Sociedade, indicam que a Prevdata recebeu recursos dos planos de Benefício Definido e Contribuição Variável no montante líquido de R$ 21.025.098,34. No tocante ao Termo de Compromisso para o equacionamento do Plano de Renda Vinculada foram repassados, até Dezembro de 2013, R$ 23.258.480,08 a título do Serviço Passado e R$ 13.222.336,60 referente ao Saldamento da Dívida.

Cessão de Pessoal e Bens pela Patrocinadora

Quanto aos limites fixados em lei para cessão de pessoal e bens verificamos que há cessão, por parte da DATAPREV, de uma máquina de escrever elétrica IBM - Plaqueta de identificação do bem 034.397-0 e do empregado da Dataprev Ary Follain Junior, matrícula nº 273.228 que exerce a função de Diretor de Atendimento a Seguridade, sendo o ônus da sua remuneração, devidamente ressarcido pela Prevdata.

Regularidade das Dividas Existentes entre a Dataprev e a PREVDATA

A dívida contratada com a patrocinadora Dataprev vem sendo honrada conforme valores pactuados no Termo de Compromisso firmado entre Dataprev e Prevdata, no exercício de 2008, que estabelece a assunção pela Dataprev de 100% do valor do Serviço Passado e o equacionamento da insuficiência patrimonial na proporção de 70,10% para a patrocinadora e a parcela remanescente da insuficiência patrimonial que correspondeu a 29,90% custeada pelos participantes através das contribuições extraordinárias.

A Prevdata tem registrado em seus Demonstrativos Financeiros do mês de Dezembro/2013, o valor a receber da Patrocinadora de R$179.089.893,14, referente ao Termo de Compromisso, sendo o valor de R$108.730.049,55 a título de Serviço Passado e R$70.359.843,59 referente ao Saldamento.

Avaliação do Controle Interno da Entidade

No que tange a avaliação dos controles internos, do cumprimento dos princípios, regras e práticas de governança previstos na Resolução CGPC 13/04, nossos exames identificaram que os controles se mostraram suficientes e abrangentes de forma que atendem aos preceitos legais e operacional, à gestão financeira e administrativa da Instituição.

Destacamos a seguir questão ressaltada no Relatório da Auditoria Interna, cuja recomendação foi acompanhada com o apoio da ferramenta de automação utilizada pela CGAU:

Nos certificamos das providências implementadas decorrentes das recomendações dos órgãos de controles (Auditoria interna, Previc, CGU, TCU, Auditoria Independente e SRF). Ressaltamos o fato de que ainda se encontra pendente de atendimento a recomendação contida no módulo de follow-up do Sistema Informatizado de Auditoria Interna – AUDIN, que versa sobre a necessidade de elaboração de um Plano de Contingência e Continuidade, fundamentado na identificação de riscos e análise de impacto que permita realinhar os processos críticos, documentando detalhadamente os procedimentos e responsabilidades a serem adotados para garantir continuidade sistêmica e operacional.

Com relação à questão, a Prevdata durante o exercício de 2013, informou que se encontrava em curso o mapeamento dos processos das áreas de Administração, Contabilidade e Liquidação e Custódia; que diversos procedimentos já são hoje adotados visando garantir a continuidade do negócio, sendo que será apresentada ao Conselho Deliberativo da PREVDATA, proposta orçamentária para contratação de consultoria especializada para elaboração do referido Plano de Contingência/Continuidade Operacional. Desta forma, solicitou o adiamento do atendimento da questão para junho de 2014.

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir do exposto neste Relatório de Gestão, pode-se concluir que a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, em 2013, cumpriu com êxito as suas funções institucionais, de acordo com a legislação em vigor, os princípios e as demais regras que norteiam os atos de gestão da Administração Pública Federal.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2014.

RODRIGO ORTIZ ASSUMPÇÃO
Presidente
CPF 105.508.858-03
DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Ministério da Previdência Social

ANEXOS

ANEXO I – Organograma Funcional

ANEXO II - Demonstrativo Índice Consolidado de Resultados – ICR

ANEXO III – Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

ANEXO IV – Relatório Gerencial Serviço de Informação ao Cidadão - 2013

ANEXO V - Relatório Manifestações da Ouvidoria

ANEXO VI – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

ANEXO VII – Complemento Rol dos Responsáveis

ANEXO I

(Item 01, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

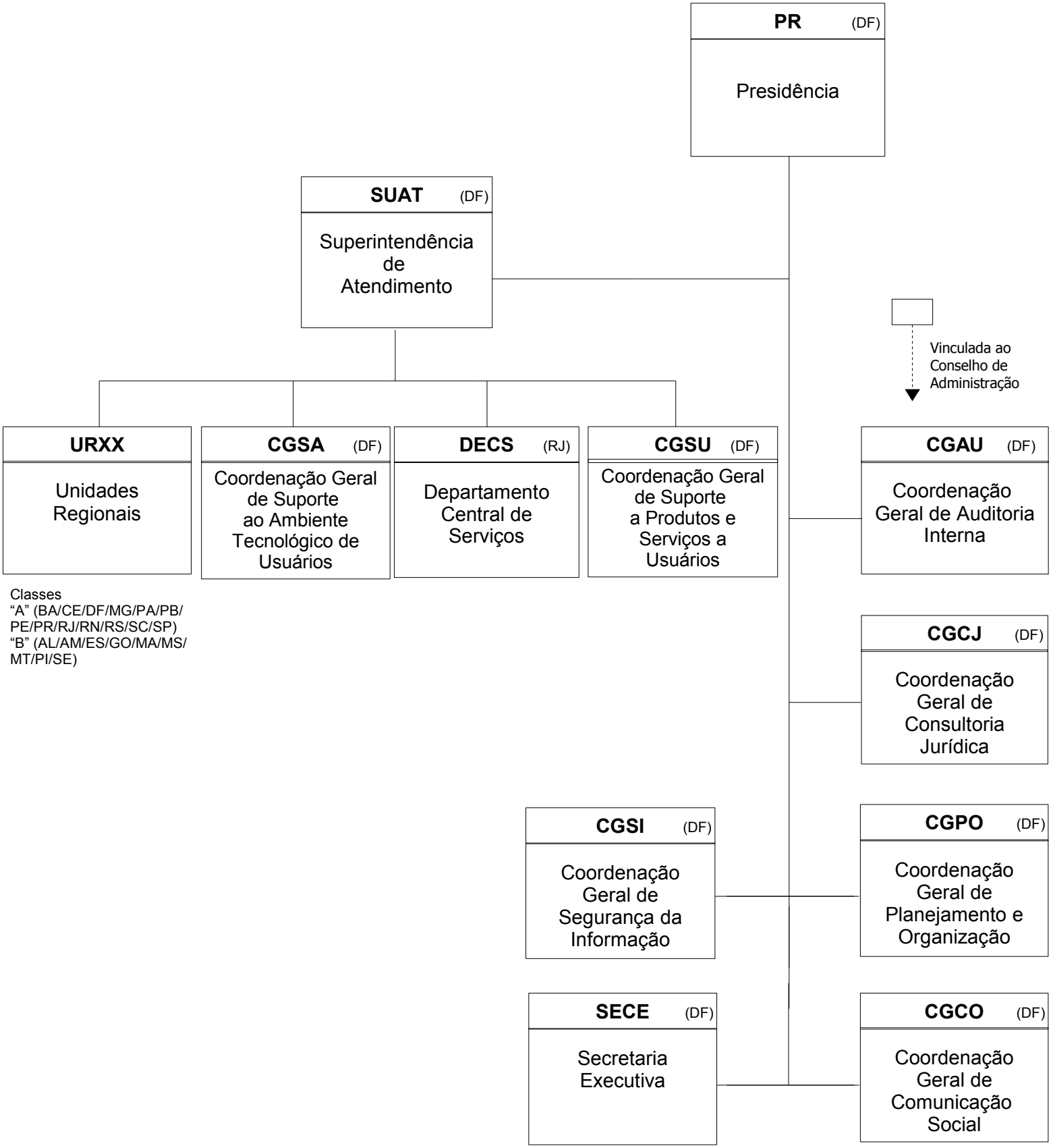
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

(...)

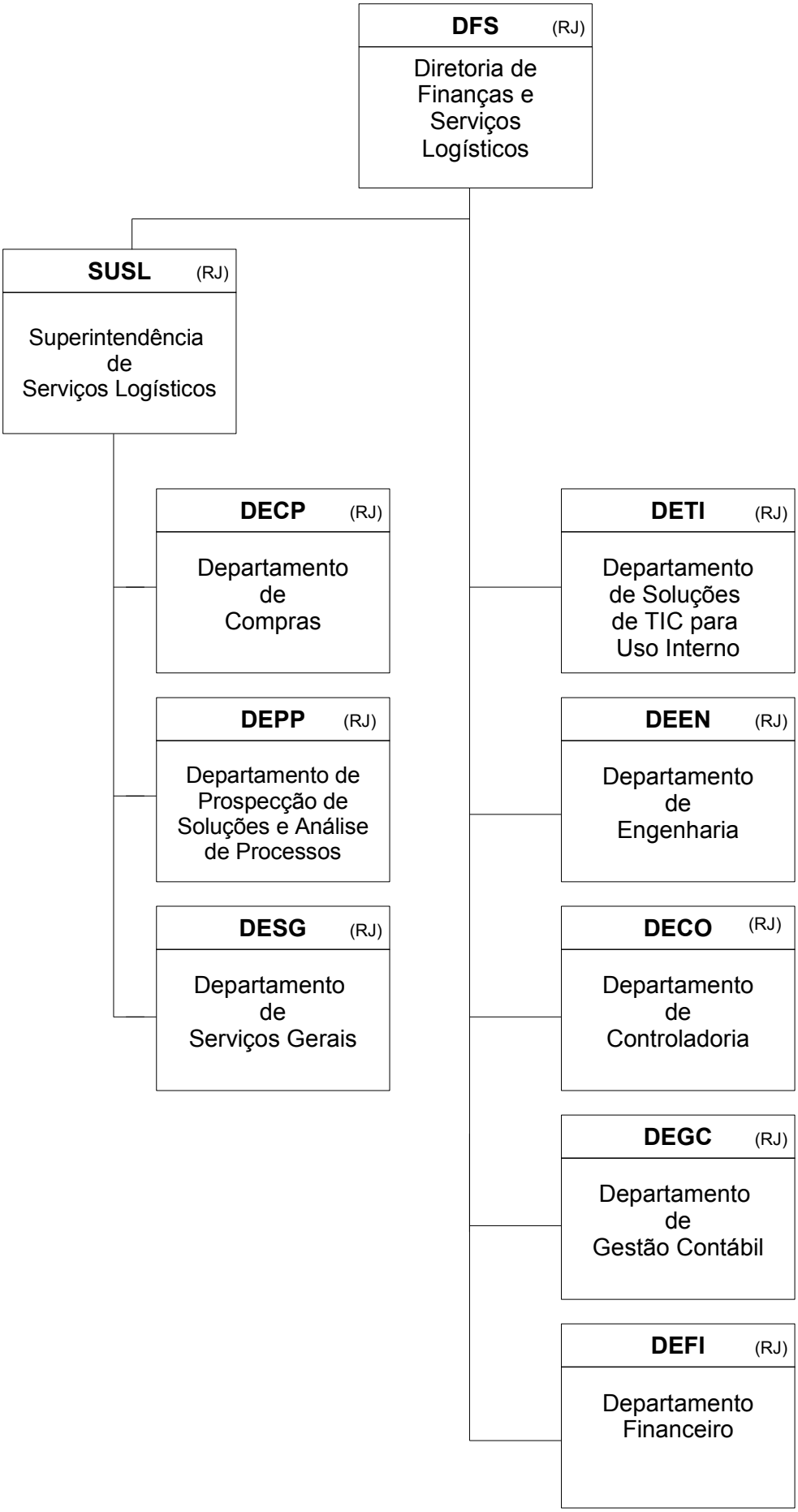
1.3 Organograma funcional

- Presidência – PR
- Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos – DFS
- Diretoria de Infraestrutura de TIC – DIT
- Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações – DRD
- Diretoria de Pessoas – DPE

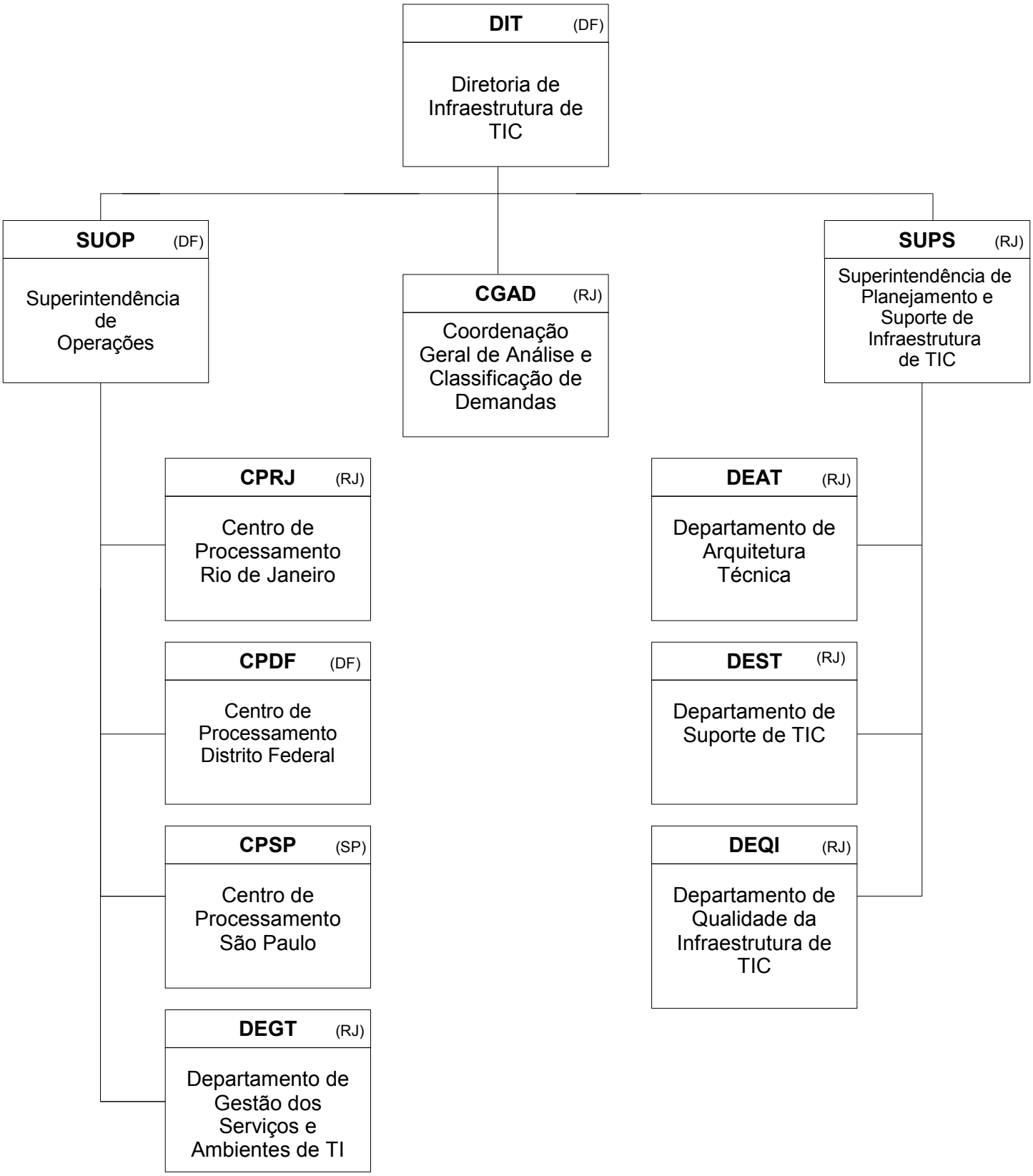
ORGANOGRAMA PRESIDÊNCIA



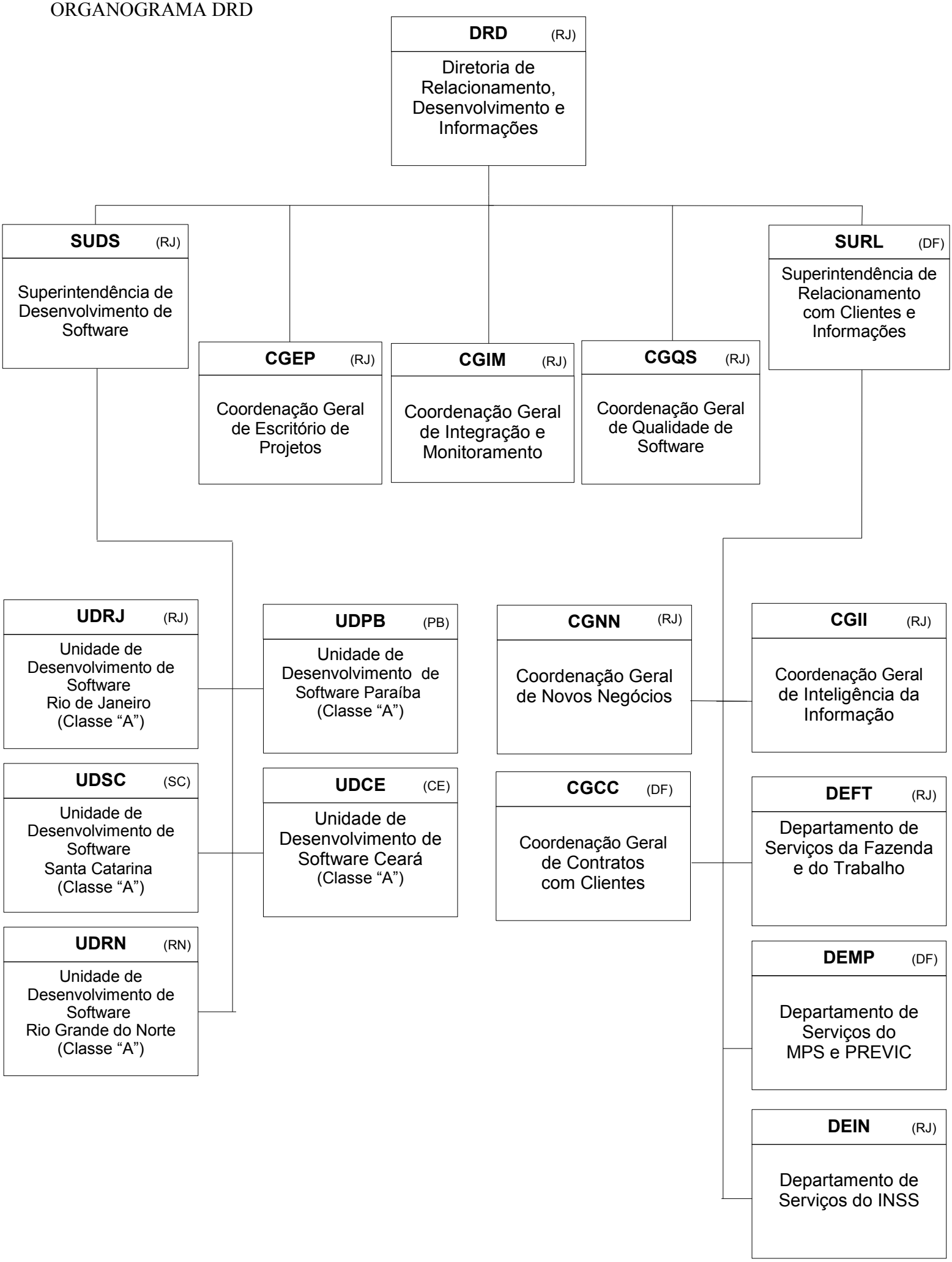
ORGANOGRAMA DFS



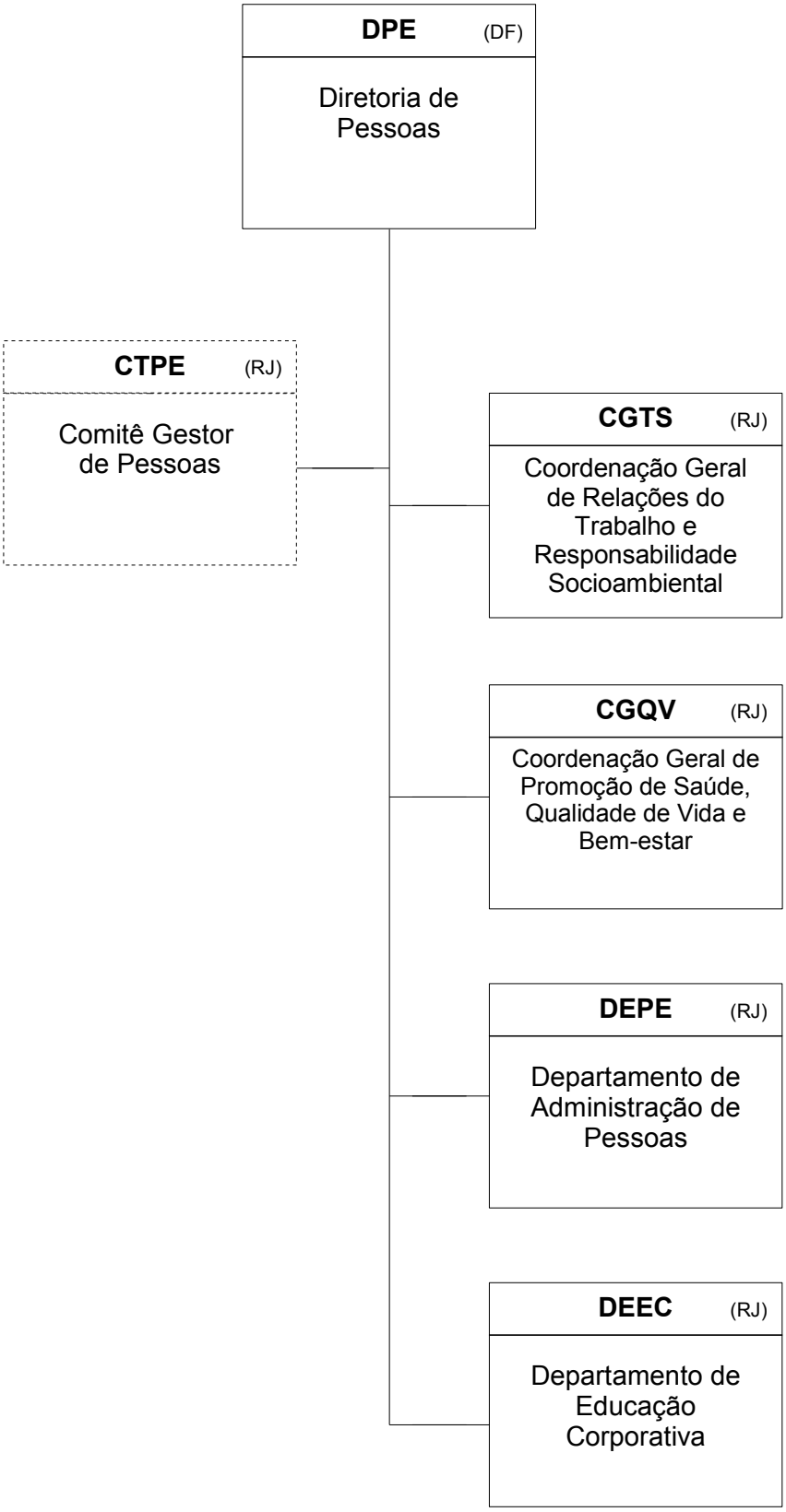
ORGANOGRAMA DIT



ORGANOGRAMA DRD



ORGANOGRAMA DPE



ANEXO II

(Item 02, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

(...)

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

2.3.1 Indicadores relativos ao desempenho da gestão

(...)

2.3.1.5 Índice Consolidado de Resultados(Complementos)

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE CONSOLIDADO DE RESULTADOS – ICR

- *Primeiro Trimestre*
- *Segundo Trimestre*
- *Terceiro Trimestre*
- *Quarto Trimestre*
- *Indicadores Inseridos no ICR*

ANEXO II – DEMONSTRATIVOS DO INDICE CONSOLIDADO DO RESULTADO – ICR

Primeiro Trimestre:

PMDFT

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março) : 95,75%

Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março) : 88,60%

Resultado

O resultado final do PMDFT do 1º trimestre/2013 foi de 95,02%, ficando abaixo da meta em 0,73 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF = 95,02
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(95{,}02 - 88{,}60) \times 100}{(95{,}75 - 88{,}60)}$$, logo **PA = 89,80%**

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 05/04/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	152	143	134	429
Auxílio Doença	1.645	1.542	1.386	4.573
Licença Médica até 15 dias	727	723	649	2.099
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	862	453	507	1.822
Faltas Justificadas	3.386	2.861	2.676	8.923
Faltas Abonadas	510	261	272	1.043
Outras Faltas	22	71	73	166
TDA Mensal	3.918	3.193	3.021	10.132
THD Mensal	67.716	67.856	67.950	203.522
PMDFT	94,21	95,29	95,55	95,02

IRC

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 98,00%

Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 90,77%

Resultado

O cálculo do IRC é realizado mensalmente e seu resultado apresentado por trimestre. Considera-se cumulativamente a razão entre os valores efetivamente cobrados e os valores previstos mensalmente pelos contratos. O resultado obtido representa a porcentagem geral de realização dos contratos nos meses analisados. É importante observar que as realizações acima do esperado de alguns contratos compensam aqueles com execução abaixo da média mensal. O IRC apurado no último mês do trimestre estabelece o resultado deste indicador para o período, observando que seu cálculo é realizado considerando os valores realizados no trimestre.

Na competência de março de 2013, os serviços prestados aos clientes que possuem previsão de realização para o período em análise totalizaram R$ 98.978.546,08 (noventa e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oito centavos) acrescidos de R$ 3.099.787,25 (três milhões, noventa e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), referentes à proposta nº 033/2012 da RFB, que está cobrindo apenas o serviço da Dívida Ativa, já que com a entrada em vigência do contrato 012/2013 o serviço de Gestão da Receita Previdenciária passou a compor os itens deste novo contrato do cliente SRFB .

O cliente INSS, responsável por 51,92% do faturamento total da empresa, neste mês executou R$ 51.391.068,90 (cinquenta e um milhões, trezentos e noventa e um mil, sessenta e oito reais e noventa centavos). Dessa forma ficando abaixo em 1,15% da meta definida na resolução para o primeiro trimestre. Em relação ao mês passado teve-se acréscimo no faturamento deste contrato.

O grupo de Empréstimos Consignados apresentou o maior valor de execução após o cliente INSS, com resultado de R$ 17,8 milhões, finalizando o mês com execução 4,22% acima do previsto.

O contrato RFB 55/2011 2° Termo Aditivo não está mais vigente. Já o contrato RFB 12/2013 apresentou seu primeiro faturamento de R$ 13.487.565,81 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos). O que não bastou para que o contrato atingisse a meta de 98%, ficando 1,58% abaixo do desejado. O contrato MPS 039/2008 – 6º Termo Aditivo teve execução de 75,30%, ficando 22,70% abaixo das metas definidas nesta competência (98%).

O resultado da PREVIC nesta competência é composto pelo somatório do equivalente a previsão mensal de 24 dias para o 4º termo aditivo e 4 dias do 5º termo aditivo, totalizando R$ 1.067.506,76 (Um milhão, sessenta e sete mil, quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos). Diante disso, o contrato atingiu 97,08%, ficando 0,92% abaixo da meta estabelecida de 98,00%. O contrato do cliente MTE (25/2011) executou neste mês o total de R$ 516.468,61(quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, e sessenta e um centavos) ficando 16,73% abaixo da meta de 98%. O contrato MTE (19/2012) atingiu 106,28%, ultrapassando a meta em 8,28%.
O grupo de Identificação de óbitos apresentou execução de 110,88%, estando 12,88% acima da meta.

O IRC final obtido no mês de março, e por conseguinte do trimestre, foi de 100,74%, ficando satisfatoriamente 2,74% acima da meta estabelecida (98,00%) pela DATAPREV (Resolução 3205/2013).

Percentual de Alcance:

AF = 100,74
AI = 90,77
ME = 98,00

$$PA = \frac{(100,74 - 90,77) \times 100}{(98,00 - 90,77)}$$, logo **PA = 100%**

Quadro de Previsão Contratual

Contratos	Previsto Contratual (PC)			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Trimestre
INSS - Contrato nº 106/2012	53.060.122,85	53.060.122,85	53.060.122,85	159.180.368,55
RFB – Contrato nº 55/2011 – 2º Termo Aditivo	469.645,00	469.645,00	469.645,00	1.408.935,00
Empréstimos Consignados	17.500.000,00	17.500.000,00	17.500.000,00	52.500.000,00
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º Termo Aditivo	1.184.597,54	1.184.597,54	1.184.597,54	3.553.792,63
Identificação de Óbitos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	600.000,00
MTE – Contrato nº 25/2011 – 1º Termo Aditivo	635.468,64	635.468,64	635.468,64	1.906.405,92
PREVIC - Contrato nº 11/2010 – 4º e 5º Termo Aditivo	1.099.653,54	1.135.851,95	1.099.653,54	3.335.159,03
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	9.798.758,15	9.798.758,15	9.798.758,15	29.396.274,45
Proposta Comercial n° 33/2012	16.587.353,06	7.885.175,60	3.099.787,25	27.572.315,91
RFB – Contrato nº 12/2013	-	-	13.988.966,81	13.988.966,81
Total PC	**100.535.598,78**	**91.869.619,73**	**101.036.999,78**	**293.442.218,30**

Quadro de Realização Contratual

Contratos	Realização Contratual (RC)			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Trimestre
INSS - Contrato nº 106/2012	60.847.053,78	50.224.648,64	51.391.068,90	**162.462.771,31**
RFB – Contrato nº 55/2011 – 2º Termo Aditivo	26.300,12	78.665,54	-	**104.965,66**
Empréstimos Consignados	17.075.607,50	17.966.456,90	17.888.768,10	**52.930.832,50**
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º Termo Aditivo	816.075,10	908.120,24	891.944,39	**2.616.139,73**
Identificação de Óbitos	231.734,73	240.775,69	221.751,03	**694.261,45**
MTE – Contrato nº 25/2011 – 1º Termo Aditivo	-	-	516.468,61	**516.468,61**
PREVIC - Contrato nº 11/2010 – 4º e 5º Termo Aditivo	1.128.798,12	1.074.162,26	1.067.506,76	**3.270.467,14**
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	11.563.079,89	9.970.473,22	10.413.685,24	**31.947.238,35**
Proposta Comercial n° 33/2012	16.587.353,06	7.885.175,60	3.099.787,25	**27.572.315,91**
RFB – Contrato nº 12/2013	-	-	13.487.565,81	**13.487.565,81**
Total RC	**108.276.002,30**	**88.348.478,09**	**98.978.546,08**	**295.603.026,47**

IDC (Corporativo)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 10 (dez)

Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 0 (zero)

Resultado

IDC (corporativo) - Desafios para o Primeiro Trimestre de 2012	Pesos
D1 - Definir os padrões de modelagem de processos na Dataprev.	2,5
D2 - Instituir novas regras para GVR/GCR 2013.	2,5
D3 - Planejar Ciclo de Gestão de Riscos.	2,5
D4 - Estabelecer mecanismos de captura/recuperação de dados sobre pessoas.	2,5

Os desafios D1, D3 e D4 foram atendidos. O desafio D2 não foi alcançado.

O valor para o IDC no trimestre é igual a 7,5 (sete vírgula cinco).

Percentual de Alcance:

AF = 7,5
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(7,5 - 0,0) \times 100}{(10,0 - 0,0)}$$, logo **PA = 75%**

PMDFT-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 95,75%
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT para o período janeiro, fevereiro e março de 2013 foi de 95,38%, ficando abaixo da meta em 0,37 ponto percentual.

Percentual de Alcance:

AF = 95,38
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(95,38 - 88,60) \times 100}{(95,75 - 88,60)}$$, logo **PA = 94,83**

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 05/04/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	108	100	89	297
Auxílio Doença	549	530	479	1.558
Licença Médica até 15 dias	335	360	269	964
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	515	284	316	1.115
Faltas Justificadas	1.511	1.274	1.153	3.934
Faltas Abonadas	379	156	160	695
Outras Faltas	-	52	49	101
TDA Mensal	1.886	1.482	1.362	4.730
THD Mensal	34.147	33.769	34.463	102.379
PMDFT- AF	94,48	95,61	96,05	95,38

PMDFT-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 95,75%
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT para o período janeiro, fevereiro e março de 2013 foi de 95,25%, ficando abaixo da meta em 0,50 ponto percentual.

Percentual de Alcance:

AF = 95,25
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(95{,}25 - 88{,}60) \times 100}{(95{,}75 - 88{,}60)}$$, logo **PA = 93,01%**

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 05/04/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	-	-	6	6
Auxílio Doença	320	343	302	965
Licença Médica até 15 dias	122	122	94	338
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	145	53	78	276
Faltas Justificadas	587	518	480	1.585
Faltas Abonadas	46	27	34	107
Outras Faltas	10	7	12	29
TDA Mensal	643	552	526	1.721
THD Mensal	12.136	11.925	12.188	36.248
PMDFT- AM	94,70	95,37	95,68	95.25

PMDFT-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 95,75%
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT para o período janeiro, fevereiro e março de 2013 foi de 94,24%, ficando abaixo da meta em 1,51 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF = 94,24
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(94{,}24 - 88{,}60) \times 100}{(95{,}75 - 88{,}60)}$$, logo **PA = 78,89%**

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 05/04/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	43	43	39	125
Auxílio Doença	776	669	605	2.050
Licença Médica até 15 dias	271	241	286	798
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	202	115	113	430
Faltas Justificadas	1.292	1.068	1.043	3.403
Faltas Abonadas	85	78	78	241
Outras Faltas	5	30	12	47
TDA Mensal	1.382	1.176	1.133	3.691
THD Mensal	21.433	21.319	21.300	64.052
PMDFT-AT	93,55	94,48	94,68	94,24

TMA

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 17,5h
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 38h

Resultado

O desafio apresentou-se dentro da meta estabelecida durante todo o trimestre. No TMA são contabilizados somente chamados dos seguintes clientes: INSS, MPS, RFB, MTE, MDS e PREVIC e não são contabilizadas as ocorrências registradas no SGIR.

Total de chamados:

Janeiro	Fevereiro	Março
22.466	17.829	22.675

Percentual de Alcance:

AF = 12,70
AI = 38,0
ME = 17,5h

$$PA = \frac{(12{,}70 - 38{,}0) \times 100}{(17{,}5 - 38{,}0)}$$, logo **PA = 100%**

IDC-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 10 (dez)
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 0 (zero)

Resultado

IDC/AF - Desafios para o Primeiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Implantar o Módulo de Cruzamento RPPS x RPPS x RGPS na aplicação INFORME-RPPS.	0,5
D2 – Obter 95% das RDMs de produção no trimestre com preenchimento de FAL (Formulário de Atesto e Liberação).	0,5
D3 – Reduzir em 10% a quantidade de incidentes dos serviços prestados pela Dataprev, tendo como base a quantidade de incidentes do 4º trimestre/2012 (inclui todos os serviços e todos os incidentes, inclusive lentidão, instabilidade indisponibilidade parcial).	0,5
D4 – Implementar módulo de planejamento de capacidade na nova ferramenta de gestão de TIC, para os serviços Portal CNIS, Portal Previc e RFB migrado.	0,3
D5 – Definir arquitetura de hardware e software para infraestrutura como serviço.	0,2
D6 - Definir e publicar os critérios para uso de licenças do SGBDr Oracle.	0,2
D7 - Contratar rede de contingência terrestre para o INSS.	0,5
D8 - Implantar rede local no CPRJ.	0,2
D9 – Implantar alta disponibilidade de dados do CNIS.	0,2
D10 - Implantar alta disponibilidade de dados do MTE.	0,2
D11 - Implantar contingenciamento de dados de produção do CNIS no site SP.	0,2
D12 – Implantar contingenciamento de dados de produção do MTE no site SP.	0,2
D13 - Disponibilizar em ambiente de pré-produção a Ordem de Serviço nº 230 – DIVIDA Comp Homologada.	0,3
D14 - Disponibilizar em ambiente de pré-produção a Ordem de Serviço nº 231 – SICOB- DIVIDA Comp Homologada.	0,2
D15 - Implantar a certificação digital obrigatória no CAGED.	0,3
D16 - Implantar o SISAGE em quinze unidades da federação.	0,5
D17 - Concluir a especificação do Módulo de Agendamento do Portal do Atendimento.	0,3
D18 - Concluir a especificação de solução mobile para Canais de Atendimento do INSS.	0,2
D19 - Implantar a versão 3.5 da rotina Extrato.	3,0
D20 - Implantar o BI (Benefício por Incapacidade) em no mínimo cinco Agências da Previdência Social.	0,5
D21 - Concluir a especificação das Aposentadorias (SIBE).	0,3
D22 - Disponibilizar para homologação as três primeiras entregas do ECO: Sincronismo, Modulo de Gestão do INSS Web, Extrato Consulta.	0,5
D23 - Homologar o módulo II do SisGpep.	0,2

Os desafios D1, D2, D3, D4, D5, D6, D9, D11, D13, D14, D17, D18, D19, D22 e D23 foram alcançados. Os desafios D7, D8, D10, D12, D15, D16, D20 e D21 não foram alcançados.

Desafio D7: Pregão eletrônico da Região III está agendado para 08/04, da Região I para o dia 24/04 e o pregão da Região II está agendado para o dia 13/05.

Desafio D8: Processo pendente, aguardando posição da SUPS.

Desafio D10: A infraestrutura foi implantada, bem como parte (1º nó) da alta disponibilidade, mas em função do tempo necessário para a preparação dos testes de carga pela equipe da UD não foi possível a implantação do Oracle RAC (2º nó) neste primeiro trimestre. O contingenciamento tem dependência direta da implantação do RAC.

Desafio D12: A infraestrutura foi implantada, bem como parte (1º nó) da alta disponibilidade, mas em função do tempo necessário para a preparação dos testes de carga pela equipe da UD não foi possível a implantação do Oracle RAC (2º nó) neste primeiro trimestre. O contingenciamento tem dependência direta da implantação do RAC.

Desafio D15:14,95% de progresso. A previsão de manutenções no CAGED estão agendadas para finalização em abril/13, fato que inviabilizou o cumprimento da meta. Após as manutenções, haverá os esforços de homologação e implantação.

Desafio D16: Apenas em março, foram concluídos os ajustes na aplicação que viabiliza a expansão do SISAGE. O cliente INSS está fechando internamente a estratégia de expansão.

Desafio D20: Devido ao aumento de escopo desta entrega, não foram cumpridos requisitos mínimos par a definição da expansão das implantações.
Desafio D21: O INSS especificou apenas a espécie Aposentadoria por Idade – B41.

Nota 1: D3 - O valor da meta para o trimestre (valor de 1,91), o valor obtido para o 1º Trimestre de 2013 foi de 1,66, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Apuração de Incidentes - 1º Trimestre / 2013

	Quantidade de serviços			Quantidade de Incidentes			Indicador		
Cliente	Janeiro	Fevereiro (*)	Março	Janeiro	Fevereiro	Março	Atendido Acumulado	Esperado (Trimestre)	Resultado do Trimestre de Referência (4º Trimestre / 2012)
RFB	63	52	52	9	14	4	0,49	0,30	0,33
PGFN	-	11	11	-	0	0	0,00	0,30	0,33
MPS	18	18	18	11	15	15	2,28	1,43	1,59
INSS	156	156	156	54	95	110	1,66	1,74	1,93
PREVIC	10	10	10	9	15	5	2,90	3,51	3,90
DATAPREV (Internos)	5	5	5	1	2	9	2,40	2,16	2,40
MTE	8	8	8	15	13	35	7,88	16,99	18,88
Total	**260**	**260**	**260**	**99**	**154**	**178**	**1,66**	1,91	2,13

Quantidade de Incidentes (referência – 4º trimestre 2012)	**551**
META – 1º trimestre 2013 (Qtde Incidentes ≤)	**496**
Atendido Acumulado – 1º trimestre 2013 (Qtde Incidentes)	**431**

(*) Quantitativo de serviços alterado a partir de Fevereiro, em virtude da assinatura do Contrato RFB nº 012/2013, que passou a não agregar mais os serviços do PGFN.

O valor para o IDC/AF no trimestre é 7,3

Percentual de Alcance:

AF= 7,3
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(7,3 - 0,0) \times 100}{(10,0 - 0,0)}$$, logo: **PA = 73,00%**

IDC-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 10 (dez)
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 0 (zero)

Resultado

IDC/AM - Desafios para o Primeiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Implantar modelo de gestão predial no Cosme Velho e em Brasília.	2,0
D2 – Definir e divulgar portfólio de soluções gerenciadas pela área de TIC interna.	2,0
D3 – Implantar novo modelo de manutenção predial em SP.	1,0
D4 – Contratar projeto de reforma predial de SP.	1,0
D5 – Implantar a representação da DPE em todas as Diretorias.	2,0
D6 - Identificar, redefinir e padronizar os fluxos dos processos relacionados aos serviços operacionais de gestão de pessoas.	2

Os desafios D1, D2, D3 e D5 foram alcançados.

Os desafios D4 e D6 não foram alcançados

O desafio D4: A referida contratação não ocorreu no prazo previsto. A CGCJ solicitou ajustes no Termo de Referência, estando o processo em fase interna da licitação.

O valor para o IDC/AM no trimestre é 7,0

Percentual de Alcance:

AF = 7,0
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(7{,}0 - 0{,}0) \times 100}{(10{,}0 - 0{,}0)}$$, logo **PA = 70%**

IDC-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (janeiro, fevereiro e março): 10 (dez)
Alcance Inicial (janeiro, fevereiro e março): 0 (zero)
Resultado

IDC/AT - Desafios para o Primeiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Atingir no Índice de Solução na Central de Serviços – ISCS o percentual de 94%.	1,0
D2 – Atingir o percentual de 96% das ocorrências atendidas no ISCS com tempo menor que 24 horas.	1,0
D3 – Atingir no Índice de Reclamações Recebidas – IRR o percentual de 2,50%.	2,0
D4 – Executar 100% das ações definidas no cronograma de implantação do domínio GOV no INSS, com data definida até 31/03/2013.	2,0
D5 – Atingir no Índice de Demanda Atendida – IDA o percentual de 100%.	2,0
D6 - Resolver 100% dos apontamentos da auditoria interna pendentes, com prazo para atendimento até 31/03/2013, sob responsabilidade da SUAT, suas Coordenações e Unidades Regionais.	2,0

O desafio D1, D2, D3, D4 e D6 foram alcançados. O desafio D5 não foi alcançado.

Desafio D5: Resultado final do desafio: 99,42%

O valor para o IDC/AT no trimestre é 8,0.

Percentual de Alcance:

AF = 8,0
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(8{,}0 - 0{,}0) \times 100}{(10{,}0 - 0{,}0)}$$, logo **PA = 80%**

Segundo Trimestre:

Obs: ***RS3229/2013*** *estabeleceu como indicadores empresariais exclusivamente o IRC e IDC.*

IRC

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 98,50%
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 90,77%

Resultado

O cálculo do IRC é realizado mensalmente e seu resultado apresentado por trimestre. Considera-se cumulativamente a razão entre os valores efetivamente cobrados e os valores previstos mensalmente pelos contratos. O resultado obtido representa a porcentagem geral de realização dos contratos nos meses analisados. É importante observar que as realizações acima do esperado de alguns contratos compensam aqueles com execução abaixo da média mensal. O IRC apurado no último mês do trimestre estabelece o resultado deste indicador para o período, observando que seu cálculo é realizado considerando os valores realizados no trimestre.

Na competência de Junho de 2013, os serviços prestados aos clientes que possuem previsão de realização para o período em análise totalizaram R$ 103.000.880,67 (Cento e três milhões, oitocentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos).

O cliente INSS, responsável por 52,16% da realização total da empresa, executou R$ 56.334.828,61 (Cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) neste mês. Este valor está 6,17% acima da meta mensal do cliente e foi resultado direto do lançamento de execução de demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas, bem como de outros serviços sob demanda.

O grupo de Empréstimos Consignados apresentou o maior valor de execução após o cliente INSS, com resultado de R$ 18.522.116,20 (Dezoito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, cento e dezesseis reais e vinte centavos), finalizando o mês com 5,84% acima do previsto.

O contrato RFB 012/2013 apresentou faturamento de R$ 13.455.025,45 (Treze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), alcançando 96,11% do valor previsto. A presente competência é a primeira com execução do contrato PGFN 004/2013 com execução inicial no valor de R$ 2.789.808,53 (Dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oito reais e cinquenta e três centavos), o qual deverá aumentar nas próximas competências em que o período de apuração será completo. O contrato MPS 039/2008 – 6º Termo Aditivo teve execução inferior aos meses anteriores, atingindo apenas 70,67% de sua previsão na competência.

A competência de junho marca o encerramento do 5º Termo Aditivo do contrato 011/2010 da PREVIC, realizando-se o valor de R$ 875.178,75 (Oitocentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos). O contrato MTE 025/2011 – 1º TA executou neste mês o total de R$ 30.168,45 (Trinta mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), representando apenas 4,75% da previsão mensal. Já o contrato MTE 019/2012 atingiu 89,55% da previsão, com realização de R$ 9.804.514,16 (Nove milhões, oitocentos e quatro mil, quinhentos e catorze reais e dezesseis centavos).
O grupo de Identificação de óbitos apresentou execução de 106,64% do valor previsto, somando R$ 213.281,86 (Duzentos e treze mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos). O

contrato MPOG 045/2012 executou R$ 128.927,54 (Cento e vinte e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos), encerrando o trimestre com todas as competências acima da previsão mensal.

O IRC final obtido no mês de Junho foi de 98,59%, portanto 0,09% acima da meta estabelecida (98,50%) pela DATAPREV (Resolução 3.230/2013). Este resultado aponta a melhora frente aos resultados de 97,30% e 97,25% obtidos em Abril e Maio, respectivamente. Observa-se que houve revisão dos valores previstos e executados para todos os contratos, razão pela qual há diferença frente aos valores parciais enviados em Abril e Maio.

Percentual de Alcance:

AF= 98,59 PA = (98,59 – 90,77) x 100, logo: **PA = 100%**
AI = 90,77 (98,50 – 90,77)
ME = 98,50

Quadro de Previsão Contratual

Contratos	Previsto Contratual (PC)			
	Abril	Maio	Junho	Total
INSS - Contrato nº 106/2012	53.060.122,85	53.060.122,85	53.060.122,85	159.180.368,55
Empréstimos Consignados	17.500.000,00	17.500.000,00	17.500.000,00	52.500.000,00
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º Termo Aditivo	1.198.572,60	1.198.572,60	1.198.572,60	3.595.717,80
Identificação de Óbitos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	600.000,00
MTE – Contrato nº 25/2011 – 1º Termo Aditivo	635.468,64	635.468,64	635.468,64	1.906.405,92
PREVIC - Contrato nº 11/2010 – 5º Termo Aditivo	1.096.908,41	1.096.908,41	899.464,90	3.093.281,72
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	10.948.195,13	10.948.195,13	10.948.195,13	32.844.585,39
Proposta Comercial n° 57/2012	3.099.787,25	3.409.765,98	-	6.509.553,23
MPOG – 045/2012	111.248,00	111.248,00	111.248,00	333.744,00
RFB – Contrato nº 12/2013	13.998.966,81	13.998.966,81	13.998.966,81	41.996.900,43
PGFN – Contrato nº 04/2013	-	-	3.157.700,78	3.157.700,78
Total PC	**101.849.269,69**	**102.159.248,42**	**101.709.739,71**	**305.718.257,82**

Quadro de Realização Contratual

Contratos	Realização Contratual (RC)			
	Abril	Maio	Junho	Total
INSS - Contrato nº 106/2012	51.094.638,34	51.288.811,01	56.334.828,61	**158.718.277,96**
Empréstimos Consignados	18.160.788,10	18.361.856,10	18.522.116,20	**55.044.760,40**
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º Termo Aditivo	891.169,28	1.064.004,38	847.031,13	**2.802.204,78**
Identificação de Óbitos	203.708,17	205.139,10	213.281,86	**622.129,13**
MTE – Contrato nº 25/2011 – 1º Termo Aditivo	144.181,02	426.982,45	30.168,45	**601.331,91**
PREVIC - Contrato nº 11/2010 – 5º Termo Aditivo	1.068.218,81	1.067.736,20	875.178,75	**3.011.133,76**
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	10.495.241,22	9.841.847,92	9.804.514,16	**30.141.603,30**
Proposta Comercial n° 57/2012	3.099.787,25	3.409.765,98	-	**6.509.553,23**
MPOG – 045/2012	444.574,08	288.644,10	128.927,54	**862.145,72**
RFB – Contrato nº 12/2013	13.493.671,20	13.351.582,11	13.455.025,45	**40.300.278,75**
PGFN – Contrato nº 04/2013	-	-	2.789.808,53	**2.789.808,53**
Total RC	**99.095.977,46**	**99.306.369,34**	**103.000.880,67**	**301.403.227,47**

IDC (Corporativo)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 10 (dez)
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 0 (zero)

Resultado

IDC (Corporativo) Desafios para o Segundo Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Disponibilizar os indicadores IFTP, ILG, NUCPD, TMA no painel de indicadores definitivo.	4,0
D2 – Publicar a versão revisada do Manual de Segurança da Informação e Comunicação (SIC)	2,0
D3 – Disponibilizar ferramenta para o cadastramento dos empregados ativos, no Banco de Talentos.	4,0

Os desafios D2 e D3 foram atendidos. O desafio D1 não foi alcançado.

Desafio D1: foram entregues os indicadores IFTP e ILG para homologação e será colocado em produção no final de julho.

O valor para o IDC (corporativo) no trimestre é igual a 6,0 (seis).

Percentual de Alcance:

AF= 6,0 PA = (6,0 – 0,0) x 100, logo: **PA = 60,00%**
AI = 0,0 (10,0 – 0,0)
ME = 10,0

PMDFT-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 95,75%
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT – AF do 2º trimestre/2013 foi de 94,71%, ficando abaixo da meta em 1,04 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF= 94,71 PA = (94,71– 88,60) x 100, logo: **PA = 85,46%**
AI = 88,60 (95,75 – 88,60)
ME = 95,75

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 09/07/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	**111**	**126**	**100**	**337**
Auxílio Doença	**567**	**554**	**617**	**1.738**
Licença Médica até 15 dias	**356**	**475**	**323**	**1.154**
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	**337**	**333**	**570**	**1.240**
Faltas Justificadas	**1.371**	**1.488**	**1.610**	**4.469**
Faltas Abonadas	**209**	**140**	**656**	**1.005**
Faltas Não Justificadas	**27**	**35**	**45**	**107**
TDA Mensal	**1.607**	**1.663**	**2.311**	**5.581**
THD Mensal	**34.923**	**35.208**	**35.341**	**105.472**
PMDFT- AF	**95,40**	**95,28**	**93,46**	**94,71**

PMDFT-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 95,75%
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT – AM do 2º trimestre/2013 foi de 94,46%, ficando abaixo da meta em 1,29 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF= 94,46 PA = (94,46 – 88,60) x 100, logo: **PA = 81,96%**
AI = 88,60 (95,75 – 88,60)
ME = 95,75

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 09/07/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	14	0	0	14
Auxílio Doença	321	321	321	963
Licença Médica até 15 dias	105	105	105	315
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	79	154	154	387
Faltas Justificadas	519	580	580	1.679
Faltas Abonadas	71	56	185	312
Faltas Não Justificadas	11	23	23	57
TDA Mensal	601	659	788	2.048
THD Mensal	12.166	12.261	12.546	36.973
PMDFT- AM	95,06	94,63	93,72	94,46

PMDFT-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 95,75%
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT – AT do 2º trimestre/2013 foi de 93,44%, ficando abaixo da meta em 2,31 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF= 93,44 PA = (93,44 – 88,60) x 100, logo: **PA = 67,70%**
AI = 88,60 (95,75 – 88,60)
ME = 95,75

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 09/07/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	38	21	32	91
Auxílio Doença	675	774	806	2.255
Licença Médica até 15 dias	357	371	337	1.065
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	125	122	176	423
Faltas Justificadas	1.195	1.288	1.351	3.834
Faltas Abonadas	110	81	142	333
Outras Faltas	19	25	9	53
TDA Mensal	1.324	1.394	1.502	4.220
THD Mensal	21.447	21.428	21.428	64.303
PMDFT-AT	93,83	93,49	92,99	93,44

TMA

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 17,25h
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 38h

Resultado

Tempo Médio de Atendimento – TMA							
Abril		Maio		Junho		Final[1]	
Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA
21.577	14,45h	22.048	14,35h	18.341	16,02h	61.966	14,88h

[1] As quantidades de chamados inseridos nas tabelas representam os valores de chamados do indicador e não o total de chamados da Central de Serviços.

[2] Todos os indicadores são calculados no 5º dia do mês subsequente ao do fechamento das ocorrências.

Percentual de Alcance:

AF= 14,88 PA = (14,88 – 38,00) x 100, logo: **PA = 100%**
AI = 38,00 (17,25 – 38,00)
ME = 17,25h

IDC-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 08 (oito) (Meta alterada pela Resolução 3259/2013)
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 0 (zero)

Resultado

IDC/AF Desafios para o Segundo Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Obter 98% das RDMs de produção no trimestre com preenchimento de FAL (Formulário de Atesto e Liberação).	0,5
D2 – Reduzir em 15% o nº de incidentes dos serviços prestados pela Dataprev tendo como base quantidade de incidentes do 4º trimestre/2012 (inclui todos os serviços e todos os incidentes incluindo lentidão, instabilidade, indisponibilidade parcial).	0,5
D3 – Implementar monitoramento para CNIS/SIBE.	0,2
D4 – Implementar novo monitoramento para RFB Migrado/MTE.	0,2
D5 – Implementar os módulos ITCM (*IT Client Management*) e PAM (*Process Automation Manager*) da nova ferramenta de Gestão de TIC.	0,2
D6 – Provisionar a infraestrutura para validação do modelo da arquitetura de referência para alta disponibilidade *Postgresql*.	0,2
D7 – Definir arquitetura de referência para Dados Abertos.	0,25
D8 – Implantar 3 funcionalidades do Sistema de Dados Corporativos – SDC no barramento de serviços em ambiente de desenvolvimento.	0,25
D9 – Implantar em produção o novo sistema de Ouvidoria da Previdência Social – SOUWeb v2.	0,3
D10 – Disponibilizar em ambiente de homologação a versão do SIBE BI (Benefício por Incapacidade) para expansão nacional.	2,0
D11 – Disponibilizar para homologação a 4ª entrega do ECO: seis funcionalidades de contratos.	0,5
D12 – Disponibilizar em ambiente de homologação o conjunto de oito rubricas do SIBE II – renda mensal, imposto de renda, arredondamento do crédito, complemento de acompanhante, consignação com INSS, consignação com entidade de classes, proporcionalidade mensal e salário-família.	0,5
D13 – Disponibilizar em ambiente de produção o SIRC utilizando GERID.	0,2
D14 – Homologar o módulo III do SISGPEP.	0,5
D15 – Aumentar o conceito da qualidade dos projetos CAGED V3, CNISPF e SE, COBRANCA, GC V2, GERPESQ, IMO V3, SGPE V2, SIACI V4 e SRPPS.	0,2
D16 – Implantação efetiva dos Sistemas Migrados da RFB/PGFN no *mainframe* MV2	2,0
D17 – Desativar as rotinas online no *mainframe* CV2	0,5
D18 – Implantar módulo Gestão de Patrimônio do CODEFAT (SIMPAT/SIGOC).	0,5
D19 – Implantar o SISAGE em quinze Unidades da Federação.	0,3
D20 – Implantar alta disponibilidade de dados do MTE.	0,2

Os desafios D3, D4, D5, D6, D7, D8, D10, D11, D13, D14, D15, D18 e D20 foram atendidos. Os desafios D1, D2, D9, D12, D17 e D19 não foram alcançados. O desafio D16 foi excluido. O valor para o IDC-AF no trimestre é igual a 5,4 (cinco vírgula quatro).

Desafio D1:O resultado não foi suficiente para alcançar a meta estabelecida uma vez que foram preenchidos 2.196 FALs das 2.523 RDMs existentes no trimestre, o que corresponde a 87,03% do total. Vide Nota 1.

Desafio D2: O resultado não foi suficiente para alcançar a meta estabelecida. Ver tabela de Apuração de Incidentes abaixo.

Desafio D9:O Cliente ainda não formalizou o aceite da especificação da Solicitação de Mudança (SM01). Não houve liberação dos ambientes de homologação e produção do GERID.

Desafio D12:Houve mudança no escopo e a versão 1.0 liberada, disponibiliza um conjunto de rubricas diferente do especificado no desafio em pauta.

Desafio D16: Excluído pela RS 3259/13.

Desafio D17: Os testes de desempenho dos serviços de acessos aos bancos CNISPF e CNISPJ ainda estão em andamento

Desafio D19: Não há pendência da Dataprev para o cumprimento do desafio. A expansão do SISAGE depende de uma estratégia de implantação do Cliente.

Nota 1: RDMs de Produção no Trimestre com Preenchimento de FAL – 2º Trimestre / 2013

Desafio D1

Indicador					
Período	Com Fal		Sem Fal		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Abril	741	91,7	67	8,3	808
Maio	805	87,5	115	12,5	920
Junho	650	81,76	145	18,24	795
Total	2196	87,03	327	12,97	2523
Indicador	87,03				

Apuração de Incidentes – 2º Trimestre / 2013
Desafio D2

	Quantidade de serviços			Quantidade de Incidentes			Indicador		
Cliente	Abril	Maio	Junho	Abril	Maio	Junho	Atendido Acumulado	Esperado (Trimestre)	Resultado do Trimestre de Referência (4º Trimestre / 2012)
RFB	52	52	52	61	17	9	1,67	0,28	0,33
PGFN	11	11	21	19	0	1	1,77	0,28	0,33
MPS	18	18	20	13	12	22	2,49	1,35	1,59
INSS	156	156	154	127	58	73	1,66	1,64	1,93
PREVIC	10	10	10	5	12	5	2,20	3,32	3,90
DATAPREV (Internos)	5	5	5	2	2	1	1,00	2,04	2,40
MTE	8	8	8	30	22	26	9,75	16,04	18,88
Total	260	260	270	257	123	137	1,97	1,81	2,13

Quantidade de Incidentes (referência – 4º trimestre 2012)	551
META – 2º trimestre 2013 (Qtde Incidentes ≤)	468
Atendido Acumulado – 2º trimestre 2013 (Qtde Incidentes)	517

O valor para o IDC-AF no trimestre é igual a 5,4 (cinco vírgula quatro).

Percentual de Alcance:

AF= 5,4 PA = $\frac{(5,4 – 0,0) \times 100}{(8,0 – 0,0)}$, logo: **PA = 67,50%**

AI = 0,0

ME = 8,0

IDC-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 10 (dez)

Alcance Inicial (abril, maio e junho): 0 (zero)

Resultados

IDC/AM - Desafios para o Segundo Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Publicar as regras para o processo de Progressão de 2013.	1,2
D2 – Validar o Plano de Capacitação 2013.	1,5
D3 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/PE.	0,3
D4 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/CE.	0,3
D5 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/Álvaro Rodrigues.	0,3
D6 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/RS.	0,3
D7 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/ES.	0,3
D8 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev/GO.	0,3
D9 – URMS em pleno funcionamento em novo imóvel.	1,0
D10 – Instalar infraestrutura de banco de dados do painel de controle definitivo.	1,0
D11 – Contratação da solução definitiva (software) de avaliação de desempenho.	1,5
D12 – Validar a definição da visão futura da DFS (uma etapa do trabalho com a consultoria contratada).	1,0
D13 – Substituir pelo menos 500 desktops por equipamentos novos.	0,5
D14 – Disponibilizar pelo menos 80 ultrabooks.	0,5

Os desafios D1, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9, D10, D12 e D13 foram alcançados. O desafio D2 não foi alcançado. Os desafios D11 e D14 foram excluídos.

Desafio D11 e D14: Excluídos pela Resolução 3259/2013.

O valor para o IDC-AM no trimestre é igual a 6,5 (oito).

Percentual de Alcance:

AF= 8,0
AI = 0,0
ME = 8,0

$$PA = \frac{(6,5 - 0,0) \times 100}{(8,0 - 0,0)}$$, logo: **PA = 81,25%**

IDC-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (abril, maio e junho): 10 (dez)
Alcance Inicial (abril, maio e junho): 0 (zero)

Resultado

IDC/AT - Desafios para o Segundo Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Atingir no Índice de Solução na Central de Serviços – ISCS o percentual de 95,0%.	2,0
D2 – Atingir o percentual de 96,5% das ocorrências atendidas no ISCS com tempo menor que 24 horas.	2,0
D3 – Atingir no Índice de Reclamações Recebidas – IRR o percentual de 2,25%.	2,0
D4 – Atingir no Índice de Demanda Atendida – IDA o percentual de 100%.	2,0
D5 – Resolver 100% dos apontamentos da auditoria interna pendentes, com prazo para atendimento até 31/06/2013, sob responsabilidade da SUAT, suas Coordenações e Unidades Regionais.	2,0

Os desafios D1, D2, D3 e D5 foram alcançados. O desafio D4 não foi alcançado.

Desafio D4: A meta está sendo prejudicada por conta do *backlog* (praticamente inexistente) e da entrada de ocorrências que não são resolvidas até o 5º dia útil, quando o relatório é emitido. Existe a necessidade de revisão dos 100% de atingimento, o que está deixando a meta no limite.

O valor para o IDC-AT no trimestre é igual a 8,0 (oito).

Percentual de Alcance:

AF= 8,0
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(8,0 - 0,0) \times 100}{(10,0 - 0,0)}$$, logo: **PA = 80,00%**

Terceiro Trimestre:

IRC

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 99,00%
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 90,77%

Resultado

O cálculo do IRC é realizado mensalmente e seu resultado apresentado por trimestre. Considera-se cumulativamente a razão entre os valores efetivamente cobrados e os valores previstos mensalmente pelos contratos. O resultado obtido representa a porcentagem geral de realização dos contratos nos meses analisados. É importante observar que as realizações acima do esperado de alguns contratos compensam aqueles com execução abaixo da média mensal. O IRC apurado no último mês do trimestre estabelece o resultado deste indicador para o período, observando que seu cálculo é realizado considerando os valores realizados no trimestre.

Na competência de Setembro de 2013, os serviços prestados aos clientes que possuem previsão de realização para o período em análise totalizaram R$ 100.411.185,72 (Cem milhões, quatrocentos e onze mil, cento e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

O cliente INSS, responsável por 52,09% desta realização, executou R$ 52.304.552,28 (Cinquenta e dois milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos) neste mês. Isoladamente, este resultado é 0,42% menor que a meta de 99% estabelecida pela Dataprev (Resolução 3.250/2013).

O grupo de Empréstimos Consignados apresentou o maior valor de execução após o cliente INSS, com resultado de R$ 18.735.448,75 (Dezoito milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), finalizando o mês com 3,19% acima do previsto.

O contrato RFB 012/2013 apresentou realização de R$ 13.475.769,13 (Treze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e treze centavos), alcançando 96,26% do valor previsto. O contrato PGFN 004/2013 alcançou execução de R$ 3.099.787,25 (Três milhões, noventa e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), representando 88,35% da previsão mensal. Já o contrato MTE 019/2012 atingiu 94,59% da previsão, com realização de R$ 10.355.431,30 (Dez milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e trinta centavos).

O 8º Termo Aditivo do contrato MPS 039/2008 atingiu apenas 75,20% de sua previsão nesta primeira competência apurada para o mesmo. O contrato PREVIC 012/2012, referente à disponibilização de sistemas, realizou R$ 1.119.849,72 (Um milhão, cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), alcançando 100% de sua previsão. Já o contrato PREVIC 013/2013, relacionado aos serviços, realizou 42,28% do previsto.

O grupo de Identificação de óbitos apresentou execução 123,98% do valor previsto, somando R$ 247.958,75 (Duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos). O contrato MPOG 045/2012 executou R$ 251.535,36 (Duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), alcançando resultado superior ao previsto.

O IRC final obtido no 3º trimestre foi de 96,71%, portanto 2,29% abaixo da meta estabelecida (99,00%) pela Dataprev (Resolução 3.250/2013). Em comparação ao IRC do 2º trimestre, observa-se¨que a resultado foi inferior em razão, sobretudo, da redução no valor total executado e da elevação de receita esperada no período.

Quadro de Previsão Contratual

Contratos	Previsto Contratual (PC)			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
INSS - Contrato nº 106/2012	53.060.122,85	53.060.122,85	53.060.122,85	**159.180.368,55**
Empréstimos Consignados	18.333.333,33	18.333.333,33	18.333.333,33	**54.999.999,99**
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º e 8º Termo Aditivo	1.084.355,69	1.084.355,69	1.084.355,69	**3.253.067,07**
Identificação de Óbitos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	**600.000,00**
PREVIC - Contrato nº 12/2013	1.119.849,72	1.119.849,72	1.119.849,72	**3.359.549,16**
PREVIC - Contrato nº 13/2013	12.774,39	12.774,39	12.774,39	**38.323,17**
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	10.948.195,13	10.948.195,13	10.948.195,13	**32.844.585,39**
MTE – Contrato nº 25/2011 – 2º Termo Aditivo	646.449,54	646.449,54	646.449,54	**1.939.348,62**
MPOG – 045/2012	111.248,00	111.248,00	111.248,00	**333.744,00**
RFB – Contrato nº 12/2013	13.998.966,81	13.998.966,81	13.998.966,81	**41.996.900,43**
PGFN – Contrato nº 04/2013	3.508.556,42	3.508.556,42	3.508.556,42	**10.525.669,26**
Total PC	**103.023.851,88**	**103.023.851,88**	**103.023.851,88**	**309.071.555,64**

Quadro de Realização Contratual

Contratos	Realização Contratual (RC)			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
INSS - Contrato nº 106/2012	51.246.163,94	51.588.206,23	52.304.552,28	**155.138.922,45**
Empréstimos Consignados	19.208.291,50	18.569.480,15	18.735.448,75	**56.513.220,40**
MPS - Contrato nº 039/2008 – 6º e 8º Termo Aditivo	739.448,54	800.749,47	815.451,98	**2.355.650,00**
Identificação de Óbitos	236.212,48	218.461,24	247.958,75	**702.632,47**
PREVIC - Contrato nº 12/2013	1.119.849,72	1.119.849,72	1.119.849,72	**3.359.549,16**
PREVIC - Contrato nº 13/2013	5.315,25	5.372,55	5.401,20	**16.089,00**
MTE – Contrato nº 19/2012 – 1º Termo Aditivo	9.747.608,52	10.497.955,70	10.355.431,30	**30.600.995,52**
MTE – Contrato nº 25/2011 – 2º Termo Aditivo	19.011,25	0,00	0,00	**19.011,25**
MPOG – 045/2012	174.654,08	285.823,76	251.535,36	**712.013,20**
RFB – Contrato nº 12/2013	13.381.014,04	13.332.607,12	13.475.769,13	**40.189.390,29**
PGFN – Contrato nº 04/2013	3.099.787,25	3.103.544,41	3.099.787,25	**9.303.118,91**
Total RC	**98.977.356,57**	**99.522.050,36**	**100.411.185,72**	**298.910.592,65**

Percentual de Alcance:

AF= 96,71

AI = 90,77

ME = 99,00

$$PA = \frac{(96,71 - 90,77) \times 100}{(99,00 - 90,77)}$$, logo: **PA = 72,18%**

IDC (Corporativo)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 10 (dez)

Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 0 (zero)

Resultado

Desafios para o Terceiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Aplicar o novo modelo do Programa de Ambientação para todos os novos empregados, transformando a prática em rotina.	1,0
D2 – Concluir a etapa de planejamento do processo de avaliação de desempenho.	2,0
D3 – Disponibilizar, no mínimo, três indicadores novos no Painel de Indicadores Corporativos.	1,5
D4 – Incluir, no Painel de Indicadores Corporativos, meios de apresentação das análises de indicadores.	1,5
D5 – Executar o primeiro *moving* para a nova Sala-cofre do CPSP.	3,0
D6 – Povoar 100% das informações declaratórias dos empregados ativos no Banco de Talentos.	1,0

Os desafios D1, D2, D3, D4, D5 e D6 foram atendidos.

O valor para o IDC (corporativo) no trimestre é igual a 10,0 (dez).

Percentual de Alcance:

AF= 10,0
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(10,0 - 0,0) \times 100}{(10,0 - 0,0)}$$, logo: **PA = 100,00%**

PMDFT-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 95,75%
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT–AF do 3º trimestre de 2013 foi de 95,47%, ficando abaixo da meta em 0,28 ponto percentual.

Percentual de Alcance:

AF= 95,47
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(95,47 - 88,60) \times 100}{(95,75 - 88,60)}$$, logo: **PA = 96,08%**

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 04/10/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	**73**	**45**	**22**	**140**
Auxílio Doença	**580**	**741**	**748**	**2.069**
Licença Médica até 15 dias	**352**	**403**	**454**	**1.209**
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	**326**	**305**	**319**	**950**
Faltas Justificadas	**1.331**	**1.494**	**1.543**	**4.368**
Faltas Abonadas	**131**	**145**	**177**	**453**
Faltas Não Justificadas	**52**	**15**	**10**	**77**
TDA Mensal	**1.514**	**1.654**	**1.730**	**4.898**
THD Mensal	**36.157**	**35.981**	**35.981**	**108.120**
PMDFT- AF	**95,81**	**95,40**	**95,19**	**95,47**

PMDFT-AF (Área Meio)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 95,75%
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 88,60%

Resultado

O resultado do PMDFT–AM do 3º trimestre de 2013 foi de 94,67%, ficando abaixo da meta em 1,81 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF= 94,67
AI = 88,60
ME = 95,75

PA = (94,67 – 88,60) x 100, logo: **PA = 84,90%**
(95,75 – 88,60)

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 04/10/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	-	-	10	10
Auxílio-doença	336	349	340	1.025
Licença Médica até 15 dias	146	149	146	441
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	66	103	136	305
Faltas Justificadas	548	601	632	1.781
Faltas Abonadas	30	55	46	131
Faltas Não Justificadas	26	30	31	87
TDA Mensal	604	686	709	1.999
THD Mensal	12.527	12.450	12.563	37.540
PMDFT- AF	95,18	94,49	94,36	94,67

PMDFT-AF (Atendimento)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 95,75%
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 88,60%

O resultado do PMDFT – AT do 3º trimestre de 2013 foi de 93,72%, ficando abaixo da meta em 2,03 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF= 93,72
AI = 88,60
ME = 95,75

PA = (93,72 – 88,60) x 100, logo: **PA = 71,61%**
(95,75 – 88,60)

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 04/10/2013)

VARIÁVEIS	TDA			
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	63	43	43	149
Auxílio-doença	698	700	725	2.123
Licença Médica até 15 dias	303	302	323	928
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	132	127	153	412
Faltas Justificadas	1.196	1.172	1.244	3.612
Faltas Abonadas	97	162	122	381
Outras Faltas	9	9	2	20
TDA Mensal	1.302	1.343	1.368	4.013
THD Mensal	21.504	21.225	21.206	63.935
PMDFT- AF	93,95	93,67	93,55	93,72

TMA

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 17h
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 38h

Resultado

Tempo Médio de Atendimento – TMA							
Julho		Agosto		Setembro		Final[1]	
Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA	Quant[2]	TMA
21.214	16,55h	20.111	16,64h	20.531	15,14h	60.587	16,11h

[1] As quantidades de chamados inseridos nas tabelas representam os valores de chamados do indicador e não o total de chamados da Central de Serviços.

[2] Todos os indicadores são calculados no 5º dia do mês subsequente ao do fechamento das ocorrências.

Percentual de Alcance:

AF= 16,11
AI = 38,00
Meta = 17h

$$PA = \frac{(16{,}11 - 38{,}00) \times 100}{(17 - 38{,}00)}$$, logo: **PA = 100%**

IDC-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 10 (dez)
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 0 (zero)

Resultado:

Desafios para o Terceiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Implantar, em piloto, o Subprocesso de Relacionamento do Processo de Negócio PN-Dataprev.	0,3
D2 – Disponibilizar em ambiente de homologação a entrega 2 do módulo Fase de Planejamento do Subsistemas de Avaliação de Desempenho – SIGEPE.	0,3
D3 – Disponibilizar a Solução Service Oriented Architecture – SOA, em ambiente de produção, para o Sistema de Dados Corporativos – SDC e Extrato CNIS.	0,5
D4 – Obter 100% das RDM do ambiente de Homologação preenchidas e geridas pela nova Solução Gestão de Tl.	0,5
D5 – Obter 98% das RDM de produção no trimestre com preenchimento de FAL (Formulário de Atesto e Liberação).	0,5
D6 – Reduzir em 20 % o nº de incidentes dos serviços prestados pela Dataprev tendo como base quantidade de incidentes do 4º trimestre/2012 (inclui todos os serviços e todos os incidentes incluindo lentidão, instabilidade, indisponibilidade parcial).	0,5
D7 – Implantar o contingenciamento de dados de produção do MTE no CPSP.	0,5
D8 – Realizar a atualização tecnológica de 30 ativos de hardware ou software.	0,5
D9 – Atender a demanda de qualificação de dados para o eSocial.	0,2
D10 – Disponibilizar os dados e infraestrutura para início das análises do Projeto Big Data – Perícias Médicas.	0,3
D11 – Implantar a demanda para integração do sistema DIVIDA (Dataprev) com o sistema SAJ (PGFN).	0,2
D12 – Resolver os *mantis* e *interfaces* dos Sistemas Migrados do MV2 para uso da RFB/PGFN.	1,5
D13 – Concluir especificação técnica da integração dos processos do IMO e PNQ com o PRONATEC.	0,5
D14 – Implantar Painel de Monitoramento SPPE com dados de 2013.	0,2
D15 – Disponibilizar em ambiente de homologação PUC 11.	0,3
D16 – Disponibilizar em ambiente de homologação o CADSERV.	0,2
D17 – Desativar rotinas on-line no mainframe CV2.	0,7
D18 – Implantar o SISAGE em 15 Unidades da Federação.	0,5
D19 – Disponibilizar em ambiente de homologação a Versão 1 de cálculos da folha com o conjunto de rubricas: Mensalidade reajustada, salário-família, décimo terceiro, complemento de acompanhante, arredondamento, imposto de renda – SIBE II.	0,3
D20 – Implantar o sistema C3 com as funcionalidades de validação e acompanhamento de contratos – Empréstimo Consignado.	0,5

D21 – Aumentar o conceito da qualidade dos projetos SIBE II-BDCRED, SIBE II-GERCRED, PARCWEB-PGFN, SCAI V2, SRPPS, Implantação SINPAT, CNIS EXTRATOTOV C4, CNIS SIBE Implantação, DIGITALIZA e SRPPS INFORME Demanda, de D e E para C.	0,5
D22 – Implantar em ambiente de produção a versão do Portal CNIS/SIBE com BI (Benefício por Incapacidade).	0,5

Os desafios D1, D2, D3, D4, D5, D7, D8, D10, D11, D13, D14, D15, D16, D17, D20 e D21 foram atendidos. Os desafios D6, D9, D12, D18, D19 e D22 não foram alcançados.

O valor para o IDC-AF no trimestre é igual a 6,5 (seis vírgula cinco).

Desafio D6: O resultado não foi suficiente para alcançar a meta estabelecida. Ver nota 2 abaixo.

Desafio D9: O não cumprimento foi ocasionado por um atraso no processamento de extração e carga (ETL) dos dados da GFIP e CNIS-PF.

Desafio D12: Os Mantis de desempenho dos sistemas migrados não foram resolvidos no prazo.

Desafio D18: A nova versão do sistema SIGMA, que considera a integração das informações do SISAGE, foi concluída no início do mês de outubro e a previsão de data para homologação pelo cliente é 14/10/13. A expansão do SISAGE se dará após implantação da nova versão do SIGMA.

Desafio D19; Em função da falta de espaço do mainframe DTPRJCV3, da falta de espaço em disco no ambiente de plataforma baixa e das divergências nas versões de banco de dados entre os ambientes, não foi possível o cumprimento deste desafio.

Desafio D22: A nova versão do Portal SIBE BI contemplando as alterações para início do processo de expansão e consequente desativação do SABI foi concluída em 05/10/13. A data prevista para implantação no ambiente de produção é 11/10/13.

Nota 1: RDMs de Produção no Trimestre com Preenchimento de FAL – Jul, Ago e Set2013
Desafio D5

Requisição de Mudança					
Período	Com FAL		Sem FAL		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Julho	821	100	0	0	821
Agosto	924	100	0	0	924
Setembro	928	99,57	4	0,43	932
Total	2673	99,85	4	0,15	2677
Indicador	**99,85%**				

Nota 2: Apuração de Incidentes – 3o Trimestre/2013
Desafio D6

	Quantidade de serviços			Quantidade de Incidentes			Indicador		
Cliente	**Julho**	**Agosto**	**Setembro (*)**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Atendido Acumulado**	**Esperado (Trimestre)**	**Resultado do Trimestre de Referência (4º Trimestre / 2012)**
RFB	52	52	52	17	12	13	0,81	0,27	0,33
PGFN	21	21	21	1	0	0	0,05	0,27	0,33
MPS	20	20	20	14	13	11	1,90	1,27	1,59
INSS	154	154	155	71	113	108	1,89	1,54	1,93
PREVIC	29	29	29	48	13	23	2,90	3,12	3,90
DATAPREV (Internos)	5	5	5	3	11	6	4,00	1,92	2,40
MTE	8	8	8	12	5	15	4,00	15,10	18,88
Total	**289**	**289**	**290**	**166**	**167**	**176**	1,76	1,70	2,13

(*) Cliente INSS – inclusão do serviço Concal – Carta de Concessão / Memória de Cálculo

Quantidade de Incidentes (referência – 4º trimestre 2012)	**551**
META – 3º trimestre 2013 (Qtde Incidentes ≤)	**441**
Atendido Acumulado – 3º trimestre 2013 (Qtde Incidentes)	**509**

Percentual de Alcance:

AF= 6,5
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(6,5 - 0,0) \times 100}{(10,0 - 0,0)}$$, logo: **PA = 65,00%**

IDC-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 8,8 (oito vírgula oito)
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 0 (zero)

Resultado:

Desafios para o Terceiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Ampliar o Programa de Acompanhamento de Empregado Afastado e Retorno Laborativo para, no mínimo, 50% do contingente de empregados afastados.	1,5
D2 – Implementar o processo de avaliação dos candidatos aprovados, portadores de deficiência do concurso 2012, para emissão de parecer nos termos do Decreto 3298/99.	1,5
D3 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev em Santa Catarina.	0,2
D4 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev na Paraíba.	0,2
D5 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev no Rio Grande do Norte.	0,2
D6 – Implantar o novo modelo de segurança física e patrimonial na Dataprev em Minas Gerais.	0,2
D7 – Concluir projeto de reforma do novo prédio do Ceará.	1,2
D8 – Concluir 100% da obra de reforma do imóvel da URAL.	1,2
D9 – Implantar modelo de gestão predial nas instalações da Dataprev na Paraíba e no Ceará.	0,2
D10 – Implantar modelo de gestão predial nas instalações da Dataprev no Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Maranhão e Piauí.	0,2
D11 – Implantar modelo de gestão predial nas instalações da Dataprev no Paraná, Espírito Santo e Goiás.	0,2
D12 – Internalizar o processo de sustentação do SGPe_V2 pelo DETI.	1,2
D13 – Disponibilizar sistema de rede social Piloto.	1,0
D14 – Concluir diagnóstico das áreas de finanças e logística da DFS (uma etapa do trabalho com a consultoria contratada).	1,0

Os desafios D1, D2, D3, D4, D5, D6, D9, D10, D11, D12, D13 e D14 foram alcançados.

Embora o resultado apresentado do desafio D7 não tenha sido suficiente para alcançar a meta, a pontuação para o cálculo da GVR/GCR foi contabilizada. Fatores externos e alheios a gerência da empresa foram determinantes para definir o resultado.

O desafio D8 foi excluído pela Resolução 3285/2013.

O valor para o IDC-AM no trimestre é igual a 8,8 (oito vírgula oito)

Percentual de Alcance:

AF= 8,8
AI = 0,0
ME = 8,8

$$PA = \frac{(8{,}8 - 0{,}0) \times 100}{(8{,}8 - 0{,}0)}$$, logo: **PA = 100,00%**

IDC-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (julho, agosto e setembro): 10 (dez)
Alcance Inicial (julho, agosto e setembro): 0 (zero)

Resultado:

Desafios para o Terceiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Atingir no Índice de Solução na Central de Serviços – ISCS o percentual de 95,5%.	2,0
D2 – Atingir o percentual de 97,0% das ocorrências atendidas no ISCS com tempo menor que 24 horas.	2,0
D3 – Atingir no Índice de Reclamações Recebidas – IRR o percentual de 2,0%.	2,0
D4 – Atingir no Índice de Demanda Atendida – IDA o percentual de 100%.	2,0
D5 – Resolver 100% dos apontamentos da auditoria interna pendentes, com prazo para atendimento até 30/09/2013, sob responsabilidade da SUAT, suas Coordenações e Unidades Regionais.	2,0

Os desafios D1, D2, D3 foram alcançados. O desafio D4 e D5 não foram alcançados.

O valor para o IDC-AT no trimestre é igual a 6,0 (seis).

Desafio D4: Resultado final do desafio: 99,60%.

Desafio D5: Resultado final do desafio: 94,73%INDICADORES.

Percentual de Alcance:

AF= 6,0
AI = 0,0
ME = 10,0

$$PA = \frac{(6{,}0 - 0{,}0) \times 100}{(10{,}0 - 0{,}0)}$$ logo: **PA = 60,00%**

Quarto Trimestre:

IRC

Meta do trimestre (outubro, novembro e dezembro): 99,50%
Alcance Inicial (outubro, novembro e dezembro): 90,77%

Resultado

O resultados do IRC obtido no 4º trimestre de 2013 foi de 97,82%, portanto, 1,68 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida.

O cálculo do IRC é realizado mensalmente e seu resultado apresentado por trimestre.Considera-se cumulativamente a razão entre os valores efetivamente cobrados e os valores previstos mensalmente pelos contratos. O resultado obtido representa a porcentagem geral de realização dos contratos nos meses analisados. É importante observar que as realizações acima do esperado de alguns contratos compensam aqueles com execução abaixo da média mensal. O IRC apurado no último mês do trimestre estabelece o resultado deste indicador para o período, observando que seu cálculo é realizado considerando os valores realizados no trimestre.

Na competência de dezembro de 2013, os serviços prestados aos clientes que possuem contratos sob vigência e previsão de realização totalizaram R$ 101.604.164,02 (cento e um milhões, seiscentos e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e dois centavos).

O cliente INSS, responsável por 52,07% desta realização, executou R$ 52.906.978,50 (cinquenta e dois milhões, novecentos e seis mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) neste mês. Isoladamente, este resultado é 0,97 ponto percentual acima da meta de 99,50% estabelecida pela DATAPREV.

O grupo de Empréstimos Consignados apresentou o maior valor de execução após o cliente INSS, com resultado de R$ 18.696.233,25 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), finalizando o mês com 2,48 pontos percentuais acima da metra trimestral.

O contrato RFB 012/2013 apresentou realização de R$ 13.761.979,38 (treze milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos), alcançando 97,40% do valor previsto. O contrato PGFN 004/2013 executou R$ 3.118.103,41 (três milhões, cento e dezoito mil, cento e três reais e quarenta e um centavos), representando 88,71% da previsão trimestral. Já o contrato MTE 019/2012 atingiu 87,73% da previsão, com realização de R$ 9.610.599,32 (nove milhões, seiscentos e dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) em dezembro.

O 8º Termo Aditivo do contrato MPS 039/2008, o qual atingiu apenas 85,72% de sua previsão trimestral e o valor de R$ 965.742,99 na última competência, enquanto o 3º Termo Aditivo do contrato MPS 053/2011 alcançou R$ 233,413,57 de execução. 26,65% da previsão trimestral. O contrato PREVIC 012/2012, referente à disponibilização de sistemas, realizou R$ 1.667.555,40 em Dezembro, atingindo sua previsão. Já o contrato PREVIC 013-2013, relacionado aos serviços, realizou 46,64% do previsto para o trimestre.

O grupo de Identificação de óbitos apresentou execução de 28,66% acima da meta estabelecida para o trimestre, somando R$320.016,45. O contrato MPOG 045/2012 executou R$ 289.976,alcançando resultado superior ao previsto.

Percentual de Alcance:

AF = 97,82
AI = 90,77
ME = 99,50

$$PA = \frac{(97,82 - 90,77) \times 100}{99,50 - 90,77}$$,logo: PA = 80,76%

Quadro de Previsão Contratual

Contratos	Previsto Contratual (PC)			
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
INSS – 106/2012	53.060.122,85	53.060.122,85	53.060.122,85	**159.180.368,55**
Empréstimos Consignados	18.333.333,33	18.333.333,33	18.333.333,33	**54.999.999,99**
MPS - 039/2008 – 8º Termo Aditivo	1.084.355,69	1.084.355,69	1.084.355,69	**3.253.067,07**
MPS - 053/2011 – 3º Termo Aditivo	292.000,00	292.000,00	292.000,00	**876.000,00**
Identificação de Óbitos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	**600.000,00**
PREVIC – 012/2013	1.119.849,72	1.119.849,72	1.657.555,40	**3.897.254,84**
PREVIC – 013/2013	12.774,39	12.774,39	12.774,39	**38.323,17**
MTE – 019/2012 – 1º Termo Aditivo	10.948.195,13	10.948.195,13	10.948.195,13	**32.844.585,39**
MTE – 025/2011 – 2º Termo Aditivo	646.449,54	646.449,54	646.449,54	**1.939.348,62**
MPOG – 045/2012	111.248,00	111.248,00	111.248,00	**333.744,00**
RFB – 012/2013	13.998.966,81	13.998.966,81	13.998.966,81	**41.996.900,43**
PR – 034/2013	0,00	39.558,68	79.117,35	**118.676,03**
PGFN – 004/2013	3.508.556,42	3.508.556,42	3.508.556,42	**10.525.669,26**
Total PC	**103.315.851,88**	**103.355.410,56**	**103.932.674,91**	**310.603.937,35**

Quadro de Realização Contratual

Contratos	Realização Contratual (RC)				
	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	RC / PC
INSS – 106/2012	53.457.202,51	53.559.137,75	52.906.978,50	**159.923.318,76**	**100,47%**
Empréstimos Consignados	18.627.424,45	18.642.217,55	18.696.233,25	**55.965.875,25**	**101,76%**
MPS - 039/2008 – 8º Termo Aditivo	827.818,40	995.061,65	965.742,99	**2.788.623,05**	**85,72%**
MPS - 053/2011 – 3º Termo Aditivo	0,00	46.025,21	187.388,36	**233.413,57**	**26,65%**
Identificação de Óbitos	152.267,76	296.657,85	320.016,45	**768.942,06**	**128,16%**
PREVIC – 012/2013	1.119.849,72	1.119.849,72	1.657.555,40	**3.897.254,84**	**100,00%**
PREVIC – 013/2013	5.447,88	4.911,06	7.514,85	**17.873,79**	**46,64%**
MTE – 019/2012 – 1º Termo Aditivo	9.601.583,02	9.601.636,92	9.610.599,32	**28.813.819,26**	**87,73%**
MTE – 025/2011 – 2º Termo Aditivo	0,00	0,00	2.958,76	**2.958,76**	**0,15%**
MPOG – 045/2012	430.775,74	353.431,76	289.976,00	**1.074.183,50**	**321,86%**
RFB – 012/2013	13.561.464,97	13.581.216,22	13.761.979,38	**40.904.660,57**	**97,40%**
PR – 034/2013	0,00	39.558,68	79.117,35	**118.676,03**	**100,00%**
PGFN – 004/2013	3.103.544,41	3.115.705,74	3.118.103,41	**9.337.353,55**	**88,71%**
Total RC	**100.887.378,86**	**101.355.410,10**	**101.604.164,02**	**303.846.952,98**	**97,82%**

IDC

Meta do trimestre (outubro, novembro e dezembro): 10 (dez)
Alcance Inicial (outubro, novembro e dezembro): 0 (zero)

Resultado:

IDC (corporativo) - Desafios para o Quarto Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Realizar a etapa de avaliação de desempenho 2013.	2,5
D2 – Novo CPSP em operação.	3,5
D3 – Implantar, em plataforma baixa, os sistemas migrados do MV2 (RFB e PGFN).	4,0

O valor para o IDC (corporativo) no trimestre é igual a 10 (dez).
Os desafios D1, D2 e D3 foram cumpridos.

Percentual de Alcance:

AF = 10,00
AI = 0,00
ME = 10,00

$$PA = \frac{(10{,}00 - 0{,}00) \times 100}{10{,}00 - 0{,}00}$$, logo, **PA = 100%**

PMDFT-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (outubro, novembro, dezembro): 95,75%
Alcance Inicial (outubro, novembro, dezembro): 88,60%

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 10/01/2014)

VARIÁVEIS	TDA			
	Out/13	Nov/2013	Dez/2013	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	**21**	**22**	**50**	**93**
Auxílio-doença	**744**	**680**	**612**	**2036**
Licença Médica até 15 dias	**454**	**530**	**410**	**1394**
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	**302**	**293**	**323**	**918**
Faltas Justificadas	**1521**	**1525**	**1395**	**4441**
Faltas Abonadas	**201**	**142**	**141**	**484**
Faltas Não Justificadas	**16**	**23**	**19**	**58**
TDA Mensal	**1738**	**1690**	**1555**	**4983**
THD Mensal	**36900**	**37463**	**37979**	**112342**
PMDFT- AF	**95,29%**	**95,49**	**95,91**	**95,56%**

Resultado

O resultado do PMDFT – AF do 4º trimestre de 2013 foi de 95,56%, ficando abaixo da meta em 0,19 ponto percentual.

Percentual de Alcance:

AF = 95,56
AI = 88,60
ME = 95,75

PA = (95,56- 88,60) X 100, Logo, **PA = 97,35%**
95,75 – 88,60

PMDFT-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (outubro, novembro e dezembro): 95,75%
Alcance Inicial (outubro, novembro e dezembro): 88,60%

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 10/01/2014)

VARIÁVEIS	TDA			
	Outubro/13	Novembro/13	Dezembro/13	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho (afastamento)	21	13	21	55
Auxílio Doença	374	405	382	1161
Licença Médica até 15 dias	179	218	127	524
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	137	148	139	424
Faltas Justificadas	711	784	669	2164
Faltas Abonadas	55	59	51	165
Faltas Não Justificadas	35	31	34	100
TDA Mensal	801	874	754	2429
THD Mensal	12656	12488	12622	37766
PMDFT- AM	93,67%	93,00%	94,03%	93,57%

O resultado do PMDFT – AM do 4º trimestre de 2013 foi de 93,57 %, ficando abaixo da meta em 2,18 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF = 93,57
AI = 88,60
ME = 95,75

PA = (93,57- 88,60) X 100, logo, **PA = 69,52%**
95,75 – 88,60

PMDFT-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (Outubro, Novembro e Dezembro): 95,75%
Alcance Inicial (Outubro, Novembro e Dezembro): 88,60%

Quadro de Ocorrências de Faltas (fonte: DEPE em 10/01/2014)

VARIÁVEIS	TDA			
	Outubro/13	Novembro/13	Dezembro/13	Acumulado no Trimestre
Acidente do Trabalho	56	87	57	200
Auxílio Doença	753	793	780	2326
Licença Médica até 15 dias	429	359	342	1130
Demais Faltas Justificadas (ACT e legislação)	142	89	102	333
Faltas Justificadas	1380	1328	1281	3989
Faltas Abonadas	104	107	83	294
Outras Faltas	10	17	8	35
TDA Mensal	1494	1452	1372	4318
THD Mensal	21188	20925	21542	63655
PMDFT-AT	92,95%	93,06%	93,63%	93,22%

O resultado do PMDFT – AT do 4º trimestre de 2013 foi de 93,22%, ficando abaixo da meta em 2,53 pontos percentuais.

Percentual de Alcance:

AF = 93,22
AI = 88,60
ME = 95,75

$$PA = \frac{(93{,}22 - 88{,}60) \times 100}{95{,}75 - 88{,}60}$$,logo **PA = 64,62%**

Tempo Médio de Atendimento – TMA

Meta do trimestre (Outubro, Novembro e Dezembro): 17h
Alcance Inicial(Outubro, Novembro e Dezembro): 38h

Resultado

INDICADOR							
Tempo Médio de Atendimento – TMA							
Outubro		Novembro		Dezembro		Final	
Quantidade	TMA	Quantidade	TMA	Quantidade	TMA	Quantidade	TMA
19.523	18,65	20196	16,66	25.502	18,49	64.510	16,35

Observações:

Todos os indicadores são calculados no 5º dia do mês subsequente ao do fechamento das ocorrências.

Percentual de Alcance:

AF = 16,35
AI = 38
ME = 17,00

$$PA = \frac{(16{,}35 - 38) \times 100}{17{,}00 - 38{,}00}$$, logo, **PA = 100%**

IDC-AF (Área Fim)

Meta do trimestre (outubro, novembro e dezembro): 10 (dez)
Alcance Inicial (outubro, novembro e dezembro): 0 (zero)

Resultado

IDC/AF - Desafios para o Quarto Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Disponibilizar em ambiente de homologação, o quarto módulo do SISPAGBEN	0,2
D2 – Implantar o Módulo de Identificação para Abono Salarial (PIS/PASEP).	0,3
D3 – Disponibilizar em ambiente de homologação a Exclusão e o Encerramento dos Parcelamentos da Lei 11.941 (DIVIDA e SICOB)	0,5
D4 – Implantar o Parcelamento Ordinário Simplificado PGFN e OPP na Intranet (PARCWEB).	0,4
D5 – Iniciar a 1ª fase (piloto) da implantação da organização interna de testes.	0,3
D6 – Implantar o piloto do Subprocesso Gestão de Serviço do Processo de Negócio PN-Dataprev para as disciplinas Configuração e Mudança.	0,2
D7 – Disponibilizar em ambiente de homologação o Subsistema de Avaliação de Desempenho ,módulo Fase de planejamento (SISGEPE).	0,3
D8 – Concluir a Extração dos Dados e o primeiro Relatório de Análise do Projeto de Mineração de Dados para SD - Pescador Artesanal.	0,2
D9 – Concluir a Qualidade dos Dados ("profile") do Cadastro de Pessoas Físicas - CNIS PF e e-Social.	0,6
D10 – Implantar a ferramenta MDM nos ambientes tecnológicos da DATAPREV e especificar os critérios de definição do dado mestre do cidadão	0,3
D11 – Disponibilizar em ambiente de homologação o incremento 2 do SCAI v2 contemplando o GERID (PREVIC).	0,2
D12 – Internalizar a 1ª fase do SICAPE, na RFFSA (versão atual do sistema rodando no ambiente da DATAPREV).	0,2
D13 – Implantar a versão SIGMA para expansão do SISAGE.	0,4
D14 – Implantar no ambiente de produção a nova versão SIBE-BI com Web Logic em pelo menos 1 APS.	1,5
D15 – Disponibilizar em ambiente de homologação a versão 1 de cálculos da folha com o conjunto de rubricas: Mensalidade Ajustada, Salário Família, Décimo Terceiro, Complemento de Acompanhante, Arredondamento, Imposto de Renda (SIBE II).	0,4
D16 –Garantir o conceito da qualidade B ou superior para todos os projetos de software.	0,5
D17 – Obter 98% das RDM de produção no trimestre com preenchimento de FAL (Formulário de Atesto e Liberação).	0,2
D18 – Obter 20% das RDM do ambiente de Produção preenchidas pela nova Solução de Gestão de TI	0,3
D19 – Reduzir em 25 % o nº de incidentes dos serviços prestados pela Dataprev tendo como base quantidade de incidentes do 4º trimestre/2012 (inclui todos os serviços e todos os incidentes incluindo lentidão, instabilidade, indisponibilidade parcial).	0,5
D20 – Definir Novo Modelo de Gerenciamento de Capacidade	0,2
D21 –Atualizar todas as bases de dados Oracle 8i para pelo menos Oracle 10g.	0,5
D22 – Publicar Catálogo de Serviços dos ambientes de desenvolvimento em nuvem.	0,2
D23 – Migrar e homologar as bases de dados das máquinas IBM P595 e P570 para a IBM P780.	0,6
D24 – Realizar atualização tecnológica de 900 bases do Prisma de SCO/D3 para Linux/D3.	0,5
D25 – Definir e publicar Metodologia de aferição de tempo de resposta, a partir das informações de monitoração da ferramenta de gestão da CA (Módulo CEM).	0,5

Os desafios D1, D3,D4,D5,D7,D8,D9,D10,D11,D13,D14,D15,D17,D20,D21,D22,D23 E D25 alcançaram a meta. Já os desafios, D2,D6,D12,D16,D18,D19 E D24 não conseguiram alcançar a meta planejada.

O valor para o IDC/AF no trimestre é 7,5.

Desafio D2: A demanda não foi homologada por problemas internos na Dataprev.

Desafio D6: A implantação do piloto foi reavaliada em função das iniciativas para integração com os processos definidos para implantação das ferramentas CA.

Desafio D12: A internalização não ocorreu devido a atrasos no cronograma das áreas técnicas executoras, especificamente na disponibilização de infraestrutura.

Desafio D16: Dos 42 (quarenta e dois) projetos em andamento, 4 (quatro) projetos obtiveram classificação "C" e 3 (dois) tiveram classificação " E".
Desafio D18: Não foram cadastradas RDM de produção na ferramenta nova.

Desafio D19: A quantidade de incidentes previstos para o período já foi ultrapassada. (Vide nota 1).

Desafio D 24: O cronograma não foi cumprido na íntegra. Em novembro, a migração foi interrompida devido a problemas de performance no ambiente, porém, algumas situações foram contornadas. Apesar de novas janelas terem sido negociadas, estas não foram suficientes para concluir a migração de todas as bases restantes.

Nota 1: RDMs de Produção no Trimestre com Preenchimento de FAL – Out a Dez/2013

Apuração de Incidentes – Outubro/Novembro/Dezembro/2013
Desafio D19

	Quantidade de serviços			Quantidade de Incidentes			Indicador		
Cliente	Outubro	Novembro	Dezembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Atendido Acumulado	Esperado (Trimestre)	Resultado do Trimestre de Referência (4º Trimestre / 2012)
RFB	52	52	52	33	15	63	2,13	0,25	0,33
PGFN	21	21	21	9	0	13	1,05	0,25	0,33
MPS	20	20	20	17	18	13	2,40	1,19	1,59
INSS	155	155	155	122	110	144	2,43	1,45	1,93
PREVIC	29	29	29	23	66	31	4,14	2,93	3,90
DATAPREV (Internos)	5	5	5	2	5	3	2,00	1,80	2,40
MTE	8	8	8	11	50	33	11,75	14,16	18,88
Total	**290**	**290**	**290**	**217**	**264**	**300**	2,69	1,60	2,13

Quantidade de Incidentes (referência – 4º trimestre 2012)	551
META – 4º trimestre 2013 (Qtde Incidentes ≤)	413
Atendido Acumulado – 4º trimestre 2013 (Qtde Incidentes)	781

Percentual de Alcance:

AF = 7,5
AI = 0,00
ME = 10,00

$$PA = \frac{(7,5 - 0,00) \times 100}{10 - 0,00}$$,logo, **PA = 75,00%**

IDC-AM (Área Meio)

Meta do trimestre (outubro, novembro, dezembro): 9,0 (nove)
Alcance Inicial (outubro, novembro, dezembro): 0 (zero)

Resultado

IDC/ AF - Desafios para o Quarto Trimestre de 2013	Pesos
D1 – Disponibilizar aos gestores, em ambiente web, informações sobre força de trabalho e folha de pagamento (remuneração/horas extras e benefícios).	1,0
D2 – Revisar nova grade de atividades e sub atividades do PCS, aprovar na Diretoria Colegiada e encaminhar ao Conselho de Administração.	1,0
D3 – Validar Relatório de requerimentos internos e mercado fornecedor de pelo menos uma categoria priorizada (SUP02 - Strategic Sourcing). Projeto Transformação DFS.	1,0
D4 – Validar planilha eletrônica para Análise de Investimentos (ROI) (FIN06 – Tesouraria). Projeto Transformação DFS.	1,0
D5 – Validar planilha eletrônica para Gestão de Caixa (FIN06 – Tesouraria). Projeto Transformação DFS.	1,0
D6 – Implantar modelo de gestão predial nas instalações da Dataprev/AM, MS, AL.	1,0
D7 – Disponibilizar, no mínimo, 3 indicadores novos no Painel de Indicadores Corporativos.	1,0
D8 – Instalar softwares básicos em todas as máquinas Windows da Empresa.	1,0
D9 – Publicar edital da nova solução (software) de Gestão de Pessoas.	Excluído
D10 – Entregar 1 pavimento da obra de Brasília – protótipo.	1,0

Os desafios D1,D3,D4,D5,D6 e D7, alcançaram a meta planejada. Já os desafios D2,D8 e D10 não foram alcançados. O desafio D9 foi excluído.

O valor para o IDC/AM no trimestre é 6,0.

Desafio D2: A nova grade não foi aprovada pela Diretoria Colegiada.

Desafio D8: Do total de 4.016 computadores que utilizam o sistema operacional Windows, o pacote WPKG foi instalado em 3.275 máquinas, o que perfaz um percentual de 81,55%. Dentre as ocorrências que impediram a instalação do pacote até o período acordado temos:

- 23 máquinas - usuários com estações fora do domínio GOV;

- 669 máquinas - departamentos que não autorizaram por situações diversas - usuários no processo de migração do servidor MV2, Portal Nuvem, Onda, Projeto SIBE2, e outros, com prazos emergenciais de entrega de serviços antes da virada do ano, ou falta de disponibilidade do usuário, mesmo com autorização da chefia, ou departamento não se manifestou sobre solicitação para atualização.

Os computadores não atualizados estão distribuídos:

- Diretoria de Infraestrutura de TIC - DIT: SUOP (CPRJ; D1SS; DEGT; DGOS; DGTS;DEST)

Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações -DRD: CGEP; SURL (DEIN, COIN, DIAF, DIPB, DIMB, DIRD, DIST); SUDS (UDRJ)

Desafio D9: Desafio excluído pela Resolução 3304/2014.

Desafio D10: Não cumprimento em decorrência de atraso do fornecedor no fornecimento e montagem do piso elevado, o que impediu a conclusão da montagem de piso e mobiliário e também houveram problemas quanto ao projeto da obra, já sanados.

Percentual de Alcance:

AF = 6,0
AI = 0,00
ME = 9,00

$$PA = \frac{(6{,}0 - 0{,}00) \times 100}{(9{,}0 - 0{,}00)}$$, logo **PA = 66,67%**

IDC-AT (Atendimento)

Meta do trimestre (outubro, novembro, dezembro): 10 (dez)
Alcance final(outubro, novembro, dezembro): 0 (zero)

Resultado

IDC/AT - Desafios para o Terceiro Trimestre de 2013	Pesos
D1 –Atingir no Índice de Solução na Central de Serviços – ISCS o percentual de 95,6%.	2,0
D2 –Atingir o percentual de 97,1% das ocorrências atendidas no ISCS com tempo menor que 24 horas.	2,0
D3 – Atingir no Índice de Reclamações Recebidas – IRR o percentual de 1,8%.	2,0
D4 – Atingir no Índice de Demanda Atendida – IDA o percentual de 100%.	2,0
D5 – Resolver 100% dos apontamentos da auditoria interna pendentes, com prazo para atendimento até 31/12/2013, sob responsabilidade da SUAT, suas Coordenações e Unidades Regionais.	2,0

Os desafios D1,D2,D3 eD5, alcançaram a meta planejada. Já o desafio D4, não foi alcançado.

O valor do IDC/AT no trimestre é 8,0

Desafio D4: O resultado apresentado não foi suficiente para alcançar a meta final. Resultado final:96,83%.

Todos os indicadores são calculados no 5º dia do mês subsequente ao do fechamento das ocorrências.

Percentual de Alcance:

AF = 8,0
AI = 0,00
ME = 10,00

$$PA = \frac{(8{,}0 - 0{,}00) \times 100}{(10 - 0{,}00)}$$, logo **PA = 80,00%**

INDICADORES INSERIDOS NO ICR

Percentual Médio da Força de Trabalho

Nome do Indicador	**Sigla**	**Fonte**	**Periodicidade**	**Unidade de Medida**
Percentual Médio da Força de Trabalho	PMDFT	SISGRH (Sistema de Gestão de RH)	Mensal	Percentagem
Utilidade do Indicador				
Demonstra o percentual médio de disponibilidade da força de trabalho por dia em relação ao total de homens dias do efetivo da Empresa.				
Tipo de Indicador	Excelência			
Fórmula de Cálculo				
PMDFT = 100 - (TDA/THD)*100 THD = NE x NDU TDA = Total de Ausência ao trabalho (Nº de dias) THD = Total de Homens Dias (Nº de dias) NE = Nº de Empregados (Qtde Empregados) NDU = Nº de Dias Úteis (nº de dias)				
Método de Aferição do Indicador				
O PMDFT é calculado com dados defasados em 30 dias e extraídos dos Relatórios de Falta e Atrasos, conforme definido na norma de Controle de Frequência - N/GP/008.				
Área Responsável pelo Cálculo	**Departamento de Desenvolvimento de Pessoas - DEDP**			

Para apuração do PMDFT os motivos das ausências foram classificados, conforme demonstrativo abaixo:

Faltas Justificadas	
• Nojo;	• Licença gestante;
• Gala	• Prorrogação da Licença gestante (de 14 dias);
• Nascimento de filho	• Antecipação da Licença gestante (de 14 dias);
• Licença médica (até 15 dias);	• Acompanhamento de dependente enfermo;
• Auxílio doença (a partir do 16º dia);	• Atestado de contato;
• Acidente de trabalho;	• Tribunal de júri;
• Doação de sangue;	• Abono Coletivo da Empresa;
• Juramento à bandeira;	• TRE (Tribunal Regional Eleitoral);
Faltas Abonadas	
• Chefia imediata;	• Prestação de concurso;
• Serviço Social;	• Transferência – viagem de 7 dias;
• Greve de transporte;	• Transferência (mudança 10 dias).

Outras Ausências	
• Suspensão;	• Falta greve.
• Falta não justificada	

Índice de Realização Contratual

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Índice de Realização Contratual	IRC	CGCC	mensal	Percentagem

Utilidade do Indicador

O IRC indica a expectativa de realização dos contratos, obtida através da razão entre o valor da projeção de realização contratual, conforme o executado, e o valor estimado dos contratos.

Tipo de Indicador	Efetividade

Fórmula de Cálculo

O IRC é calculado mensalmente de forma acumulada, no período de 30, 60 e 90 dias.

Considerando:

IRC(n) = Valor do IRC calculado no mês “n” do trimestre.

RC(n) = Valor total de realização contratual no mês “n” do trimestre, baseada nos RAS.

PC(n) = Valor total previsto para realização contratual no mês “n” do trimestre.

IRC(1) = RC(1) / PC(1)

IRC(2) = ((RC(1) + RC(2)) / ((PC(1) + PC(2))

IRC(3) = ((RC(1) + RC(2) + RC(3)) / ((PC(1) + PC(2) + PC(3))

Método de Aferição do Indicador

Os valores previstos para faturamento dos serviços prestados pela Dataprev, para todos os seus clientes, são somados e projetados por mês. Este cálculo define os valores mensais previstos para realização contratual.

Mensalmente, é realizada a apuração dos valores dos serviços prestados em todos os contratos, mediante emissão dos RAS (Relatórios de Aprovação de Serviços). As informações são repassadas pelas áreas da Empresa responsáveis pela prestação dos serviços e consolidadas até o dia 10 do mês subsequente ao da competência da prestação dos serviços.

É realizado o cálculo do indicador referente ao mês da prestação do serviço e também referente ao período acumulado do trimestre, conforme definido pela fórmula de cálculo.

Caso o cliente formalize a supressão ou acréscimo de instrumentos contratuais, o cálculo deverá ser revisto de forma a refletir as referidas alterações.

Área Responsável pelo Cálculo	Coordenação Geral de Contratos com Clientes - CGCC

Tempo Médio de Atendimento

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Tempo Médio de Atendimento	TMA	SART - Sistema de Administração de Recursos Técnicos	Mensal	Dias úteis

Utilidade do Indicador	
Analisar o tempo médio de atendimento compreendido entre a data e hora em que foi efetuado o chamado pelo cliente e a data e hora em que o serviço solicitado foi concluído. Há a comparação com os anos anteriores para verificar a resposta do processo aos novos procedimentos implantados.	
Tipo de Indicador	Eficiência
Fórmula de Cálculo	
O indicador Tempo Médio de Atendimento não considera os incidentes relativos a hardware, pois a solução desses incidentes não está sob gestão direta da Dataprev, uma vez que a contratação de empresas terceirizadas para prestar este atendimento é feita pelo cliente, cabendo à Dataprev apenas o registro e repasse da solicitação à empresa contratada. O TMA tem o objetivo de retratar com mais clareza a capacidade de atendimento das Regionais. É importante ressaltar que são considerados os chamados recebidos dos seguintes Clientes: INSS, MPS, RFB, SRP, MTE e MDS. TMA = STA / TCP onde: TMA = Tempo médio de atendimento para todos os chamados registrados pela Central de Serviços, que tenham sido concluídos no período considerado. STA = Somatório dos tempos de atendimento de todos os chamados concluídos no período, considerando-se a data e hora de início de atendimento na Central de Serviços até a data e hora da solução. TCP = Total de chamados concluídos no período.	
Método de Aferição do Indicador	
Consultar as bases de dados do SART, apurando-se todos os chamados concluídos no período considerado e efetuando-se o somatório do tempo gasto para a solução destes. Sábados, domingos e feriados não são contabilizados.	
Área Responsável pelo Cálculo	**Superintendência de Atendimento - SUAT**

Índice de Desafios Conquistados

Nome do Indicador	Sigla	Fonte	Periodicidade	Unidade de Medida
Indicador de Desafios Conquistados	IDC	Diretorias	Trimestral	Percentual

Utilidade do Indicador	
Mede o percentual de conquista dos desafios estratégicos previstos para a realização no trimestre. Os desafios expressam objetivos claros, com facilidade de perceber se o mesmo foi conquistado ou não, possuem conexão direta com a estratégia da Empresa e são definidos previamente pela Diretoria Executiva.	
Tipo de Indicador	Execução
Fórmula de Cálculo	
IDC = [(p1*D1) + (p2*D2)+ … +(pn-1*Dn-1) + (pn*Dn)]/100 onde: n = quantidade de desafios definidos para o trimestre Pn = peso atribuído a relevância estratégia do n-ésimo desafio Dn = valor atribuído à conquista do desafio. Recebe o valor 1 (um) quando o desafio é considerado conquistado e o valor 0 (zero) quando não alcançado, não sendo possível atribuir valores intermediários	
Método de Aferição do Indicador	
Para cada trimestre é necessário o preenchimento da tabela do indicador que possui os campos: peso (peso atribuído proporcionalmente a relevância estratégica do desafio), desafio (título que identifica o desafio) e critério de apuração.	
Área Responsável pelo Cálculo	**IDC (corporativo) : Coordenação Geral de Planejamento e Organização** **IDC-AF** : Coordenação Geral de Monitoramento e Integração e Coordenação-Geral de Análise e Classificação de Demandas **IDC-AM** : Departamento de Desenvolvimento de Pessoas **IDC-AT** : Superintendência de Atendimento

ANEXO III

(Item 09, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	001.649/2004-1	Acordão nº 231/2005 - TCU - SIGILOSO	9.1.2.8 / 9.1.11 / 9.1.18.5	Determinação	Ofício 06/2005/Adfis de 17/03/2005

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Determinar à DATAPREV que: promova as correções nos sistemas informatizados de modo que a informação de "valor pago" na base TITULO represente a realidade dos fatos, de forma que haja compatibilidade e consistência entre as informações das bases de dados relativas a guias, títulos e apropriações; investigue por que os processos discriminados no CD anexo, arquivo "valor_pago_titulos.XLS", encontra-se com a informação de "valor pago" na base TITULO incompatível com as respectivas guias de pagamento e averigue, ainda, a conformidade das apropriações procedidas nesses casos ; encaminhe ao TCU o resultado do exame realizado nos processos discriminados no CD anexo, arquivo "valor_pago_títulos.XLS, explicitando as causas detectadas, que permitiram que a informação de "valor pago" na base TITULO esteja incompatível com as respectivas guias de pagamento, bem como os procedimentos adotados relativos à correção dos sistemas informatizados apropriados, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

Por definição o sistema SICOB recebe vários pagamentos para o mesmo título, não sendo possível determinar um único valor para o mesmo. O valor que consta no título é o último pagamento carregado, naquela numeração, do sistema Águia. Entretanto na tabela de pagamentos constam todos os valores pagos para o título. Para atender a solicitação do TCU, deverá haver uma reformulação do procedimento atual pela RFB, motivo pelo qual solicitamos a regularização do aponte. Releva mencionar que a demanda CODAC 0935-2011 será rejeitada pela DATAPREV (E-mail CGIM de 05/01/2013).

Síntese dos resultados obtidos

Adoção do procedimento operacional adequado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente; Mudança de gestor (INSS para RFB); e Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica - PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável:	RFB

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	001.649/2004-1	Acordão nº 231/2005 - TCU - SIGILOSO	9.3.1	Recomendação	Ofício 3284/2006/TCU/Secex4 de 11/10/2006

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Determinar à DATAPREV que: seja inibida a inserção de guias negativas que contenham código de título para identificar o responsável pelo recolhimento; avalie os impactos causados pela inserção das guias negativas discriminadas no CD anexo, arquivo "guia_negativa_para_titulo.XLS" (também no anexo I, fls 178 e179), cujo identificador do responsável pelo recolhimento refere-se a um título, e proceda às correções que se fizerem necessárias; encaminhe ao TCU a descrição dos impactos constatados e as providências tomadas acerca da existência de guias negativas, cujo identificador do responsável pelo recolhimento refere-se a um título, no prazo de até 90 dias.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

Trata-se de adoção de procedimento operacional, uma vez que a solução para o caso citado, no sistema atual, é utilizar a funcionalidade DICON 3, informando o título a ser excluído. Em seguida ajustar a guia correta no sistema Águia. O recebimento e apropriação do título ocorrerá no processamento noturno do Sistema SICOB (E-mail CGIM de 05/01/2013).

Síntese dos resultados obtidos

Manutenção da rotina conforme regras atuais definidas pelo cliente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente; Mudança de gestor (INSS para RFB); e Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica - PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável:	RFB

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 046.102/2012-4	Acórdão nº 803/2013 - TCU - Plenário	1.6.1	Determinação	Of. No. 1492/2013-TCU/SECEX-RJ

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social que se abstenha permitir adesão à Ata de Registro de Preços 01.000140.2012 - Pregão Eletrônico 140/2012, ante as impropriedades verificadas na presente representação

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

E-mail da CGAU de 09/05/2013 anexando memorando nº. 079/2013 de 07/05/2013 da CGCJ dirigido ao DECP orientando sobre os procedimentos a serem adotados com relação a adesão da Dataprev a Atas de Registro de Preços, em atendimento a Determinação contida no Acórdão 803/2013.

Síntese dos resultados obtidos

Foi mantido o resultado final da licitação e seguidas as determinações exaradas pelo TCU, em especial o impedimento de aceitar "caronas" na respectiva ARP, bem como a recomendação de estrita observância dos procedimentos previstos no Edital para a realização de provas de conceito.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As determinações constantes no referido acórdão propiciaram um melhor entendimento sobre a matéria, possibilitando a evolução da documentação relacionada aos processos licitatórios de uma forma geral.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\DFS\SUSL\DECP

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 015.159/2013-2	Acórdão TCU nº 2761/2013	9.2	Determinação	Ofício 0230/2013-TCU/Sefti, de 05/07/2013

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

9.2 - Determinar à Dataprev que mantenha este TCU informado sobre o andamento do aludido processo de migração, em especial, sobre quaisquer eventos que possam comprometer o prazo fixado no item 9.1 deste Acórdão, que cita: " 9.1. considerar, no mérito, procedente a presente representação, que já havia sido conhecida pelo TCU, por meio do Acórdão 1663/2013-Plenário, de modo a, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, fixar o prazo de 10 (dez) dias, para que a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – vinculada ao Ministério da Previdência Social (Dataprev/MPS), após migrar os sistemas de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) da plataforma alta (mainframe) para a plataforma baixa, previsto para 15/11/2013, disponibilize à SRFB todas as condições necessárias para que possa desincumbir-se tempestivamente de seu mister institucional com vistas a evitar a prescrição de vultosos créditos tributários

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

Mediante Ofício conjunto de 13/11/2013 a Dataprev/MF/PGFN/RFB/COTEC/COAD-001/2013 reportaram ao TCU o andamento dos trabalhos que visavam a conclusão da migração dos sistemas mantidos no mainframe MV2 para plataforma baixa. O processo de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da migração de dados e sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para uma nova plataforma tecnológica foi oficialmente encerrado, com a publicação, em 26 de fevereiro, do Acórdão 452/2014.

Síntese dos resultados obtidos

A migração de dados e sistemas da RFB e da PGFN, concluída em 27 de dezembro, envolveu dez grandes bancos de dados e 8,5 bilhões de registros, além da implantação simultânea de 12 grandes aplicações e a conversão para Java de 3,4 milhões de linhas de código escritas em Cobol (linguagem própria dos computadores de grande porte).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A migração representa um passo decisivo para o fim da dependência tecnológica do mainframe, baseado em linguagens e ambientes proprietários.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\DRD\SURL\DEFT

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	001.649/2004-1	Acordão nº 00231/2005	9.1.1.5	Determinação	Ofício 06/2005/Adfis de 17/03/2005

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Subitem 9.1.1.5 - Determinar à Dataprev que corrija os sistemas de informação de forma que na base de dados PROCESSO não haja incompatibilidade da moeda utilizada nos processos com a data de constituição dos mesmos; não haja processos com valor original igual a zero; não fiquem vazios e não sejam inválidos os campos data da situação, data da atualização,data do evento ou data da constituição do processo; não contenha registro de eventos ou situações com data posterior à data da operação; não apresente valores irreais para o campo valor total atualizado; não possua códigos de identificação de UO zerados ou inexistentes na tabela de UO; não contenha códigos, que identifiquem o tipo de débito, zerados ou inexistentes na respectiva tabela de referência.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Dataprev não pode efetuar alterações nos dados e programas, sem a autorização formal do gestor de sistemas Arrecadação e Cobrança, a Receita Federal do Brasil. Foi encaminhada correspondência a COTEC no sentido de que a recomendação seja avaliada. Até o momento não houve retorno do cliente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente;
Mudança de gestor (INSS para RFB); e
Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica -PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável: RFB

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	001.649/2004-1	Acordão nº 00231/2005	9.1.2.6	Determinação	Ofício 06/2005/Adfis de 17/03/2005

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Subitem 9.1.2.6 - Promova as correções nos sistemas informatizados de mode que se mantenha intacta a data de inclusão do registro na base HISTÓRICO-PROCESSO, mesmo que venha a ser comandado evento de desistência para tal registro.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A RFB irá cadastrar demanda para alteração do layout de tela de consulta aos dados somente após o término da migração da plataforma tecnológica.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente;
Mudança de gestor (INSS para RFB); e Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica -PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável: RFB

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	001.649/2004-1	Acordão nº 00231/2005	9.1.2.4	Determinação	Ofício 06/2005/Adfis de 17/03/2005

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Subitem 9.1.2.4 - Promova as correções nos nos sistemas informatizados de modo que não seja mais possível a inserção de datas, entre elas a de evento, situação e atualização, com formato inválido ou com indicação futura, existentes na base HISTÓRICO-PROCESSO.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Dataprev não pode efetuar alterações nos dados e programas sem a autorização formal do gestor de sistemas de Arrecadação e Cobrança, a Receita Federal do Brasil. Foi encaminhada correspondência a COTEC no sentido de que seja avaliada a recomendação, quanto à pertinência e oportunidade de implementação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente;
Mudança de gestor (INSS para RFB); e
Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica -PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável: RFB

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	017.553/2005-8	Acordão nº 1510/2007 - TCU - Plenário	1.1.1	Determinação	Ofício 1748/2007 TCU/Secex-RJ-4ªDT

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Determinar à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, com fundamento no art. 43, I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno deste Tribunal, que:
1.1.1 mantenha esta Corte informada acerca da implementação do Plano de Modernização Tecnológica da Previdência Social - PMT/PS, enviando relatórios mensais contemplando: 1.1.1.1 o cumprimento dos prazos de conclusão de cada projeto, inclusive suas etapas intermediárias;1.1.1.2 as etapas implementadas até o momento;1.1.1.3 o cronograma de execução físico-financeira;1.1.1.4 a adequação da fase atual de implementação com o previsto no cronograma;1.1.1.5 os motivos que ensejaram eventual atraso no desenvolvimento dos projetos que compõem o PMT;1.1.1.6 as medidas adotadas para prevenir e solucionar os problemas detectados;1.1.1.7 as metas previstas e os indicadores apurados;1.1.1.8 os ajustes feitos no PMT para dar pleno cumprimento ao disposto no item 8.9.3 da Decisão nº 1459/2002 - Plenário, conforme relatado no item 2.4 do relatório de fls. 362/396;1.1.1.9 os ajustes feitos no PMT para adequá-lo às recomendações constantes do Parecer Técnico NI nº 03/2005, conforme relatado no item 2.5 do relatório de fls. 362/396.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

O atendimento pleno do Acórdão 1510/2007 está condicionado à conclusão do PMT/PS, contudo trimestralmente a Dataprev reporta ao TCU as ações em curso relacionadas à migração tecnológica. O último relatório encaminhado ao TCU, mediante Ofício PR Nº 058 e 062/2014 refere-se ao período de outubro a dezembro/2013. Em 07/03/2014 foi publicado o Acórdão nº 452/2014 - TCU/Plenário, o qual encerra o monitoramento da Decisão nº 1.459/2002 – TCU - Plenário e dos Acórdãos nº 1.510/2007-TCU-Plenários e 2.229/2008-TCU-Plenário, arquivando os presentes autos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O atendimento pleno do Acórdão Nº 1510/2007 implica na adoção de um conjunto de ações complexas, com longo prazo de implementação para viabilizar a migração para plataformas abertas, condição fundamental para a ruptura com a situação de dependência tecnológica crônica de um único fornecedor.
Assim é que, desde 2007, para atender às determinações do Tribunal, a Dataprev encaminhou regularmente relatórios mensais, e posteriormente trimestrais reportando as evoluções e dificuldades quanto à implementação do Plano de Migração Tecnológica. De acordo com o consignado no último Relatório do PMT enviado ao TCU, desde o dia 27 de dezembro de 2013, a Dataprev concluiu a migração de todos os dados e sistemas da Receia Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, última etapa que restava para viabilizar a desmobilização dos três mainframes, estabelecendo assim as condições técnicas necessárias para efetivar a ruptura da dependência tecnológica com um único fornecedor.
Neste contexto de migração tecnológica, releva mencionar que a Dataprev adotou uma série de medidas com vistas a execução do estabelecido pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – Ref. PA 1.30.012.000011/2004-06, tendo o Ministério Público Federal - MPF deliberado em 2012 pelo arquivamento do processo, e concluído que "não há mais possibilidade de retorno ao quadro anterior, pois as ações implementadas mudaram por completo o cenário tecnológico da Dataprev, motivo pelo qual entendeu que o objetivo proposto foi atingido com êxito, encerrando o trabalho de acompanhamento da execução do TAC e arquivando o inquérito civil público."
Análise de eventos subsequentes denota que, mediante o Acórdão nº 452, de 26/02/2014, o TCU deu por encerrado o monitoramento objeto da Decisão nº 1459/2002 e dos Acórdãos nº 1.510/2007 e 2.229/2008 arquivando os respectivos autos.
Com fundamento na manifestação prolatada pelo referido acórdão, consideramos como atendida a determinação objeto do Acórdão 1510/2007 de manter o Tribunal informado acerca da implementação do Plano de Modernização Tecnológica da Previdência Social - PMT/PS.

Órgão responsável: DATAPREV\PR

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.002/2003-6	Acórdão nº 691/2005	9.3.1	Recomendação	Ofício 3284/2006/TCU/Secex4 de 11/10/2006

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Fixa o prazo de 60 dias para que a Dataprev:

9.3.1. em conjunto com a Secretaria da Receita Previdenciária, identifique as circunstâncias pelas quais o Sistema Sicob não permite a tramitação do processo para situações que reflitam a real condição do crédito, a exemplo do que ocorre com a antiga avocatória ministerial (situação "aguardando decisão ministerial ", hoje pedido de revisão de acórdão), permitindo o retorno do processo, atualmente nestas circunstâncias, ao âmbito administrativo para saneamento e a atualização da quantidade de dias que o crédito efetivamente permanecerá em cada situação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Dataprev não pode efetuar alterações nos dados e programas, sem a autorização formal do gestor de sistemas Arrecadação e Cobrança, a Receita Federal do Brasil. Foi encaminhada correspondência a COTEC no sentido de que seja avaliada a recomendação. Até o momento não houve retorno do cliente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente;
Mudança de gestor (INSS para RFB); e
Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica - PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável: RFB

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	010.665/2006-0	Acórdão nº2.030/2006	9.4.3	Determinação	Ofício 3422/2006/TCU/Secex-4 de 16/11/2006

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Deliberação

Adotar as providências necessárias ao cadastramento das decisões dos processos 325711232 e 325775591 na base DECISÃO. (item 9.4.3. do Acórdão 2.030/2006)

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Dataprev não pode efetuar alterações nos dados e programas, sem a autorização formal do gestor de sistemas Arrecadação e Cobrança, a Receita Federal do Brasil. Foi encaminhada correspondência a COTEC no sentido de que a recomendação seja avaliada. Até o momento não houve retorno do cliente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras atividades definidas como prioritárias pelo cliente;
Mudança de gestor (INSS para RFB); e
Priorização das atividades de migração de dados e sistemas da RFB, hospedados em mainframe para plataforma baixa, passando da linguagem Cobol para Java, em conformidade com o Plano de Modernização Tecnológica - PMT/PS, em cumprimento ao Acórdão nº 1.510 de agosto de 2007, Acórdão nº 443 de março de 2008, Acórdão nº 2.229 de julho de 2008, Acórdão nº 2.124 de setembro de 2009 e ainda Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal em maio de 2008, ref. PA 1.30.012.000011/2004.

Órgão responsável: RFB

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 001	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Definir e formalizar a periodicidade de revisão do seu PDTI, bem como estabelecer os responsáveis pelo processo de revisão e definir os fatores que podem ensejar a execução de tal processo, incluindo estas informações no PDTI.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A Dataprev encaminhou à CGU/RJ a Resolução PR 3301/2013, de 30.12.2013, que altera a composição do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI e inclui como atribuição do mesmo a revisão anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Empresa.

Adicionalmente, foi encaminhada a versão revisada do PDTI 2013-2015 da Empresa, aprovado pela Resolução PR 3275/2013, o qual cita em seu conteúdo a necessidade de revisão anual do documento.

A CGU, mediante Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014, concluiu que a recomendação foi atendida.

Síntese dos resultados obtidos

O processo de revisão do PDTI foi formalizado e os responsáveis pela execução identificados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A empresa instituiu em seu Plano de Ação 2014, o Resultado nº. 36 (eixo gestão e governança) prevendo a atualização do documento de planejamento tático de tecnologia. As ações de revisão do PDTI encontram-se em curso.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 002	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, anexo demonstrando o alinhamento das necessidades e ações mapeadas aos objetivos, iniciativas e diretrizes previstas na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI do SISP.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

O PDTI para o triênio 2013-2015 foi revisado e publicado pela Dataprev, por meio da RS 3275/2013, de 13/09/2013 e buscou contemplar os aprimoramentos e alinhamentos que vinham sendo indicados pela CGU, assim como considerou as particularidades da Dataprev como prestadora de serviços para diferentes Clientes de Governo.

Considerando as informações e justificativas expostas pela Empresa, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, em especial a demonstração, em seu PDTI, de alinhamento às diretrizes da Portaria MPS nº 554, a CGU considerou a recomendação como atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

A Dataprev, ao contrário dos órgãos e entidades que compõe o Sistema de Administração de Tecnologia da Informação – SISP, possui a tecnologia da informação e comunicações como atividade finalística e não como um instrumento da área meio. Essa condição particular faz com que a empresa tenha que refletir em seus instrumentos de planejamento e na própria definição de sua estratégia de tecnologia, as iniciativas, ações e estratégias de tecnologia de seus clientes.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Dataprev publicou a Resolução 3275/2013 de 13 de setembro de 2013, contendo o Plano-Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, em conformidade com as diretrizes da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI. O documento publicado contempla as perspectivas, direcionadores e o alinhamento de negócio e da estratégia de tecnologia dos seus clientes. A definição da estratégia de tecnologia da empresa, baseada nas estratégias dos clientes não constitui uma impropriedade no processo de planejamento da empresa, mas, de fato, uma condição especial da empresa enquanto prestadora de serviços de tecnologia para o governo.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 006	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, numeração das iniciativas previstas para cada tema do anexo II do documento, lista de termos e abreviações utilizadas, glossário, relação de documentos utilizados como referência e menção aos valores institucionais presentes no Plano Estratégico da empresa.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A versão revisada do PDTI 2013-2015, aprovada pela Resolução PR 3275/2013 e encaminhada pela Empresa a CGU, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, contempla, em sua maioria, os itens mencionados na recomendação, exceção feita à menção dos valores institucionais, conforme justificativa exposta pela Empresa para a CGU.

Considerando as informações e justificativas expostas pela Empresa a CGU considera as providências adotadas suficientes e concluiu que a recomendação foi atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014

Síntese dos resultados obtidos

Todos os itens indicados foram contemplados no PDTI revisado e publicado em setembro de 2013. A Dataprev entende que o Plano Estratégico Institucional, que descreve os valores da Empresa, e o PDTI são documentos complementares conforme a figura do Sumário Executivo do PDTI e não necessitam de replicar informações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os ajustes realizados promoveram melhorias na integração entre os instrumentos de planejamento e na clareza do texto, facilitando a compreensão das estratégias de tecnologia adotadas.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 007	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, item específico referente à metodologia de planejamento utilizada contemplando: menção expressa ao nome da metodologia, descrição conceitual sucinta da mesma, descrição de como a metodologia foi aplicada ao processo de planejamento do PDTI.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A DATAPREV, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, encaminhou no Plano de Providências Permanente – PPP, manifestação à CGU sobre a recomendação efetuada. A Controladoria ao analisar a questão, verificou que a versão revisada do PDTI 2013-2015, aprovada pela Resolução PR 3275/2013 e encaminhada pela Empresa, contempla, em seção específica, a descrição da metodologia utilizada para a elaboração do documento.

A CGU considerou a recomendação atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

O PDTI revisado publicado em setembro de 2013 contém uma seção descrevendo a metodologia utilizada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os ajustes realizados promoveram melhor compreensão da metodologia aplicada pela Dataprev para elaboração e acompanhamento das estratégias contidas no PDTI.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 008	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, demonstrativo do alinhamento das estratégias de gestão de pessoas aos temas de TIC e iniciativas mapeadas no PDTI e mapeamento das habilidades e conhecimentos a serem desenvolvidos em função das iniciativas previstas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A DATAPREV, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, encaminhou manifestação à CGU sobre o Plano de Providências Permanente – PPP. A Controladoria ao analisar a questão, verificou que a versão revisada do PDTI 2013-2015, aprovada pela Resolução PR 3275/2013, contempla, em seção específica, iniciativas relacionadas à gestão de pessoas e demonstra, em anexos, o alinhamento do tema às estratégias da Dataprev, às prioridades para o sucesso do negócio identificadas e aos objetivos estratégicos de TI.

Com relação ao detalhamento das estratégias de gestão de pessoas da Dataprev, tendo em vista o grau de sensibilidade dessas informações, a Controladoria concorda com a justificativa apresentada pela Empresa para a não inclusão das mesmas no PDTI.

Desse modo, a CGU considerou as providências adotadas suficientes e concluiu que a recomendação foi atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

O PDTI publicado por meio da Resolução PR nº. 3.275, de 13 de setembro de 2013 contempla capítulo sobre Gestão de Pessoas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Dataprev não considera oportuno aprofundar o detalhamento sobre o alinhamento das estratégias de Gestão de Pessoas no PDTI.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 009	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, correção das falhas identificadas no anexo 'Tabela 3 - Estratégias Dataprev para atender as estratégias dos clientes' e 'Tabela 6 - Relacionamentos dos objetivos estratégicos e das prioridades para o sucesso do negócio com os temas de TIC'.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A DATAPREV, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, encaminhou manifestação à CGU sobre o Plano de Providências Permanente – PPP. A Controladoria ao analisar a questão, verificou que a versão revisada do PDTI 2013-2015, aprovada pela Resolução PR 3275/2013 e encaminhada pela Empresa, contempla as correções mencionadas na recomendação.

Em decorrência concluiu que a recomendação foi atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

As falhas observadas foram corrigidas na versão do PDTI publicado em setembro de 2013.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os ajustes realizados promoveram melhorias na clareza do texto, facilitando sua compreensão.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1-Rec. 010	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, ressalva que justifique a não vinculação do tema '2.6 Gestão da documentação' às estratégias da Dataprev elencadas no plano.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

Mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, a Dataprev encaminhou manifestação à CGU sobre o Plano de Providências Permanente – PPP. A Controladoria ao analisar a questão, verificou que o tema Gestão de Documentação, embora não esteja vinculado às estratégias da Dataprev elencadas no PDTI, encontra-se, na versão revisada do documento, aprovada pela Resolução RS 3275/2013, vinculado às Prioridades para o Sucesso do Negócio bem como aos Objetivos Estratégicos de TI definidos pela Empresa.

Concluindo, desse modo, que a recomendação foi atendida, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

O tema Gestão de Documentação, embora não esteja vinculado às Estratégias da Dataprev elencadas no PDTI, encontra-se, na versão revisada do PDTI, vinculado às Prioridades para o Sucesso do Negócio bem como aos Objetivos Estratégicos de TI definidos pela Empresa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O desenvolvimento do processo de gestão da documentação está em andamento e integrou o Plano de Ação 2013 e consta no Plano de Ação 2014.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1-Rec. 011	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Contemplar, no PDTI, descrição da estrutura organizacional da Dataprev, das principais atividades desenvolvidas pela empresa, da arquitetura de TIC utilizada e do inventário de equipamentos e serviços em utilização, sem prejuízo para a inclusão de outros documentos considerados aplicáveis pela empresa.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A Controladoria acatou a resposta da Dataprev encaminhada, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, com manifestação sobre o Plano de Providências Permanente – PPP, quando foi informado que a inclusão das informações mencionadas no PDTI ocasionaria redundância de informação, ao citar que as mesmas já estão disponíveis em outros documentos da Empresa.

Não obstante, a CGU verificou que a versão revisada do PDTI 2013-2015, contempla informações relativas aos serviços prestados pela Empresa, atendendo, em parte, a recomendação.

A CGU concluiu que a recomendação foi atendida parcialmente e, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Empresa, considerou que as providências adotadas foram suficientes, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

O PDTI publicado por meio da Resolução PR nº. 3275, de 13 de setembro de 2013 contempla informações relativas aos serviços prestados pela empresa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Considerando que tecnologia da informação é a atividade fim da Empresa e uma vez que a estrutura organizacional da Dataprev está formalizada no Manual da Organização, que se encontra devidamente aprovado nos termos do previsto no Estatuto da Empresa, não seria oportuno incluir de forma redundante tais informações no PDTI.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.4 - Rec. 001	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Definir e incluir no PD-Dataprev modelos para todos os artefatos previstos na metodologia ou, em caso de utilização de ferramentas automatizadas, incluir no PD-Dataprev menção expressa à funcionalidade ou opção da ferramenta que deve ser utilizada para fins de atendimento do quesito expresso pelo respectivo artefato.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A DATAPREV, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, encaminhou manifestação à CGU sobre o Plano de Providências Permanente – PPP. A Controladoria ao analisar a questão verificou, com base na documentação fornecida, que a recomendação em questão foi atendida pela Empresa, conforme consignado na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

Melhoria do processo, em virtude da disponibilização da versão 4.2 do PD-Dataprev, em 11/10/2013.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Utilização de suíte integrada de ferramentas de apoio ao desenvolvimento.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\DRD\CGQS

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório CGU/SFC nº 224.733/2008	Item 008 - Rec. 004	Of. 14545/CGU/RJ

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Estabelecer indicadores operacionais históricos, suficientemente decompostos para permitir rastreabilidade das causas dos problemas, condição necessária à efetiva realização do ciclo PDCA, para avaliar o grau de eficiência, eficácia e economicidade alcançado em relação ao planejado para o final de cada exercício.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

A Dataprev desenvolveu e implantou processo para recebimento de demandas relativas à criação de novos indicadores. Este processo tem por objetivo organizar e documentar os indicadores, de forma que suas fontes sejam não somente identificadas, como também rastreáveis. No conjunto de ações está a análise dos elementos que constituem os indicadores, em especial, seu conceito, sua fórmula e o cumprimento de seu objetivo.

O conjunto de indicadores atualmente disponíveis e a recente sistematização dos procedimentos de extração dos dados, já permitem a Dataprev rastrear problemas e avançar no processo de melhoria contínua.

As informações encaminhadas à CGU, mediante Ofício PR nº 597, de 08/11/2013, sobre o Plano de Providências Permanente – PPP, resultaram na manifestação de atendimento contida na Nota Técnica CGU/RJ nº 232, de 31/01/2014 – Ofício CGU/RJ nº 2622, de 31/01/2014.

Síntese dos resultados obtidos

A Dataprev desenvolveu e implantou processo para gerenciamento de indicadores. Este processo tem por objetivo organizar e documentar os indicadores, de forma que suas fontes sejam não somente identificadas, como também rastreáveis. Atualmente, há metas negociadas para os indicadores que norteiam os processos de remuneração variável, negociadas com a Diretoria, bem como metas para os indicadores da Participação nos Lucros e Resultados, negociadas com o DEST. Todos possuem responsáveis pelo seu acompanhamento e reporte.
O conjunto de indicadores atualmente disponíveis e a recente sistematização dos procedimentos de extração dos dados, já permitem a Dataprev rastrear problemas e avançar no processo de melhoria contínua.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O crescente amadurecimento dos processos gerenciais, administrativos e técnicos, com o uso intenso de tecnologias para registro automático de informações, viabilizou a implantação de procedimentos eficientes para captura e tabulação dos dados utilizados na composição dos indicadores.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\CGPO

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório CGU/SFC nº 224.733/2008	1.1.2.3/002	Of. 14545/CGU/RJ

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

Apresentar no relatório de gestão do exercício de 2009 resultados quantitativos e indicadores associados aos programas e ações internos listados no relatório de auditoria.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

Na página 207 do Relatório de Gestão da Dataprev, referente ao exercício de 2012, publicado na Dtpnet, a Tabela XXXVII - Indicadores de Acompanhamento de Execução dos Programas em 2012 evidencia o atendimento a recomendação da CGU, mediante apresentação dos percentuais de execução dos programas internos por Diretoria.

Síntese dos resultados obtidos

O Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentou os indicadores associados aos programas internos da Dataprev, mensurando o percentual de execução das ações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A sistematização do monitoramento do Plano de Ação, com acompanhamento periódico e individualizado da execução de cada ação, foi fator determinante para construção dos indicadores apresentados no Relatório de Gestão.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\CGPO

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório SFC Nº 161.025	4.2.6.2	Of 25.202/2005/GAB/CGUR J/CGU-PR, de 20/09/2005

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

A DATAPREV deverá, prioritariamente, efetivar a integração de sistemas necessária, principalmente na área administrativa, e a aquisição de novas ferramentas que contemplem as deficiências apresentadas, particularmente na DNG.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Síntese da providência adotada:

O sistema Protheus (ERP) adquirido da Totvs – denominado como Projeto Sigma na Dataprev, permitiu a modernização dos sistemas de informação e gestão na Dataprev a partir de seus quatro eixos básicos: gestão de mudança, de comunicação, de infraestrutura e de processos.

Complementando o Sistema de Gestão de Pessoas (SGPe) desenvolvido pelo Serpro, foi internalizado pela Dataprev por intermédio de um Termo de Cooperação Técnica entre as empresas, sendo customizado, com o objetivo de atender aos requisitos de negócio da Dataprev.

Não obstante, a empresa adotou também como ferramenta de acompanhamento e controle de projetos o Clarity - onde a DRD é uma das áreas gestoras usuárias da aplicação. Tal adoção fez-se necessário uma vez que o relatório da CGU cita que "...há atividades ainda não contempladas, tal como controle de mudanças e testes executadas na DNG". Tal deficiência, está plenamente contemplada uma vez que para o controle de versões é utilizada a ferramenta "Starteam/CVS" e para gerenciamento de testes a ferramenta "Silk Central" está em produção, conforme detalhamento da página da intranet (http://www-pddataprev/visualizar_categoria.php?idcategoria=3).

Síntese dos resultados obtidos

Desenvolvimento de banco de pontos de função, que atenderá também outras mudanças demandas pela evolução dos processos da Empresa, que ensejam alterações no Protheus, em especial, processos da área de treinamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

.Negativo: Dificuldade em adaptar os atuais processos da área de treinamento aos módulos contratados à TOTVS, face limitação de customização de 10%.

.Positivo: Desenvolvimento de banco de pontos de função.

Órgão responsável:	DATAPREV\PR\DFS\DETI

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório CGU/SFC nº 2011.09993	1.1.2.1.2	Ofício 30976/2011-NAC-4-CGU

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

1.1.2.1.2 - Após a criação/formalização de uma política de segurança de informação na área de Gestão de Continuidade de Negócio, executar periodicamente o Plano de Recuperação de Negócios (PRN), segundo estratégia a ser definida pela DATAPREV

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\CGSI	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em 2013 foi executado um teste inicial do ambiente de continuidade do cliente MTE em SP. Neste teste foram feitos acessos às aplicações locais (apenas da infraestrutura de continuidade) que conta com replicação imediata de dados da produção residente no RJ. Os testes tiveram resultados positivos. Outro teste está previsto para ocorrer até dezembro de 2014.

A implementação dos ambientes de continuidade para os clientes INSS (CNIS), INSS (SIBE I), MPS e RFB juntamente com testes iniciais estão em fase de planejamento, com previsão de implementação e realização dos testes até dezembro de 2014. Essas ações estão inseridas no Plano de Ação da empresa para 2014.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A implementação de ações de tal natureza é de médio e longo prazo.
Conforme o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios aprovado pela Diretoria e já apresentado anteriormente, o prazo previsto de conclusão de todos os planos de continuidade de negócios é final de 2015.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.1 - Rec. 005	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

005: Contemplar, no PDTI, a identificação dos fatores críticos de sucessos capazes de impactar a implementação do plano.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Os instrumentos de planejamento utilizados pela Dataprev foram aperfeiçoados e, a partir de 2014, a identificação dos fatores críticos de sucesso capazes de impactar a implementação das iniciativas prevista no PDTI é realizada por meio do instrumento de planejamento que detalha o Plano de Ação anual da Empresa, chamado “Ficha Resultado”.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento foi considerado oportuno e proporcionou melhor entendimento do escopo e do alinhamento das ações executadas pela Empresa. A implementação deste aperfeiçoamento foi realizada no ciclo de planejamento referente ao ano de 2014, na fase de formulação do Plano de Ação Anual.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.2 - Rec. 001	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

001: Estabelecer mecanismo de controle com o objetivo de: identificar, tempestivamente, os fatores que estão ocasionando atrasos nos ciclos anuais de implantação do SGSI; planejar e implementar medidas preventivas, visando mitigar a probabilidade de ocorrência destes fatores; planejar e implementar medidas reativas a serem executadas caso estes fatores ocorram.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\CGSI	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Ação cumprida. A empresa considera a recomendação atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Lapso temporal requerido à implementação de ações dessa natureza.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.2 - Rec. 002	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

002: Elaborar e publicar normativo interno, referente à gestão de incidentes, complementar às disposições do Manual de Segurança da Informação da empresa.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\CGSI	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em 2013 novos empregados foram designados para a Comissão de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – CTIR e precisaram ser capacitados para realizar a recepção, classificação, análise e tratamento dos incidentes de segurança registrados.

Ademais, a diversidade/quantidade de incidentes de segurança registrados e a condução do processo investigatório dos mesmos demandaram a dedicação quase exclusiva da Equipe.

Com os insumos gerados pelo tratamento dos incidentes foi possível iniciar a elaboração do normativo, cuja publicação está prevista, de acordo com resultado do Plano de Ação 2014, para o final de julho de 2014.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Lapso temporal requerido à implementação de ações dessa natureza.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.2 - Rec. 003	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

003: Implementar as recomendações relativas aos riscos físicos identificados para cada Centro de Processamento da empresa, disponibilizando, periodicamente, para esta Controladoria, informações sobre a evolução do processo de implementação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\CGSI	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Ação cumprida. Os questionários respondidos pelos CP´s RJ, SP, e DF, bem como seus anexos, referentes às recomendações produzidas pelos Relatórios de Riscos Físicos dos CP´s, já foram recebidos e estão sendo analisados/tratados. A documentação que evidencia a posição atual das respectivas implementações previstas no âmbito dos CP´s é parte integrante do acervo documental que compõe o processo instituído na empresa, estando a disposição para eventuais consultas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Lapso temporal requerido à implementação de ações dessa natureza.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.4 - Rec. 002	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

002: Definir um conjunto mínimo de artefatos, previstos na versão mais atual do PD-Dataprev e considerados críticos para assegurar a qualidade do processo de desenvolvimento, os quais deverão ser elaborados, obrigatoriamente, para todas as novas demandas de versionamento e manutenção de sistemas, independente da versão do PD-Dataprev utilizada pelo sistema de informação a ser alterado.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\DRD\CGQS	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Não houve tempo hábil para implementação das ações requeridas ao atendimento da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Concorrência com outras demandas e necessidade de revisão do ciclo de vida de manutenção.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.4 - Rec. 004	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

004: Ampliar o monitoramento realizado pela Coordenação Geral de Qualidade de Software para que a mesma inclua em sua avaliações, ainda que por meio de amostra, demandas de desenvolvimento de sistemas não classificadas como projeto.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\DRD\CGQS	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Não houve tempo hábil para implementação das ações requeridas ao atendimento da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Institucionalização do ciclo de vida de manutenção de produtos de software, com avaliações pela área de qualidade de software da Empresa.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.4 - Rec. 005	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

005: Estabelecer mecanismo automatizado de avaliação, a ser preenchido pelo cliente solicitante, para cada demanda desenvolvida e implantada pela Dataprev, fornecendo, desta forma, subsídios para o estabelecimento de indicador específico com o objetivo de permitir o monitoramento da qualidade das entregas da empresa, do ponto de vista dos clientes, pela Coordenação Geral de Qualidade de Software.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\DRD\CGQS	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

Não houve tempo hábil para implementação das ações requeridas ao atendimento da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Sistematização do processo de coleta de indicadores de satisfação do cliente.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 1.2.3.6 - Rec. 001	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

001: Adotar procedimentos de controle com vistas a garantir que os processos de aquisição de bens e serviços, em especial os de TI, sejam instruídos com todos os documentos da fase de planejamento, necessários a caracterizar a necessidade da contratação e a justificativa da escolha do objeto, contemplando inclusive os elementos que justifiquem a inviabilidade de competição nos casos de contratação por inexigibilidades de licitação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\DFS\SUSL\DECP	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

. Os procedimentos e documentação necessária para instrução dos processos estão elencados e detalhados no Manual de Compras e Contratações, disponível em http://www-dtpnet/content/manual-de-compras-e-contratacoes e na Norma SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E DE MATERIAIS AO ARMAZÉM em http://www-dtpnet/sites/default/files/N_SU_004_04_1.pdf.

. Apesar de haver consenso sobre o atendimento ao aponte, foi recebida Nota Técnica da CGU manifestando que irá avaliar a situação em futuro trabalho, ou seja, aguardamos o parecer daquele órgão para baixa definitiva.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Esta recomendação funcionou como um alerta para adoção de medidas práticas que disseminem a efetividade dos procedimentos previstos nos instrumentos normativos internos.

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Recomendação do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório CGU/SFC nº 2013.05814	Item 4.2.1.1 - Rec.001	Ofício 30.437/2013/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU/PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL -DATAPREV	**303**

Descrição da Recomendação

001: Atentar para a necessidade do estudo preliminar para a aquisição de suprimentos e para o devido enquadramento da modalidade quando da realização de Pregão Compartilhado.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela implementação	Código SIORG
DATAPREV\PR\DFS\SUSL\DECP	**303**

Justificativa para o seu não cumprimento:

. Os procedimentos e documentação necessária para instrução dos processos estão elencados e detalhados no Manual de Compras e Contratações, disponível em http://www-dtpnet/content/manual-de-compras-e-contratacoes e na Norma Solicitação De Compras e de Materiais ao Armazém em http://www-dtpnet/sites/default/files/N_SU_004_04_1.pdf
.Pregão Compartilhado –Encontra-se em andamento processo de adequação do Sistema de Gestão Corporativa/Protheus, no sentido de incluir a funcionalidade de adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos da APF, em atendimento a referida recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

. Esta recomendação funcionou como um alerta para adoção de medidas práticas que disseminem a efetividade dos procedimentos previstos nos instrumentos normativos internos.

ANEXO IV

(Item 10, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

(a) Complementos acerca do serviço de informações aos cidadãos:

- **Relatório Gerencial Serviço de Informação ao Cidadão - 2013**

DATAPREV

Relatório Gerencial
Serviço de Informação ao Cidadão
Anual
2013

Acesso à Informação

CGPO/2013

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

DIT – Diretoria de Infraestrutura de TIC

DFS – Diretoria de Finanças e Serviços Logísticos

DPE – Diretoria de Pessoas

DRD – Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informação

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPS – Ministério da Previdência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PR – Presidência

Sumário

Introdução 04

Fluxo Diário de Pedidos 05

Janeiro.....05
Fevereiro.....05
Março.....06
Abril.....07
Maio.....07
Junho.....08
Julho.....08
Agosto.....09
Setembro.....09
Outubro.....10
Novembro.....10
Dezembro.....11

Total de pedidos.....12

Direcionamento de pedidos.....13

Pedidos por diretoria.....14

Solicitações por tema.....16

Situação dos pedidos.....17

Introdução

A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ao regulamentar esse direito, a Lei torna essencial o princípio de que o acesso é a regra, e o sigilo é a exceção e estabelece procedimentos para que a Administração responda a pedidos de informação do cidadão.

A resposta a uma solicitação de acesso à informação pública requer metodologia, ou seja, é necessário processar o pedido e garantir ao requerente a entrega do dado. Para isso, a Lei de Acesso a Informações estipula:

- procedimentos, padrões e prazos para o processamento dos pedidos de informação;
- a criação do Serviço de Informações ao Cidadão em todos os órgãos e entidades do poder público;
- que órgãos e entidades públicas devem divulgar informações de interesse coletivo, sobretudo por meio da Internet, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal;
- mecanismos de recurso em caso de negativa de acesso à informação.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é uma unidade física existente, em local identificado e de fácil acesso para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública. Os SICs têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- Conceder o acesso imediato à informação disponível;
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Para formalizar e auxiliar no controle dos pedidos de informação demandados pelos cidadãos foi desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) um sistema eletrônico de registro, o e-SIC.

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

Assim, apresentamos o relatório anual de 2013, com as informações consolidadas dos pedidos registrados para a Dataprev.

Fluxo Diário de Pedidos

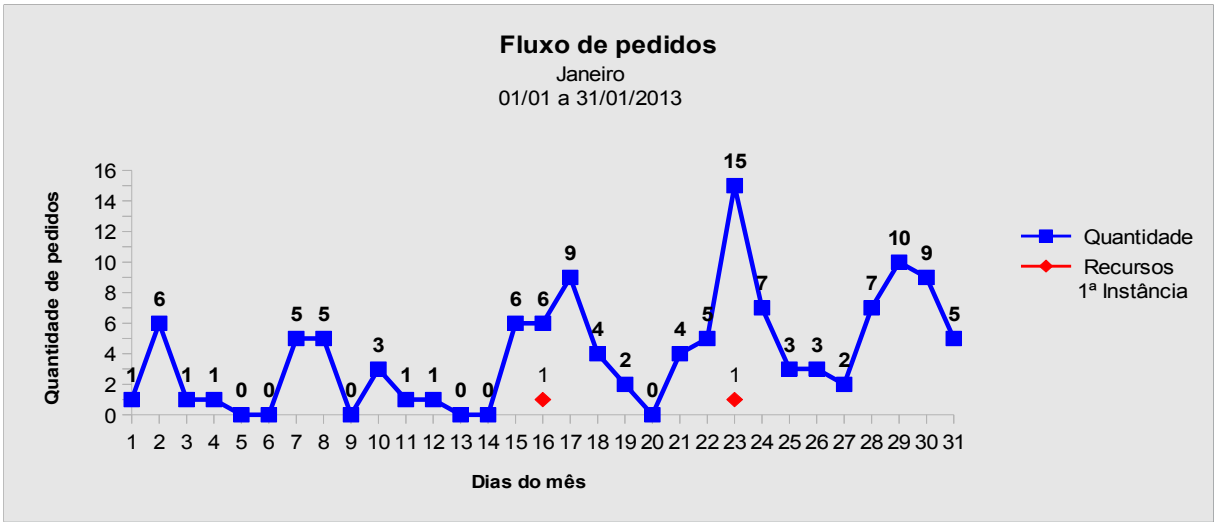
No ano de 2013 foram registrados 1549 pedidos de informação, sendo 296 efetivamente sobre a Dataprev. Veja nos tópicos abaixo, o detalhamento mensal da quantidade de pedidos e a descrição das características destes pedidos.

Janeiro

Neste período foram registrados um total de 121 pedidos. Sendo que o dia 23 foi o de maior quantidade de registros de solicitações, totalizando 15 pedidos.

Obtivemos dois recursos em 1ª instância nesse mês.

O gráfico abaixo detalha a variação da quantidade de pedidos no período:

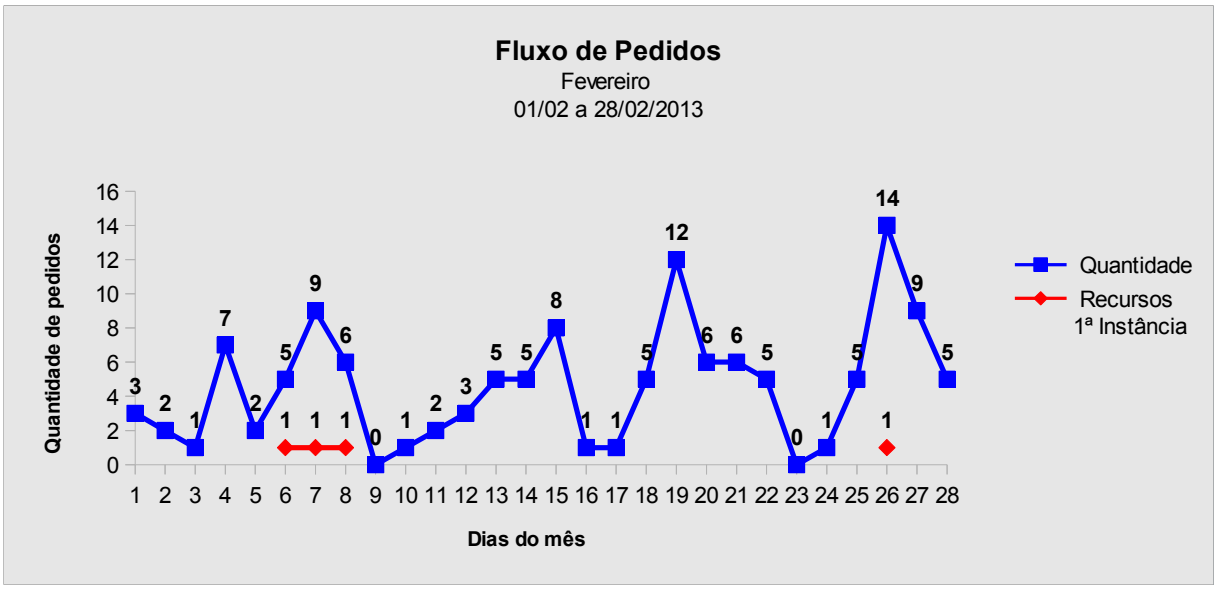


Fevereiro

Neste mês foram registrados um total de 129 solicitações, sendo que o dia 26 foi o dia de maior número de registros, com 14 no total.

Ressaltamos ainda, a ocorrência de 04 registros de recurso, conforme destacado no gráfico, sobre as respostas disponibilizadas.

Segue abaixo gráfico relativo as quantidades de ocorrência deste mês:

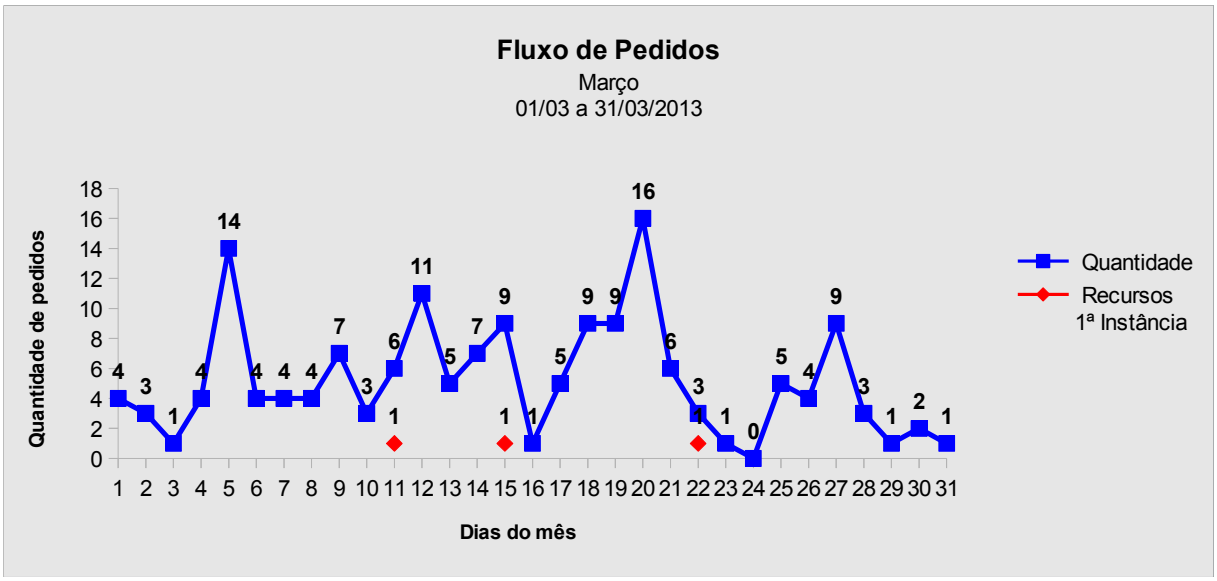


Março

Neste período foram registrados um total de 161 pedidos de informação, sendo que o dia 20 foi o de maior número de registro de solicitações, com 16 no total.

Ainda nesse período, ocorreram um menor número de pedidos de recursos sobre as respostas disponibilizadas comparados com o mês anterior. No total, foram contabilizados 3 solicitações de recursos.

Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



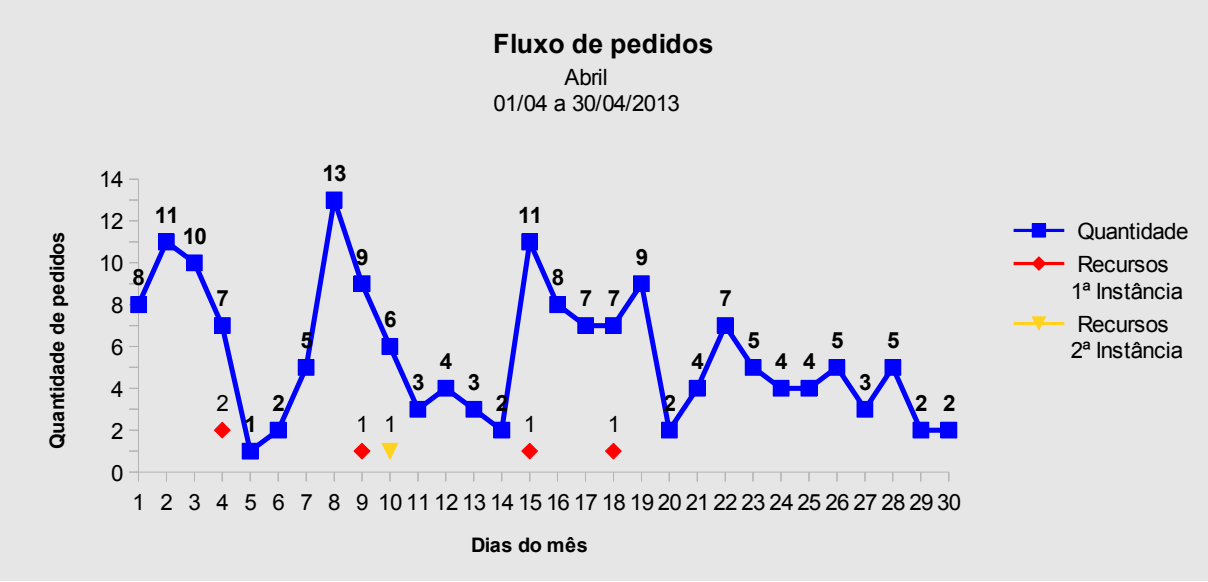
Abril

Neste mês foram registrados um total de 169 pedidos de informação, sendo que o dia 8 foi o dia de maior número de registro de solicitações, com 13 no total.

Nesse período, foi contabilizado 04 (quatro) pedidos de recursos.

Também, foi registrado um pedido de recurso em 2ª Iinstância para a autoridade máxima da Dataprev.

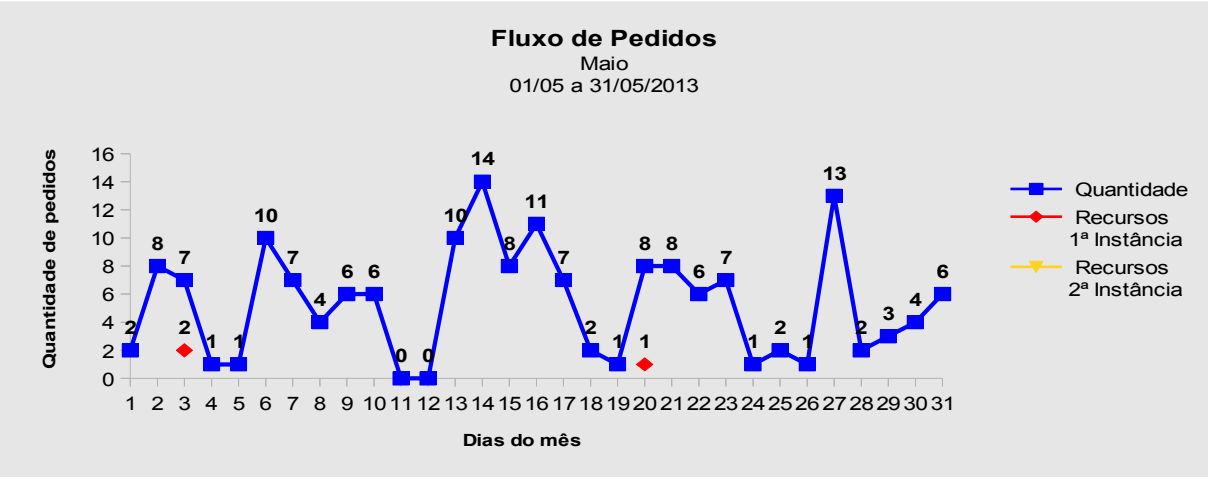
Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Maio

Neste período foram registrados um total de 166 pedidos de informação, sendo que o dia 14 foi o dia de maior número de registro de solicitações, com 14 no total. Tivemos dois pedidos de recurso em 1ª instância.

Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:

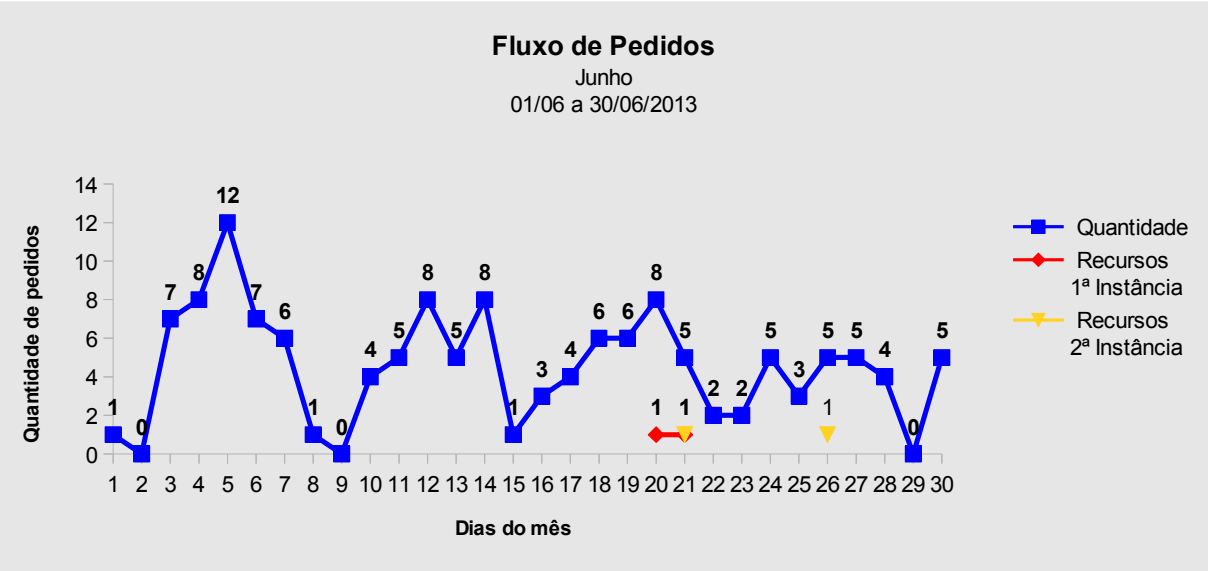


Junho

Neste mês foram registrados um total de 136 pedidos de informação, sendo que os dia 5 foi o dia de maior número de registro de solicitações, com 12 no total.

O mês de outubro foi o período com o maior número de recursos em 2ª instância contabilizados. Foram 2 (duas) solicitações de recurso em 2ª instância e 1 (um) pedido de recurso em 1ª instância.

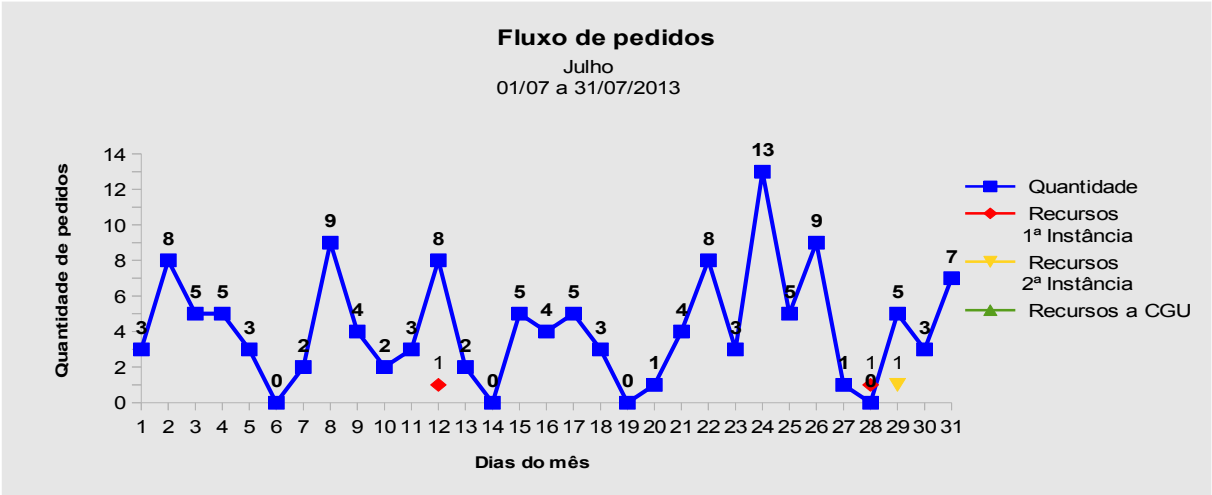
Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Julho

Neste mês foram registrados um total de 130 pedidos de informação, sendo que o dia 24 foi o de maior número de registro de solicitações, com 13 no total.

Nesse período, foram contabilizados 02 (duas) solicitação de recurso 1ª Instância e uma em 2ª. Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:

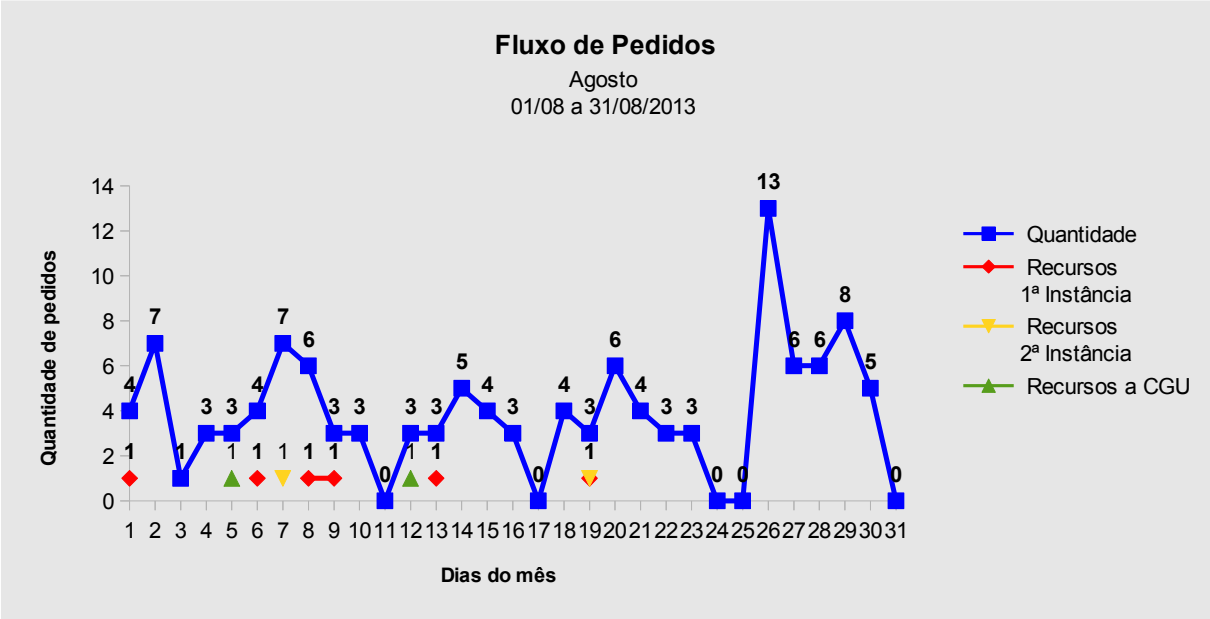


Agosto

Neste período foram registrados um total de 120 pedidos de informação, sendo que o dia 26 foi o de maior número de registro de solicitações, com 13 no total.

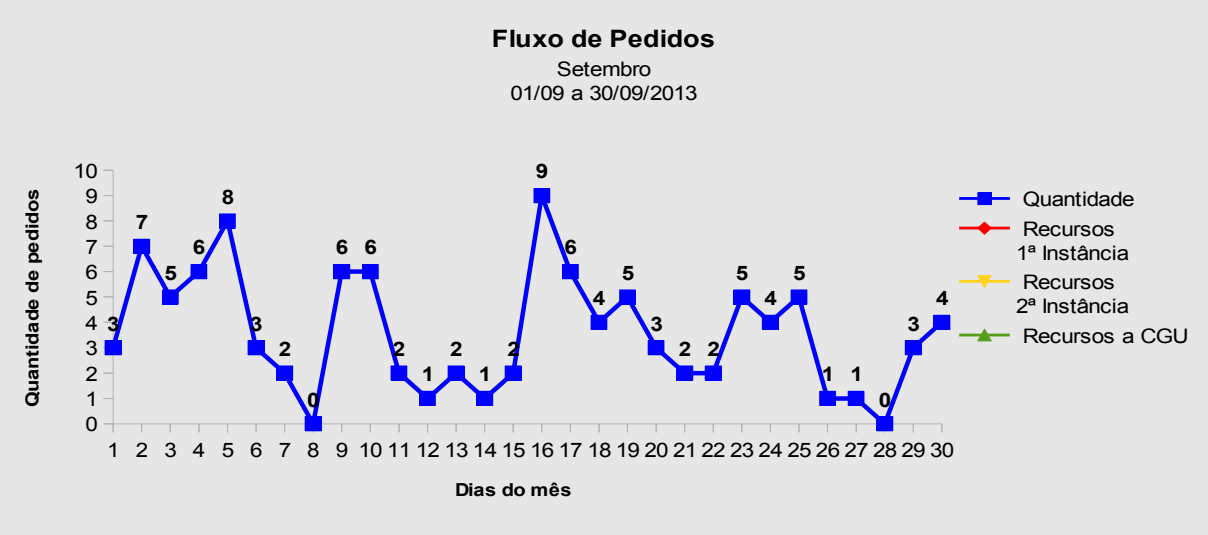
Nesse período, foi contabilizado 04 (quatro) solicitações de recurso em 1ª instância, dois pedidos de recurso em 2ª instância e pela primeira vez na Dataprev, recebemos recursos para a terceira instância (CGU) com 02 (dois) pedidos.

Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Setembro

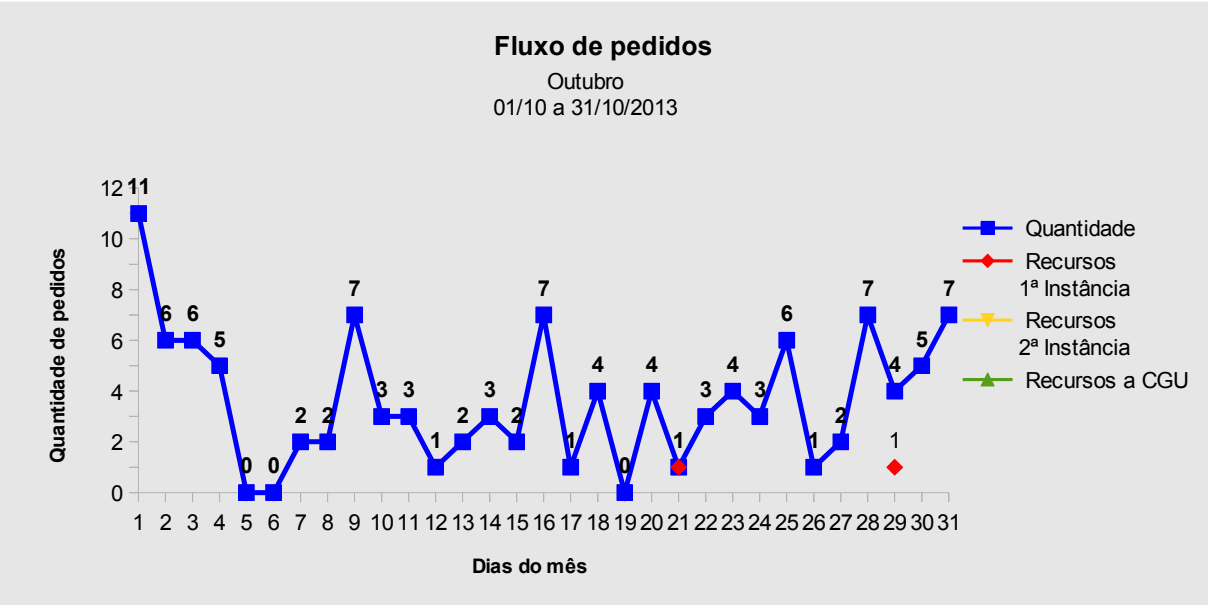
Neste mês foram registrados um total de 108 pedidos de informação, sendo que o dia 16 foi o de maior número de registro de solicitações, com 9 no total.



Outurbro

Neste mês foram registrados um total de 113 pedidos de informação, sendo que o dia 01 foi o de maior número de registro de solicitações, com 11 no total.

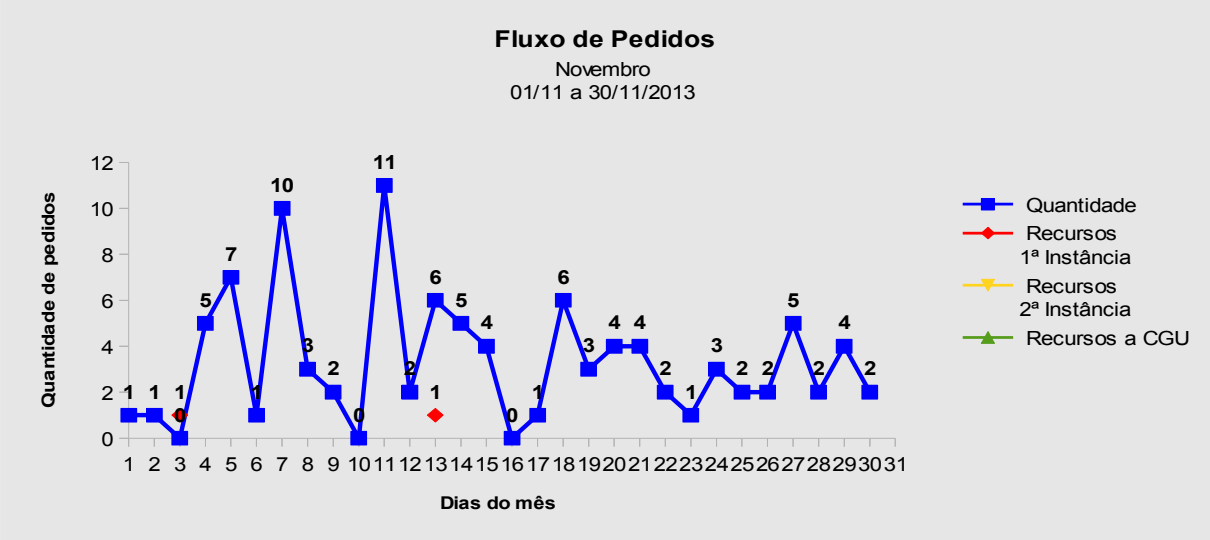
Nesse período, foram contabilizados 02 (duas) solicitações de recurso 1ª Instância. Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Novembro

Neste mês foram registrados um total de 98 pedidos de informação, sendo que o dia 11 foi o de maior número de registro de solicitações, com 11 no total.

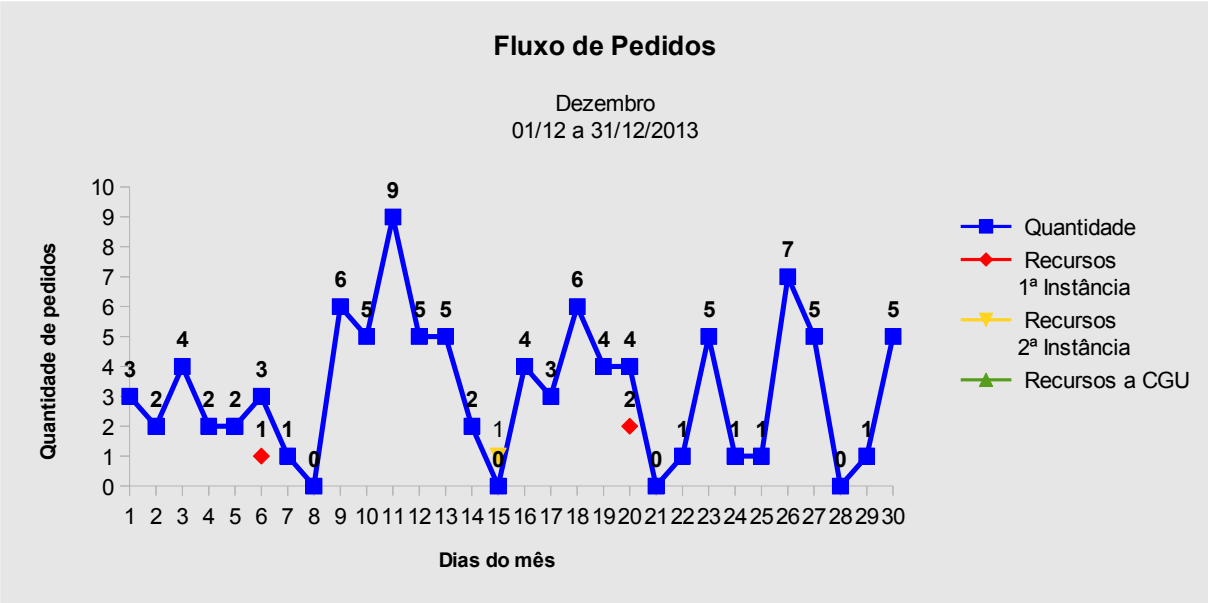
Nesse período, foram contabilizados 02 (duas) solicitações de recurso 1ª Instância. Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Dezembro

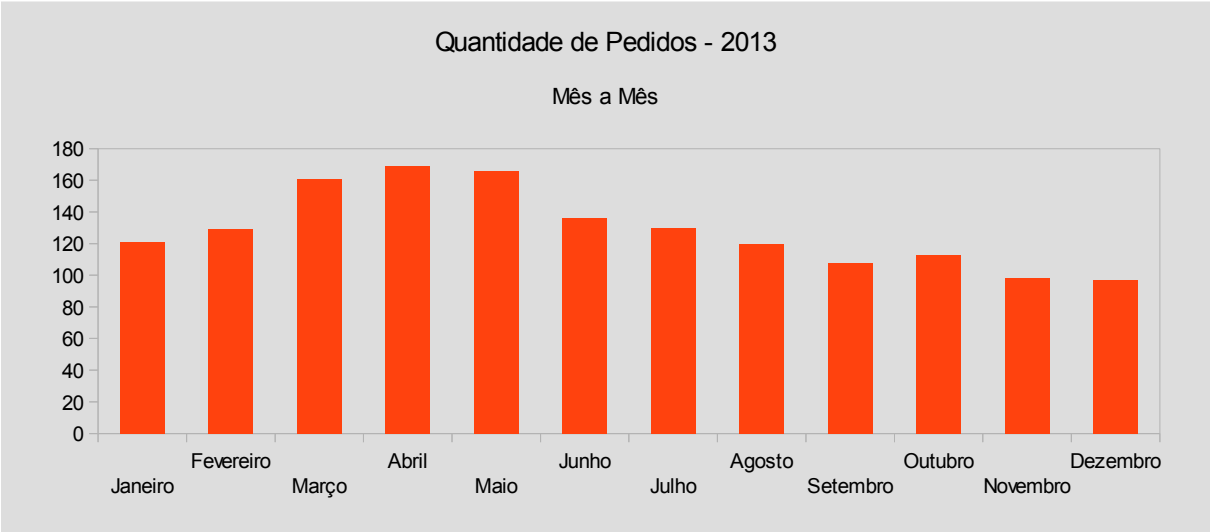
Neste mês foram registrados um total de 98 pedidos de informação, sendo que o dia 11 foi o de maior número de registro de solicitações, com 9 no total.

Nesse período, foram contabilizados 02 (duas) solicitações de recurso 1ª Instância e também um recurso em 2ª instância. . Segue gráfico detalhado com as informações sobre a quantidade de pedidos diários:



Total de pedidos – mês a mês

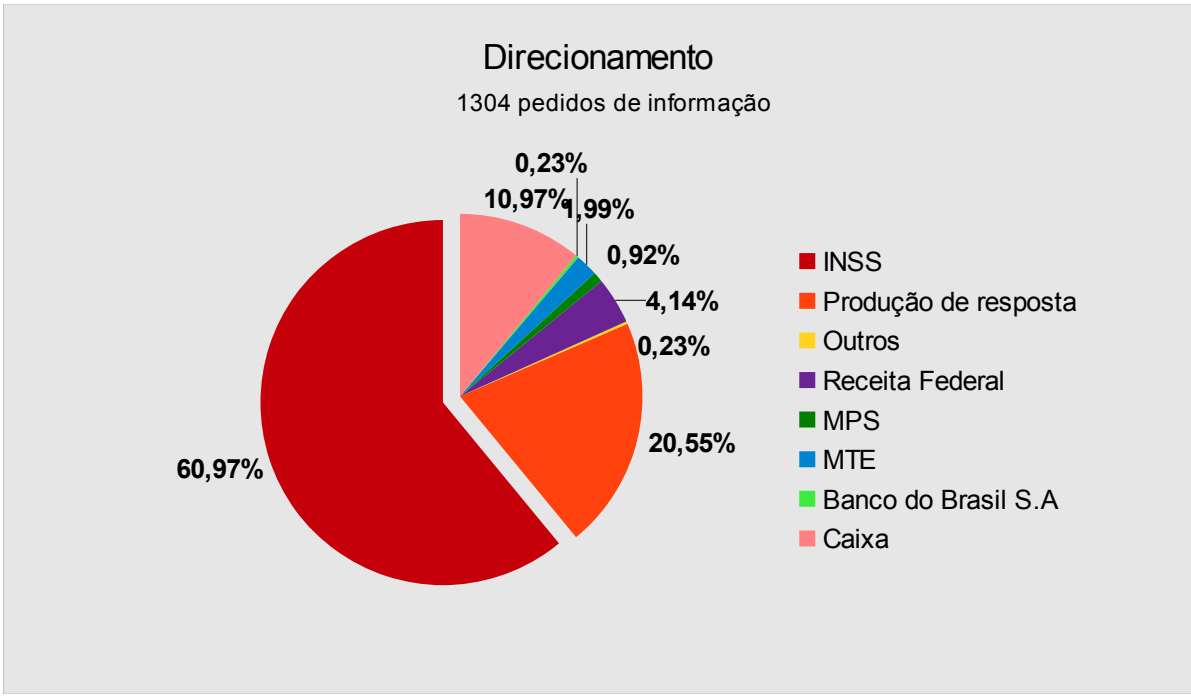
Analisando o gráfico abaixo, podemos concluir que houve um aumento no número de solicitações registradas no e-SIC nos meses de março, abril e maio. Este aumento na demanda reflete uma maior busca de informações devido ao término do prazo de validade do Concurso Público n.º 01/2011 em setembro de 2013.



Conforme verificado no gráfico acima, a redução dos pedidos após o mês de agosto se deve ao término do prazo de validade do concurso público de 2011.

Direcionamento dos Pedidos

Interno e Externo



Do total de pedidos registrados no e-SIC (1549 solicitações).

- 1250 pedidos (87%) foram identificados para o encaminhamento para outros órgãos. Deste total, 795 (60,97%) foram repassados para o Instituto Nacional do Seguro Social; 54 (4,14%) foram reencaminhados para a Receita Federal; 12 (0,92%) foram reencaminhados para o Ministério da Previdência Social – MPS; 26 (2%) foram repassados para o Ministério do Trabalho e Emprego; 03 foram repassados (0,23%) para o Banco do Brasil S.AI. Os reencaminhamentos ocorrem, visto que o assunto envolvido compete ao cliente da Dataprev responder por força de contrato;
- 296 pedidos (10,97%), das 1304 solicitações, foram encaminhadas aos Pontos Focais (Diretorias) para produção de resposta.
- Os 3 (0,1%) pedidos categorizados como Outros, serão detalhados mais a frente nos itens 4 e 5 deste relatório.

Por Diretoria

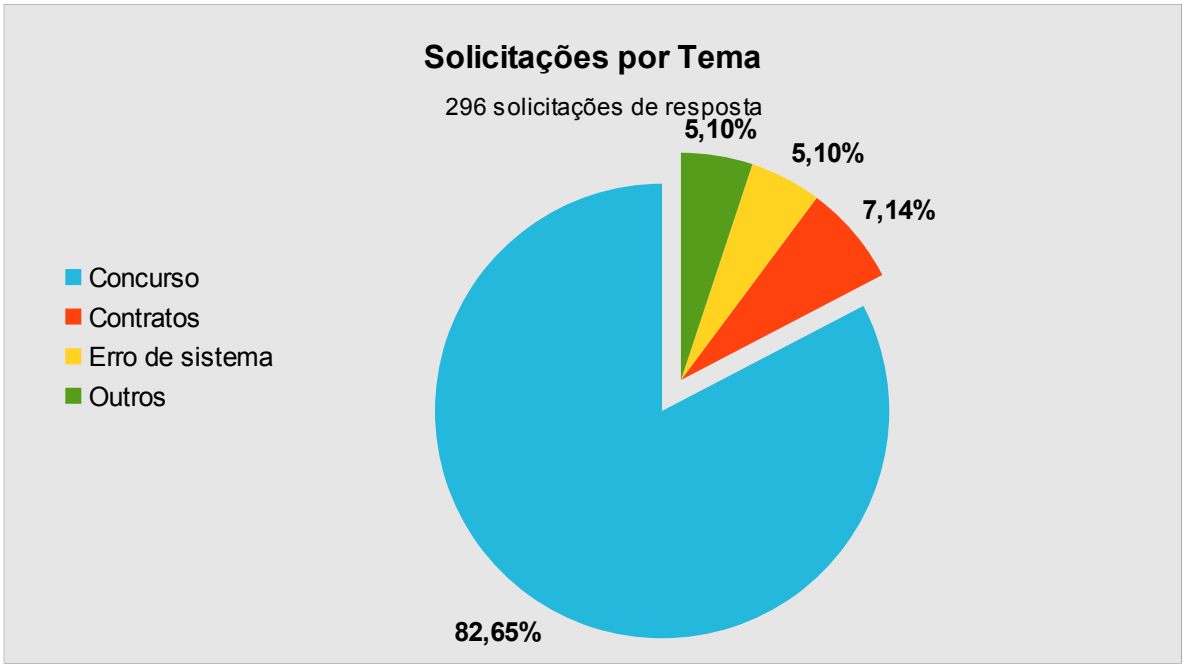
No total, 296 pedidos foram registrados necessitando respostas formais das Diretorias da empresa.

No entanto, 02 pedidos tiveram em seu conteúdo, solicitações para duas Diretorias distintas, sendo necessário realizar o desmembramento dessas solicitações. Assim, foram encaminhados 294 solicitações de produção de respostas para os Pontos Focais, sendo:

- 82,43%, ou seja, 244 dos encaminhamentos foram direcionados para o DPE;
- 2,03%, ou seja, 06 dos pedidos foram direcionados para a PR;
- 5,74%, ou seja, 29 das solicitações foram direcionadas para a DRD;
- 9,80%, ou seja,17 dos pedidos foram direcionados para a DFS; e
- Com relação a DIT, neste segundo ano, não foram encaminhados pedidos para produção de resposta.

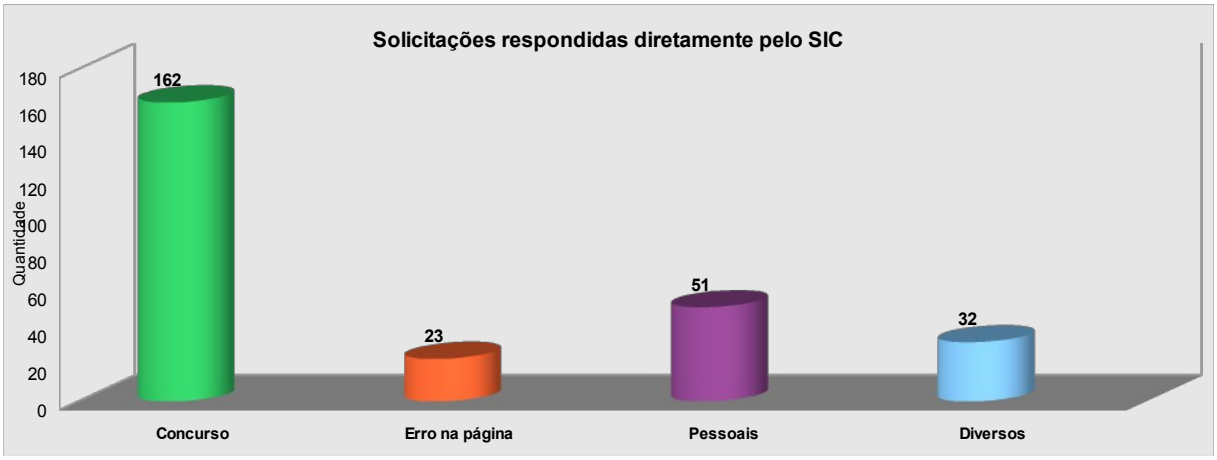
Conforme mostra o gráfico abaixo, quase a totalidade dos direcionamentos foram encaminhados para a Diretoria de Pessoas – DPE.

Solicitações por Tema



- 82,65% ou 245 solicitações foram sobre concurso público;
- 5,10% ou 15 solicitações foram sobre outros assuntos ;
- 7,14 21solicitações foram questões sobre contratos;
- 5,10 15 solicitações foram questões sobre erro de sistema.

Solicitações respondidas diretamente pelo SIC



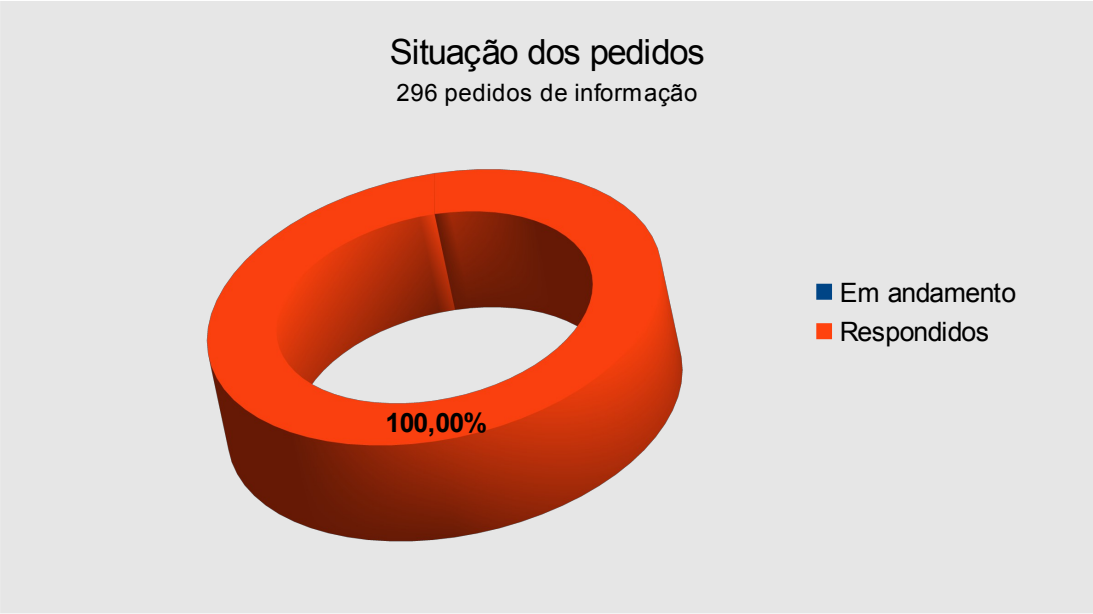
Neste tópico detalhamos os 268 pedidos que foram respondidos diretamente pelo SIC, baseado nos históricos de respostas acumuladas durante esse período.

No gráfico acima:

- 163 solicitações sobre concurso;
- 23 solicitações sobre erro de página;
- 51 solicitações sobre assuntos pessoais;
- 32 solicitações sobre assuntos diversos.

Situação dos Pedidos

Todos os pedidos direicionados à Dataprev, foram respondidos. Correspondendo a 100%..



ANEXO V

(Item 10, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atandimento às demandas

(...)

(b) Complento de informações acerca do serviço de ouvidoria :

- **Relatório Manifestações da Ouvidoria**

RELATÓRIO
MANIFESTAÇÕES DA OUVIDORIA

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os dados estatísticos das manifestações registradas no SOU-Web pertinentes à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) durante o ano de 2013.

A Ouvidora-Geral da Previdência Social – OUGPS, criada em 1998, e tendo por objetivo maior a aproximação do cidadão à Administração Pública Federal, por meio da criação de um canal, pós-atendimento, de comunicação permanente, imparcial e transparente para a sociedade assistida pelos serviços prestados acerca da Previdência Social, ou seja, pelo Ministério da Previdência Social - MPS e pelas autarquias e empresa pública a ele vinculado, são elas respectivamente: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV.

Com a criação do canal, criado pela Ouvidoria Geral da Previdência Social - OUGPS, o cidadão pôde ter maior poder participativo na gestão da Previdência Social, mediante contato pelos seguintes Canais de Atendimento: Central 135, PREVCartas, Atendimento Presencial e Internet (www.previdencia.gov.br), apresentando suas manifestações relativas à prestação dos serviços no âmbito previdenciário público.

Metodologia

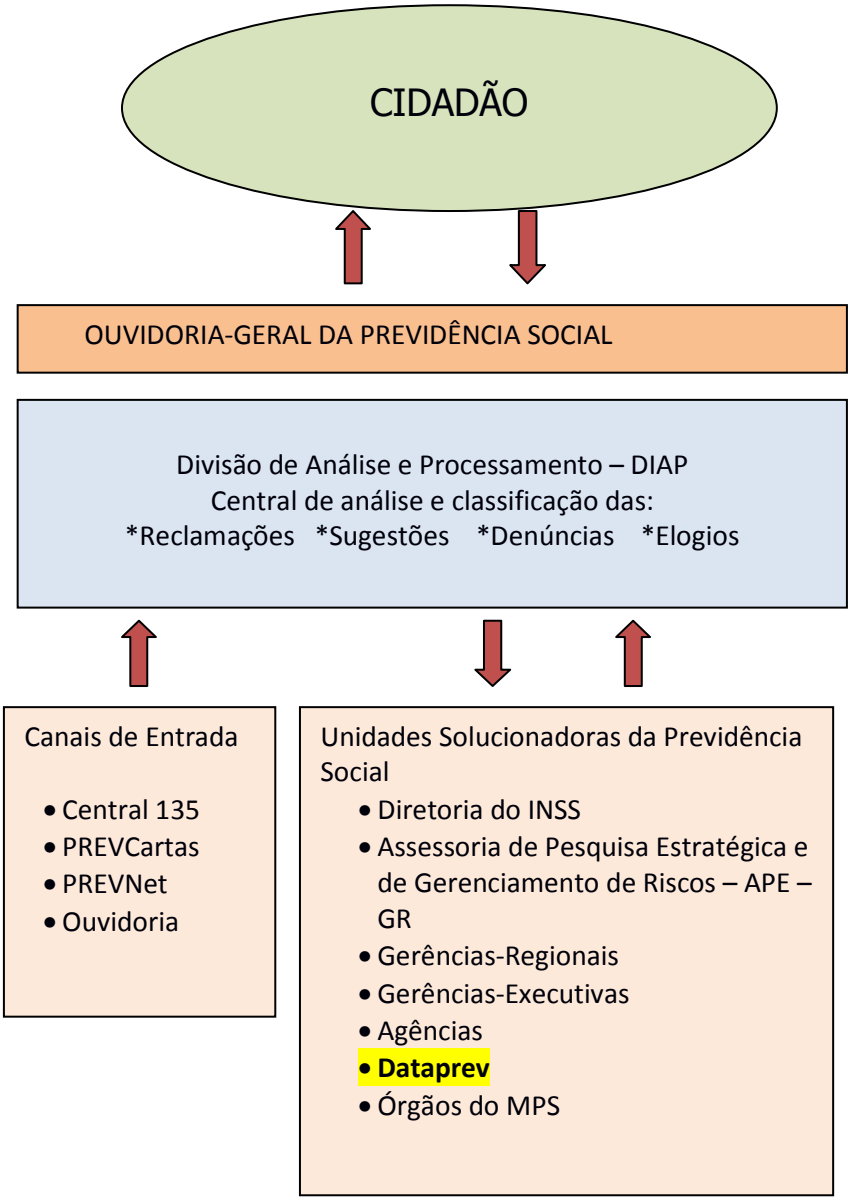
A Dataprev, na qualidade de Unidade Solucionadora da OGPS, utiliza o sistema SOU-Web para acompanhamento das manifestações/denúncias endereçadas à esta Empresa.

Funcionamento da Ouvidoria-Geral da Previdência Social

O cidadão encaminha sua manifestação a partir dos canais de entrada e ela é recepcionada pela Divisão de Análise e Processamento – DIAP, que realiza a primeira análise e prepara o encaminhamento para a área solucionadora[1] ou a resposta definitiva para o usuário, caso

isso seja possível. A resposta ao usuário passa por uma análise e confirmação das informações antes de ser expedida.

O trabalho realizado pela OGPS é apresentado a seguir, conforme o fluxograma das atividades desenvolvidas. A Dataprev participa do processo como Unidade Solucionadora.



[1] Área solucionadora ou unidade solucionadora: área técnica e finalística para das solução às demandas que os usuários enviam para a Ouvidoria.

As manifestações são classificadas por diferentes **tipos**:

Reclamação: expressão de uma insatisfação ou opinião desfavorável - um protesto, uma queixa, ou crítica - em relação ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Sugestão: expressão de uma opinião com propostas de melhorias ou mudanças ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Elogio: expressão de uma opinião favorável ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Denúncia: manifestação do cidadão que indica possíveis fatos contrários à lei, à ordem pública ou a algum regulamento e suscetível de punição em relação ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Solicitação de Informação: expressão de interesse particular ou coletivo em relação ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Expressões Livres: manifestação não relacionada ao serviço, ao atendimento ou à informação prestados ao usuário, ao Órgão ou ao Governo.

Além disso, são também classificadas por diferentes **temas**, que são os assuntos que descrevem o detalhamento das manifestações do usuário. A seguir apresentamos os dados estatísticos do ano de 2013 referentes à Dataprev.

DADOS ESTATÍSTICOS – SOU-Web

Gráfico 01. – Demandas por Classificação – Ano 2013

No gráfico 01 é possível verificar as quantidades de demandas por classificação.

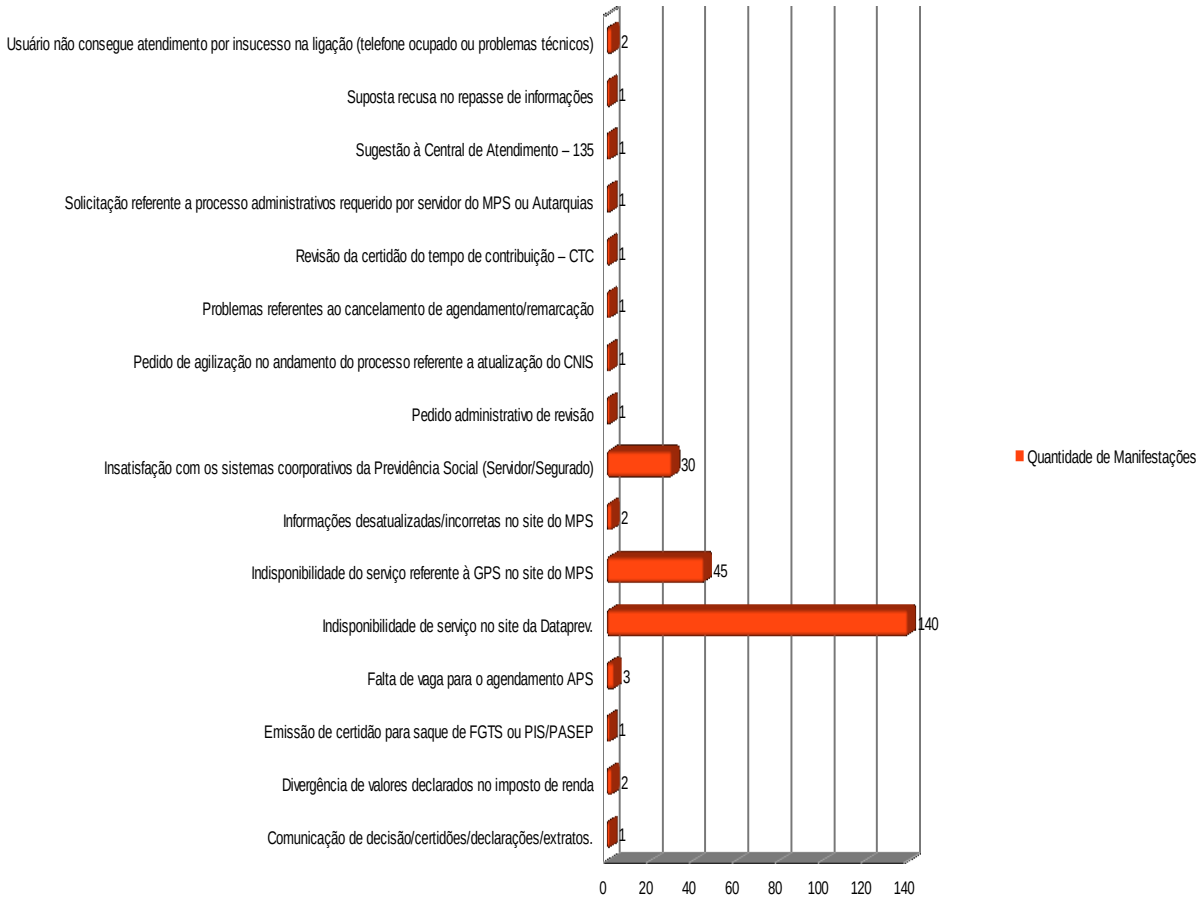


Gráfico 02. Demandas por Tipo – Ano 2013

O gráfico 02 mostra os tipos de demandas cadastradas no sistema da ouvidoria.

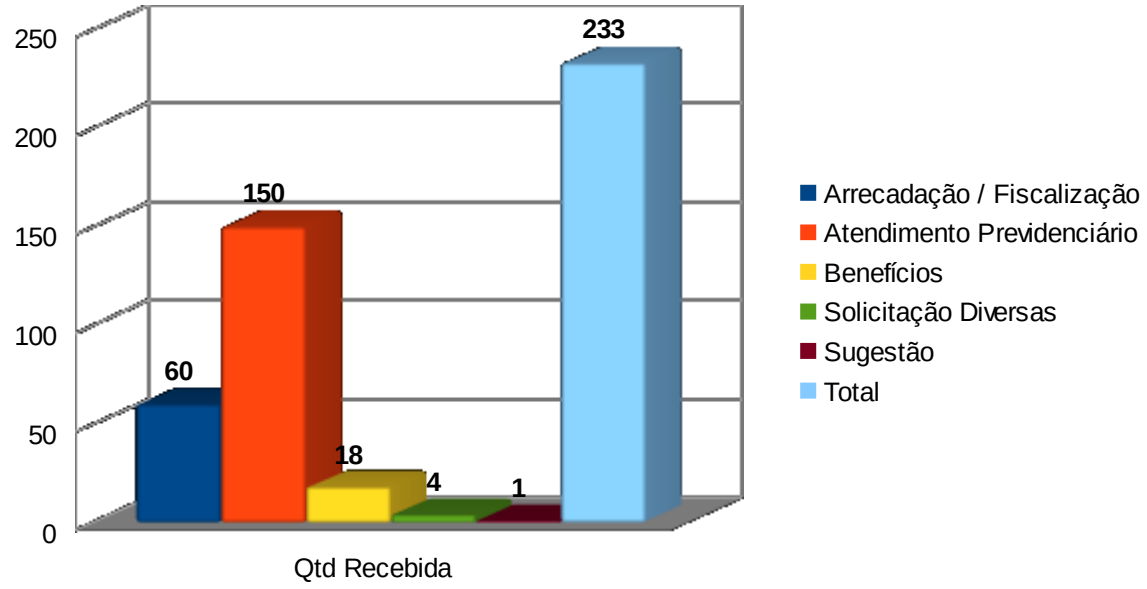


Gráfico 3 . Demandas por Estados - Ano 2013

O Gráfico apresenta as quantidades de demandas por Estado.

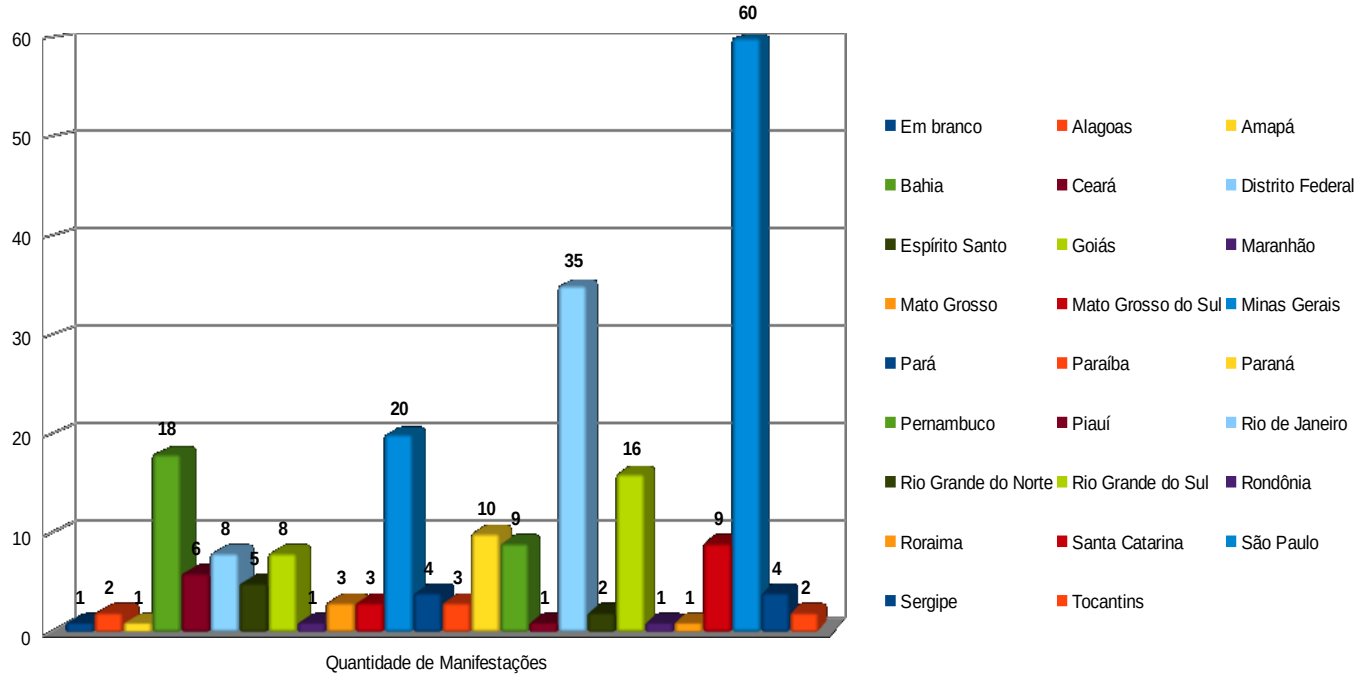


Gráfico 4 . Sugestões / Elogios – Ano 2013

No gráfico 4 é possível verificar a quantidade de elogios e sugestões cadastradas no SOU-Web referente à Dataprev ao longo do ano de 2013.

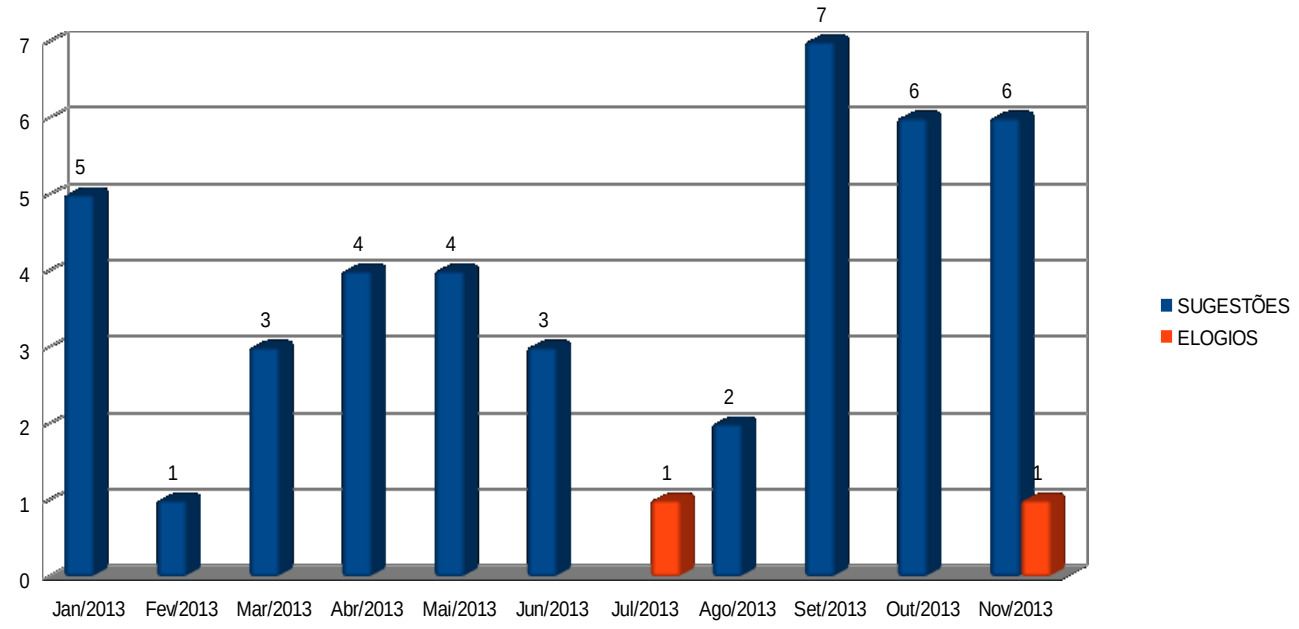
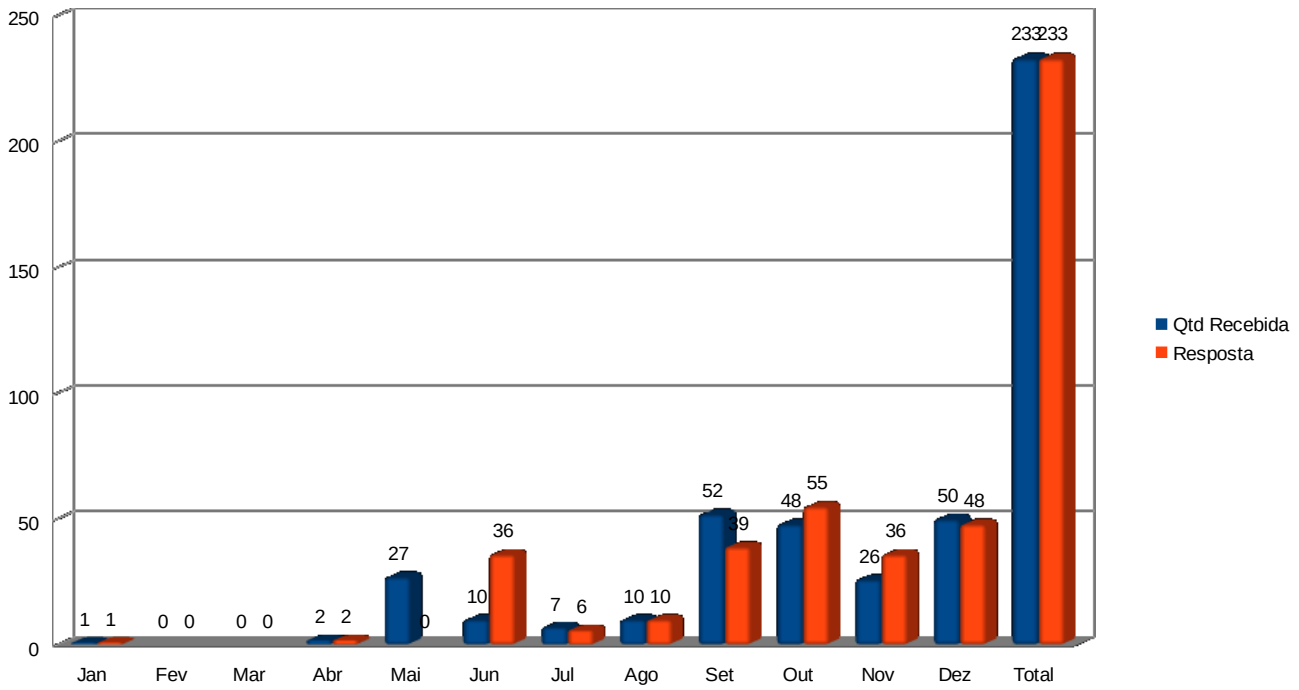


Gráfico 5 . Quantidade de Manifestações recebidas/respondidas – Ano 2013

O Gráfico apresenta o quantitativo de manifestações recebidas e respondidas pela Dataprev.



ANEXO VI

(Item 11, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(...)

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

- **Demonstrações Contábeis**
- **Notas Explicativas**

Demonstrações Contábeis – Exercício 2013

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 Comparativo com 2012

(Em milhares de R$)

Ativo	2013	2012	Passivo e Patrimônio Líquido	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE	**658.734**	**549.001**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**335.048**	**303.032**
Caixa e Equival. de Caixa	**68.648**	**64.982**	*Fornecedores*	152.755	97.742
Caixa e Bancos	521	2.650	*Contas a Pagar*	2.312	1.503
Aplicações Financeiras	68.127	62.332	*Salários e Encargos*	13.847	20.728
Clientes	**541.396**	**404.301**	*Prov. p/ Encar. Trabalhistas*	54.059	46.432
Faturas a Receber	541.396	404.301	*Prov. p/ Reclam. Trab.*	20.928	19.737
Estoques			*Imp. e Taxas a Recolher*	27.890	23.302
Materiais de Produção	356	529	*Déficit Técnico Contratado*	38.334	35.885
Materias de Expediente	136	126	*Juros S/Capital Próprio e Dividendos Propostos*	–	36.487
Materias em Transito	3	–	*Prov. p/ Participação nos Resultados*	12.504	6.970
Total dos Estoques	495	655	*Outros Débitos*	12.420	14.246
Outros Créditos					
Contas a Receber de Empregados	5.537	5.436	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**217.693**	**209.820**
Adiantamentos a Terceiros	749	832	*Fornecedores*	16.823	–
Contas a Receber de Convênios	296	308	*Prov. p/ Reclam. Trab.*	25.821	19.282
Impostos a Recuperar	15.188	47.730	*Prov. para Litígios Cíveis*	1.356	158
Valores Recuperáveis	2.442	2.366	*Prov. para Litígios Fiscais*	10.693	9.818
Outras Contas a Receber	21.101	19.932	*Prov. para Passivo Atuarial*	22.244	22.244
Total de Outros Créditos	45.312	76.606	*Déficit Técnico Contratado*	140.756	158.318
Desp. Exercícios Seguintes					
Despesas Antecipadas	2.881	2.458	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**671.194**	**454.239**
Total de Despesas de Exercícios Seguintes	2.881	2.458	*Capital Social*	310.000	210.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**565.200**	**418.090**	*Reservas de Capital*	1	1
Realizável a Longo Prazo	**97.673**	**99.319**	*Reservas de Lucros*	361.193	244.238
Provisão IRPJ Diferido	65.651	67.475			
Prov.. Contr. Soc. Diferida	23.643	24.300			
Depósitos Judiciais	8.009	7.157			
Emprést. Compulsórios	0	42			
Tít. e Valores Mobiliários	371	345			
Investimentos	**467.527**	**318.771**			
Imobilizado	366.462	231.374			
Intangível	101.064	87.397			
TOTAL DO ATIVO	**1.223.935**	**967.091**	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.223.935**	**967.091**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado
Do Exercício Findo em 31 De Dezembro de 2013 Comparativo com 2012

(Em milhares de R$)

	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços Prestados	**1.206.133**	**1.091.364**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados		
ISS	(60.115)	(54.050)
PASEP	(19.675)	(17.905)
COFINS	(90.624)	(82.474)
Contribuição Previdenciária	(24.069)	(24.887)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.011.649**	**912.048**
Custos dos Serviços Prestados	(617.546)	(565.936)
LUCRO BRUTO	**394.103**	**346.112**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(129.519)**	**(112.721)**
Honorários da Diretoria	(1.946)	(1.713)
Despesas Estruturais	(127.573)	(111.008)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(12.361)**	**(18.022)**
Outras Receitas Operacionais	21.230	22.654
Outras Despesas Operacionais	(20.450)	(34.291)
Provisão para Participação nos Resultados	(13.141)	(6.385)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**252.222**	**215.369**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	**(376)**	**(513)**
Receitas Financeiras	47.030	45.199
Despesas Financeiras	(47.405)	(45.713)
LUCRO OPERACIONAL	**251.847**	**214.856**
OUTROS RESULTADOS	(201)	(186)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**251.646**	**214.670**
Provisão para Contribuição Social Corrente	(19.039)	(17.440)
Provisão para Contribuição Social Diferida	(656)	1.178
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**231.950**	**198.409**
Provisão para Imposto de Renda Corrente	(52.548)	(48.051)
Provisão para Imposto de Renda Diferido	(1.824)	3.272
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**177.579**	**153.630**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Do Exercício Findo em 31 De Dezembro de 2013 Comparativo Com 2012

(Em milhares de R$)

	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	**1.227.221**		**1.113.853**	
1.1 - Serviços Prestados	1.206.133		1.091.364	
1.2 - Outras Receitas Operacionais	21.089		19.458	
1.3 - Reversão de Provisões	–		3.030	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**161.282**		**161.979**	
2.1 - Custos de Produtos e Serviços Vendidos	134.755		139.789	
2.2 - Materiais Consumidos	939		1.210	
2.3 - Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais	25.387		20.794	
2.4 - Perda na Realização de Ativos	201		186	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.065.939**		**951.874**	
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**79.622**		**60.762**	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**986.318**		**891.112**	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**47.171**		**45.365**	
6.1 - Dividendos	9		18	
6.2 - Receitas Financeiras	47.030		45.199	
6.3 - Aluguéis	132		148	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.033.489**		**936.477**	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**1.033.489**	**100,00**	**936.477**	**100,00**
8.1 - Pessoal	**495.444**		**461.195**	
8.1.1 - Remuneração Direta	393.773	38,10	366.023	39,09
8.1.2 - Benefícios	73.241	7,09	68.102	7,27
8.1.3 - FGTS	28.430	2,75	27.070	2,89
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	**301.270**		**271.104**	
8.2.1 - Federais	238.229	23,05	214.209	22,87
8.2.2 - Municipais	63.042	6,10	56.895	6,08
8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros	**59.195**		**50.548**	
8.3.1 - Juros	47.362	4,58	45.598	4,87
8.3.2 - Aluguéis	11.833	1,14	4.950	0,53
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	**177.579**		**153.630**	
8.4.1 - Juros Sobre Capital Próprio	22.712	2,20	19.383	2,07
8.4.2 - Dividendos	19.463	1,88	17.104	1,83
8.4.3 - Lucros Retidos	135.404	13,10	117.143	12,51

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 Comparativo com 2012

(Em milhares de R$)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	177.579	153.630
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido Oriundo das (aplicados nas) atividades operacionais		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.480	(4.450)
Depreciações/Amortizações	79.622	60.762
Provisões Constituídas	8.612	26.331
Atualização do Déficit Técnico Contratado (Passivo Atuarial)	21.110	23.082
Resultado das Baixas do Imobilizado	201	186
Reversão de Provisões	–	(3.030)
Outros	(25)	34
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
(Aumento) Redução de Contas a Receber de Clintes	(137.096)	(155.121)
(Aumento) Redução de Estoques	159	215
(Aumento) Redução de Contas a Receber de Empregados	(101)	(213)
(Aumento) Redução de Adiantamentos a Terceiros	82	(233)
(Aumento) Redução de Contas a Receber de Convênios	12	12
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar	32.542	39.840
(Aumento) Redução de Valores Recuperáveis	(75)	213
(Aumento) Redução de Outras Contas a Receber	(1.168)	(840)
(Aumento) Redução de Empréstimos Compulsórios	42	–
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais	(851)	(1.735)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	(424)	(192)
Aumento (Redução) de Fornecedores	71.835	27.176
Aumento (Redução) de Contas a Pagar	809	(366)
Aumento (Redução) de Salários e Encargos	(6.882)	1.926
Aumento (Redução) de Impostos e Taxas a Recolher	4.587	8.043
Aumento (Redução) de Outros Débitos	(1.826)	1.074

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

(continuação) **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
Do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 Comparativo com 2012

(Em milhares de R$)

	2013	2012
Aumento (Redução) de Juros S/Capital Próprio e Dividendos	45.065	1.196
Aumento (Redução) Provisão para Participação do Resultado (PLR)	5.534	(2.259)
Aumento (Redução) Déficit Técnico Contratado (Curto Prazo)	(1.452)	(553)
Aumento (Redução) Provisão para Reclamações Trabalhistas (Curto Prazo)	1.192	153
Aumento (Redução) Provisão para Encargos Trabalhistas	7.627	4.574
Aumento (Redução) Déficit Técnico Contratado (Longo Prazo)	(34.770)	(33.369)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**274.421**	**146.088**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(195.455)	(81.579)
Aquisição de Intangível	(33.125)	(41.398)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(228.580)**	**(122.977)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros Sobre o Capital Próprio	(22.712)	(19.383)
Dividendos Propostos	(19.463)	(17.104)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(42.175)**	**(36.487)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**3.666**	**(13.377)**
SALDO DAS DISPONIBILIDADES		
No início do exercício	64.982	78.358
No fim do exercício	68.648	64.982
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**3.666**	**(13.377)**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 Comparativo com 2012

(Em milhares de R$)

	Reservas de Capital		Reserva de Lucros					
	Capital Social Realizado	**Subvenção de Bens**	**Reserva Legal**	**Reserva de Retenção de Lucros**	**Reserva Especial de Dividendos**	**Reserva de Reaparelhamento Técnico**	**Lucros Prejuízos Acumulados**	**Total**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**180.000**	**1**	**17.515**	**99.276**	**–**	**40.304**	**–**	**337.096**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	153.630	153.630
Transferência - Aumento de Capital	30.000	–	–	(14.578)	–	(15.422)	–	–
Transferência - Resultado do Exercício	–	–	7.681	87.569	–	21.892	(117.142)	–
Juros Sobre Capital Próprio	–	–	–	–	–	–	(19.383)	(19.383)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	(17.104)	(17.104)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**210.000**	**1**	**25.196**	**172.267**	**–**	**46.774**	**–**	**454.239**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	177.579	177.579
Transferência - Aumento de Capital	100.000	–	–	(60.000)	–	(40.000)	–	–
Transferência - Resultado do Exercício	–	–	8.879	101.220	–	25.305	(135.404)	–
Juros Sobre Capital Próprio	–	–	–	–	–	–	(22.712)	(22.712)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	(19.463)	(19.463)
Reserva Especial de Dividendos (2012)	–	–	–	–	39.377	–	–	39.377
Reserva Especial de Dividendos (2013)	–	–	–	–	42.175	–	–	42.175
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**310.000**	**1**	**34.075**	**213.487**	**81.552**	**32.079**	**–**	**671.194**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV foi criada segundo a Lei n.º 6.125, de 04 de novembro de 1974, alterada pela MP n.º 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e constituída através do Decreto n.º 75.463 de 10 de março de 1975, como Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Em 09 de abril de 2010 foi aprovado o novo Estatuto Social da DATAPREV, por intermédio do Decreto nº 7.151, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e filial regional na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A DATAPREV tem prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional, podendo estabelecer dependências administrativas e operacionais onde julgar necessárias ao bom desempenho de suas finalidades. A DATAPREV tem por objetivo estudar e viabilizar tecnologias de informática, na área da previdência e assistência social, compreendendo prestação de serviços de desenvolvimento, processamento e tratamento de informações, atividades de teleprocessamento e comunicação de dados, voz e imagem, assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como o desempenho de outras atividades correlatas. Podendo prestar serviços a terceiros sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental.

A DATAPREV tem como missão fornecer soluções de tecnologia da informação e da comunicação para execução e o aprimoramento das políticas sociais do Estado brasileiro.

Sua visão é ser o principal provedor de soluções tecnológicas para gestão das informações previdenciárias, trabalhistas, sociais e de registros civis da população brasileira.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios contábeis, a partir das diretrizes emanadas da Lei das S/A, com a nova redação dada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (arts. 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, dentro de nosso contexto operacional observando a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo "International, Accouting, Standards Board (IASB)" e basearam-se nos fatos econômicos, identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da Empresa.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos bancários positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificados na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço. As aplicações financeiras são efetuadas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, Resolução do Banco Central n.º 3.284 de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30 de novembro de 2011 e legislação subsequente;

b) Faturas a receber

As Faturas a receber estão diretamente relacionadas com as receitas da Empresa e apresentadas de acordo com os valores de realização;

c) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os valores de realização ou de mercado;

d) Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria;

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995 e deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.

f) Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas.

g) Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

As contingências trabalhistas, fiscais e cíveis são provisionadas e registradas no passivo circulante pelo valor dos processos concluídos de forma desfavorável para a Empresa. Os demais processos são provisionados e registrados no passivo não circulante pelos valores dos riscos de perdas estimadas pela administração, com base nas informações prestadas pela Coordenação Geral de Consultoria Jurídica;

h) Benefícios a empregados

Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela Patrocinadora DATAPREV;

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, em função de prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais;

j) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda (IR) é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o excedente de R$ 240.000,00 do lucro real. A contribuição social s/o lucro líquido (CSLL) é calculada aplicando-se a alíquota de 9% sobre o lucro ajustado;

k) Imposto sobre serviços de qualquer natureza

O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) está registrado pelo regime de competência, tendo como base de cálculo o preço do serviço, sendo utilizadas alíquotas que variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município onde ocorreu o fato gerador;

l) Contribuição para o financiamento da seguridade social e formação do patrimônio do servidor público

A contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e formação do patrimônio do servidor público (PASEP) estão registradas pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade, sendo aplicadas sobre a base de cálculo as alíquotas de 3% e 7,6% para apuração da COFINS e de 0,65% e 1,65% para apuração do PASEP;

m) Contribuição Previdenciária sobre o faturamento

A contribuição previdenciária sobre o faturamento, instituída pela Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Medida Provisória nº 563 de 03 de abril de 2012, convertida na Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, está registrada pelo regime de competência, tendo como base de cálculo o valor dos serviços prestados com a aplicação da alíquota de 2,5%, que vigorou de dezembro de 2011 a julho 2012 e alíquota de 2% a partir de agosto de 2012.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da DATAPREV faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos e as receitas e despesas, com base em estimativas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis utilizadas pela DATAPREV, referem-se ao registro da provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, provisão para participações nos lucros ou resultados e realização dos impostos e contribuições sociais diferidos;

o) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes quando sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão registrados e corrigidos com base em índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis; e

p) Apuração do resultado

Na apuração do resultado as receitas, custos e despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência de cada exercício apresentado.

NOTA 4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com a legislação vigente as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da DATAPREV estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. (BB - Extra Mercado) e na Caixa Econômica Federal (Caixa FI - Extra Mercado).

Descrição	2013	2012
Aplicações Financeiras	68.127	62.332
TOTAL	**68.127**	**62.332**

NOTA 5 – FATURAS A RECEBER

Os saldos das contas a receber podem ser apresentados como segue:

Descrição	**2013**	**2012**
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	232.061	167.711
Receita Federal do Brasil – RFB	85.596	91.592
Ministério da Previdência Social – MPS	3.782	4.775
Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	90.760	27.510
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	2.786	4.089
Consignações	18.655	17.139
Encargos s/faturas recebidas c/atraso	88.331	90.757
Outros	19.360	728
TOTAL	**541.396**	**404.301**

Cabe mencionar que em janeiro de 2014 a DATAPREV recebeu R$ 147.331, que equivale a 27,21% do total registrado no final do exercício.

a) Principais Contratos

Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 106/2012, assinado em 22 de dezembro de 2012 com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, vigência até 21 de junho de 2015.

Contrato de Prestação de Serviços em Tecnologia e Informações nº 14/2013, assinado em 30 de dezembro de 2013 com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, vigência até 29 de dezembro de 2014.

Contrato de Prestação de Serviços em TI e Consultoria Técnica nº 52/2013, assinado em 20 de dezembro de 2013 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, vigência até 19 de dezembro de 2014.

ontrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 27/2013, assinado em 24 de dezembro de 2013 com o Ministério da Previdência Social – MPS, vigência até 23 de dezembro de 2014.

Contrato de Prestação de Serviços de Hospedagem do Blog do Planalto nº 34/2013, assinado em 06 de novembro de 2013 com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, vigência até 05 de novembro de 2014.

Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 12/2013, assinado em 22 de janeiro de 2013 com a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, vigência até 21 de janeiro de 2014.

Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação nº 04/2013, assinado em 13 de maio de 2013 com a Procuradoria de Serviços de Tecnologia da Informação - PGFN, vigência até 12 de maio de 2014.

Contrato de Prestação de Serviços de Internalização e Hospedagem do Sistema de Complementação de Aposentadorias e Pensões - SICAP, assinado em 28 de junho de 2013 com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, vigência até 27 de junho de 2018.

Em 10 de junho de 2013, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços de Sustentação de Sistemas Corporativos sob o nº 12/2013 com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com vigência até 31 de dezembro de 2013, sendo prorrogado através do 1º Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2014.

Em 30 de dezembro de 2011, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços de Desenvolvimento do Sistema de Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS sob o nº 053/2011 com o Ministério da Previdência Social – MPS, com vigência até 29 de dezembro de 2013, sendo prorrogado através do 4º Termo Aditivo até 29 de dezembro de 2014.

Em 24 de abril de 2012 foi assinado Contrato de Prestação de Serviços Especializados em Tecnologia da Informação com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sob o nº 19/2012, com vigência até 17 de janeiro de 2013, sendo prorrogado através do 1º Termo Aditivo, com vigência até 23 de abril de 2017.

Em 21 de junho de 2011 foi firmado Contrato de Prestação de Serviços Especializados de Tecnologia da Informação relativos aos sistemas responsáveis pela operacionalização das políticas sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o de nº 25/2011, com vigência até 20 de junho de 2013, sendo prorrogado através do 2º Termo Aditivo, com vigência até 20 de junho de 2014.

As faturas a receber relativas as consignações, referem-se a serviços prestados pela DATAPREV a instituições financeiras que tem por objetivo a operacionalização de empréstimos consignados.

b) Encargos Sobre Faturas Recebidas com Atraso

A DATAPREV registra na rubrica contas a receber os encargos incidentes sobre faturas vencidas e sobre faturas recebidas com atraso. Estes registros são efetuados por força contratual aderentes ao artigo 177 da Lei nº 6.404/76 e também foram efetuados com base no Acórdão nº 44/2003 proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2003.

As cobranças desses encargos estão sendo efetuadas regularmente por meios administrativos.

A DATAPREV e o seu principal cliente o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS estão trabalhando em conjunto para a conciliação e regularização da dívida.

Em dezembro de 2013 foi recebido R$ 7.575, e em janeiro de 2014 R$ 29.121, montando em R$ 36.696, o equivalente de 38,26% do valor total a receber (R$ 95.906), restando em 2014 o valor de R$ 59.210.

c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Por decisão da administração, a DATAPREV não constitui Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa devido ao histórico de não possuir prejuízos significativos em seu Contas a Receber e principalmente pelo fato da maioria de seus clientes serem órgãos governamentais, minimizando os riscos para o recebimento das faturas de serviços prestados.

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Essa conta registra os valores recolhidos ou antecipados a qualquer título, passíveis de ressarcimento ou compensação futura. O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, em conformidade com o artigo 2º da

Lei nº 9.430/96, das antecipações de aplicações financeiras e das retenções na fonte referente a serviços prestados a Órgãos Públicos. Os saldos de impostos a recuperar podem ser apresentados como segue:

Descrição	**2013**	**2012**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IR	7.111	17.819
Contribuição Social – CSLL	1.379	2.185
INSS	-	32
ISS	105	87
PASEP a recuperar – Estimativa	1.095	4.851
COFINS a recuperar – Estimativa	5.186	22.493
Outros	312	263
TOTAL	**15.188**	**47.730**

O imposto de renda (IR), a contribuição social (CSLL), a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e formação do patrimônio do servidor público (PASEP) são relativos aos exercícios de 2013 e 2012 e estão sendo utilizados para compensação de impostos e contribuições através do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal e estão sendo atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

NOTA 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Referem-se basicamente a gastos incorridos com equipe especializada na área investigativa, relativo ao projeto DELEPREV e também a despesas contraídas pela DATAPREV, junto ao fornecedor Banking Solutions, na contratação de gerenciadores de filas a serem ressarcidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 44/2003 da 2ª Câmara.

Descrição	**2013**	**2012**
Ressarcimento gastos DELEPREV – INSS	8.542	8.066
Ressarcimento gastos gerenciadores de fila Q-matic	12.451	11.746
Outros	107	120
TOTAL	**21.101**	**19.932**

NOTA 8 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A contabilização do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CSLL) diferidos foi efetuada considerando as consequências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis no futuro e os efeitos financeiros destes ativos ocorrerão no momento da realização.

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa possuía créditos tributários de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos, considerando as alíquotas vigentes, como segue:

Base de cálculo do imposto de renda (IR) diferido:	**2013**	**2012**
Déficit técnico contratado	179.090	194.202
Provisão para passivo atuarial	22.244	22.244
Provisão para contingências	59.679	51.873
Provisão para honorários de êxito	1.496	1.485
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Base de cálculo	262.700	269.995
Total do imposto de renda diferido	**65.651**	**67.475**

Base de cálculo da contribuição social (CSLL) diferida:	**2013**	**2012**
Déficit técnico contratado	179.090	194.202
Provisão para passivo atuarial	22.244	22.244
Provisão para contingências	59.679	51.873
Provisão para honorários de êxito	1.496	1.485
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Base de cálculo	262.700	269.995
Total da contribuição social diferida	**23.643**	**24.300**

NOTA 9 – IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**2013**	**2012**
Terrenos	–	72	72
Edifícios	4%	60.376	60.376
Instalações	10%	70.162	68.889
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	15.025	14.618
Benfeitorias em propriedades de acionistas	4%	23.834	23.423
Obras em andamento	–	136.366	5.801
Veículos	20%	14	34
Móveis e equipamentos diversos	10%	15.671	14.141
Equiptos de microfilmagem	10%	10	441
Equiptos tecnologia, informação e comunicação	20%	272.425	196.052
Imobilização em andamento	–	11.700	56.286
Total do custo corrigido		605.655	440.133
Depreciações acumuladas		(239.193)	(208.759)
Total do imobilizado líquido		**366.462**	**231.374**

A DATAPREV nos exercícios de 2013 e 2012 investiu para modernizar o seu parque tecnológico, infraestrutura que sustenta toda a rede de serviços da Previdência Social, que está possibilitando, dentre suas principais ações, a migração e modernização dos sistemas do Ministério da Previdência Social – MPS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Esses investimentos deixam a empresa preparada para uma nova abordagem na gestão de grandes bases de dados, para o aperfeiçoamento da qualidade de entrega dos produtos, para a inclusão de novos serviços e de novos clientes no seu portfólio.

Ainda como consequência direta da ampliação dos investimentos, as aquisições montaram em R$ 195.455 no exercício de 2013 e R$ 81.579 no exercício de 2012, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resumo das Aquisições do Imobilizado	**2013**	**2012**
Modernização tecnológica	74.286	75.598
Reforma de instalações	117.974	4.513
Aquisição de móveis e equipamentos diversos	3.195	1.468
TOTAL	195.455	81.579

Atendendo ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor Recuperável dos Ativos (teste de impairment), a DATAPREV efetuou revisão dos ativos imobilizados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas por empresa especializada em serviços técnicos de avaliações do patrimônio, contratada para este fim, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2013. Também foram revisadas as taxas de depreciação, tendo o laudo apresentado poucas diferenças em relação as taxas praticadas e, por questão sistêmica, a Empresa optou em manter as taxas fiscais.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

O intangível está composto da seguinte forma:

Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**2013**	**2012**
Software	20%	244.837	194.391
Outros direitos de uso	–	2	2
Total do custo		244.839	194.393
Amortizações acumuladas		(143.774)	(106.996)
Total do intangível líquido		101.065	87.397

Os ativos intangíveis com vida útil definida representada por direitos de utilização de software são amortizados a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazos de licenças.

Os investimentos realizados no intangível no exercício de 2013 montaram em R$ 33.125 e R$ 41.398 no exercício de 2012.

Atendendo ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor Recuperável dos Ativos (teste de impairment), a DATAPREV efetuou revisão dos ativos intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável. Com base nas análises preparadas por empresa especializada em serviços técnicos de avaliações do patrimônio, contratada para este fim, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2013.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A provisão para contingências trabalhistas foi constituída, em valor considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenação Geral de Consultoria Jurídica da Empresa, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais. Foram registrados no passivo circulante, o montante dos processos ajuizados e em fase de execução, e no passivo não circulante os processos ajuizados e em fase de recurso com a expectativa de perda provável. Os montantes provisionados para contingências trabalhistas podem ser apresentados como segue:

Descrição	**2013**	**2012**
Passivo Circulante	20.928	19.737
Passivo não Circulante	25.821	19.282
TOTAL	**46.749**	**39.019**

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS E CÍVEIS

A DATAPREV atualizou, em 31 de dezembro de 2013, o valor provisionado para contingências fiscais e cíveis, passando este para R$ 12.930 (2012 = R$ 12.854), julgado suficiente para cobrir possíveis perdas decorrentes de vários autos de infração e litígios

cíveis, que estão sendo discutidos, em esferas administrativas e judiciais, junto a diversos órgãos, consubstanciada na opinião de sua Consultoria Jurídica e estão apresentados como segue:

Descrição	**2013**	**2012**
Contingências Fiscais	10.693	9.818
Contingências Cíveis	2.237	3.036
TOTAL	**12.930**	**12.854**

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está composto da seguinte forma:

a) Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013, é de R$ 310.000 (2012 = R$ 210.000), sendo 51% pertencentes à União Federal e 49% ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

No exercício de 2013 o capital social foi aumentado para R$ 310.000, mediante a incorporação de parte do saldo das reservas de lucros, conforme aprovação do Ministro de Estado da Fazenda em despacho do dia 20 de junho de 2013, referente ao Processo nº 10951.000377/2013-04.

b) Subvenção dos Bens

Registra o valor dos bens recebidos em doação.

c) Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/1976 e Inciso I, do artigo 26, do Estatuto Social.

d) Reaparelhamento Técnico

Refere-se à parcela do lucro destinada à manutenção e renovação dos sistemas operacionais e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, proporcionando o melhor desempenho no tratamento das informações. É constituída à razão de 20%, do lucro líquido ajustado, até o limite de 25% do Capital Social, conforme artigo 194, da Lei nº 6.404/1976 e Inciso III, do artigo 26, do Estatuto Social.

e) Reserva de Retenção de Lucros

Esta reserva destina-se à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/1976 e § 1º, do inciso III, do artigo 26 do Estatuto Social.

Na proposta de destinação do resultado do exercício está prevista uma retenção de lucros no montante de R$ 101.220, destinados a financiar parcialmente o programa anual de investimentos.

f) Reserva Especial de Dividendos

Constituída com fundamento na regra contida no artigo 202, § 4º da Lei nº 6.404/1976 para pagamento dos dividendos assim que a situação financeira da Empresa permitir.

No exercício de 2013, com base na proposta de redistribuição do resultado do exercício de 2012, aprovada pelo Conselho de Administração no dia 22 de janeiro de 2014, foi constituída reserva no valor de R$ 39.377, relativo aos valores dos dividendos apurados no exercício de 2012 no valor de R$ 36.487, os quais foram atualizados pela taxa selic até 31 de dezembro de 2013. Os dividendos apurados no exercício de 2013 montam R$ 42.175 e também foram registrados nessa rubrica.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessas reservas totalizam R$ 81.552.

g) Resultado do Exercício

O resultado da DATAPREV é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas através da prestação de serviços com a execução das operações lastreadas em contratos. No exercício de 2013 a DATAPREV apurou um lucro líquido de R$ 177.579.

Os saldos do Patrimônio Líquido podem ser apresentados como se segue:

Patrimônio Líquido	**2013**	**2012**
Capital Social	310.000	210.000
Reservas de Capital	1	1
Reservas de Lucros	361.193	244.238
TOTAL	**671.194**	**454.239**

NOTA 14 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o inciso II, do artigo 26 do Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

A DATAPREV registrou, como remuneração aos acionistas em dezembro de 2013, juros sobre o capital próprio no valor de R$ 22.712, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de R$42.175, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 26 do Estatuto Social.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, para efeito do cálculo da remuneração proposta aos acionistas:

Descrição	**2013**	**2012**
Lucro líquido do exercício	177.579	153.630
Absorção de prejuízos acumulados	–	–
Lucro líquido ajustado	177.579	153.630
Reserva Legal	(8.879)	(7.681)
Lucro líquido ajustado para cálculo da remuneração	168.700	145.948
Dividendos mínimos (25%)	42.175	36.487
– Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	22.712	19.383
– Dividendos	19.463	17.104

Em cumprimento à Deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, e para fins de atendimento às normas fiscais, a DATAPREV contabilizou os juros sobre o capital próprio em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, na demonstração de resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido do exercício, mas, tão somente, nas rubricas contribuição social e imposto de renda.

NOTA 15 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E PASSIVO ATUARIAL

Plano de Renda Vinculada – PRV

A DATAPREV é patrocinadora e garantidora das operações da Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. O objetivo da PREVDATA é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes, através de um plano de benefícios definidos, denominado Plano de Renda Vinculada – PRV. Para consecução de seus objetivos, a PREVDATA recebeu, até 16 de dezembro de 2000, contribuições mensais da patrocinadora, equivalente a 9,37% da folha de pagamento mensal dos empregados participantes, independentemente da parcela de contribuição dos próprios.

Em 23 de dezembro de 2008, a DATAPREV e a PREVDATA assinaram um Termo de Compromisso de Recomposição Patrimonial, no valor de R$ 252.578, para cobertura da reserva a amortizar do Plano de Renda Vinculada – PRV para fins de saldamento, e a adesão da DATAPREV como Patrocinadora do novo plano de benefícios na modalidade de contribuição variável, batizado como CV - PREVDATA II. O acordo prevê a cobertura de reserva para equacionamento do Plano de Renda Vinculada e ainda o pagamento do valor atualizado do chamado "Serviço Passado" pela DATAPREV, conforme abaixo:

Descrição	**Valor**	**%**	**Parcelas**
Serviço Passado	157.411	62	120
Saldamento	95.167	38	240
TOTAL	**252.578**	**100**	**–**

Em 2013 a DATAPREV efetuou amortização no montante de R$36.222 e atualização de R$21.110, restando um saldo de R$179.090. Abaixo apresentamos os valores do Termo de Compromisso posicionados em 31 de dezembro de 2013.

Descrição	**Valor**	**%**	**Parcelas**
Serviço Passado	108.730	62	60
Saldamento	70.360	38	180
TOTAL	179.090	100	–

Plano de Contribuição Variável – PREVDATA II

O plano CV – PREVDATA II foi instituído pela Portaria SPC/MPS nº 2.666, publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de dezembro de 2008, estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", com a finalidade de proporcionar benefícios adicionais aos da Previdência Social, para os empregados da DATAPREV e da PREVDATA.

Na qualidade de Patrocinadora a DATAPREV, no exercício de 2013, contabilizou o valor das parcelas relativas as contribuições mensais na paridade de 1/1, no montante de R$ 15.071 (2012 = R$ 12.781).

O plano CV – PREVDATA II encerrou o exercício de 2013 com 2.957 participantes ativos (2012 = 2.668) e 41 assistidos (2012 = 24).

Avaliação Atuarial

a) Plano de Renda Vinculada – PRV

Com base na avaliação atuarial, elaborada por atuários independentes, com resultados e valores posicionados para a data base de 31 de dezembro de 2013, considerando a metodologia determinada pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, bem como os efeitos do Termo de Compromisso de Recomposição Patrimonial para Cobertura de Déficit Atuarial, o passivo atuarial apurados são apresentados como segue:

Descrição	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	659.171	696.409
Valor justo dos ativos do plano	(522.412)	(479.962)
Passivo atuarial líquido	**136.759**	**216.447**

As principais premissas atuariais, utilizadas em 2013 e 2012, para determinação da obrigação atuarial, foram as seguintes:

Hipóteses atuariais	2013	2012
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12.28%	11,04%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,28%	11,04%
Taxa real anual de juros	6,00%a.a	5,75%a.a
Taxa de inflação estimada	5,92%	5%a.a
Capacidade salarial	100%	98%
Capacidade de beneficio	100%	98%
Taxa de rotatividade (ativos)	0%	0%
Taxa de crescimento salarial	1%a.a	1%a.a
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0%	0%a.a
Estimativa de reajuste	INPC-IBGE	INPC-IBGE
Geração futura de novos entrados	0	0
Tábua de sobrevivência de válidos	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de válidos	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-55
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	LIGHT
Composição de famílias de pensionistas	Dados do cadastro	Dados do cadastro

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (Plano de Renda Vinculada – PRV)

1) Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2013 conforme mencionado no laudo de avaliação atuarial.

2) Os dados cadastrais individuais utilizados são de dezembro de 2013.

3) A avaliação do plano de custeio da PREVDATA é procedida por atuário independente, em regime de capitalização, adotado em caráter geral.

4) No exercício de 2013 o valor presente das obrigações atuariais montou em R$ 659.171 e o valor justo dos ativos do plano foi de R$ 522.412, resultando um passivo atuarial líquido de R$ 136.759, estando superior ao valor atual contratado em R$ 42.331, ensejando a reversão do valor da provisão complementar realizada até 31 de dezembro de 2012 no montante R$ 22.244.

   Entretanto, a PREVDATA – Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, utilizou na avaliação atuarial do Plano, para o exercício de 2013 a hipótese de taxa real de juros de 5,75%, apurando uma insuficiência (déficit) de R$ 11.050. Para o exercício de 2014 a taxa real de juros será de 5,50%, já a partir de janeiro, gerando um impacto no resultado, aumento do déficit em aproximadamente R$ 26.000. E, a partir desse mesmo exercício, será adotada a taxa de juros de 5,25% para 2015, 5,00% para 2016, 4,75% para 2017 e 4,50% para 2018.

   Esse cronograma de transição será viabilizado em razão da alocação otimizada dos investimentos de renda fixa, empréstimos a participantes, imóveis e renda variável, realizados a taxas reais de juros iguais ou superiores à taxa atuarial.

5) A administração da DATAPREV em observância aos princípios de conservadorismo e prudência, decidiu manter o registro da provisão complementar apurada no exercício de 2012, de forma a minimizar possíveis efeitos em resultados futuros.

Os valores decorrentes do passivo atuarial estão demonstrados, como segue:

Descrição	**Passivo Atuarial**		**IR e CSLL Diferidos**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Passivo Circulante	38.334	35.885	–	–
Passivo Não Circulante	163.000	180.562	–	–
Ativo Realizável a Longo Prazo			68.454	73.592
TOTAL	**201.334**	**216.447**	**68.454**	**73.592**

b) Plano de Contribuição Variável – PREVDATA II

Com base na avaliação atuarial, elaborada por atuários independentes, com resultados e valores posicionados para a data base de 31 de dezembro de 2013, considerando a metodologia determinada pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, o Plano de Contribuição Variável – PREVDATA II não apresenta passivos atuariais a descoberto, sendo que os saldos das contas de Contribuição Definida somam R$ 2.785 relativos aos Benefícios Concedidos e R$ 131.988 relativos aos Benefícios a Conceder, totalizando uma reserva matemática de R$ 134.773, demonstrando a suficiência do patrimônio em relação às reservas matemáticas.

Em conformidade com o regulamento do plano, antes de concedida a aposentadoria programada, o participante poderá optar pela conversão total ou parcial do saldo da Conta Individual Global em Renda Mensal Vitalícia, passando nesse momento para a fase de benefício definido do plano. Ocorre que, todos os participantes que se encontravam em gozo de benefícios de renda, não fizeram a opção pelo recebimento vitalício, por esse motivo, o plano de benefícios, na data da reavaliação, não apresenta benefícios concedidos ou a conceder na modalidade de benefício definido.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A divulgação de transações com partes relacionadas objetiva fornecer subsídios de informações sobre as transações ocorridas entre as partes.

a) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Cerca de 51% das operações da DATAPREV (2012 = 53%) referem-se às transações com o acionista Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Durante os exercícios de 2013 e 2012, as transações com o referido acionista resultaram nos seguintes saldos patrimoniais e de resultado:

Descrição	2013	2012
Receitas por prestação de serviços	616.444	580.211
Contas a receber por prestação de serviços	232.061	167.711
Encargos s/faturas recebidas c/atraso	88.331	90.757
Ressarcimento gastos DELEPREV – INSS	8.542	8.066
Ressarcimento gastos gerenciadores de fila	12.451	11.746
Contas a receber por convênio	296	308

b) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV - PREVDATA

As operações realizadas com a PREVDATA estão descritas na *Nota 15*.

NOTA 17 – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em julho de 2013, por intermédio do Ofício nº 1.192/DEST-MP, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST aprovou o Programa de Participações nos Lucros ou Resultados (PPLR) da DATAPREV, para o exercício de 2013.

Considerando os parâmetros constantes nos referidos Ofícios e nas metas do PPLR, a DATAPREV efetuou provisão para participação nos lucros no montante de R$ 10.544, sujeitando-se sua distribuição ao cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 2013, bem como a aprovação da distribuição do resultado pelo Conselho de Administração.

m outubro de 2013, por intermédio do Ofício nº 1479/DEST-MP, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, aprovou o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR dos Diretores da Dataprev, relativo ao exercício de 2013. Considerando os parâmetros constantes no referido ofício e nas metas, a DATAPREV efetuou provisão no montante de R$ 462, sujeitando-se sua distribuição se alcançada às metas.

NOTA 18 – REMUNERAÇÃO AOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração pagas aos dirigentes e empregados, bem como o salário médio no mês de dezembro de 2013 e 2012, consoante o que determina a letra "e" do art. 1º da Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, editada pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, foram:

	Dirigentes		**Empregados**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Maior - R$	32.038,49	31.124,33	23.410,26	19.455,55
Menor - R$	30.512,85	23.346,66	2.289,58	1.951,33
Salário médio - R$	–	–	4.565,82	3.632,97

Para apuração dos valores da maior e menor remuneração dos empregados, foram consideradas as remunerações, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, procedimento idêntico ao adotado em 2012. Para apuração dos valores da maior e menor remuneração dos diretores foi considerada a opção de cada dirigente, prevista na Portaria MPS n° 138, de 29 de abril de 2008. Entretanto, variação da maior e menor remuneração referente a 2013 e 2012 decorre do fato de alguns dirigentes terem optado por perceberem a remuneração da entidade de origem.

Para obtenção do salário médio dos empregados, foi utilizada a média ponderada, ou seja, levou-se em conta a quantidade de empregados posicionados em cada nível da tabela salarial.

NOTA 19 – FATOS RELEVANTES – POSSÍVEIS REFLEXOS DA MP Nº 627/2013

A Medida Provisória 627/2013 pôs fim ao regime tributário de transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 2009 objetivando a neutralidade fiscal frente à adoção pela legislação brasileira dos padrões internacionais de contabilidade realizados através da Lei nº 11.638, de 2007.

O artigo 71 desta Medida Provisória faculta ao contribuinte a opção de aplicação de tais dispositivos, que dependem de regulamentação da Receita Federal sobre a forma, o prazo e as condições de opção, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Consequentemente, por ainda se tratar de Medida Provisória, a DATAPREV iniciará estudos quanto aos impactos provocados por tais mudanças e ainda seus respectivos futuros efeitos, os quais refletirão nas demonstrações do exercício de 2015, haja vista que a Dataprev não pretender optar pelas mesmas em 2014.

RODRIGO ORTIZ D' AVILA ASSUMPÇÃO
Presidente

ÁLVARO LUIS PEREIRA BOTELHO
Diretor de Finanças e Serviços Logísticos

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações

JANICE FAGUNDES BRUTTO
Diretora de Pessoas

DANIEL DARLEN CORRÊA RIBEIRO
Diretor de Infraestrutura de TIC

JORGE SEBASTIÃO GOMES DA COSTA
Gerente do Departamento de Gestão Contábil
CONTADOR CRC-RJ-048982/0-8 S-DF
CPF. 591.636.587-04

ANEXO VII

(Item 12, Parte A – Conteúdo Geral, DN TCU 127/2013)

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

(...)

- **COMPLEMENTO DO ROL DE RESPONSÁVEIS**
  - SUPERINTENDÊNCIAS
  - CENTROS DE PROCESSAMENTO – CP
  - UNIDADES REGIONAIS E UNIDADES DE ATENDIMENTO

SUPERINTENDÊNCIAS

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOP				
AGENTE	ELIAS OTÁVIO DE PAULA MUSSI			CPF	008.748.756-09
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/03/2012	CS/PR/009/2012			01/03/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS LOGÍSTICOS - SUSL				
AGENTE	ROBERTO JOSÉ BRITES VILLANO			CPF	460.457.837-00
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/02/2012	CS/DFS/003/2012			01/02/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - SUDS				
AGENTE	EDGAR MIGUEL PRATES FILHO			CPF	129.713.908-96
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/03/2012	CS/DRD/008/2012			01/03/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES E INFORMAÇÕES - SURL				
AGENTE	HERMES PALACIOS DOURADO			CPF	101.010.101-01
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/03/2012	CS/PR/008/2012			01/03/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO DA DATAPREV				
AGENTE	JOAO CARLOS DOS SANTOS LOPES			CPF	476.097.887-91
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE DE ATENDIMENTO				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
02/01/2011	CS/PR/035/2011			02/01/2011	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC - SUPS				
AGENTE	ANDERSON GOULART			CPF	054.817.586-10
CARGO OU FUNÇÃO	SUPERINTENDENTE DE ATENDIMENTO				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
05/10/2012	CS/PR/051/2012			05/10/2012	

CENTROS DE PROCESSAMENTO – CP

UNIDADE GESTORA: 239001				**GESTÃO: 2013**	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE		CENTRO DE PROCESSAMENTO RIO DE JANEIRO			
AGENTE	CARLOS HENRIQUE BANDEIRA DOS SANTOS			**CPF**	599 683 897 49
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
08/10/2007	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO PR 041/2007	01/03/2012	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT 009/2012	08/10/2007	01/03/2012
01/03/2012	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT 009/2012			01/03/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				**GESTÃO: 2013**	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE		CENTRO DE PROCESSAMENTO DISTRITO FEDERAL			
AGENTE	RICARDO APARECIDO PESSOA DENTINO			**CPF**	595.912.857-87
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
12/05/2009	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT 028/2009	01/03/2012	COMUNICAÇÃ O DE SERVIÇO DIT009/2012	12/05/2009	01/03/2012
01/03/2012	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT 009/2012			01/03/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				**GESTÃO: 2013**	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE		CENTRO DE PROCESSAMENTO SÃO PAULO			
AGENTE	LUIZ DE BARROS BELLOTTI			**CPF**	901.082.137-49
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
03/10/2011	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT/021/2011	01/03/2012	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO 009/2012	03/10/2011	01/03/2012
01/03/2012	COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO DIT 009/2012	01/03/2012		01/03/2012	

UNIDADES REGIONAIS E UNIDADES DE ATENDIMENTO

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE DE ATENDIMENTO ACRE				
AGENTE	ANTÔNIO CARLOS CASTRO DA SILVA			CPF	076.173.562-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
03/12/2007	CS/SUAT/007/2007, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/12/2007	30/09/2012	CS/SUAT/027/2012	01/12/2007	30/09/2012
31/08/2012	CS/URPA/009/2012			01/09/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL ALAGOAS				
AGENTE	JOSÉ VANDERLEI MARCELINO DOS SANTOS			CPF	694.941.938-49
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
23/11/2006	CS/PR/ 079/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM 01/11/2006			01/11/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL AMAZONAS				
AGENTE	SERGIO DANTAS SILVESTRE			CPF	320.767.462-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
23/11/2006	CS/PR/ 079/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/11/2006			01/11/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001			GESTÃO: 2013		
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE DE ATENDIMENTO AMAPA				
AGENTE	HÉLIA REGINA FERREIRA MARQUES		CPF	237.537.732-04	
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
27/11/2012	CS/URPA/021/2012	07/02/2013	CS/URPA/006/2013	27/11/2012	07/02/2013

UNIDADE GESTORA: 239001			GESTÃO: 2013		
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE DE ATENDIMENTO AMAPA				
AGENTE	WLAGNEY DE OLIVEIRA SOUZA		CPF	789.874.402-06	
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
07/02/2013	CS/URPA/006/2013			07/02/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001			GESTÃO: 2013		
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL BAHIA				
AGENTE	HÉLIO PEREIRA MACHADO FILHO		CPF	797.877.547-04	
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
10/04/06	CS/PR/ 028/2006			10/04/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001			GESTÃO: 2013		
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL CEARÁ				
AGENTE	ROBERTO CARNEIRO DA SILVA		CPF	229.743.423-53	
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
06/07/2007	CS/PR/026/2007, SEUS EFETOS RETROAGEM A 05/07/2007			05/07/07	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL DISTRITO FEDERAL				
AGENTE	ELIANE DE PAULA COSTA			CPF	222.018.661-04
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
05/07/2010	CS/SUAT/005/2010, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 02/07/2010			02/07/2010	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL ESPIRITO SANTO				
AGENTE	MARCOS DE SÁ OLIVEIRA			CPF	399.392.867/91
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
23/11/2006	CS/PR/079/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/11/2006			01/11/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL GOIÁS				
AGENTE	SILTON HELENO CARVALHO FERNANDES			CPF	630.018.617-20
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
23/11/2006	CS/PR/ 079/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/11/2006			01/11/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MARANHÃO				
AGENTE	CARLOS CESAR PEREIRA MARTINS			CPF	376.805.523-04
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
05/09/2008	CS/SUAT/ 024/2008			05/09/2008	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MINAS GERAIS				
AGENTE	WANIA APARECIDA COSTA VAL			CPF	432.536.446-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
02/01/2006	CS/PR/ 004/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/01/2006	21/08/2013	CS/SUAT/036/2013	01/01/2006	21/08/2013

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MINAS GERAIS				
AGENTE	WARLLEY PINHEIRO ANDRADE			CPF	625.895.206-20
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
21/08/2013	CS/SUAT/036/2013			21/08/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MATO GROSSO SUL				
AGENTE	JOSE LUIS PISSIN			CPF	294.321.621-68
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
05/04/2006	CS/PR/ 024/2006, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/04/2006	02/12/2013	CS/SUAT/044/2013	01/04/2006	02/12/2013

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MATO GROSSO SUL				
AGENTE	MARGARIDA MITSICO ADANIA			CPF	294.851.501-72
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
02/12/2013	CS/SUAT/044/2013	-	-	02/12/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL MATO GROSSO				
AGENTE	EDSON SHIN ITI KOMATSU			CPF	067.401.698-02
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
25/07/2011	CS/SUAT/011/2011			25/07/2011	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PARÁ				
AGENTE	MILTON BONIFÁCIO NETO			CPF	051.101.758-88
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
10/04/2006	CS/PR/ 027/2006			10/04/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PARAÍBA				
AGENTE	RÔMULO PAIVA ROCHA			CPF	424.824.454-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
27/02/2012	CS/SUAT/004/2012			27/02/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PERNAMBUCO				
AGENTE	VENICIO DANTAS CAVALCANTI			CPF	666.677.124-91
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
03/10/2011	CS/SUAT/020/2011			03/10/2011	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PIAUÍ				
AGENTE	CLAUDIO PINTO NASCIMENTO			CPF	428.734.443-04
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
18/10/2011	CS/SUAT/021/2011, SEUS EFEITOS ENTRAM EM VIGOR A PARTIR DE 20/10/2011			20/10/2011	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PARANÁ				
AGENTE	ESTEVO ZACARIAS DA SILVA			CPF	006.326.998-84
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
17/02/2011	CS/SUAT/001/2011	15/03/2013	CS/SUAT/020/2013	17/02/2011	15/03/2013

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL PARANÁ				
AGENTE	PATRICIA MARIA DE PAULA			CPF	942.722.397-91
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
15/03/2013	CS/SUAT/020/2013			15/03/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL RIO DE JANEIRO				
AGENTE	JOÃO VICENTE DA SILVA FILHO			CPF	796.690.187-49
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/09/2008	CS/SUAT/ 023/2008			01/09/2008	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL RIO GRANDE DO NORTE				
AGENTE	JOSIMAR GONÇALVES MAMEDE			CPF	378.518.104-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
27/11/2006	CS/PR/ 080/2006			27/11/2006	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE DE ATENDIMENTO RONDÔNIA				
AGENTE	RUBENS ANTONIO SOUTO			CPF	216.100.962-15
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
03/12/2007	CS/SUAT/007/2007, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 01/12/2007	30/09/2012	CS/SUAT/027/12	01/12/2007	30/09/2012
31/08/2012	CS/URPA/009/2012			01/09/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE DE ATENDIMENTO RORAIMA				
AGENTE	ZENOBIO TURINE			CPF	475.043.317-91
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
12/11/2011	CS/SUAT/017/2011	30/09/2012	CS/SUAT/027/12	12/11/2011	20/09/2012
31/08/2012	CS/URPA/009/2012			01/09/2012	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL RIO GRANDE DO SUL				
AGENTE	MARIA LISETE KUHN			CPF	214.515.160-53
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
01/12/2009	CS/SUAT/019/2009, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 30/11/2009			30/11/2009	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL SANTA CATARINA				
AGENTE	CARLOS AUGUSTO GONÇALVES LOPES			CPF	267.332.507-72
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
21/10/2009	CS/SUAT/015/2009	04/03/2013	CS/SUAT/019/2013	22/10/2009	04/03/2013

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL SANTA CATARINA				
AGENTE	RONEI BERTOLINO AMANDIO			CPF	550.996.889-34
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
04/03/2013	CS/SUAT/019/2013			04/03/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a INS TCU Nº 63/2010, art. 10.		UNIDADE REGIONAL SERGIPE			
AGENTE	**TÂNIA MARIA FIRMO COSTA**			**CPF**	116.982.255-04
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
09/04/2007	CS/PR/007/2007, SEUS EFEITOS RETROAGEM A 02/04/2007	17/06/2013	CS/SUAT/026/2013	02/04/2007	17/06/2013

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL SERGIPE				
AGENTE	**RONALDO NERI DE LIMA**			**CPF**	252.346.685-68
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
17/06/2013	CS/SUAT/027/13			17/06/2013	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL SÃO PAULO				
AGENTE	**ALBERTO NUNES SANTOS**			**CPF**	022.125.898-16
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	**DOCUMENTO**	**EXONERAÇÃO**	**DOCUMENTO**	**PERÍODO GESTÃO**	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
05/10/2007	CS/SUAT/ 003/2007			05/10/2007	

UNIDADE GESTORA: 239001				GESTÃO: 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	UNIDADE REGIONAL TOCANTINS				
AGENTE	MUCIO ANTÔNIO GUIMARÃES			CPF	548.944.921-72
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO	
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/Ano	Data Início	À data fim
21/05/2008	CS/SUAT/011/2008	09/04/2009	CS/SUAT/009/2009	21/05/2008	09/04/2009
09/04/2009	CS/SUAT/009/2009	30/08/2012	CS/SUAT/027/2012	09/04/2009	30/08/2012
31/08/2012	CS/URPA/009/2012			01/09/2012	

Brasília-DF, 30 de abril de 2014.

Renato Agostinho das Chagas
Secretário Executivo
Secretaria Executiva – SECE
318.741.001-44

Rodrigo Ortiz D´Ávila Assumpção
Presidente
105.508.858-03